



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ERACELE DO CARMO CONCEIÇÃO

**O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ**

BELÉM – PA

2026

ERACELE DO CARMO CONCEIÇÃO

**O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ**

**Tese apresentada à Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal do Pará-UFPA, submetida à
avaliação, como requisito parcial para a obtenção
do Título de Doutora em Educação.**

Orientador: Gilmar Pereira da Silva

Linha de pesquisa: Políticas Públicas Educacionais.

BELÉM – PA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C744t Conceição, Eracele do Carmo.
O Trabalho do (a) Assistente Social e suas Contribuições para a
Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do
PARÁ / Eracele do Carmo Conceição. — 2026.
248 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Gilmar Pereira da Silva
Coorientação: Prof^a. Dra. Ronaldo Marcos de Lima Araújo
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Belém, 2026.

1. Serviço Social. Assistência Estudantil. Projeto Ético-
Político do Serviço Social. Ensino Superior. . I. Título.

CDD 370

**O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ**

ERACELE DO CARMO CONCEIÇÃO

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará-UFPA, submetida à avaliação, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva
Orientador/PPGED/UFPA

Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo
Co-orientador/Membro Interno do NEB/UFPA

Prof^a. Dr^a. Fabíola Bouth Grello Kato
Membro Interno/ PPGED/UFPA

Prof^a. Dr^a. Maria Edilene da Silva Ribeiro
Membro Interno/ PPGED/UFPA

Prof. Dr. Raimundo Sérgio de Farias Júnior
Membro Externo/ UEPA

Prof. Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa
Membro Externo/UEPA

DATA DA APROVAÇÃO: ____/____/____

CONCEITO: _____

*A Maria de Lourdes do Carmo Conceição (Minha mãe), Nelson Conceição da Silva (meu filho), Osmarino do Carmo da Conceição (meu irmão) e Maria do Carmo da Conceição (minha irmã) (**em memórias**). Vocês fizeram parte de minha história de vida! Obrigada sempre!*

AGRADECIMENTOS

A meu Deus e pai, por seu infinito amor, pela sua misericórdia e pela sua graça para com a humanidade, por meio da qual nos concedeu a salvação, a ele, que tudo pode e que me permitiu trilhar este caminho e conseguir mais essa formação, o meu eterno agradecimento.

Agradeço e enfatizo o apoio incondicional de meu esposo Walter Martins Lameira que está sempre disposto e me ajudando a vencer os desafios provenientes de nosso projeto de vida, sim nosso projeto, pois ele faz parte de minha determinação por meus estudos, pois sem o seu carinho e a amizade, eu não conseguiria. A minha filha Natália da Conceição Lameira, que tem me apoiado e incentivado a continuar meus estudos, obrigada filha, minha obra prima.

À equipe de professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Educação (PPGED) e particularmente ao Professor Dr. Gilmar Pereira da Silva, meu orientador, pela sua paciência, sabedoria e disponibilidade para a realização de minha orientação para a construção deste trabalho. Agradeço também a meu coorientador, professor Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo, docente do Núcleo de Educação Básica/NEB da Universidade Federal do Pará, Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil, “meu chefe”, por sua sapiência, contribuições e direcionamentos para a construção desta tese que coaduna as suas atividades de professor, orientador e de Pró-Reitor, as quais, acredito serem difíceis, muito trabalhosas, todavia, gratificantes.

Minha gratidão a minha colega do Mestrado Lidiane David e aos assistentes sociais da Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil da Universidade Federal do Pará, que se dispuseram a participar da pesquisa e expuseram suas experiências de trabalho na UFPA e entendimentos sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, no ambiente de trabalho, onde compartilhamos dificuldades, dúvidas, decepções, anseios, possibilidades e, principalmente, mantemos a esperança na possibilidade de mudança e construção de um exercício profissional comprometido com o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social e com os interesses dos discentes.

Ao meu irmão, Orlando Conceição, que torce por meu sucesso profissional e acadêmico, mantemos uma boa relação fraternal, obrigada meu irmão. Muito obrigada a todos os que de alguma forma contribuíram para a construção e finalização de mais essa etapa de minha formação acadêmica, acredito ser esta a minha melhor produção acadêmica.

É que a ciência é sempre o enlace de uma malha teórica com dados empíricos, é sempre uma articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico, do ideal com o real. Toda modalidade de conhecimento realizado por nós implica uma condição prévia, um pressuposto relacionado a nossa concepção da relação sujeito/objeto (Severino, 2007, p. 100).

RESUMO

Esta pesquisa é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Pará (UFPA), cuja proposta é analisar sobre *O trabalho do(a) Técnico(a) Administrativo(a) Assistente Social na Política de Assistência Estudantil e Acessibilidade na Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PROAES)*, considerando as contradições entre a garantia de direitos, o Projeto Ético-Político do Serviço Social e as determinações institucionais e orçamentárias próprias do contexto societário contemporâneo, visando compreender as possibilidades e os limites dessa atuação, cujo trabalho deve ser desenvolvido para o atendimento aos discentes de Graduação, Pós-Graduação, de seus familiares e dos demais trabalhadores da UFPA, cujas análises buscaram referências empíricas na PROAES/UFPA. As principais categorias que fundamentam as análises desta tese são: Trabalho; Trabalho do(a) Assistente Social; Serviço Social e Educação; Projeto Ético-Político do Serviço Social, analisando as ações desenvolvidas no cotidiano institucional, as dificuldades, os desafios e as possibilidades para a materialização do Projeto Ético-Político Profissional. É uma pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e quantitativa, por meio de revisão da literatura, da pesquisa documental e de campo. Assim, a fim de atender o objetivo estabelecido, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica e documental de teses, dissertações e artigos em periódicos publicados no Brasil, a partir da foram identificadas práticas conceituais na área do trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil. Nesse contexto, o problema central que orienta esta tese consiste em elucidar como o trabalho profissional é organiza e se redefine no interior dessas mediações, revelando tanto possibilidades quanto limites para a efetivação do direito na Política de Assistência Estudantil e de Acessibilidade da UFPA, no âmbito da PROAES, ponderando as contradições entre a garantia de direitos, o Projeto Ético-Político do Serviço Social e as determinações institucionais e orçamentárias próprias do contexto societário contemporâneo. O objetivo geral desta tese é o de analisar o trabalho do(a) assistente social na operacionalização da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pará, no âmbito da PROAES; já os específicos são: descrever a constituição histórica e política da assistência estudantil no Brasil, situando-a no âmbito das políticas educacionais e das transformações do Estado; examinar as concepções teórico-políticas sobre o trabalho do(a) assistente social na Educação Superior, articulando-as à categoria trabalho e à divisão social e técnica do trabalho; investigar as condições institucionais, organizacionais e orçamentárias que incidem sobre o trabalho dos(as) assistentes sociais na PROAES/UFPA; identificar as concepções político-ideológicas que orientam a atuação profissional na assistência estudantil da UFPA; e elucidar os limites e as possibilidades para a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social no trabalho desenvolvido nesse espaço institucional, inspirado no materialismo-histórico-dialético. Na pesquisa foi identificado que o trabalho do(a) assistente social é mediado pela contradição entre os princípios neoliberais e os que orientam o Projeto Ético-Político da profissão pela correlação de forças no espaço institucional e pelo comprometimento das condições de trabalho resultantes de um processo pautado na garantia de direitos aos estudantes em situação de vulnerabilidade na UFPA. A hipótese levantada foi confirmada a partir dos dados empíricos analisados de que o trabalho desenvolvido pelos (as) assistentes sociais na operacionalização da Política de Assistência Estudantil na PROAES/UFPA se realiza em permanente tensão entre as requisições institucionais e burocráticas da política e o compromisso ético-político da profissão. As trabalhadoras têm experiência significativa na política de assistência estudantil, com tempo de efetivo exercício entre quatro e dez anos, todavia a equipe está submetida a condições institucionais desiguais, que impactam diretamente na autonomia profissional, na estabilidade funcional e nas possibilidades de intervenções críticas.

Palavras-chave: Serviço Social. Assistência Estudantil. Projeto Ético-Político do Serviço Social. Ensino Superior.

ABSTRACT

This research is linked to the Graduate Program in Education (PPGED) at the Federal University of Pará (UFPA), whose aim is to analyze the work of the Social Work Administrative Assistant Technician within the Student Assistance and Accessibility Policy at the Pro-Rectorate of Student Assistance and Accessibility (PROAES), considering the contradictions between the guarantee of rights, the Ethical-Political Project of Social Work, and the institutional and budgetary requirements of the contemporary social context. The goal is to understand the possibilities and limits of this role, which is meant to provide support to undergraduate and graduate students, their families, and other UFPA staff, with the analyses seeking empirical references at PROAES/UFPA. The main categories that underlie the analyses of this thesis are: Work; Social Worker's Work; Social Work and Education; Ethical-Political Project of Social Work, analyzing the actions carried out in everyday institutional life, the difficulties, challenges, and possibilities for materializing the Professional Ethical-Political Project. It is a research of an exploratory nature, both qualitative and quantitative, through literature review, documentary research, and field research. Thus, in order to meet the established objective, a bibliographic and documentary review of theses, dissertations, and articles published in journals in Brazil was initially carried out, through which conceptual practices in the area of social work in student assistance were identified. In this context, the central problem guiding this thesis is to clarify how professional work is organized and redefined within these mediations, revealing both possibilities and limitations for the enforcement of rights in the Student Assistance and Accessibility Policy at UFPA, within PROAES, weighing the contradictions between the guarantee of rights, the Ethical-Political Project of Social Work, and the institutional and budgetary requirements typical of the contemporary societal context. The main goal of this thesis is to analyze the work of the social worker in implementing the Student Assistance Policy at the Federal University of Pará, within PROAES; to investigate the institutional, organizational, and budgetary conditions that affect the work of social workers at PROAES/UFPA; to identify the political-ideological conceptions that guide professional practice in student assistance at UFPA; and to clarify the limits and possibilities for realizing the Ethical-Political Project of Social Work in the work carried out in this institutional space, inspired by historical-dialectical materialism. The research found that the work of social workers is mediated by the contradiction between neoliberal principles and those guiding the Ethical-Political Project of the profession, influenced by the power dynamics within the institutional space and by the constraints of working conditions resulting from a process focused on guaranteeing rights to students in vulnerable situations at UFPA. The hypothesis that was raised was confirmed based on the empirical data analyzed, showing that the work carried out by social workers in the implementation of the Student Assistance Policy at PROAES/UFPA happens in constant tension between the institutional and bureaucratic demands of the policy and the ethical-political commitment of the profession. The workers have significant experience in student assistance policy, with actual time in practice ranging from four to ten years; however, the team is subject to unequal institutional conditions, which directly affect professional autonomy, job stability, and opportunities for critical interventions.

Keywords: Social Work. Student Assistance. Ethical-Political Project of Social Work. Higher Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição dos trabalhos produzidos por região/cidade com o tema “Serviço Social e Assistência Estudantil”	72
Quadro 2 - Distribuição dos artigos encontrados no site do Google Acadêmico e CAPES entre os anos de 2012 e 2022, com a temática “Serviço Social e Assistência Estudantil”	73
Quadro 3 - Distribuição das dissertações de Mestrado encontradas no site do Google Acadêmico e CAPES entre os anos de 2012 e 2022, com a temática “Serviço Social e Assistência Estudantil”	74
Quadro 4 - Distribuição das teses de Doutorado encontradas no site do Google Acadêmico e CAPES entre os anos de 2012 e 2022, com a temática “Serviço Social e Assistência estudantil”	75
Quadro 5 - Informações sobre os trabalhos analisados	75
Quadro 6 - Interiorização e desigualdade territorial	169
Quadro 7 - Inserção institucional e vínculo de trabalho	172
Quadro 8 - Centralidade da análise socioeconômica	172
Quadro 9 - Autonomia profissional e condição assalariada	176
Quadro 10 - Orçamento, seletividade e acesso aos benefícios	181
Quadro 11 - Composição da Administração da Proaes (2024)	183
Quadro 12- Composição dos (as) Técnicos (as) Administrativos da Proaes.....	183
Quadro 13 - Trabalhadores contratados por meio da Fadesp em 2024	184
Quadro 14 -Programas de auxílios/benefícios da Deape em 2024.....	187
Quadro 15 - Programas de auxílios/benefícios da Dacess em 2024.....	189
Quadro 16 - Programas de auxílios/benefícios da DAIE em 2024.....	192
Quadro 17 - Determinações estruturais da assistência estudantil e mediações do trabalho profissional na Proaes/UFPA	200
Quadro 18 - Contradições do trabalho profissional na assistência estudantil (Proaes/UFPA)	202
Quadro 19 - Contradições estruturais da assistência estudantil e estratégias profissionais do Serviço Social na Proaes/UFPA	204
Quadro 20 - Perfil profissional, condições de trabalho e percepção do exercício profissional na Proaes/UFPA	210
Quadro 21 - Mediações do trabalho do assistente social na assistência estudantil na UFP...209	
Quadro 22 - Síntese de três níveis analíticos da tese.....	210
Quadro 23 - Síntese das determinações do trabalho do assistente social na assistência estudantil (UFPA).....	212

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativos de discentes na UFPA entre os anos de 2020 e 2022.....	47
Tabela 2 – Quantidade de alunos assistidos pelos programas de assistência e integração estudantil em 2020.....	49
Tabela 3 – Quantidade de alunos assistidos pelos programas de assistência e integração estudantil em 2021.....	50
Tabela 4 – Quantidade de alunos assistidos pelos programas de assistência e integração estudantil em 2022.....	51
Tabela 5 – Orçamento previsto para execução de recursos arrecadados ano/2022.....	53
Tabela 6 – Orçamento previsto para execução de recursos arrecadados ano/2023.....	53
Tabela 7 – Orçamento previsto para execução de recursos arrecadados ano/2024.....	54
Tabela 8 – Orçamento da UFPA 2022-2024	56
Tabela 9 – Créditos alocados para as despesas com os programas da Proaes/UFPA/2022	59
Tabela 10 – Créditos alocados para as despesas com os programas específicos da PROAES/UFPA/2022	59
Tabela 11 – Créditos alocados para as despesas com os programas da Proaes/UFPA/2023 ...	60
Tabela 12 – Créditos alocados para as despesas com os programas específicos da PROAES/UFPA/2023	60
Tabela 13 – Créditos alocados para as despesas com os programas da Proaes/UFPA/2024. ..	61
Tabela 14 – Créditos alocados para as despesas com os programas específicos da Proaes/UFPA/2024	61
Tabela 15 – Quantitativos de artigos, dissertações e teses, respectivamente, sobre o tema “Serviço Social e Assistência Estudantil” Brasileira-2012 a 2022.....	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da PROAES/UFPA.	27
Figura 2 – Mapa Metodológico do Protocolo de Pesquisa (MMPP).....	71
Figura 3 – Localização dos <i>Campi</i> da UFPA	168
Figura 4 – Dificuldades para a realização do trabalho	170
Figura 5 – Tempo de atuação na Assistência Estudantil	171
Figura 6 – Sobre autonomia relativa	176
Figura 7 – Composição da força de trabalho da Proaes (2024).....	186
Figura 8 – Distribuição das concessões da assistência estudantil por diretoria (2024).....	194
Figura 9– Distribuição proporcional da política de assistência estudantil por eixo da PINAE (2024)	194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de publicações por ano	71
---	----

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CADGEST	Cadastro Geral da Assistência Estudantil
CAD	Coordenadoria de Administração
CADÚNICO	Cadastro Único
CAE	Coordenadoria de Apoio à Equidade Estudantil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAP	Coordenadoria de Apoio Pedagógico
CAAS	Coordenadoria de Análise e Acompanhamento Socioeconômico
CASAE	Coordenadoria de Apoio à Saúde Estudantil
CAL	Coordenadoria do Almoxarifado dos RUs
CATES	Coordenadoria de Apoio Técnico e Serviços de Acessibilidade
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CF	Constituição Federal
CIE	Coordenadoria de Integração Estudantil
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPN	Coordenadoria de Produção e Nutrição
COACCESS	Coordenadoria de Assistência Estudantil e Acessibilidade
CONSAD	Conselho Superior de Administração
CONSEPE	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CONSUN	Conselho Universitário
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CFESS	Conselho Federal do Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CTILS	Coordenadoria de Serviços e Interpretação de Libras
PROUNI	Programa Universidade para todos
DACCESS	Diretoria de Acessibilidade
DAIE	Diretoria de Atenção Integral ao Estudante
DAF	Divisão Administrativa e Financeira
DAEST	Divisão de Assistência Estudantil

DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEAPE	Diretoria de Apoio à Permanência e à Equidade Estudantil
DIAE	Diretoria de Alimentação Estudantil
DICOM	Divisão de Comunicação
DISAE	Diretoria de Serviços de Alimentação Estudantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes em Serviço Social
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IN	Instrução Normativa
INCLUIR	Programa Incluir de Acessibilidade na Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MMPP	Mapa Metodológico do Protocolo de Pesquisa
NEB	Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica
PAB	Programa de Acolhimento nas Bibliotecas
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PAS	Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes
PASES	Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior
PBP	Programa de Bolsa Permanência
PBP/MEC	Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação
PcD	Pessoa com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDU	Plano de Desenvolvimento da Unidade
PGO	Plano de Gestão Orçamentária
PEM	Programa Estudantil de Moradia
PATE	Programa de Apoio ao Transporte do Estudante
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PES	Programa Estudante Saudável

PINAE	Política Institucional de Assistência e Acessibilidade Estudantil
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PP	Programa Permanência
PPGED	Programa de Pós-graduação em Educação
PROAES	Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil
PROAP	Programa de Apoio Pedagógico
PROACCESS	Programa Institucional de Acessibilidade
PROBOLSA	Projeto de Apoio à Atividade Acadêmica
PROCEUS	Programa Casa de Estudantes Universitários
PROMISAES	Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROREDE	Projeto Rede de Apoio Psicossocial aos Estudantes da UFPA
PROPEPE	Programa de Permanência Parental na Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUC	Pontífice Universidade Católica
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PS	Processo Seletivo
PSE	Processo Seletivo Especial
SEC	Secretaria Executiva
SAEST	Superintendência de Assistência Estudantil
SIGAEST	Sistema de Gerenciamento da Assistência Estudantil
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA: categorias analíticas, referências teóricas e procedimentos metodológicos.....	22
SEÇÃO 2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL: revisão da literatura, trajetória histórica e análise institucional.....	30
2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	30
2.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPA: recursos, demanda e cobertura institucional.....	46
2.3 AS DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	64
SEÇÃO 3 PERSPECTIVAS SOBRE O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	83
3.1 O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	83
3.2 O TRABALHO NA CONTRADIÇÃO CAPITAL/TRABALHO.....	91
3.2.1 O mundo do trabalho na atualidade.....	108
3.3 POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E SERVIÇO SOCIAL.....	109
SEÇÃO 4 O SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO.....	122
4.1 GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL E SUA INSERÇÃO NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO.....	123
4.2 A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL.....	140
4.3 UNIVERSIDADE PÚBLICA COMO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....	150
SEÇÃO 5 O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA PROAES/UFPA.....	166
5.1 AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA PROAES/UFPA E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DA PROFISSÃO.....	166
5.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PROAES/UFPA.....	182
5.3 DESAFIOS À MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL NA PROAES/UFPA.....	199
5.4 DAS PARTICULARIDADES DO TRABALHO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL AOS DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS: síntese interpretativa do objeto de pesquisa.....	211
5.4.1 Posicionamento analítico-crítico da tese.....	214

5.4.2	Contribuições teóricas da tese para o Serviço Social.....	216
	APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS.....	218
	REFERÊNCIAS.....	230
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	243
	APÊNDICE B – Questionário de Pesquisa com os (as) Assistentes Sociais da Proaes.....	245

.

SEÇÃO 1 INTRODUÇÃO

A aproximação com o objeto desta tese está diretamente vinculada à trajetória profissional da autora como assistente social na Universidade Federal do Pará (UFPA). Desde o ingresso na instituição, a atuação profissional desenvolveu-se no âmbito da política de assistência estudantil, inicialmente na Superintendência de Assistência Estudantil (Saest) e, posteriormente, na Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (Proaes).¹ Essa inserção institucional possibilitou o acompanhamento cotidiano das ações, voltadas à permanência estudantil, bem como das requisições institucionais, dos limites estruturais e das demandas sociais que ‘atravessam’ o trabalho do(a) assistente social nesse espaço sócio-ocupacional.

A vivência profissional, articulada à participação em grupos de pesquisa, eventos acadêmicos e à experiência de pesquisa no Mestrado², contribuiu para o amadurecimento das inquietações que fundamentam esta investigação. Ao longo desse percurso, tornou-se evidente que a assistência estudantil, embora reconhecida como política estratégica para a garantia do acesso e da permanência no Ensino Superior, é ‘atravessada’ por contradições que se expressam tanto na forma de organização institucional quanto nas condições concretas de trabalho dos(as) assistentes sociais, responsáveis por sua operacionalização.

A escolha do tema também se relaciona à ampliação das produções acadêmicas no campo do Serviço Social, voltadas à análise das políticas públicas, especialmente no que se refere às políticas educacionais. Entretanto, observa-se que, apesar do crescimento de estudos sobre assistência estudantil, ainda são incipientes as pesquisas que tomam como centralidade analítica o trabalho do(a) assistente social nesse campo, particularmente no que concerne às mediações entre política pública, condições institucionais, orçamento e Projeto Ético-Político profissional.

Nesse sentido, a inserção da autora como trabalhadora da UFPA, atuando diretamente na política de assistência estudantil, permitiu identificar inquietações específicas relacionadas à forma como essa política vem sendo operacionalizada no cotidiano institucional. Tais inquietações dizem respeito, sobretudo, às tensões entre a perspectiva da garantia de direitos sociais e as limitações impostas pelas orientações neoliberais que incidem sobre as políticas

¹No ano de 2017, após ter sido aprovada e classificada em um concurso público para o referido cargo, fui lotada na Superintendência de Assistência Estudantil (Saest), hoje, Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil da UFPA.

² Título da dissertação *Um estudo sobre a implementação e concepção da Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade – PINAE no ensino superior da Universidade Federal do Pará-UFPA*. Defendida em 2022 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA).

públicas, materializadas em restrições orçamentárias, intensificação do trabalho e ampliação das demandas dirigidas aos(as) assistentes sociais.

A relevância desta pesquisa também se justifica pela centralidade que a assistência estudantil assume no contexto da expansão do Ensino Superior brasileiro, especialmente a partir dos anos 2000, quando políticas de democratização do acesso possibilitaram o ingresso de estudantes, oriundos das classes trabalhadoras nas universidades públicas. Esse movimento ampliou significativamente as demandas por políticas institucionais, capazes de assegurar condições objetivas de permanência, evidenciando a assistência estudantil como elemento fundamental da política educacional.

No entanto, a ampliação do acesso ao Ensino Superior não foi acompanhada, na mesma proporção, pela garantia de recursos financeiros suficientes para a consolidação da assistência estudantil como política de direito. Esse descompasso incide diretamente sobre as condições de vida dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e repercute no trabalho dos(as) assistentes sociais, que passam a atuar em um cenário marcado por escassez de recursos, seletividade no acesso aos benefícios e intensificação das requisições institucionais.

No âmbito da UFPA, essas contradições assumem contornos particulares, considerando-se a dimensão territorial da universidade, a diversidade socioeconômica do corpo discente e as desigualdades regionais que marcam a realidade amazônica. A trajetória institucional da assistência estudantil, bem como as transformações organizacionais que culminaram na criação da Proaes, evidenciam esforços de institucionalização da política, ao mesmo tempo em que revelam limites estruturais e orçamentários que condicionam sua efetivação.

A assistência estudantil, nesse contexto, insere-se no conjunto das políticas sociais como resposta às expressões da questão social que incidem sobre os estudantes das classes trabalhadoras. Sua operacionalização ocorre em meio às disputas em torno do fundo público e às orientações do Estado no contexto do capitalismo dependente³, o que repercute diretamente nas formas de gestão da política e nas condições de trabalho dos(as) profissionais que nela atuam.

³ Caio Prado Júnior (2011) entende que “o capitalismo no Brasil é dependente” porque o país “foi descoberto” e colonizado por europeus, pois desde a nossa colonização, recebemos influências do mercado externo, em nossa estrutura econômica que por receber interferências externas, não foi feita para desenvolver o mercado interno, mas sim para exportar matérias-primas para enriquecer o centro do capitalismo mundial. Para o autor, o capitalismo dependente é o resultado histórico da colonização brasileira e refere-se a uma formação social e econômica que se integrou ao capitalismo global de forma periférica e subordinada, perpetuando a dependência financeira, tecnológica e comercial.

Assim, ao situar a assistência estudantil no interior das políticas educacionais e das transformações do Estado brasileiro, esta pesquisa reconhece que o trabalho do(a) assistente social nesse campo se realiza em permanente tensão entre a defesa de direitos sociais e as determinações institucionais e econômicas que limitam a materialidade da política. É a partir dessa tensão que se constrói a justificativa desta tese, que busca contribuir para a compreensão crítica do trabalho profissional na assistência estudantil, considerando suas particularidades, limites e possibilidades no contexto da universidade pública.

Diante das transformações recentes na política de assistência estudantil e das particularidades institucionais da Universidade Federal do Pará, esta pesquisa parte da compreensão de que o trabalho do(a) assistente social na operacionalização dessa política se realiza em meio a múltiplas determinações históricas, políticas e institucionais. Trata-se de um trabalho que, embora orientado pela perspectiva da garantia de direitos sociais, é ‘atravessado’ por limites estruturais e orçamentários que condicionam a materialidade da política e as respostas profissionais construídas no cotidiano institucional.

Nesse contexto, o problema central que orienta esta tese consiste em elucidar como o trabalho profissional se organiza e se redefine no interior dessas mediações, revelando tanto possibilidades quanto limites para a efetivação do direito na Política de Assistência Estudantil e de Acessibilidade da UFPA, no âmbito da Proaes, considerando as contradições entre a garantia de direitos, o Projeto Ético-Político do Serviço Social e as determinações institucionais e orçamentárias próprias do contexto societário contemporâneo. Parte-se do entendimento de que o trabalho profissional não pode ser apreendido de forma imediata ou meramente técnica, mas como expressão de relações sociais mais amplas, inscritas na dinâmica do Estado e das políticas públicas no capitalismo dependente.

A partir desse problema, a pesquisa é orientada por um conjunto de questões norteadoras que buscam aprofundar a análise do trabalho profissional no campo da assistência estudantil. Interroga-se, inicialmente, de que maneira o trabalho dos(as) assistentes sociais na Proaes/UFPA tem se efetivado frente às requisições institucionais e às demandas dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica? Em seguida, problematizam-se as concepções de política social, de trabalho profissional e de garantia de direitos que orientam a atuação desses(as) profissionais? Por fim, questionam-se os limites e as possibilidades para a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social no âmbito da assistência estudantil, considerando as condições institucionais, organizacionais e orçamentárias que incidem sobre o trabalho desenvolvido?

O objetivo geral desta tese consiste em analisar o trabalho do(a) assistente social na operacionalização da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pará, no âmbito da Proaes, apreendendo suas particularidades, contradições, limites e possibilidades à luz do Projeto Ético-Político do Serviço Social e das determinações do contexto societário contemporâneo. Esse objetivo orienta a construção do percurso analítico da pesquisa e fundamenta a articulação entre os elementos teóricos e empíricos, mobilizados ao longo do trabalho.

Como desdobramento do objetivo geral, definem-se como objetivos específicos: analisar a constituição histórica e política da assistência estudantil no Brasil, situando-a no âmbito das políticas educacionais e das transformações do Estado; examinar as concepções teórico-políticas sobre o trabalho do(a) assistente social na Educação Superior, articulando-as à categoria trabalho e à divisão social e técnica do trabalho; investigar as condições institucionais, organizacionais e orçamentárias que incidem sobre o trabalho dos(as) assistentes sociais na Proaes/UFPA; identificar as concepções político-ideológicas que orientam a atuação profissional na assistência estudantil da UFPA; e analisar os limites e as possibilidades para a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social no trabalho desenvolvido nesse espaço institucional.

A pesquisa parte da hipótese de que o trabalho desenvolvido pelos(as) assistentes sociais na operacionalização da Política de Assistência Estudantil na UFPA se realiza em permanente tensão entre as requisições institucionais e burocráticas da política e o compromisso ético-político da profissão. Supõe-se que, embora existam limites estruturais e orçamentários que incidem sobre as condições de trabalho e também da materialidade da política, os(as) assistentes sociais constroem mediações profissionais que possibilitam práticas orientadas à garantia de direitos e à redução das desigualdades sociais que afetam os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No que se refere ao percurso metodológico, este é delineado detalhadamente na subseção a seguir apresentando a natureza exploratória da pesquisa, sua abordagem qualitativa e incorporação de dados quantitativos, bem como o estudo articulado da revisão da literatura, pesquisa bibliográfica, documental e de campo, buscando apreender o trabalho profissional em suas múltiplas mediações à luz do método do materialismo histórico-dialético, tendo como técnica de tratamento e interpretação a análise de conteúdo, o que possibilitou apreender as contradições e particularidades do trabalho profissional investigado.

1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA: categorias analíticas, referências teóricas e procedimentos metodológicos

A análise desenvolvida nesta tese é orientada por um conjunto de categorias analíticas centrais que permitem apreender o trabalho do(a) assistente social na política de assistência estudantil em suas múltiplas determinações. As categorias de trabalho, trabalho do(a) assistente social, política de assistência estudantil, questão social, mediação, *práxis* e Projeto Ético-Político do Serviço Social constituem o eixo estruturante da investigação, possibilitando compreender o trabalho profissional como parte da divisão social e técnica do trabalho e como expressão das relações sociais historicamente determinadas.

Essas categorias são mobilizadas a partir da tradição marxista, compreendendo o trabalho como categoria fundante da sociabilidade (Marx, 2013; Marx; Engels, 2017), bem como da produção crítica do Serviço Social brasileiro, que apreende o trabalho profissional em sua dimensão ética, política e técnica (Iamamoto, 2007; 2011; Netto, 2011; Antunes, 2018). A análise dialoga ainda com as contribuições de Lukács (2012) e Kosik (1976), que fundamentam a apreensão da totalidade social, da historicidade e da relação entre aparência e essência, categorias centrais para a leitura crítica das políticas públicas e do trabalho profissional.

No que se refere ao referencial teórico-metodológico, a pesquisa adota o materialismo histórico-dialético, compreendido como método capaz de apreender a realidade social em seu movimento contraditório, superando análises fragmentadas e imediatistas (Marx, 2013; Netto, 2011). A opção por esse método fundamenta-se na compreensão de que o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil não pode ser analisado de forma isolada, mas como parte de um conjunto de mediações que articulam Estado, políticas públicas, orçamento e relações de classe no contexto do capitalismo dependente (Iamamoto, 2007; Behring; Boschetti, 2011).

O materialismo histórico-dialético, inicialmente, foi pensado, sistematizado e desenvolvido por Karl Marx e Friedrik Engels (1977), outros teóricos e filósofos também contribuíram para a sua formulação e desenvolvimento. Trata-se de uma teoria que analisa a sociedade e seu processo histórico, se originando nas relações materiais de produção, Marx (2013) busca entender a forma como a sociedade produz bens e serviços e como isso afeta suas instituições políticas, sociais e culturais. O materialismo-histórico busca entender como as forças produtivas e as relações sociais de produção moldam as estruturas sociais e as mudanças históricas; é sobre como as condições materiais de existência modelam a consciência das pessoas, onde a maneira como as pessoas produzem seus meios de subsistência e as relações sociais são cruciais para entender o desenvolvimento histórico.

Esse método, para Fernandes (2012), tem como fundamento as ideias de Marx e Engels (2017), pois ele via o materialismo histórico como uma ciência, capaz de promover transformações sociais. Para Kosik (1976, p. 20, grifos no original), “[...] A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade”.

Kosik (1976, p. 13, grifos no original) cita que “A DIALÉTICA da ‘coisa em si’. Mas a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem”, Kosik (1976) diz que a primeira atitude para se conhecer a realidade não deve ser de forma abstrata, mas a ação deve ser “[...] a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens” (Kosik, 1976, p. 13).

Portanto, a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo polo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade (Kosik, 1976, p. 14).

Para o autor, o objeto de estudo não se mostra imediatamente, a verdade sobre os fenômenos pode estar camuflada, imperceptível a qual deve ser desvelada, construída por meio de interpretações e experiências, assim Kosik (1976) diz que pode haver diferença entre a aparência e a essência.

Neste trabalho, optou-se pela realização do conceito teórico da *práxis* que, na análise do mencionado autor, diz que a *práxis* refere-se à ação consciente, transformadora, que une teoria e prática, e vai guiar a intervenção com propósito de modificar a realidade, sob uma reflexão crítica. Kosik (1976) trata de três tipos de *práxis*, a primeira diz respeito a *práxis* histórica, as quais “[...] são diferentes e muitas vezes absolutamente contraditórias com a *lei* do fenômeno, com a *estrutura* da coisa, e, portanto, com o seu núcleo interno *essencial* e o seu conceito correspondente” (Kosik, 1976, p. 14, grifos no original).

A segunda diz respeito a *práxis* utilitária imediata, Kosik (1976) refere que esta *práxis* e o seu senso comum “[...] colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a *compreensão* das coisas e da realidade” (Kosik, 1976, p. 14, grifos no original).

E, finalmente, a terceira, a *práxis* fragmentária dos indivíduos que é “[...] baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue” (Kosik, 1976, p. 14). Cabe informar que este trabalho fundamenta-se

nessa terceira teoria, pois, a proposta desta tese é a realização das análises sobre o trabalho dos (as) assistentes sociais na perspectiva da transformação social, na defesa da efetivação dos direitos sociais, para melhorar as condições de vida das pessoas, garantindo o acesso delas às políticas públicas.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com incorporação de dados quantitativos de forma complementar, considerando que a realidade investigada envolve tanto dimensões objetivas quanto subjetivas, institucionais e históricas (Minayo, 2014; Severino, 2016).⁴ A abordagem qualitativa possibilita apreender significados, concepções e mediações, presentes no trabalho profissional, enquanto os dados quantitativos contribuem para a contextualização empírica da política de assistência estudantil, especialmente no que se refere a indicadores institucionais, orçamentários e de atendimento.

Nesse universo, a pesquisa quantitativa permite a mensuração de opiniões e atitudes em um universo predeterminado, enquanto a qualitativa enumera os eventos e possibilita a compreensão dos fenômenos e das ações dos indivíduos em seu contexto social. Em relação à pesquisa quantitativa e/ou qualitativa, Minayo (2002):

A diferença entre quantitativo-qualitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem dos fenômenos apenas a região ‘visível, ecológica, morfológica, concreta’, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõe. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (Minayo, 2002, p. 22).

Para a autora, essas duas formas de pesquisar não se excluem, observa-se que o(a) pesquisador(a), ao utilizá-las, estará abrangendo o campo de significados dos fenômenos. A fundamentação teórica tem como método de análise o materialismo histórico-dialético, cuja metodologia, para Minayo (2002, p. 24): “[...] A Dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos”, e tem como fator primordial as relações sociais, sendo um método que considera as contradições e os conflitos da realidade social, como a luta de classes.

O percurso metodológico articula revisão da literatura, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, em consonância com os objetivos da investigação. A revisão da literatura foi realizada, conforme os procedimentos metodológicos, propostos por Sampaio

⁴ Reitera-se que, para responder as indagações levantadas neste trabalho, a pesquisa foi conduzida de forma qualitativa, por meio da revisão da literatura, da pesquisa documental e de campo, baseada inicialmente em levantamentos bibliográfico e documental.

e Lycarião (2021), a partir do levantamento de artigos científicos, dissertações e teses publicados no período de 2012 a 2022, nas bases Google Acadêmico, Portal de Periódicos Capes e Repositório Institucional da UFPA, sobre o tema “Serviço Social e Assistência Estudantil”, permitindo identificar tendências analíticas, lacunas e enfoques predominantes sobre o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil.

O período escolhido para a referida pesquisa vai desde 2012 a 2022, que foi escolhido porque o ano de 2012 foi marcado pela promulgação e sanção de diversas políticas públicas fundamentais para a população brasileira e para os estudantes. Sob o governo da então presidente Dilma Rousseff, o país estabeleceu marcos legais cruciais que impactaram diretamente as áreas, entre outras, a de educação, que registrou a consolidação das políticas de ação afirmativa e democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil, especialmente com a Lei nº 12.711 de 2012, a Lei de Cotas. Essa lei ocasionou mudança no perfil dos(as) estudantes que ingressam as universidades públicas e demandou a expansão imediata das ações de assistência estudantil.

Representa também um ciclo de análises importante que é o Ciclo Decenal (2012–2022) que compreende a implementação e uma relativa estabilidade para a PNAES, instituída no final do ano de 2007. Esse recorte permitiu avaliar uma década inteira de produção acadêmica, elaborada sob o impacto direto dessas políticas públicas. O período de dez anos para pesquisas é o tempo metodologicamente recomendado para pesquisas do tipo "estado da arte", porque oportuniza o mapeamento seguro para as análises.

A coleta de dados, utilizada por meio da pesquisa exploratória direcionada que, segundo Severino (2007, p. 123), tem o objetivo de fazer o levantamento de dados “[...] sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as manifestações desse objeto”. Essa pesquisa para Marconi e Lakatos (2025):

São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: (1) desenvolver hipóteses; (2) aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa; (3) modificar e clarificar conceitos (Marconi; Lakatos, 2025, p. 91).

A pesquisa bibliográfica dialoga com autores clássicos e contemporâneos do Serviço Social e das Ciências Sociais, sustentando teoricamente a análise do trabalho profissional, das políticas sociais e da Educação Superior. Nesse entendimento, a pesquisa bibliográfica:

É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Seus textos tornam-se fontes dos temas a serem

pesquisados trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 122).

A pesquisa realizou uma Revisão da Literatura (RL), orientada por critérios de busca, seleção e análise, com o objetivo de mapear a produção acadêmica sobre o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil. Desse modo, a RL buscou aprofundar o tema, voltada para a compreensão sobre o trabalho realizado por Assistentes Sociais na Assistência Estudantil no Brasil e a inserção do Ensino Superior na sociedade brasileira, circunscrita no capitalismo dependente. Já a pesquisa documental compreendeu a análise de documentos normativos, institucionais e legais que orientam a política de assistência estudantil, os quais foram obtidos junto aos seguintes órgãos e instâncias.

Nessa direção foi considerado realizar pesquisas no Sistema de Gerenciamento da Assistência Estudantil (Sigaest/UFPA) em decorrência de que os editais e instruções normativas da Proaes estão disponíveis em seu sistema.

Entre os documentos analisados estão:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei nº 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social);
- Resolução do Conselho Federal do Serviço Social/CFESS nº 493/06;
- Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS, 1993/2011);
- O Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU 2022-2025);
- Política Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes (Lei nº 14.914/2024);
- Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2025) da UFPA;
- Plano de Gestão Orçamentária (PGO/2024) da UFPA;
- Relatório Anual de Atividades – exercício 2024/Proaes/UFPA;
- Relatórios de gestão e de atividades da Proaes/UFPA;
- Normativas internas da UFPA relacionadas à assistência estudantil;
- Documentos e relatórios produzidos pelo Fonaprace;
- Dados institucionais disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC);
- UFPA em Números/2022-2024.

A pesquisa de campo foi desenvolvida no âmbito da Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil da Universidade Federal do Pará (Proaes/UFPA), constituindo o *locus* empírico da investigação. O *locus* da pesquisa pode ser compreendido a partir do seguinte diagrama lógico: universidade pública → política de Educação Superior → política de

assistência estudantil → Proaes/UFPA → trabalho do(a) assistente social. A seguir apresenta-se o organograma da Proaes que pode ser visualizado, na Figura 1:

Figura 1 – Organograma da Proaes/UFPA



Fonte: Relatório de Gestão Anual da Proaes, 2024.

Os sujeitos da pesquisa são assistentes sociais que atuam na política de assistência estudantil da UFPA, selecionados a partir de critérios de inserção profissional na Proaes. A pesquisa encontra-se com *status* de “Situação de Aprovado sob o Número do Parecer: 8.085.204”. Para a produção dos dados empíricos, foram utilizados 12 questionários e 2 entrevistas semiestruturadas. O questionário possibilitou o levantamento de informações relativas ao perfil profissional, às atribuições desempenhadas e às condições objetivas de trabalho, enquanto as entrevistas permitiram aprofundar as concepções, percepções e mediações construídas pelos(as) profissionais no cotidiano institucional.

Foi aplicado questionário aberto (em anexo) a 12 assistentes sociais vinculados (as) à Proaes/UFPA, que compõem o universo da pesquisa, além da realização de entrevistas semiestruturadas com 2 profissionais selecionadas, em um espaço amostral, uma concursada e uma contratada, cujo objetivo é investigar sobre a particularidade do trabalho dos (as) Assistentes Sociais na Proaes/UFPA.

O número total de participantes corresponde em 12 profissionais do Serviço Social da Proaes/UFPA do *campus* de Belém/Pará, entre as 12 assistentes sociais que responderam ao questionário foram selecionadas 2 para serem entrevistadas. As respostas obtidas foram

organizadas, registradas, interpretadas e inseridas neste trabalho, seguindo o roteiro de seleção, decodificação e tabulação.

O tratamento e a análise dos dados foram realizados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), Franco (2018) e Sampaio e Lycarião (2021), articulada ao método do materialismo histórico-dialético. Essa opção metodológica possibilitou a identificação de categorias empíricas, regularidades e contradições, presentes nos discursos e documentos analisados, bem como a apreensão crítica das mediações institucionais e societárias que incidem sobre o trabalho do(a) assistente social na operacionalização da política de assistência estudantil na UFPA.

A análise de conteúdo, de acordo com Severino (2007, p. 121), “[...] É uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discurso pronunciado de diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos. Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações”.

Para o alcance dos objetivos propostos, se utilizou a técnica de “análise textual”, que, para Severino (2007, p. 54, grifos no original), “[...] o *vocabulário*: trata-se de fazer um levantamento dos conceitos e dos termos que sejam fundamentais para a compreensão do texto [...]”, e a “análise interpretativa” que, de acordo com Severino (2007, p. 59, grifos no original): “[...] *Interpretar*, em sentido restrito, é tomar uma decisão própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto [...]”. Marconi e Lakatos (2025, p. 66) apontam que “[...] Técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte. É a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos”.

Informamos que existe uma diferença nas datas para as coletas de dados para a construção desta tese, pois, os elementos coletados foram de acordo com a disponibilidade de informações no *site* da UFPA, para a RL, foi utilizado um período compreendido entre os anos de 2012 a 2022, que foi a pesquisa inicial, para a informação sobre “Quantitativos de discentes na UFPA” e a “Quantidade de alunos assistidos pelos programas de assistência e integração estudantil” foram os anos de 2020 e 2022, período do relatório “UFPA em Números”, disponível para consulta no *site* da UFPA, a última versão foi do ano de 2022.

Para o “Orçamento previsto para execução de recursos arrecadados” e os “Créditos alocados para as despesas com os programas de forma geral e os específicos da Proaes/UFPA” foi do ano de 2022 a 2024, essas informações foram fornecidas pelo PGO que a cada ano é disponibilizado, assim como o orçamento previsto pela Proad para a UFPA que foi do ano de 2022 a 2024.

Informa-se que esta tese organiza-se em seis seções, além da introdução, das referências e dos apêndices. Na Introdução, são apresentados o tema, o objeto de estudo, o problema de pesquisa, os objetivos, a hipótese, o percurso metodológico e a relevância da investigação, situando o leitor quanto ao enfoque teórico-metodológico adotado.

A Seção 2 aborda a caracterização dos trabalhos acadêmicos sobre o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil no Brasil, por meio de uma revisão da literatura, contextualizando historicamente a política de assistência estudantil e analisando os recursos disponibilizados e alocados, bem como as diferentes concepções acerca da atuação profissional nesse campo.

A Seção 3 dedica-se à análise das perspectivas sobre o trabalho do(a) assistente social na Educação Superior no contexto das relações societárias, discutindo a categoria trabalho, a contradição capital/trabalho e as políticas sociais públicas, com ênfase nas mediações que incidem sobre o exercício profissional.

Na Seção 4, discute-se o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, abordando aspectos da gênese da profissão, o trabalho do(a) assistente social em sua função pedagógica e a universidade pública como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social.

A Seção 5 concentra-se na análise do Serviço Social no âmbito da política de educação e nas particularidades do trabalho do(a) assistente social na Universidade Federal do Pará, com foco na atuação desenvolvida na Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PROAES/UFPA), nos desafios e nas possibilidades para a materialização do Projeto Ético-Político Profissional no contexto investigado.

Em seguida, nas Conclusões são sistematizados os principais achados da pesquisa, retomando o problema, os objetivos e a hipótese, bem como apontadas reflexões finais acerca dos limites e das possibilidades do trabalho do(a) assistente social na política de assistência estudantil, além de indicadas perspectivas para estudos futuros. Por fim, nas Referências estão informadas o aporte teórico que subsidiou a pesquisa.

SEÇÃO 2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL: revisão da literatura, trajetória histórica e análise institucional

Essa seção tem como objetivo caracterizar a produção acadêmica acerca do trabalho do(a) assistente social na política de assistência estudantil no Brasil, a partir de uma revisão da literatura, articulada à contextualização histórica dessa política e à análise dos recursos institucionais que incidem sobre sua operacionalização. Parte-se do entendimento de que a assistência estudantil se constitui como uma política social estratégica no âmbito da Educação Superior, cuja materialização expressa as contradições próprias das políticas públicas no contexto do capitalismo dependente, incidindo diretamente sobre o trabalho profissional dos(as) assistentes sociais.

Para tanto, desenvolve-se, inicialmente, um resgate histórico da assistência estudantil no Brasil, situando seus principais marcos legais, institucionais e políticos, bem como o papel dos movimentos estudantis e das entidades representativas na construção dessa política. Em seguida, analisa-se a alocação de recursos destinados à assistência estudantil na Universidade Federal do Pará, considerando dados institucionais sobre acesso, cobertura, programas e orçamento. Por fim, são discutidas as diferentes concepções presentes na produção acadêmica acerca do trabalho do(a) assistente social nesse campo, evidenciando os tensionamentos entre a perspectiva da universalidade dos direitos, a seletividade das ações e as mediações profissionais construídas no cotidiano institucional.

Dessa forma, a organização dessa seção permite compreender a assistência estudantil não apenas como política formalmente instituída, mas como campo concreto de intervenção profissional, ‘atravessado’ por determinações históricas, institucionais e orçamentárias que condicionam o trabalho do (a) assistente social.

2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Essa subseção tem como objetivo analisar o processo histórico de constituição da assistência estudantil no Brasil, situando-o no interior das transformações políticas, institucionais e sociais que marcaram a trajetória da Educação Superior no país. Parte-se do entendimento de que a assistência estudantil não emerge como uma política neutra ou linear, mas como resultado de lutas sociais, disputas políticas e mediações institucionais que expressam as contradições próprias do Estado brasileiro e das políticas sociais no contexto do capitalismo dependente.

Nesse sentido, o resgate histórico da assistência estudantil evidencia o papel dos movimentos estudantis, das entidades representativas e dos marcos legais na construção gradual dessa política, inicialmente vinculada a ações pontuais e assistencialistas, e, posteriormente, tensionada pela perspectiva da garantia de direitos. Ao analisar esse percurso, busca-se compreender como a assistência estudantil foi se configurando como resposta às expressões da questão social que incidem sobre os estudantes das classes trabalhadoras, ao mesmo tempo em que se manteve condicionada às orientações políticas e econômicas do Estado.

Como parte dessas discussões, iniciam-se as análises desse item, discorrendo sobre o surgimento da assistência estudantil que, de acordo com Conceição (2022), tem início, no Brasil, com a inauguração da Casa do Estudante do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, na década de 1930, na vigência do governo do então presidente da república Getúlio Vargas.

Menciona-se que a assistência estudantil foi prevista na Constituição de 1934 e que, muitas conquistas sociais foram estabelecidas por meio dos movimentos estudantis, que reivindicavam melhorias nas dependências das universidades públicas, reforma universitária e reconhecimento dos direitos para os estudantes. Segundo Conceição (2022, p. 70, grifos no original): “[...] a politização do ambiente nacional levou os estudantes a atuarem mais firmemente em organizações como ‘A Juventude Comunista’ e ‘A Juventude Integralista’, a diversidade de opiniões e propostas cresciam”.

As propostas e opiniões diversificadas aumentavam e, em um ambiente de disputas e divergências, os(as) estudantes atuavam em organizações, mas sem chegarem em um consenso. Consequentemente, originou-se a ideia de criação de uma entidade que representasse os estudantes no Brasil.

Então, o Conselho Nacional de Estudantes se reuniu na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, e fundou a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 11 de agosto de 1937, para ser a entidade máxima promovendo a defesa da qualidade de ensino, do patrimônio nacional e da justiça social (Valiense, 2023).

Após o golpe militar de 1964, no Brasil, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi colocada na ilegalidade, por se tratar de uma entidade que realizava movimentos e reivindicações contrárias às determinações do governo estabelecido naquele momento. Mesmo sob fortes pressões, os estudantes se reuniram no interior das universidades, para articularem sobre a legalização da UNE, a reforma universitária e outras reivindicações estudantis. “[...], A reconstrução e legalização da UNE foram objeto de intensos debates e mobilizações sociais a partir de 1976, com destaque para as grandes passeatas de 1976 e 1977” (Valiense, 2023).

Os movimentos sociais estudantis pressionavam para o reconhecimento da UNE como entidade de representação dos estudantes em nível nacional. Esse fato foi de vital importância para as conquistas de direitos sociais de estudantes brasileiros, pois a existência de um órgão de representação é fundamental para a realização das articulações políticas. Gohn (1997, p. 24) salienta que “[...] As insatisfações que geravam as reivindicações eram vistas como respostas às rápidas mudanças sociais e à desorganização social subsequente”.

Nesse contexto, pondera-se que os movimentos sociais fazem parte de nossa história de lutas e de resistências. Gohn (1997, p. 13) aponta que: “[...] Desde logo afirmamos que não há um conceito sobre movimento social, mas vários, conforme o paradigma utilizado”. Um deles significa a expressão de uma ação coletiva e origina-se a luta sociopolítica, econômica ou cultural. Gohn (1997), partindo da premissa de que todo movimento social é formado por coletivos humanos, que se encontram na sociedade, afirma que: “[...] A participação dos indivíduos na comunidade teria um sentido integracionista, ou seja, por meio daquela participação, e utilizando-se de alguns mecanismos educativos, acreditava-se que era possível ordenar os processos sociais” (Gohn, 1997, p. 27).

Para Boneti (2007, p. 56), os movimentos sociais tradicionais têm o propósito de estimular a luta de classes, e os “mais recentes” criticam as estratégias em etapas e prioridades políticas dos movimentos tradicionais. Boneti (2007, p. 72) também diz que os “novos” movimentos sociais se apresentam como uma categoria de contradição ao projeto econômico e político mundial. E estes movimentos buscam ações de coletividade, do estar em e do pertencer a um grupo ou organização social.

Os movimentos sociais estudantis têm relação direta com o reconhecimento da UNE como representante dos estudantes a nível nacional. Nesse processo de lutas e de reconhecimento da entidade para a representação dos estudantes, destaca-se algumas leis que foram cruciais para o início da regulamentação do órgão e da organização dos estudantes nas universidades, como a Lei nº 4.464 (revogada), de 9 de novembro de 1964 que, àquela época, trouxe a seguinte redação, no Art. 2, que somente os diretórios seriam representantes dos estudantes de nível Superior.

A Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979, que “[...] Dispõe sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de Ensino Superior, e dá outras providências” neste grau de ensino, sendo revogada pela Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985, que, em seu Art. 1, reconheceu que “A União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937, é entidade representativa do conjunto dos estudantes das instituições de Ensino Superior existentes no país”.

E, como forma de regulamentação, o presidente Castelo Branco sancionou a Lei nº 4.464, em 09 de novembro de 1964, conhecida como “Lei Suplicy”, que descreveu os órgãos de representação dos estudantes, assim como orientou quanto a outras providências. O Artigo 2 dispôs que são órgãos de representação dos estudantes de Ensino Superior, descritos nas alíneas de “a” a “d”:

a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de Ensino Superior; b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de Ensino Superior; d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal (Brasil, 1964).

Nessa mesma lei, o Estado reconheceu os diretórios como órgãos de representatividade dos estudantes, porém, a UNE não. Quanto a isso, é pensado que o Estado, com essas e outras ações, demonstra o seu poder autoritário que utiliza de lei para imprimir as suas determinações e para estabelecer limites àqueles que se opõem as ordens emanadas por ele.

A lei que determinou as regras para a criação dos diretórios trouxe em seus Artigos 14 e 17 as vedações para as ações de seus representantes e, também, proibiu alguns atos dos dirigentes de instituições estudantis. O Art. 14 da Lei de 1964, apontava que “[...] é vedada, aos órgãos de representação estudantil, qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”, e o Art. 17 determinava que “[...] o Diretor de Faculdade ou Escola e o Reitor de Universidade incorrerão em falta grave se por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não- cumprimento desta Lei” (Brasil, 1964).

Em 1985, foi promulgada a Lei nº 7.395, que revogou a Lei nº 4.464/1964 e a Lei nº 6.680/1979, restabelecendo a legalidade para o funcionamento e a organização da União Nacional dos Estudantes (UNE), bem como dos centros e diretórios acadêmicos. Esse marco legal representou um avanço no reconhecimento das entidades estudantis enquanto instâncias legítimas de representação política no interior das instituições de Ensino Superior, após um longo período de restrições impostas pelo regime autoritário.

A referida lei dispôs, em seu Art. 1º, que a União Nacional dos Estudantes, criada em 1937, é a entidade representativa do conjunto dos estudantes das instituições de Ensino Superior existentes no país. Nos artigos subsequentes, reconheceu as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) como entidades representativas em âmbito estadual (Art. 2º), os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) como representantes do conjunto dos estudantes de cada instituição (Art. 3º) e assegurou aos estudantes de cada curso de nível Superior o direito à organização de

Centros Acadêmicos (CAs) ou Diretórios Acadêmicos (DAs) como suas entidades representativas (Art. 4º). A lei também definiu que a organização, o funcionamento e as atividades dessas entidades seriam estabelecidos em seus respectivos estatutos, aprovados em assembleia-geral ou congressos (Art. 5º), determinando sua entrada em vigor na data de publicação e revogando expressamente as legislações anteriores que restringiam a atuação estudantil (Arts. 6º e 7º) (Brasil, 1985).

Esses dispositivos legais evidenciam que, embora tenha havido o reconhecimento formal da organização estudantil e de suas instâncias representativas, o processo de consolidação da assistência estudantil como política pública permaneceu condicionado a critérios seletivos e a uma lógica de controle institucional. Tal configuração limitou sua efetivação enquanto política de direito, mantendo-a, em muitos momentos, vinculada a ações fragmentadas e dependentes das orientações do Estado.

Nesse sentido, conforme aponta Conceição (2022, p. 71), a União Nacional dos Estudantes foi instituída ainda em 1937, tendo como sede a Casa do Estudante do Brasil, configurando-se como uma das mais importantes formas de organização estudantil voltadas à defesa dos universitários. Criada durante o I Congresso Nacional dos Estudantes, a UNE consolidou-se como a principal entidade de representação desse nível de ensino, articulando, desde sua origem, estudantes e professores em torno da defesa de direitos sociais no âmbito universitário e da necessidade de suporte financeiro para viabilizar a permanência estudantil. De acordo com Costa (2010, p. 57) foi durante o governo de Getúlio Vargas que a Casa do Estudante passou a receber significativas doações do governo federal, evidenciando as mediações entre organização estudantil, Estado e políticas públicas no período.

Entende-se que a regulamentação da UNE e a organização dos diretórios acadêmicos proporcionaram subsídios para o prosseguimento de outras conquistas sociais, referentes à Educação Superior e à introdução da assistência estudantil como direito para os estudantes nesse nível de ensino. Hoje, a UNE, em algumas questões, também representa os estudantes brasileiros internacionalmente.

A criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) insere-se no contexto das transformações políticas e sociais que marcaram o processo de redemocratização da sociedade brasileira na década de 1980. Conforme registrado pelo próprio Fórum, sua instalação ocorreu no período de 21 a 23 de outubro de 1987, em Manaus/AM, em um cenário caracterizado pela abertura política pós-ditadura militar, pelo fortalecimento das mobilizações sociais e pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que ampliou o debate em torno dos direitos sociais e das políticas públicas (Fonaprace, 2012).

O Fonaprace (2012) constitui-se como um coletivo nacional que congrega representantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), organizado a partir de cinco regionais, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, com o objetivo de articular as universidades federais em torno das políticas de promoção da permanência estudantil. Sua atuação tem sido central na reivindicação do reconhecimento da assistência estudantil como política pública, orientada ao atendimento das necessidades socioeconômicas dos estudantes e à promoção da inclusão social no âmbito da Educação Superior.

Desde sua criação, o Fórum passou a desempenhar papel estratégico na formulação de propostas e diretrizes para a assistência estudantil, expressando a preocupação com a permanência dos estudantes nas universidades federais em condições mínimas necessárias à qualidade do ensino. Conforme destacado pelo próprio Fonaprace (2012), já em meados da década de 1980, os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES reuniam-se de forma sistemática, tensionando o protagonismo do Ministério da Educação e Cultura (MEC) na definição de políticas, voltadas aos estudantes e buscando afirmar a assistência estudantil como dimensão constitutiva da política educacional.

A atuação do Fonaprace (2012) revela, portanto, que a assistência estudantil se constrói como campo de disputas políticas no interior do Estado, no qual diferentes projetos de universidade e de política social se confrontam, criando espaço contraditório para a relação entre democratização do acesso, permanência estudantil e financiamento público.

Nesse sentido, a atuação do Fonaprace (2012) evidencia a construção coletiva de uma agenda política, voltada à permanência estudantil que ultrapassa ações assistenciais pontuais e passa a reivindicar a institucionalização da assistência estudantil como política de direito. Contudo, esse movimento também se desenvolveu em meio a limites estruturais, especialmente relacionados ao financiamento público e às orientações do Estado, o que condicionou a materialização das propostas formuladas e manteve tensionada a relação entre expansão do acesso ao Ensino Superior e garantia efetiva de condições de permanência.

Com a intenção de pensar e dialogar sobre o espaço pluralizado das universidades, Conceição (2022, p. 71) registrou que, no período de 20 a 27 de maio de 1961, a UNE realizou, em Salvador/Bahia, um evento que resultou na elaboração de um documento denominado *A Declaração da Bahia*, confeccionado no “I Seminário Nacional da Reforma Universitária”. Promovido pela referida entidade representativa, o seminário reconheceu a necessidade de subsidiar os estudantes que não tinham condições financeiras para se manterem em seus cursos de graduação. No documento foi reivindicado que fossem concedidas, entre outras, “[...] bolsas

de estudos, restaurantes, habitação, assistência médico-odontológica-farmacêutica, assistência social [...]” (Declaração da Bahia, 1961, p. 17).

Santana (2014, p. 305) menciona que “[...] O serviço de assistência deverá ser planejado pelo MEC, através de seus departamentos especializados. O MEC deverá controlar a distribuição de bolsas, tanto as de organizações públicas como particulares, nacionais e estrangeiras”. Compreende-se que o processo de desenvolvimento da regularização da assistência estudantil encontra-se no interior das universidades e nas demandas dos estudantes universitários brasileiros. Essa regularização, naquele momento, estava submetida à instauração de uma política de controle de caráter conservador, por alinhar-se aos objetivos do Estado.

Mediante as regulamentações de diversas leis e constituições brasileiras que mencionam a assistência aos estudantes, torna-se evidente dizer que a assistência estudantil no país tem origem nas necessidades socioeconômicas dos estudantes das universidades públicas. A partir do golpe militar de 1964, sobretudo com o fortalecimento das ações dos movimentos sociais, a assistência estudantil passou a configurar-se como um objetivo a ser conquistado.

A assistência estudantil foi mencionada, inicialmente, na Constituição de 1934, no Capítulo II, que trata da Educação e da Cultura. Nela, destaca-se o artigo 157, que já determinava, em seu § 2º, que “[...] Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas⁵”, Brasil (1934).

Na Constituição Federal de 1946, essa regulamentação também foi mantida no artigo 172, que dispõe: “[...] Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (Brasil, 1946).

Com a intensificação dos movimentos sociais e reivindicatórios, destaca-se como conquista a edição do Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972, que instituiu o programa “Bolsa de Trabalho” (Brasil, 1972), implementado com o objetivo de promover a integração do estudante ao desenvolvimento social e econômico do país naquele período. Ressalta-se que o referido programa assistencial foi desenvolvido em articulação com o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério do Trabalho e Previdência Social. O Artigo 5 do decreto previa:

A distribuição de Bolsa de Trabalho a estudantes deverá aplicar-se prioritariamente àqueles carentes de recursos financeiros, mediante

⁵Passar uma temporada fora da zona de habitação habitual, a banhos, no campo ou viajando, para descansar dos trabalhos habituais; estar em vilegiatura. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/vilegiatura>. Acesso em: 10 jun. 2026.

investigação sumária de suas declarações, podendo ser estabelecida pelo Conselho Diretor uma escala preferencial por área de estudos, segundo a sua importância para o desenvolvimento nacional (Brasil, 1972).

O artigo estabelecia que, para ser contemplado pelo programa, o estudante deveria submeter-se a uma “investigação social”, seguida de uma “escala preferencial de importância”, de modo que sua participação representasse uma contribuição ao “desenvolvimento nacional”. O programa destinava-se a estudantes “carentes de recursos financeiros”, selecionados com base nessa investigação e em critérios de preferência relacionados às áreas de produção de conhecimento. Segundo o seu § 2º do Artigo 9, as tarefas poderiam estar ou não relacionadas com a formação escolar, pagando ao órgão ou entidade tomadora dos serviços o valor mensal da bolsa.

Em circunstâncias especiais, a estudantes comprovadamente carentes de recursos financeiros, poderá ser atribuída a ‘Bolsa de Trabalho’ para o desempenho de tarefas não diretamente relacionadas com a sua formação escolar, mediante contrato de trabalho, entregando-se ao órgão ou entidade tomadora dos serviços o valor mensal da Bolsa, como contribuição parcial do Programa para o atendimento dos Encargos salariais e previdenciários consequentes; preservada, em qualquer caso, a conciliação com o horário escolar do estudante (Brasil, 1972).

Por se tratar de estudantes carentes, as bolsas deveriam ser pagas diretamente aos estudantes, porém, não ocorria dessa forma, elas poderiam ser entregues aos órgãos ou entidades. Diante das inúmeras inadequações nas regras estabelecidas pelo Decreto nº 69.927/72, em 10 de maio de 1991 foi publicado um novo decreto, intitulado “Declaração de Revogação Permanente da Norma no Todo”, que revogou o Programa Bolsa de Trabalho.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito à educação e à assistência aos desamparados como direitos sociais (especificamente a assistência social). Nessa mesma perspectiva, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi promulgada por meio da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Brasil, 1961).

Em meio à evolução e efetivação dos processos históricos, políticos e sociais no Brasil, a LDB de 1961 tratou da assistência social escolar no Título XI – Da Assistência Social Escolar, estabelecendo, em seus Artigos 90 e 91:

Art. 90 – Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91 – A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, por meio de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (Brasil, 1961).

Segundo Kowalski (2012, p. 89), a LDB de 1961 “[...] colocava a assistência estudantil como um direito que deveria ser garantido de forma igual a todos os estudantes”. Essa afirmação tem como base o Artigo 94, que estabelece: “[...] a) bolsas gratuitas para custeio total ou parcial dos estudos; b) financiamento para reembolso dentro de prazo variável, nunca superior a quinze anos” e § 1º do mesmo artigo “[...] Os recursos a serem concedidos, sob a forma de bolsa de estudos, poderão ser aplicados em estabelecimentos de ensino reconhecido, escolhido pelo candidato ou seu representante legal”.

Essas disposições referem-se aos recursos financeiros provenientes da União, destinados aos estudantes por meio de bolsas de estudo ou financiamentos. Os recursos estavam submetidos a dois critérios: um de caráter gratuito e outro com possibilidade de reembolso. Nesse último caso, o valor seria destinado ao estabelecimento de ensino escolhido pelo candidato ou seu representante legal.

A Lei nº 4.024/61 também confirma que os discentes devem receber apoio por meio da assistência estudantil, ao determinar, no Artigo 9, como uma das competências do Conselho Federal de Educação (CFE): “[...] Ao Conselho Federal de Educação, além de outras atribuições conferidas por lei, compete: [...] n) estimular a assistência social escolar [...]” (Brasil, 1961).

[...] a LDB de 1961 destacava a Assistência Estudantil como um direito que deveria ser garantido de forma igualitária a todos os estudantes e a de 1996 fez menção para os estudantes da rede pública e privada e que já era prevista a assistência aos estudantes em todos os níveis de ensino (Conceição, 2022, p. 73).

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), ratifica e amplia a importância da assistência estudantil. Segundo o seu Artigo 70: “[...] Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino: [...] VI – concessão de bolsas de estudos a alunos de escolas públicas e privadas; [...] VIII – aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar” (Brasil, 1996).

Imperator (2017) discorre que:

Ainda na década de 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, que implantou programas de assistência aos estudantes, como Bolsas de Trabalho, através das quais eram proporcionadas oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares; e Bolsas de Estudo, por meio das quais o estudante recebia uma verba para sua manutenção, sem a realização de atividades em contrapartida. Também eram prioritários programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica. Destaca-se que tais ações estiveram respaldadas na LDB de

1961, segundo a qual cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente serviços de assistência educacional (Imperatori, 2017, p. 287).

Seguindo os marcos regulatórios para a efetivação da assistência estudantil como política pública garantidora de direitos, Imperatori (2017) registra que o governo federal criou o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Esse departamento tinha como objetivo orientar ações, voltadas aos estudantes em nível nacional, assegurando a continuidade das atividades promovidas pela assistência estudantil. A ênfase recaía sobre os serviços de assistência educacional, especialmente nos programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica.

De acordo com o Fonaprace (1997), o DAE foi extinto em 1980. Conceição (2022) aponta que:

No início de 1980, o governo passou a efetivar ações relacionadas à Política de Assistência Estudantil, porém, a maior preocupação dele encontrava-se em torno de políticas direcionadas ao ensino fundamental e médio. Em 1983, criou-se a Fundação de Assistência ao Estudante, que servia como um instrumento para o Ministério da Educação e Cultura executar a Política Nacional de Assistência ao Estudante, em níveis da educação pré-escolar e de 1º e 2º graus (assim denominados naquele período), essa fundação não abrangia o desenvolvimento de ações voltadas para o Ensino Superior, sendo extinta em 1997 (Conceição, 2022, p. 74-75).

Discorre-se que, inicialmente, a CF/88 e a LDB nº 9.394/96 foram omissas quanto ao tema específico da assistência estudantil. No entanto, diante das possibilidades de implementação de ações, voltadas a estudantes em situações de vulnerabilidade, evidenciam-se as orientações contidas nesses diplomas legais. A CF/88, em seu Artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Já a LDB nº 9.394/96 incluiu, em sua redação, os seguintes parágrafos:

§ 3º do Art. 79, No que se refere à Educação Superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais” incluído pela Lei nº 12.416/2011; Art. 79-C, § 3º “Na Educação Superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas efetivar-se-á mediante a oferta de ensino bilíngue e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais, incluído pela Lei nº 14.191, de 2021 (Brasil, 1996).

Os dois atos administrativos, emitidos pelo chefe do Poder Executivo na LDB, forneceram a base legal para a inclusão da assistência estudantil como política social pública

garantidora de direitos. A CF/88 permanece sem mencionar explicitamente a assistência estudantil. Dessa forma, a implementação dessa política nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ocorreu principalmente por meio da atuação de entidades como o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e do movimento estudantil organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), conforme o próprio Fonaprace destaca: “[...] O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace definiu, como meta prioritária, trabalhar na sistematização de uma proposta de política de assistência ao estudante” (Fonaprace, 1996, p. 3).

A partir dessa situação, o Fonaprace desenvolveu um estudo sistemático nas Ifes para determinação do perfil socioeconômico e cultural de seus estudantes essencial ao debate, formulação e implantação de políticas sociais que garantam a permanência dos alunos de graduação no interior das Instituições. Os resultados preliminares desse estudo estão contidos no presente relatório, que tem o objetivo de subsidiar a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes - na definição das políticas de assistência. Para tanto, buscou-se nas IFES : ☐ Elaborar um instrumento de pesquisa capaz de fornecer os dados necessários ao delineamento do perfil dos estudantes; ☐ Caracterizar as diferenças socioeconômicas e culturais existentes entre os estudantes; ☐ Traçar o perfil socioeconômico e cultural, de saúde e de expectativas profissionais dos alunos da graduação; ☐ Dimensionar a assistência praticada e levantar a demanda potencial em âmbito local, regional e nacional, buscando indicadores que possam fundamentar a definição de políticas sociais (Fonaprace, 1996, p. 3).

Em 1996, o FONAPRACE realizou o primeiro levantamento amostral do perfil socioeconômico dos alunos de Graduação das IFES. Nesse mesmo período, elaborou e encaminhou ao governo federal um documento de apresentação do fórum e a I Pesquisa de Perfil Socioeconômico dos Estudantes, formalizando a solicitação de inclusão de questões relacionadas à assistência estudantil no Plano Nacional de Educação (PNE).

Registra-se que: “O FONAPRACE realizou duas pesquisas nacionais para traçar o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação das IFES. A primeira entre 1996 e 1997 e a segunda entre 2003 e 2004” (Brasil, s.d.).

As políticas de inclusão, em especial as várias modalidades de ações afirmativas⁶ e o programa de expansão das universidades, já começam a mudar a configuração da população universitária. O percentual de estudantes

⁶Embasados na Lei nº 12.711/2012, atualizada pela Lei nº 14.723/2023, entende-se por Políticas de Ações Afirmativas, medidas adotadas pelo Estado, utilizando a equidade para corrigir desigualdades históricas e proporcionando a inclusão social de grupos fragilizados. Trata-se de reparação histórica, buscando oportunizar equidade social para quem sofreu exclusão social no decorrer das décadas por discriminação racial, etnia, gênero, deficiência ou outros tipos. Essas medidas têm o objetivo de promover a inserção de pessoas ou grupos em determinado contexto geográfico social como na Educação Superior, seguem os exemplos delas: a reserva de vagas em instituições federais para estudantes negros, indígenas, quilombolas e oriundos de escolas públicas.

de raça/cor/etnia/preta aumentou em quase 50% em relação a 2004. Este aumento ocorreu em todas as regiões, com destaque para a região Norte, com um aumento de quase 100% e para a região Nordeste, com um aumento de quase 50%. O conjunto dos estudantes de raça/cor/etnia/preta e parda aumentou quase 20%, com maior concentração nas classes C, D e E (22%). Entretanto, pode-se destacar que o percentual verificado para os estudantes que se declararam de cor parda e preta (40,8%), embora tenha apresentado expressivo crescimento entre os últimos levantamentos (2004 e 2010), é ainda inferior aos 50,7% apurados pelo Censo 2010 do IBGE. Também é preocupante a diminuição da representação dos povos indígenas nas universidades públicas federais. Este dado leva à conclusão de que a continuidade e aceleração das ações afirmativas são necessárias para melhor representar a população brasileira no Ensino Superior público e gratuito (Andifes, 2011, p. 44).

Os representantes do Fonaprace defendem a inclusão de estudantes em situações de vulnerabilidade nas instituições de Ensino Superior, considerando que a democratização desta modalidade não se limita ao acesso. Para eliminar barreiras e reduzir desigualdades, é também necessária a oferta de condições concretas para a permanência dos estudantes nas universidades públicas.

Após um longo período, marcado por iniciativas fragmentadas e pela ausência de um marco legal específico, a assistência estudantil passou a ocupar lugar mais definido na agenda das políticas educacionais a partir das pressões exercidas por movimentos estudantis, entidades representativas e fóruns institucionais, como o Fonaprace (um órgão de representação e articulação política das universidades públicas brasileiras) que funciona ligado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Nesse contexto, intensificaram-se, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), os debates em torno da necessidade de criação de um programa nacional capaz de sistematizar e orientar as ações voltadas à permanência dos estudantes nas instituições federais de Ensino Superior.

Como resultado desse processo, em 12 de dezembro de 2007, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), inicialmente por meio da Portaria Normativa nº 39/2007, com implementação prevista a partir de 2008. Posteriormente, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, conferiu maior institucionalidade ao programa, ao estabelecer que o Pnaes tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior pública federal, direcionando recursos para ações como moradia, alimentação, transporte, saúde e apoio pedagógico (Brasil, 2010).

A institucionalização do Pnaes representou um avanço no reconhecimento da assistência estudantil como componente da política educacional, ao vinculá-la formalmente à permanência

dos estudantes nos cursos de Graduação das instituições federais. Entretanto, sua implementação manteve-se condicionada às diretrizes orçamentárias do governo federal e à autonomia administrativa das universidades, o que resultou em diferentes formas de operacionalização e em limites concretos quanto à cobertura e à universalização do atendimento.

Diante dessas limitações, e como resposta às reivindicações históricas por maior estabilidade normativa e ampliação da política, foi promulgada a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que passou a dispor sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil. A nova legislação ampliou a abrangência das ações e programas vinculados à assistência estudantil, reconhecendo formalmente um conjunto diversificado de benefícios, serviços e iniciativas voltadas à permanência dos estudantes no Ensino Superior público.

Apesar de representar um marco legal importante, a promulgação da Lei nº 14.914/2024 não elimina as contradições estruturais que atravessam a assistência estudantil no Brasil. A efetivação dessa política permanece condicionada à disponibilidade de recursos financeiros, às prioridades governamentais e às formas de gestão adotadas pelas instituições, mantendo tensionada a relação entre o reconhecimento formal da assistência estudantil como política de direito e sua materialização concreta no cotidiano das universidades públicas. Nesse marco normativo, a lei estabelece um conjunto ampliado de programas, benefícios e serviços voltados à permanência estudantil, conforme descrito a seguir:

- I - Programa de Assistência Estudantil (PAE);
- II - Programa de Bolsa Permanência (PBP);
- III - Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases);
- IV - Programa Estudantil de Moradia (PEM);
- V - Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate);
- VI - Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir);
- VII - Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe);
- VIII - Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB);
- IX - Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS);
- X - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes);
- XI - Benefício Permanência na Educação Superior;
- XII - oferta de serviços pelas próprias instituições federais de Ensino Superior e pelas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica;
- XIII - outras ações tornadas públicas por meio de ato normativo do Ministro de Estado da Educação, observada a compatibilização dessas ações com as dotações orçamentárias existentes, e desde que não haja prejuízos aos programas e às ações constantes dos incisos I a XII do *caput* deste artigo (Brasil, 2024).

A partir dessa ampliação normativa, observa-se o alargamento do campo de ação destinado aos beneficiários da política, bem como a expansão do escopo de atuação das instituições federais de Ensino Superior no sentido de “garantir” a permanência dos discentes em seus cursos, ampliando as possibilidades de formação acadêmica. Contudo, a materialização dessas ações permanece condicionada às determinações orçamentárias e institucionais, o que reforça o caráter contraditório da assistência estudantil enquanto política social.

Entre as regulamentações, em 2007, registra-se um acontecimento muito importante para a assistência estudantil, que foi a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril⁷, que, assim como outras políticas de governo, encontra-se no movimento de expansão do capital. Para Conceição (2022, p. 49), o Reuni “[...] é visto como uma estratégia de ação e uma das políticas centrais implementadas pelo governo Lula, tem como objetivo a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência de discentes na Educação Superior”.

A ampliação das políticas de inclusão está disposta na Lei nº 13.005⁸, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). As inovações foram marcantes para discentes na Educação Superior, dessa maneira, surgem políticas de expansão para as universidades públicas de ampliação e de democratização do acesso e para a permanência no Ensino Superior, com programas como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e a Lei de Cotas nº 12.711/2012⁹, que dispõe sobre a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e de baixa renda, sendo atualizada em 2023 pela Lei nº 14.723¹⁰.

O Programa Universidade para Todos (Prouni) também contribui para o alargamento de ofertas de bolsas de estudos, integrais e parciais (com 50% do valor da mensalidade do curso) para cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições de Educação

⁷ BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF, Presidência da República [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 16 jul. 2025.

⁸ BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República [2014]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 16 jul. 2025.

⁹ BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 16 jul. 2025.

¹⁰ BRASIL. **Lei nº 14.723, de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o sistema de cotas nas instituições federais de ensino. Brasília, DF, Presidência da República [2023]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14723&ano=2023&ato=06bITW650MZpWTc42>. Acesso em: 16 jul. 2025.

Superior privadas. O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é administrado pelo MEC, reunindo as vagas disponíveis por meio de um sistema eletrônico “[...] por instituições públicas de Ensino Superior de todo o Brasil, sendo a grande maioria delas ofertada por instituições federais (universidades e institutos). O sistema executa a seleção dos estudantes com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)”¹¹.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), também gerido pelo MEC, foi criado em 2001 pela Lei nº 10.260¹², de 12 de julho, tendo como objetivo analisar e conceder financiamentos a estudantes em cursos superiores pagos, ofertados em instituições de Educação Superior, como condicionalidade aderidas ao programa.

Com a implementação dos referidos programas, alterou-se a representação socioeconômica dos ingressantes no Ensino Superior e houve a expansão das vagas, alteração do perfil e das demandas pela assistência ao estudante, todavia, tem-se dificuldades e contradições apresentadas pelos estudantes. A assistência estudantil é uma lei que veio ao encontro das necessidades oriundas da graduação de discentes em situações de vulnerabilidades. Porém, anteriormente, na contramão das necessidades apresentadas, o Artigo 71 da LDB/96, em seu inciso IV, refere-se a não responsabilização do Estado com o custeamento dessa política: “[...] Não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social”¹³.

Conceição (2022) se posicionou a esse respeito:

Ressalta-se que existem ambiguidades nas determinações do Estado, por um lado o Estado estabelece leis e decretos que garantam as condições mínimas para que os estudantes permaneçam em seus cursos até as suas diplomações, por outro se retira transferindo para o particular as suas responsabilidades (Conceição, 2022, p. 79).

Com o propósito de oferecer maior visibilidade às conquistas e maior abrangência na política de Educação Superior, as regulamentações contribuíram para o reconhecimento da assistência estudantil como política pública, do mesmo modo que, a política de educação está

¹¹ BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema de Seleção Unificada (SiSU)**: informações gerais. Brasília, DF: MEC, [s.d.]. Disponível em: <https://sisu.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 out. 2025.

¹² BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República [2001]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em: 14 out. 2025.

¹³ BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, Presidência da República [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 out. 2025.

relacionada aos direitos da população para o acesso à universidade pública. Nesse contexto, surgem os problemas decorrentes do acesso e para a permanência dos discentes na Educação Superior, alcançando notoriedade para serem discutidos nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários/Estudantis e nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Silva, Conceição e Nascimento (2021) observam que:

Se por um lado temos as políticas de ações afirmativas sendo destinadas a grupos que foram/são historicamente discriminados e/ou que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, por outro, evidenciamos a política de assistência estudantil realizando ações para garantir que esses grupos permaneçam nas Instituições de Ensino Superior – IES e concluam seus cursos através de condições materiais e simbólicas. Nesse sentido, as duas políticas chamam a atenção para as possibilidades de engajamento de discentes na Educação Superior nas dimensões de acesso e permanência (Silva; Conceição; Nascimento, 2021, p. 12).

A assistência estudantil no Brasil, em sua fase inicial e na atualidade, caracteriza-se por uma resposta do governo em relação às condições mais equitativas de acesso e permanência de discentes em situações de vulnerabilidades no Ensino Superior público. Nesse movimento é que a Política de Assistência Estudantil caminha para a sua efetivação, como necessária para discentes do ensino público federal, por se tratar de direitos a estudantes em situações de vulnerabilidades que necessitam de programas, benefícios e serviços de assistência estudantil.

Com o Pnaes/2010 até os dias atuais, o que se prevê, em nível nacional, no âmbito do Ensino Superior nas instituições públicas federais, em relação à assistência estudantil, é referente às políticas sociais públicas. Conceição (2022, p. 76) fala “[...] de perspectiva de garantia de direitos a estudantes em situações de vulnerabilidades, entendendo esta como um conjunto de ações emanadas do Estado e operacionalizadas nas universidades públicas”.

Essas contradições incidem diretamente sobre o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil, que passa a atuar como mediador (a) entre a ampliação formal dos direitos, os limites institucionais e orçamentários da política e as demandas concretas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Dessa forma, a compreensão da assistência estudantil como política social pública, orientada normativamente pela perspectiva da garantia de direitos, exige considerar as condições concretas de sua operacionalização no interior das instituições federais de Ensino Superior. As contradições entre a ampliação formal dos direitos e os limites institucionais e orçamentários que condicionam a materialidade da política incidem diretamente sobre o trabalho do(a) assistente social, que atua no cotidiano institucional, mediando demandas

crescentes, recursos restritos e diretrizes normativas. É nesse cenário que se torna fundamental analisar como os recursos destinados à assistência estudantil são disponibilizados e alocados, bem como de que modo essas determinações influenciam a cobertura, o alcance e os limites da política, aspecto que será examinado na subseção seguinte, a partir da realidade da Universidade Federal do Pará.

2.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPA: recursos, demanda e cobertura institucional

Essa subseção tem como objetivo analisar a materialidade da assistência estudantil na Universidade Federal do Pará, considerando os recursos disponibilizados, a demanda apresentada pelo corpo discente e a cobertura institucional, alcançada pela política no período recente. Parte-se do entendimento de que a efetivação da assistência estudantil, enquanto política social pública, está diretamente condicionada às determinações orçamentárias, às formas de gestão institucional e às particularidades regionais que caracterizam a realidade amazônica, elementos que incidem sobre o alcance e os limites da política no âmbito da universidade pública.

A análise desenvolvida toma como referência dados institucionais, relativos ao ingresso discente, aos quantitativos de estudantes atendidos pelos programas, benefícios e serviços de assistência estudantil, bem como às informações orçamentárias da UFPA, buscando apreender as contradições entre a ampliação do acesso ao Ensino Superior e a capacidade institucional de garantir condições efetivas de permanência. Ao examinar esses dados, pretendeu-se evidenciar como a relação entre recursos, demanda e cobertura institucional conforma o cenário no qual se insere o trabalho do(a) assistente social, responsável por operacionalizar a política em um contexto marcado por restrições materiais, seletividade no acesso e intensificação das requisições institucionais.

E, para o custeio das despesas referentes à assistência estudantil, a Pnaes realiza repasses financeiros, assim como a UFPA também arrecada e destina verbas para a manutenção dos auxílios, gastos primários, manutenção predial, manutenção de aparelhos de refrigeração e outras despesas. A seguir, encontram-se demonstrados os quantitativos de inscritos nos processos seletivos PS e PSE entre os anos de 2020 e 2022, fazendo um comparativo, buscando se houve aumento em números de discentes ingressantes na UFPA.

Tabela 1 – Quantitativos de discentes na UFPA entre os anos de 2020 e 2022

Processos Seletivos	Inscritos	Vagas Ofertadas	Vagas Preenchidas
Ano base: 2020			
Processo Seletivo (PS)	93.759	7.143	6.968
P. S. Especial (PSE)	5.821	1.206	1.112
Ano base: 2021			
Processo Seletivo (PS)	79.883	7.355	7.018
P. S. Especial (PSE)	11.001	1.730	1.132
Ano base: 2022			
Processo Seletivo (PS)	55.086	7.344	6.546
P. S. Especial (PSE)	9.743	1.440	986

Fonte: UFPA em Números.

A análise dos dados apresentados na Tabela 1 evidencia que, no período de 2020 a 2022, o quantitativo de candidatos inscritos nos processos seletivos da Universidade Federal do Pará manteve-se significativamente superior ao número de vagas ofertadas, revelando a persistência de uma demanda reprimida por acesso ao Ensino Superior público. Observa-se que, no Processo Seletivo (PS), o número de inscritos passou de 93.759, em 2020, para 79.883, em 2021, e para 55.086, em 2022, registrando decréscimos de 14,79% e 31,04%, respectivamente. No Processo Seletivo Especial (PSE), por sua vez, houve crescimento expressivo no número de inscritos entre 2020 e 2021, seguido de redução em 2022, o que indica oscilações na procura por modalidades específicas de ingresso.

Embora o número de vagas ofertadas tenha se mantido relativamente estável no período analisado, tanto no PS quanto no PSE, os dados demonstram que a relação entre inscritos e vagas permanece profundamente desigual, evidenciando que o acesso à universidade pública ainda se configura como um bem restrito. Tal cenário expressa os limites estruturais da política de expansão do Ensino Superior, que não acompanha, em igual proporção, a crescente demanda social por formação universitária, especialmente entre estudantes, oriundos das classes trabalhadoras.

No que se refere às vagas preenchidas, constata-se que a UFPA tem logrado ocupar a maior parte das vagas ofertadas, o que demonstra eficiência administrativa no provimento das vagas disponíveis. Entretanto, esse dado não pode ser interpretado de forma isolada, uma vez que a elevada taxa de preenchimento convive com um contingente expressivo de candidatos não atendidos, reforçando a seletividade do acesso ao Ensino Superior público federal.

Nesse sentido, os dados relativos ao ingresso discente permitem compreender que a ampliação do acesso à universidade pública, embora relevante, ocorre de forma limitada e não elimina as desigualdades estruturais que condicionam o acesso ao Ensino Superior. Tal realidade incide diretamente sobre a política de assistência estudantil, uma vez que a ampliação, ainda que parcial, do ingresso de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica intensifica a demanda por programas, benefícios e serviços, voltados à permanência, sem que haja, necessariamente, a correspondente ampliação de recursos institucionais.

Essa contradição entre demanda social crescente e capacidade institucional limitada constitui o pano de fundo no qual se insere o trabalho do(a) assistente social na UFPA, responsável por operacionalizar a política de assistência estudantil em um contexto marcado por escassez de recursos, seletividade no acesso aos auxílios e intensificação das requisições institucionais, aspecto que será aprofundado na análise dos dados referentes aos programas e benefícios da assistência estudantil.

A seguir, apresenta-se três tabelas com os demonstrativos dos auxílios e serviços que foram disponibilizados para os discentes entre os anos de 2020 e 2022. As siglas são correspondentes aos seguintes programas: Programa de Apoio Pedagógico (Proap) – “[...] visa, por meio de projetos, auxílios e serviços, vinculados ao Projeto de Apoio Pedagógico (PROAP), ao desenvolvimento de ações de atividades de acolhimento, orientação, acompanhamento e assessoramento pedagógico” (Proaes, 2024, p. 63); Programa Permanência – refere-se à possibilidade de acesso e permanência de estudantes em situações de vulnerabilidades em instituições federais de ensino, por meio de ações de assistência estudantil, como moradia, alimentação, transporte e saúde, visando reduzir a evasão escolar e promover a inclusão social, preconizada na Lei nº 14.914/2024;

O Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação (PBP/MEC) corresponde à seleção de “[...] discentes indígenas e quilombolas vinculados a cursos de graduação da UFPA de modalidade extensiva (regular) ou intensiva (intervalar), cursando exclusivamente a primeira graduação, com a finalidade de viabilizar a permanência dos (as) estudantes no curso de graduação” (I.N. nº 08/Proaes/UFPA/2025);

Projeto Rede de Apoio Psicossocial aos Estudantes da UFPA (Prorede) – “[...] objetiva realizar assistência de forma sistemática aos discentes, principalmente os em situação de sofrimento psíquico, por meio de acolhimento/acompanhamento psicoeducacional, psicossocial, com foco na promoção de cuidados e prevenção de adoecimentos da Saúde Mental” (I.N. nº 12/Proaes/UFPA/2025);

Programa Institucional de Acessibilidade (Proaccess); Programa Estudante Saudável (PES) – Serviço de Apoio à Saúde Estudantil a discentes de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal do Pará; Projeto de Apoio à Atividade Acadêmica (Probolsa) – refere-se à [...] concessão de bolsa referente ao Projeto de Apoio à Atividade Acadêmica (Probolsa), contribuindo para a permanência com qualidade até a integralização do curso de graduação” (I.N. nº 08/Proaes/UFPA/2025);

Programa Casa de Estudantes Universitários (Proceus) – o edital é direcionado para “[...] discentes dos cursos de Graduação da UFPA, modalidade extensiva (regular), em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cursando prioritariamente a primeira Graduação, para a concessão de novas vagas e vagas de renovação na Casa do Estudante Universitário-*Campus* Belém [...] (Edital nº 11/Proaes/UFPA/2025); Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) – é um acordo firmado entre o governo brasileiro com países em desenvolvimento para estudantes que queiram cursar a Graduação gratuitamente em universidades públicas brasileiras, sendo administrado pelos Ministérios das Relações Exteriores e pelo Ministério da Educação-MEC.

Tabela 2 – Quantidade de alunos assistidos pelos programas de assistência e integração estudantil em 2020

Programas	Quantitativos de Discentes Assistidos
Proap	6.914
Permanência	5.101
PBP/MEC	1.416
Prorede	222
PROaccess	351
PES	151
Probolsa	184
Proceus	73
PEC-G-Bolsa Promisaes	1.416
Total	14.418

Fonte: UFPA em Números.

A leitura dos dados referentes ao ano de 2020, apresentados na Tabela 2, permite identificar o volume de auxílios, programas e serviços ofertados no contexto inicial da série histórica analisada. O quantitativo de discentes assistidos evidencia a centralidade da assistência estudantil na permanência acadêmica, ao mesmo tempo em que revela a amplitude das demandas direcionadas à política, especialmente em um cenário marcado por desigualdades socioeconômicas que atravessam o perfil discente da UFPA.

Ao avançar para a análise dos dados de 2021, torna-se possível observar alterações significativas na distribuição dos auxílios e serviços ofertados, conforme demonstrado na

Tabela 3. As variações registradas entre os programas indicam que a oferta da assistência estudantil não se mantém de forma linear, sendo fortemente influenciada por condicionantes institucionais e orçamentários, o que repercute diretamente na cobertura da política e na capacidade de resposta às demandas estudantis.

Tabela 3 – Quantidade de alunos assistidos pelos programas de assistência e integração estudantil em 2021

Programas	Quantitativos de Discentes Assistidos
Proap	6.627
Permanência	4.006
PBP/MEC	1.417
Prorede	Não registrou
Proaccess	183
PES	490
Probolsa	382
Proceus	31
PEC-G-Promisaes	9
Total	13.145

Fonte: UFPA em Números.

A comparação entre os dados de 2021 e 2022 evidencia movimentos distintos no interior da política de assistência estudantil da UFPA. Conforme apresentado na Tabela 3, observa-se, em 2021, uma redução no quantitativo total de auxílios concedidos em relação ao ano anterior, o que expressa a vulnerabilidade da política frente às restrições orçamentárias e às instabilidades institucionais que marcaram o período.

Em contrapartida, os dados de 2022, sistematizados na Tabela 4, revelam um aumento expressivo no número de discentes assistidos, indicando um esforço institucional de ampliação da cobertura da política. Esse movimento, contudo, não pode ser interpretado de forma isolada ou linear, uma vez que a ampliação dos auxílios ocorre em um contexto no qual a demanda por assistência estudantil permanece elevada, e os recursos disponíveis continuam insuficientes para atender à totalidade dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Tabela 4 – Quantidade de alunos assistidos pelos programas de assistência e integração estudantil em 2022

Programas	Quantitativos de Discentes Assistidos
Proap	9.041
Permanência	5.606
PBP/MEC	1.477
Prorede	1.173
Proaccess	542
PES	231
Probolsa	137
Proceus	130
PEC-G	4
Total	18.341

Fonte: UFPA em Números.

A análise comparativa dos dados referentes aos anos de 2020, 2021 e 2022 evidencia que a assistência estudantil na UFPA se configura como uma política, marcada por oscilações na oferta de auxílios e serviços, fortemente condicionadas pelas determinações orçamentárias e institucionais. Ainda que se observe, em determinados períodos, a ampliação do quantitativo de discentes atendidos, essa expansão não se traduz em universalização do acesso à política, mantendo-se a seletividade como elemento estruturante da assistência estudantil.

O conjunto desses programas evidencia que, embora a assistência estudantil tenha ampliado seu escopo de atuação, sua materialização permanece condicionada à lógica da seletividade e da gestão da escassez, o que impõe desafios permanentes ao trabalho do(a) assistente social na mediação entre direitos formalmente reconhecidos e demandas concretas dos estudantes.

Esse cenário evidencia a contradição central que atravessa a política de assistência estudantil na universidade: a coexistência entre a ampliação do ingresso de estudantes, oriundos das classes trabalhadoras e a limitação dos recursos destinados à permanência acadêmica. Tal contradição incide diretamente sobre o trabalho do(a) assistente social que, no cotidiano institucional, atua na mediação entre demandas crescentes, critérios de seleção e recursos restritos, sendo chamado a operacionalizar uma política social que se realiza sob condições materiais limitadas.

Em relação aos quantitativos de discentes assistidos pela assistência estudantil da Proaes/UFPA, observa-se que, no ano de 2020, foram disponibilizados 14.418 auxílios e serviços; para o ano de 2021, 13.145 auxílios e serviços, com uma diminuição de 1.273 auxílios e serviços, o que corresponde a menos 8,83%, aproximadamente; e, em 2022, foram 18.341, havendo aumento de 5.196 auxílios e serviços, 39,53%, aproximadamente.

É preciso lembrar que existe um aumento no quantitativo de discentes, em situação de vulnerabilidade, recebendo os auxílios da UFPA, entre os anos de 2020 a 2022, observa-se que, um discente pode ser assistido por mais de um programa, por benefício ou por serviços. Nesse sentido, são disponibilizadas para todos os discentes as duas principais refeições sem qualquer custo financeiro a eles e para os discentes em geral é cobrado o valor de R\$ 1,00, por refeição. Outro fato é que nem todos os discentes que realizam algum curso na UFPA são contemplados com algum tipo de programa, benefício ou serviço que para acessá-los, eles devem se inscrever no Cadastro Geral-CadGest, cumprir as condicionalidades e ser considerados deferidos. Nesses aspectos, a disponibilidade orçamentária é fundamental para o funcionamento da assistência estudantil na UFPA.

As condicionalidades para o ingresso e permanência no CadGest estão contidas no próprio edital, no Art. 12. “[...] Estar regularmente ativo em curso de graduação presencial, modalidade extensiva (regular) ou intensiva (intervalar) [...]”; “[...] Ter preenchido o formulário de inscrição on-line no Sistema Gerencial de Assistência Estudantil (SIGAEST) [...]”; “[...]Ter apresentado, dentro dos prazos previstos neste edital, toda a documentação exigida” e “[...]Comprovar renda *per capita* mensal de até um salário mínimo e meio vigente”, após o (a) candidato (a) ter preenchido os requisitos das condicionalidades, será feita análise socioeconômica pelos (as) Assistentes Sociais, o Art. 23. do referido edital, diz que: “[...] A análise socioeconômica é condição para compor o CADGEST, que pretende conceder o acesso aos programas e projetos da PROAES que abrangem os auxílios financeiros, bolsas e serviços de assistência estudantil, desde que atendidas as condicionalidades previstas”.

Seguindo as análises contidas nas tabelas (2, 3 e 4), o maior quantitativo de serviços realizados e auxílios pagos foi no ano de 2022 e o menor no ano de 2021, o que representou uma diferença de menos de mil auxílios pagos, significa que são mais de mil alunos que não tiveram as suas demandas atendidas. As informações, presentes nas tabelas, mostram que os dados referentes à expansão universitária ainda não atendem à totalidade de alunos inscritos para entrarem na universidade, os investimentos feitos pelo governo federal e os arrecadados pela UFPA não suprem as necessidades da universidade em sua totalidade. Mais ainda, a conjuntura atual pode indicar que a intenção governamental é a de investir em universidades públicas, mas, o que se constata é a redução dos repasses de verbas para as universidades e consequentemente para a assistência estudantil

Com base nas informações contidas na Tabela 1, entende-se que existe uma população que demanda por acesso ao Ensino Superior público e, consequentemente, pela política de assistência estudantil, cujo acesso é resultado de uma luta histórica que encontrou nos últimos

anos um espaço político para atendimento parcial dessas necessidades, todavia, com indicações de retração e diminuição de investimentos para a política de educação.

Mais adiante, encontram-se exibidos três quadros, nos quais constam o orçamento previsto para a execução de arrecadação própria primária de livre aplicação, de próprio financeiro e de convênios (que são os acordos formais firmados com outras instituições públicas ou privadas ou órgãos para viabilizar objetivos comuns, como pesquisa, ensino e extensão, aluguel de espaços físicos). Nos quadros (1, 2 e 3) é possível perceber que há uma diminuição progressiva nos recursos arrecadados, iniciando, no ano de 2022, com mais de vinte e cinco milhões e decrescendo no ano de 2024 arrecadando um pouco acima de vinte e um milhões, conseqüentemente, esses valores diminuídos apresentam-se na contramão das necessidades existentes na UFPA que se apresenta de forma aritmética linear.

Tabela 5 – Orçamento previsto para execução de recursos arrecadados ano/2022

Nº	Fonte	Descrição	Custeio	Capital	Total
01	150	Recursos próprios primário de livre aplicação	R\$ 20.669.153,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 21.669.153,00
02	180	Recursos próprios financeiros	R\$ 258.372,00		R\$ 258.372,00
03	181	Recursos de Convênios	R\$ 3.959.159,00		R\$ 3.959.159,00
TOTAL			R\$ 24.886.684,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 25.886.684,00

Fonte: PGO/2022.

Tabela 6 – Orçamento previsto para execução de recursos arrecadados ano/2023

Nº	Fonte	Descrição	Custeio	Capital	Total
01	1050	Recursos primário livre da unidade orçamentária-UO	R\$ 18.504.209,00	R\$ 963.072,00	R\$ 19.467.281,00
02	1051	Recursos próprios da UO para aplicação exclusiva em despesa de capital		R\$ 699.973,00	R\$ 699.973,00
03	1081	Convênios	R\$ 2.277.528,00		R\$ 2.277.528,00
TOTAL			R\$ 20.781.737,00	R\$ 1.663.045,00	R\$ 22.444.782,00

Fonte: PGO/2023.

Tabela 7 – Orçamento previsto para execução de recursos arrecadados ano/2024

Nº	Fonte	Descrição	Custeio	Capital	Total
01	1050	Recursos primário livre da unidade orçamentária-UO	R\$ 14.734.800,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 17.734.800,00

02	1051	Recursos próprios da UO para aplicação exclusiva em despesa de capital		R\$ 699.981,00	R\$ 699.981,00
03	1081	Convênios	R\$ 3.101.083,00		R\$ 3.101.083,00
TOTAL			R\$ 17.835.883,00	R\$ 3.699.981,00	R\$ 21.535.864,00

Fonte: PGO/2024.

A análise das Tabelas 5, 6 e 7 permite apreender o comportamento do orçamento previsto para execução dos recursos arrecadados pela UFPA nos anos de 2022, 2023 e 2024, evidenciando uma tendência de redução progressiva dos valores disponíveis, especialmente no que se refere aos recursos próprios primários de livre aplicação. Observa-se que, no período analisado, há uma diminuição significativa do montante global arrecadado, ao mesmo tempo em que se mantém, ou mesmo se amplia, a demanda institucional por ações, voltadas à permanência estudantil.

Essa retração orçamentária revela uma contradição estrutural da política de assistência estudantil no âmbito da universidade pública: enquanto se intensificam as exigências institucionais relacionadas à ampliação do acesso, à permanência e à conclusão dos cursos de Graduação, os recursos financeiros destinados à sustentação dessas ações apresentam comportamento decrescente. Tal cenário evidencia que a materialização da assistência estudantil permanece condicionada à lógica de ajuste fiscal e às prioridades estabelecidas pelo governo, o que limita a capacidade institucional de responder de forma universal às demandas dos estudantes.

Os dados orçamentários também indicam que a composição das fontes de recursos ‘sofre’ alterações ao longo do período, com maior dependência de convênios e de recursos específicos para determinadas finalidades, o que pode fragilizar o planejamento e a execução continuada das ações de assistência estudantil. A diminuição dos recursos de livre aplicação restringe a autonomia institucional para o redirecionamento orçamentário, tornando a política mais vulnerável a contingenciamentos e instabilidades financeiras.

Nesse contexto, a análise dos quadros orçamentários reforça que a assistência estudantil na UFPA se realiza sob condições materiais limitadas, o que impacta diretamente a cobertura dos programas, benefícios e serviços ofertados. A insuficiência de recursos frente à demanda existente, tende a reforçar mecanismos de seletividade no acesso à política, deslocando para o processo de operacionalização — e, conseqüentemente, para o trabalho do(a) assistente social — a gestão cotidiana das contradições entre direitos formalmente reconhecidos e possibilidades reais de atendimento.

Assim, os dados financeiros apresentados não devem ser compreendidos apenas como informações contábeis, mas como expressão concreta das determinações que incidem sobre a política de assistência estudantil e sobre o trabalho profissional nela inserido. A redução progressiva dos recursos evidencia os limites estruturais para a consolidação da assistência estudantil como política de direito, ao mesmo tempo em que intensifica as requisições dirigidas aos assistentes sociais, responsáveis por mediar, no cotidiano institucional, a relação entre orçamento restrito, normativas institucionais e demandas sociais dos estudantes.

Discorremos que a Lei Orçamentária Anual é um instrumento jurídico formal que prevê receitas e fixa despesas para um determinado ano/exercício financeiro, assim, “[...] Na LOA 2024, foram autorizados R\$ 21.535.864,00 (vinte e um milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e oitocentos e sessenta e quatro reais) de dotação orçamentária para as arrecadações nas Fontes 1050, 1051 e 1081” (PGO, 2024, p. 32). A UFPA também arrecada crédito orçamentário recebido pelas Matrizes de Distribuição e Programas Federais e recursos de Emendas Parlamentares.

O Plano de Gestão Orçamentária (PGO) registrou que: “[...] O orçamento da UFPA, comparado ao ano de 2021, foi baseado em um profundo corte orçamentário, o maior das duas últimas décadas, teve elevação na LOA 2022 corresponde a 20,33% em despesas discricionárias, o equivalente a R\$ 28.167.877,00” (PGO, 2022, p.25). Ele também anotou que “[...] No PGO 2024, foi disponibilizado R\$ 9.231.944,00 (nove milhões, duzentos e trinta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais) para essa atuação. O valor ainda é cerca de 18% menor que o alocado em 2020 devido, principalmente aos cortes orçamentários dos últimos anos [...]” (PGO, 2024. p. 34).

O PGO/2024 realizou análises referentes aos valores alocados no Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA/2024), comparados ao recebidos em 2023, “[...] em despesas discricionárias, na UFPA, observa-se um aumento de 1,47%, o que equivale a acréscimos de R\$ 2.804.596,00 (dois milhões, oitocentos e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais) no orçamento destinado à UFPA” (PGO, 2024. p. 26). Quando comparamos a LOA 2023 e a LOA 2024, a UFPA apresentou uma perda no orçamento de 2,62%, referente ao valor real de R\$ 5.000.901,00 (cinco milhões, novecentos e um reais).

Segundo o PGO, “[...] entre o PLOA 2024 e a LOA 2024 aprovada, os créditos alocados na UFPA sofreram uma diminuição de 4,03%, equivalente a uma perda de R\$ 7.805.497 (sete milhões, oitocentos e cinco mil e quatrocentos e noventa e sete reais)” (PLOA, 2024, p. 26). Ainda segundo o documento (PLOA, 2024, p. 26), a UFPA, apresentou uma perda de 2,6 % no orçamento, quando comparadas a LOA 2023 e a LOA 2024, registrando uma diminuição de R\$

5.000.901,00 (cinco milhões, novecentos e um reais). A perda impactou na manutenção da universidade de modo geral.

A questão do orçamento previsto na LOA e das verbas disponibilizadas pelo MEC para o custeio das despesas com a Educação Superior e com a assistência estudantil tem por objetivo principal a permanência dos discentes em seus cursos até as suas diplomações. Destacamos que não há uma relação direta entre o aumento de disponibilidade de vagas e os recursos orçamentários, fato evidenciado pelo Fonaprace: “[...] Sobretudo constata-se a necessidade de ampliação das políticas de assistência estudantil e para isso a consequente ampliação de recursos destinados a esta finalidade” (Fonaprace, 2011, p. 4).

O orçamento da UFPA é mostrado na tabela a seguir para os anos de 2022 a 2024.

Tabela 8 – Orçamento da UFPA 2022-2024

Ano	Orçamento recebido em R\$	Projeção do orçamento corrigido pelo IPCA em R\$	Diferença
2022	166.720.164,00	329.124.657,63	-R\$ 162.404.493,63
2023	151.902.619,00	348.180.975,31	-R\$ 196.278.356,31
2024	186.065.900,00	364.266.936,37	-R\$ 178.201.036,37

Fonte: Proad/2025.

Observa-se com esses três demonstrativos, da Tabela 8, de orçamentos recebidos, que o governo realiza ações sem consulta prévia e observância das necessidades reais da UFPA, a qual faz estimativas dos custos dos serviços e projeções para os recebimentos para a realização da execução orçamentária. Isso prejudica, de alguma forma o ensino e a permanência dos discentes na universidade pública, as Instituições de Ensino Superior e os Institutos Federais vêm ‘sofrendo’ cortes e diminuição de verbas que impactam diretamente no funcionamento dessas autarquias. De acordo com a Proad, para que a UFPA mantivesse seu poder de funcionamento, seria necessário que o repasse das verbas fosse calculado de acordo com as suas necessidades orçamentárias.

A Tabela 8 comprova que existe “orçamento recebido” para os repasses/recebimentos das verbas, porém, este foi sempre menos do que os projetados e previstos em todos os anos. A diferença registrou o mínimo, em 2023, referente ao valor de R\$ 151.902.619,00 e, o máximo, em 2024, de R\$ 186.065.900,00 do montante disponibilizado pelo governo para as despesas da UFPA, que foi abaixo da “Projeção do orçamento corrigido pelo IPCA”, que seria de R\$ 348.180.975,31 em 2023, e de R\$ 364.266.936,37, registrando as diferenças em 2023 de -R\$ 196.278.356,31 e de -R\$ 178.201.036,37 em 2024.

Registra-se uma diminuição entre os anos de 2022 e 2023, e um aumento de 2023 para o ano de 2024. Em meio aos investimentos disponibilizados para a UFPA, não existe previsão de crescimentos progressivos e constantes para subsidiarem despesas que aumentam a cada ano por causa do aumento do ingresso de discentes em situações de vulnerabilidades que demandam para a assistência estudantil.

Nesse dimensionamento, de expansão no número de discentes matriculados, frequentes nos cursos e em situações de vulnerabilidades, entra em debate a questão dos investimentos disponibilizados pelo MEC e a arrecadação feita pela UFPA, para dar suporte à política de educação interna, com foco na assistência estudantil. Destaca-se que não há uma relação direta entre o aumento de vagas e de recursos transferidos pelo MEC para a UFPA.

Nas últimas décadas, os recursos recebidos do governo federal para o funcionamento da universidade têm sido insuficientes, haja vista o número de discentes ingressantes na universidade, a cada ano, apresentar crescimento no quantitativo de discentes vulneráveis socioeconomicamente. Logo, entende-se que a universidade necessita de recursos humanos, materiais didáticos, boa infraestrutura para acomodar a comunidade acadêmica, reformas estruturais, entre outras necessidades para o bom funcionamento dela, assim, a UFPA utiliza mecanismos para a captação de recursos para a superação das dificuldades inerentes ao seu funcionamento.

A UFPA vem buscando novos parceiros por meio de convênios, propondo soluções inovadoras, realizando a captação de parcerias com outros entes (estados e municípios) e instituições privadas e, também, captação por meio de emendas parlamentares.

A *Revista Pesquisa Fapesp*, em um artigo, em 2025, publicou que “[...] deputados e senadores direcionam parte do orçamento público de acordo com compromissos assumidos com estados, municípios e instituições” (2025, p. 1), por meio de emendas parlamentares para as universidades públicas brasileiras.

O artigo também noticiou que essa prática vem se tornando frequente, o que vem contribuindo para ajudar a composição do orçamento das instituições, porém, são repasses incertos, que podem cessar a qualquer momento. Menciona-se que essa prática não deve se sobrepor a construção e efetivação de políticas públicas orçamentárias. O artigo fez uma projeção sobre essas emendas e calculou, em 2025, que “[...] Dos R\$ 7,89 bilhões previstos neste ano na Lei Orçamentária Anual (LOA) para as 69 universidades federais brasileiras, R\$ 571 milhões devem vir de emendas parlamentares”. O que demonstra que o funcionamento regular e efetivo das universidades pode estar comprometido, haja vista, essas emendas terem um caráter efêmero, portanto, de repasse incerto.

Conforme o artigo, as emendas foram adotadas em decorrência da diminuição do orçamento que é transferido pelo Ministério da Educação (MEC) para as universidades, elas são usadas como um dispositivo compensatório, mas não resolvem os problemas das universidades, que expandiram suas matrículas nos últimos anos e incluíram alunos em situações de vulnerabilidades por meio das ações afirmativas.

De acordo com o mesmo artigo, os recursos para a manutenção das universidades são oriundos do Fundo Público Federal, provenientes dos impostos e contribuições sociais pagos por toda a sociedade, o repasse é centralizado no Governo Federal no MEC, orçado anualmente no Orçamento Geral da União, sendo definida na Lei Orçamentária Anual (LOA), que deve ser aprovada pelo Congresso Nacional; já o MEC, por sua vez, transfere os recursos financeiros para as instituições, por meio do Tesouro Nacional. No ano de 2025, houve mudanças na periodicidade para o repasse das verbas, que passou de um repasse trimestral ou semestral, para três meses específicos do ano em maio, novembro e dezembro.

Desses repasses uma parte é utilizada para o funcionamento da assistência estudantil, assim, a Proaes aloca os recursos destinados às despesas para o funcionamento do Restaurante Universitário (RU), Programa Estudante Saudável (PES), manutenção da moradia estudantil, Projeto de Inclusão Cidadã, manutenção de equipamentos de cozinha do RU, locação de imóvel em Castanhal, contrato de prestação de serviços auxiliares do RU, Projeto de Acessibilidade aos discentes PcDs, despesas de funcionamento de RU de Castanhal, contratos da Fundação Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) e manutenção das moradias estudantis nos *campi* dos interiores. A relação dos serviços/despesas mencionadas, anteriormente, estão contidas no PGO/2022.

Os montantes elencados a seguir, foram disponibilizados para as despesas provenientes da assistência estudantil na UFPA. No PGO (2022, p. 37), foi alocado o quantitativo de R\$ 30.424.312,00 (trinta milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil e trezentos e doze reais), distribuído para a Superintendência de Assistência Estudantil (Saest), Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), Pró-Reitoria de Extensão (Proex) e a Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesp). No PGO (2023. p.38). Os valores de R\$ 29.373.174,00 (vinte e nove milhões, trezentos e setenta e três mil e cento e setenta e quatro reais), foram distribuídos para “[...] a Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), PROEG, PROEX e PROPESP”. O PGO (2024, p. 39) alocou R\$ 35.308.868,00 (trinta e cinco milhões, trezentos e oito mil e oitocentos e sessenta e oito reais). Seguem os demonstrativos, por meio das tabelas (9, 10, 11, 12, 13 e 14), os créditos alocados e as despesas com os programas específicos da PROAES/UFPA.

Tabela 9 – Créditos alocados para as despesas com os programas da Proaes/UFPA/2022

Nº	Fonte	Programa da UFPA	Crédito Alocado
01	0100	Assistência Estudantil - Despesas Diversas	R\$ 13.453.393,00
02	0100	Assistência Estudantil - Aux. Financeiro ao Estudante	R\$ 16.507.844,00
03	0100	Programa INCLUIR - Acessibilidade na Educação	R\$ 463.075,00
TOTAL			R\$ 30.424.312,00

Fonte: PGO/2022.

Tabela 10 – Créditos alocados para as despesas com os programas específicos da Proaes/UFPA/2022

Nº	Fonte	Assistência Estudantil ao estudante	Crédito Alocado
01	0100	auxílio-permanência	R\$ 7.531.227,00
02	0100	auxílio acadêmico intervalar	R\$ 200.000,00
03	0100	auxílio-permanência – moradia	R\$ 1.680.000,00
04	0100	auxílio-permanência - moradia (emergencial)	R\$ 144.000,00
05	0100	auxílio-permanência (emergencial)	R\$360.000,00
06	0100	auxílio cursos livres – pró-línguas	R\$100.000,00
07	0100	auxílio - casa de estudante	R\$312.000,00
08	0100	auxílio-permanência kit acadêmico	R\$150.000,00
09	0100	auxílio-permanência moradia indígenas, quilombolas e populações tra	R\$ 1.200.000,00
10	0100	auxílio-permanência creche - Unicreche	R\$144.000,00
11	0100	auxílio-permanência kit aluno PCD	R\$72.000,00
12	0100	auxílios Promissas - (estrangeiro e moradia)	R\$ 276.168,00
13	0100	auxílio atividade acadêmica	R\$ 618.000,00
14	0100	auxílio acadêmico de acessibilidade	R\$ 168.000,00
15	0100	auxílio emergencial - inclusão digital	R\$ 150.000,00
TOTAL			R\$ 13.105.395,00

Fonte: PGO/2022.

Tabela 11 – Créditos alocados para as despesas com os programas da Proaes/UFPA/2023

Nº	Fonte	Programa da UFPA	Crédito Alocado
01	0100	Assistência Estudantil - Despesas Diversas	R\$ 12.506.031,00
02	0100	Assistência Estudantil - Aux. Financeiro ao Estudante	R\$ 16.457.670,00

03	0100	Programa Incluir - Acessibilidade na Educação	R\$ 409.473,00
TOTAL			R\$ 29.373.174,00

Fonte: PGO/2023.

Tabela 12 – Créditos alocados para as despesas com os programas específicos da Proaes/UFGA/2023

Nº	Fonte	Assistência Estudantil ao estudante	Crédito Alocado
01	0100	auxílio-permanência	R\$ 7.191.861,00
02	0100	auxílio acadêmico intervalar	R\$ 178.000,00
03	0100	auxílio-permanência - moradia	R\$ 1.680.000,00
04	0100	auxílio-permanência - moradia (emergencial)	R\$ 144.000,00
05	0100	auxílio-permanência (emergencial)	R\$ 480.000,00
06	0100	auxílio cursos livres – pró-línguas	R\$ 120.000,00
07	0100	auxílio - casa de estudante	R\$ 312.000,00
08	0100	auxílio-permanência kit acadêmico	R\$ 150.000,00
09	0100	auxílio-permanência moradia indígenas, quilombolas e populações tra	R\$ 1.200.000,00
10	0100	auxílio-permanência creche - Unicare	R\$ 144.000,00
11	0100	auxílio-permanência kit aluno PCD	R\$ 108.000,00
12	0100	auxílios Promissas - (estrangeiro e moradia)	R\$ 324.240,00
13	0100	auxílio atividade acadêmica	R\$ 600.000,00
14	0100	auxílio acadêmico de acessibilidade	R\$ 210.000,00
15	0100	bolsa atividade acadêmica - línguas estrangeiras	R\$ 93.120,00
16	0100	auxílio alimentação emergencial	R\$ 120.000,00
TOTAL			R\$ 13.055.221,00

Fonte: PGO/2023.

Tabela 13 - Créditos alocados para as despesas com os programas da Proaes/UFGA/2024

Nº	Fonte	Programa da UFGA	Crédito Alocado
01	1000	Assistência Estudantil - Despesas Diversas	R\$ 13.157.398,00
02	1000	Assistência Estudantil - Aux. Financeiro ao Estudante	R\$ 21.354.140,00
03	1000	Programa Incluir - Acessibilidade na Educação	R\$ 472.003,00
04	1000	Promissas	R\$ 325.317,00
TOTAL			R\$ 35.308.858,00

Fonte: PGO/2024.

Tabela 14 – Créditos alocados para as despesas com os programas específicos da ProaeS/UFPa/2024

Nº	Fonte	Assistência Estudantil ao estudante	Crédito Alocado
01	1000	auxílio-permanência	R\$ 8.818.291,00
02	1000	auxílio acadêmico intervalar	R\$ 280.000,00
03	1000	auxílio-permanência - moradia	R\$ 2.500.000,00
04	1000	auxílio-permanência - moradia (emergencial)	R\$ 252.000,00
05	1000	auxílio-permanência (emergencial)	R\$ 840.000,00
06	1000	auxílio cursos livres – pró-línguas	R\$ 180.000,00
07	1000	auxílio - casa de estudante	R\$ 546.000,00
08	1000	auxílio-permanência kit acadêmico	R\$ 300.000,00
09	1000	auxílio-permanência moradia indígenas, quilombolas e populações tradicionais	R\$ 1.579.020,00
10	1000	Auxílio primeira infância (creche)	R\$ 252.000,00
11	1000	Bolsa atividade acadêmica	R\$ 840.000,00
12	1000	Auxílio acadêmico de acessibilidade	R\$ 294.000,00
13	1000	Bolsa atividade acadêmica - línguas estrangeiras	R\$ 93.120,00
14	1000	Auxílio migre - permanência e moradia	R\$ 210.000,00
TOTAL			R\$ 16.984.431,00

Fonte: PGO/2024.

Conforme o PGO/2022, o ano de 2022 mostrou que a UFPa alocou o montante de R\$ 30.424.312,00 (trinta milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil e trezentos e doze reais) para custeio com os programas e R\$ 13.105.395,00 (treze milhões, cento e cinco mil e trezentos e noventa e cinco reais) com os programas específicos. No ano de 2023, os valores foram de R\$ 29.373.174,00 (vinte e nove milhões, trezentos e setenta e três mil, cento e setenta e quatro reais) e de R\$ 13.055.221,00 (treze milhões, cinquenta e cinco mil, duzentos e vinte e um reais). O ano de 2024 foi de R\$ 35.308.858,00 (trinta e cinco milhões, trezentos e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais) e de R\$ 16.984.431,00 (dezesseis milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e um reais). Assim, fica evidente que, dos recursos alocados do ano de 2022 para o de 2023, houve uma leve queda, apresentando aumento para o ano de 2024.

A disponibilidade orçamentária não segue a mesma proporção de demandas de alunos, pois os discentes que solicitam os programas, benefícios e serviços da Proaes/UFPA, entendemos que, muitos não têm suas demandas atendidas. Existe um cadastro de reserva de discentes que aguardam por recebimentos de auxílios, mas não há essa previsão, pois os auxílios financeiros são definidos por meio da disponibilidade orçamentária, que, de forma geral, não atende às necessidades de todos que se encontram em situações de vulnerabilidade.

Como medida de suporte e afirmação de permanência, a Política de Assistência Estudantil, ao ser entendida como forma de materialização de bolsas de estudo (auxílios financeiros), restaurantes universitários (RUs), habitação (casas de estudantes), assistências pedagógica, psicológica, de acessibilidade e assistência social, não deixa dúvidas quanto à necessidade de sua operacionalização de maneira urgente e adequada, garantindo um funcionamento necessário para uma boa formação acadêmica de alunos em situação de vulnerabilidade.

A Pnaes é uma política utilizada para o repasse de verbas à assistência estudantil e orienta as IFES a utilizarem os valores conforme as metas a serem cumpridas pelas instituições. As verbas destinadas à assistência estudantil, provenientes da Pnaes, objetivam custear exclusivamente os programas de auxílio a estudantes que necessitam de suporte financeiro, neste caso, os da UFPA.

O PNAES se efetivaria por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão destinadas aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Universidades Federais, tendo como finalidade a ampliação das condições de permanência e conclusão de curso dos jovens na Educação Superior pública federal (Fonaprace, 2011, p. 11).

A Pnaes tem como finalidade a ampliação das condições de acesso e permanência de discentes na Educação Superior e na Educação Profissional, científica e tecnológica pública federal e, por meio da assistência estudantil, proporcionar as condições para atingir esta finalidade. Os recursos disponibilizados para a assistência estudantil, na UFPA permanecem sob a responsabilidade e gerenciamento da Proaes, que disponibiliza uma equipe multiprofissional para operacionalizar os pagamentos dos auxílios financeiros aos discentes e para a realização das ações efetivas que têm como objetivo principal assistir os discentes em suas necessidades dentro dos limites estabelecidos pelas políticas sociais públicas, emitidas pelo Estado.

Nesse contexto, há de considerar os trabalhos técnicos, direcionados a discentes da Graduação que se encontram com limitações financeiras para custear despesas provenientes de

situações de moradia, de transportes, para a alimentação, entre outras necessidades. Assim, tem muita relevância na perspectiva da efetivação de direitos estudantis. A Política de Assistência Estudantil (PAE) assumiu uma representatividade no processo de democratização do Ensino Superior brasileiro, que vem ganhando espaço desde a década de 2010 no que se refere à Pnaes.

A análise da assistência estudantil na Universidade Federal do Pará, a partir dos dados de ingresso de discentes, dos quantitativos de estudantes atendidos e das informações orçamentárias, evidencia que a política se materializa em um contexto marcado por contradições estruturais entre demanda social crescente e capacidade institucional limitada. Ainda que se observe a ampliação de programas, benefícios e serviços, voltados à permanência estudantil, essa expansão não se traduz em atendimento universal, mantendo-se a seletividade como elemento constitutivo da assistência estudantil no âmbito da universidade pública.

Os dados analisados demonstram que a ampliação do acesso ao Ensino Superior, especialmente de estudantes, oriundos das classes trabalhadoras, intensifica a pressão sobre a política de assistência estudantil, sem que haja correspondência proporcional na ampliação dos recursos financeiros disponíveis. A redução progressiva do orçamento previsto para execução dos recursos arrecadados reforça os limites impostos à materialidade da política, incidindo diretamente sobre a cobertura dos programas e sobre a capacidade institucional de garantir condições efetivas de permanência acadêmica.

Nesse cenário, a operacionalização da assistência estudantil na UFPA ocorre sob permanente tensionamento entre normativas que reconhecem a política como direito social e práticas institucionais condicionadas por restrições orçamentárias e administrativas. Essas determinações deslocam para o cotidiano institucional a gestão das contradições da política, conferindo centralidade ao trabalho do(a) assistente social, que atua mediando critérios de seleção, recursos escassos e demandas sociais complexas.

Dessa forma, a compreensão da assistência estudantil na UFPA exige ultrapassar a leitura meramente normativa ou quantitativa, reconhecendo-a como política social que se realiza sob limites materiais concretos e sob disputas em torno do fundo público. Esse entendimento permite avançar para a análise das concepções que orientam o trabalho dos(as) assistentes sociais nesse campo, aspecto que será aprofundado na subseção seguinte.

2.3 AS DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A análise da assistência estudantil enquanto política social pública, marcada por contradições entre reconhecimento formal de direitos e limites institucionais e orçamentários, exige problematizar as concepções que orientam o trabalho do(a) assistente social nesse campo. Nesse sentido, essa subseção tem como objetivo discutir as diferentes interpretações, presentes na produção acadêmica acerca da atuação profissional na assistência estudantil, evidenciando os sentidos atribuídos ao trabalho do(a) assistente social no interior das instituições federais de Ensino Superior.

Parte-se do entendimento de que o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil não se restringe à execução de procedimentos técnico-administrativos, mas se realiza como mediação entre as determinações institucionais da política, as condições materiais de sua efetivação e as demandas sociais dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Assim, ao sistematizar as concepções teórico-políticas identificadas nos estudos analisados, busca-se apreender como a produção acadêmica tem interpretado o lugar da profissão, seus limites e suas possibilidades no âmbito da política de assistência estudantil.

A organização dessa subseção dialoga diretamente com os resultados da revisão da literatura, articulando as análises sobre a política de assistência estudantil às discussões mais amplas acerca da universalidade dos direitos, da seletividade no acesso aos benefícios e das requisições institucionais dirigidas ao trabalho profissional. Dessa forma, as concepções aqui examinadas permitem compreender como diferentes perspectivas teóricas interpretam o papel do(a) assistente social na operacionalização da assistência estudantil, em um contexto ‘atravessado’ por restrições orçamentárias, intensificação do trabalho e disputas em torno do Projeto Ético-Político da profissão.

A produção acadêmica sobre o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil revela diferentes concepções acerca do papel profissional nesse campo, as quais expressam tanto disputas teórico-políticas quanto respostas às condições concretas de operacionalização da política. De modo geral, os estudos analisados indicam que a atuação profissional se desenvolve em um espaço tensionado entre a defesa da assistência estudantil como direito social e as determinações institucionais que impõem limites à sua materialidade, especialmente no que se refere ao financiamento, à cobertura e aos critérios de acesso.

Nesse sentido, parte da literatura tende a compreender o trabalho do(a) assistente social predominantemente a partir de uma perspectiva técnico-operativa, enfatizando procedimentos como a análise socioeconômica, a seleção de beneficiários e o acompanhamento dos discentes. Embora tais dimensões componham o exercício profissional, essa abordagem, quando isolada, inclina-se a reduzir o trabalho do(a) assistente social à gestão da escassez e à aplicação de

critérios seletivos, obscurecendo as mediações ético-políticas que ‘atravessam’ a atuação profissional na assistência estudantil.

Em contraposição, outros estudos, analisados na revisão da literatura, avançam na compreensão do trabalho profissional como mediação crítica entre as demandas dos estudantes, as normativas institucionais e os limites estruturais da política de assistência estudantil. Nessa perspectiva, o trabalho do(a) assistente social é apreendido como parte da divisão social e técnica do trabalho, inserido nas contradições das políticas sociais no capitalismo atual, e orientado pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, ainda que atravessado por requisições institucionais que tensionam sua materialização no cotidiano profissional.

Considerou-se um desafio escrever e analisar o trabalho do(a) assistente social, haja vista existirem muitas universidades públicas no Brasil, o que poderá ocasionar trabalhos convergentes e/ou resultados diferenciados na execução dessa política. A respeito do referido tema, o objetivo definido nesse capítulo foi desvendar “os trabalhos realizados por Assistentes Sociais na Assistência Estudantil em Universidades Públicas”, destacando as concepções presentes na prática profissional e suas abordagens metodológicas.

No âmbito da produção acadêmica analisada, uma das principais tensões que ‘atravessam’ as concepções sobre o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil refere-se à disputa entre perspectivas universalistas¹⁴ e focalizadas¹⁵ de política social. Parte significativa dos estudos problematiza a assistência estudantil a partir do debate mais amplo das políticas sociais, compreendendo-a como direito social que deveria ser garantido de forma universal aos estudantes das instituições públicas de Ensino Superior.

Nessa perspectiva, a assistência estudantil é concebida como dimensão constitutiva da política educacional, voltada à garantia de condições objetivas de permanência acadêmica, especialmente para estudantes, oriundos das classes trabalhadoras. Os trabalhos que adotam essa abordagem voltam-se para enfatizar o papel do(a) assistente social como sujeito que atua para além da aplicação de critérios seletivos, afirmando a necessidade de práticas profissionais orientadas pela defesa de direitos, pela ampliação do acesso à política e pela crítica às formas de seletividade impostas pela insuficiência de recursos.

Em contraposição, outros estudos identificados na revisão da literatura, evidenciam a predominância de uma lógica focalizada na operacionalização da assistência estudantil, na qual

¹⁴ Conforme a pesquisa desta tese, compreende-se que a perspectiva universal refere-se a ações oriundas do governo que ofertam serviços a toda a população, sem exigir nenhuma análise de renda ou distinção social.

¹⁵ Assim como a perspectiva focalizada a qual refere-se a um determinado ponto de vista delimitado e direcionado para analisar ou tratar uma determinada situação ou indivíduo específico.

o acesso aos programas e benefícios é condicionado à comprovação de vulnerabilidade socioeconômica e à disponibilidade orçamentária. Nessa abordagem, o trabalho do(a) assistente social aparece fortemente associado à análise socioeconômica, à gestão de cadastros e à seleção de beneficiários, o que apresenta propensão para restringir a atuação profissional ao gerenciamento da escassez e à mediação de critérios institucionais.

A literatura crítica ressalta que a centralidade da focalização não decorre de uma escolha técnica dos(as) assistentes sociais, mas das determinações estruturais que incidem sobre a política de assistência estudantil, especialmente no contexto de restrição do financiamento público e de orientações neoliberais das políticas sociais. Assim, a atuação profissional passa a se desenvolver em permanente tensão entre a defesa da universalidade dos direitos e a operacionalização de uma política seletiva, situação que evidencia os limites e as possibilidades do trabalho do(a) assistente social no interior da assistência estudantil.

Dessa forma, as concepções de universalidade e focalização, presentes na produção acadêmica, revelam projetos distintos de política social e de universidade, ao mesmo tempo em que explicitam as mediações ético-políticas que atravessam o trabalho profissional. A análise dessas perspectivas permite compreender como o trabalho do(a) assistente social é interpretado ora como instrumento de efetivação de direitos, ora como gestor de políticas restritivas, tensionando sua atuação no cotidiano institucional.

Outro eixo recorrente na produção acadêmica sobre o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil refere-se à burocratização dos processos de operacionalização da política e às implicações dessa dinâmica para a instrumentalidade profissional. Os estudos analisados indicam que a ampliação das demandas institucionais, associada à escassez de recursos, tem intensificado a centralidade de procedimentos administrativos, como o cadastramento, a análise documental e a gestão de sistemas informatizados, conformando um cotidiano de trabalho fortemente marcado por rotinas burocráticas.

Nessa direção, parte da literatura problematiza que a intensificação das exigências burocráticas tende a restringir o tempo e as possibilidades de intervenção profissional, deslocando o foco do trabalho do(a) assistente social para a gestão de processos e para o cumprimento de prazos e normativas institucionais. Esse movimento pode resultar na redução do trabalho profissional à dimensão técnico-operativa, obscurecendo suas mediações ético-políticas e a potencialidade de ações, voltadas à educação social, à orientação crítica e ao fortalecimento da autonomia dos estudantes.

Por outro lado, os estudos de orientação crítica ressaltam que a burocratização não deve ser compreendida apenas como um obstáculo externo ao trabalho profissional, mas como uma

mediação constitutiva das políticas sociais atuais. Nessa perspectiva, a instrumentalidade do Serviço Social é apreendida como um conjunto articulado de instrumentos, técnicas e conhecimentos que, embora atravessados por determinações institucionais, podem ser apropriados criticamente pelos(as) assistentes sociais no sentido de tensionar práticas meramente administrativas e afirmar o compromisso com o Projeto Ético-Político da profissão.

Assim, a literatura aponta que o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil se desenvolve no interior de múltiplas mediações, nas quais a burocracia, os instrumentos de trabalho e as normativas institucionais não se apresentam como elementos neutros, mas como expressões das contradições entre a garantia de direitos e a lógica de seletividade que estrutura a política. A forma como essas mediações são enfrentadas no cotidiano profissional evidencia tanto os limites quanto as possibilidades de uma atuação orientada pela defesa de direitos e pela ampliação do acesso à assistência estudantil.

A produção acadêmica que analisa o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil reconhece o Projeto Ético-Político do Serviço Social como referência central para a compreensão das finalidades e dos sentidos da atuação profissional nesse campo. Os estudos de orientação crítica ressaltam que a defesa dos direitos sociais, da universalidade das políticas públicas e da ampliação da cidadania constitui elemento estruturante do exercício profissional, especialmente em políticas marcadas pela seletividade e pela escassez de recursos, como é o caso da assistência estudantil.

Nessa perspectiva, o Projeto Ético-Político aparece como mediação fundamental para a análise das contradições, vivenciadas no cotidiano profissional, ao explicitar o compromisso da profissão com a classe trabalhadora e com a construção de respostas profissionais orientadas pela justiça social. A literatura aponta que, embora as normativas institucionais e os limites orçamentários imponham restrições à materialidade da política, o Projeto Ético-Político oferece referenciais para a construção de práticas que vão de encontro a lógica meramente administrativa e afirmem a assistência estudantil como direito social.

Contudo, os estudos também evidenciam que a materialização do Projeto Ético-Político no âmbito da assistência estudantil não ocorre de forma automática ou isenta de conflitos. As requisições institucionais direcionadas aos(as) assistentes sociais, frequentemente associadas à gestão da escassez, à aplicação de critérios seletivos e à intensificação das rotinas burocráticas, abalam a possibilidade de uma atuação profissional, plenamente orientada pelos princípios ético-políticos da profissão. Essa contradição revela que o trabalho profissional se realiza em permanente disputa entre projetos societários distintos, expressos nas formas de organização das políticas sociais.

Assim, a literatura analisada indica que o Projeto Ético-Político do Serviço Social não deve ser compreendido como um conjunto abstrato de princípios, mas como uma referência concreta que orienta escolhas profissionais, estratégias de intervenção e posicionamentos ético-políticos no interior das instituições. No campo da assistência estudantil, sua materialização depende das mediações construídas pelos(as) assistentes sociais, diante dos limites institucionais, orçamentários e políticos que condicionam a efetivação da política, evidenciando tanto os limites quanto às possibilidades da atuação profissional, comprometida com a defesa de direitos.

As concepções teórico-políticas discutidas até aqui constituem o pano de fundo analítico a partir do qual a produção acadêmica sobre o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil tem sido elaborada. Nesse sentido, os estudos identificados na revisão da literatura não se apresentam de forma homogênea, e sim expressam, em diferentes graus, as tensões entre universalidade e focalização, burocratização do trabalho, mediações institucionais e o compromisso com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. A seguir, são analisados os principais autores e pesquisas empíricas que abordam o trabalho profissional nesse campo, buscando evidenciar como essas categorias analíticas se materializam nas interpretações e nos achados apresentados pela literatura.

Em um primeiro momento, foram realizados levantamentos bibliográficos da produção anotada de forma escrita e, em seguida, a Revisão da Literatura (RL) no *site* da Capes, Google Acadêmico e no repositório da UFPA, a fim de identificar, nas pesquisas realizadas e publicadas no Brasil entre os anos de 2012 e 2022, quantos trabalhos foram publicados desde o surgimento do programa (hoje, política) a nível nacional, até a presente data.

E, para dar subsídios a esses levantamentos, foi realizada a pesquisa bibliográfica por meio da qual foi identificado um quantitativo de produções acerca do trabalho realizado por assistentes sociais em instituições federais de Ensino Superior públicos. Organizou-se os estudos de forma a ser considerada a produção acadêmica por região e estados no Brasil. O presente estudo foi concentrado nas análises das produções sobre “O trabalho realizado por Assistentes Sociais na Assistência Estudantil nas IFES no Brasil”. O quantitativo encontra-se demonstrado a seguir:

Tabela 15 – Quantitativos de artigos, dissertações e teses, respectivamente, sobre o tema “Serviço Social e Assistência Estudantil” Brasileira-2012 a 2022

Ano de Produção	Artigos	Dissertações	Teses	Total
2012	S/T	02	S/T	02
2013	S/T	02	S/T	02

2014	S/T	S/T	S/T	S/T
2015	01	01	S/T	02
2016	01	01	S/T	02
2017	02	01	02	05
2018	02	02	S/T	04
2019	01	01	01	03
2020	01	01	S/T	02
2021	02	S/T	S/T	02
2022	02	01	S/T	03
Total	12	12	03	27

Fonte: produzida pela autora com base nos dados do site do Google Acadêmico e da Capes, 2024.

S/T = Sem Trabalho.

A tabela mostra que, no ano de 2012 e 2013, foram produzidas apenas 2 dissertações, em 2022 foram 2 artigos, uma dissertação e nenhuma tese, evidencia-se a ausência de produção escrita no ano de 2014, de 2015 a 2022 foram produzidos pelo ao menos 1 artigo, uma dissertação, 1 tese no ano de 2019 e 2 teses no ano de 2017. É importante registrar que a assistência estudantil surge no cenário nacional, em um período marcado por ações governamentais, que em suas diretrizes, indica a adoção de políticas no formato neoliberal, com a redução de investimentos na área social, com opção pela utilização de mecanismos de controle de gastos e ações.

Nota-se que foi no final do ano de 2007 que a assistência estudantil a partir da Resolução nº 39 de dezembro de 2007, aparece, no cenário nacional, sendo efetivada em 2008, e alcança certa estabilidade de operacionalização em 2010, com a edição do Decreto nº 7.234, nesse ínterim, as produções acadêmicas vêm se mantendo em baixos níveis, tanto em artigos, como em dissertações, e uma produção menor em teses. Para melhor entendimento, os dados coletados foram obtidos de trabalhos produzidos entre os anos de 2012 e 2022.

Notou-se que, em um período de dez anos, pouco se avançou nas pesquisas e produções acadêmicas, escritas, relacionadas aos descritores “Serviço Social e Assistência Estudantil no Brasil”, haja vista a tabela de nº (15) demonstrar os baixos números dessa pesquisa a cada ano. Pautamos que a pesquisa foi desenvolvida somente na área do “Serviço Social e Assistência Estudantil” em universidades públicas federais, com um total de 27 produções acadêmicas na referida área de conhecimento, distribuídas em 12 artigos, 12 dissertações e 3 teses, correspondendo, em níveis percentuais, a aproximadamente 41,37 % de artigos e dissertações e 10,34 % de teses.

A metodologia utilizada foi a seguinte, inicialmente foi considerada a localização geográfica por região e por estados da federação em que foram defendidos os artigos, as dissertações e as teses, com as informações, descritas no Quadro 1, e apresentadas e sendo

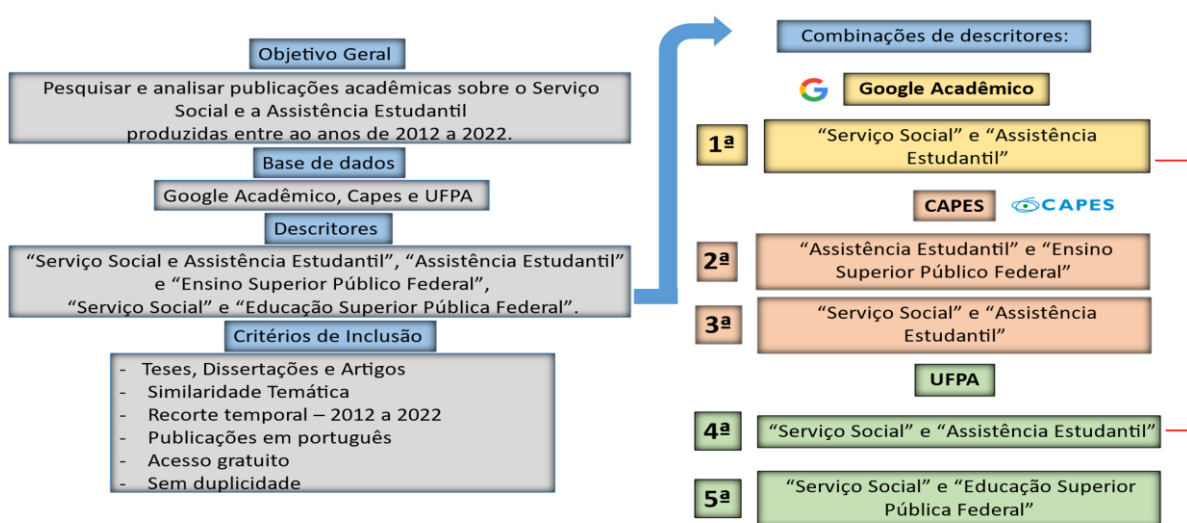
estabelecido um paralelo entre o quantitativo geral de produções, compiladas por região, autor(es), ano de produção e título.

Desse modo, foi possível identificar pontos de maior produção acadêmica nas regiões Sul e Sudeste, com 29,62%; seguidas da região Nordeste, com 18,51%; Centro-Oeste, com 11,11% e, com menor percentual, a região Norte, com 7,4%. Identificou-se também o estado do Rio de Janeiro com o maior número de obras, ficando os demais estados que compõem a República Federativa do Brasil com um mínimo de artigos, dissertações e teses. Inclusive, não obteve-se nenhuma pesquisa/produção no Pará.

Os trabalhos aqui referenciados encontram-se disponíveis para leituras, estando devidamente identificados para melhor organização e maior coleta de dados pesquisados sobre o referido tema. Como as produções de dissertações e teses encontravam-se em poucos números, resolveu-se ampliar a pesquisa, considerando os artigos e uma tese defendida em Lisboa que trata do mesmo assunto.

O processo de pesquisa ocorreu por meio das combinações de descritores por cada base de dados nas seguintes combinações: 1) Google Acadêmico: “Serviço Social” e “Assistência Estudantil”; 2) Capes: “Assistência Estudantil” e “Ensino Superior Público Federal”; 3) Capes: “Serviço Social” e “Assistência Estudantil”; 4) UFPA: “Serviço Social” e “Assistência Estudantil”, e 5) UFPA “Serviço Social” e “Educação Superior Pública Federal”. O detalhamento das combinações e a condução metodológica da pesquisa pode ser visualizada na Figura 2:

Figura 2 – Mapa Metodológico do Protocolo de Pesquisa (MMPP)



Fonte: elaborada pela pesquisadora (2024).

A Figura 2 demonstra as etapas metodológicas desta pesquisa, perpassando questionamentos, escolhas e critérios necessários para a investigação da temática, e direciona para uma percepção mais didática dos cinco números de combinações de descritores necessários à pesquisa nas bases de dados, bem como para a segunda combinação do “Serviço Social” e “Assistência Estudantil”, que se repete tanto na base do Google Acadêmico, quanto na Capes e no repositório da UFPA. O Gráfico 1 a seguir indica o quantitativo das publicações por ano.



Fonte: elaborado pela pesquisadora, 2024.

Com base no recorte temporal compreendido entre os anos de 2012 e 2022, percebeu-se que existe um número que apresenta crescimento nos anos de 2012 e 2013 e ‘sofre’ um decréscimo no ano de 2014, quando não houve nenhuma produção, apresentando um crescimento de produções acadêmicas nessa área no período entre os anos de 2016 e 2017. A partir de 2017 a 2021, existe um decréscimo desse número, indicando um leve aumento para o ano de 2022, como demonstra o gráfico.

Em um comparativo entre as regiões do Brasil, constatou-se que as produções da região Sudeste somaram um total de nove, o que corresponde a 33,33%; a região Sul totalizou oito produções (29,62%); região Nordeste, seis publicações (22,22%), e Centro-Oeste duas (7,4%). Os percentuais referentes às regiões Sul, Sudeste e Nordeste foram valores aproximados. Ainda em relação a essas estimativas, detectamos que, na região Norte, não foi produzido nenhum trabalho com o referido tema.

Direcionando a análise para o foco da temática desta pesquisa, a interpretação dos índices indica que, do total de 27 publicações, na região Sudeste, há 5 artigos, 3 dissertações e 1 tese; seguida pela região Sul, com 5 artigos e 3 dissertações; Nordeste com 6 dissertações e 1

tese; a região Centro-Oeste com 2 artigos; nenhum trabalho a região Norte, e 1 (3,7%) tese, defendida em Lisboa/Portugal, produzida com elementos colhidos no Brasil e em Portugal.

Na pesquisa da Capes, utilizando os descritores “Assistência Estudantil” e “Ensino Superior Público Federal”, foram encontrados mais 2 artigos, mas foram descartados porque não discorriam sobre o Serviço Social. O Quadro 1 mostra os trabalhos produzidos em cada região do Brasil.

Quadro 1 – Distribuição dos trabalhos produzidos por região/cidade com o tema “Serviço Social e Assistência Estudantil”

Região	IES	Artigo	Dissertação	Tese	Total
Centro-Oeste	Ser Social-Educação e Lutas Sociais no Brasil-Brasília	1			
	Temporalis-Brasília	1			
Norte		0	0	0	
Nordeste	Universidade Federal do Maranhão			1	
	Universidade Federal do R.G. do Norte		2		
	Universidade Federal de Sergipe		2		
	Universidade Federal de Pernambuco		1		
	Universidade Federal da Bahia		1		
Sudeste	São Paulo	1			
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	1	2		
	Universidade Federal de Viçosa	1			
	Universidade Federal Fluminense		1		
	Vitória – Espírito Santo-ENPESS	1			
	Universidade Estadual Paulista			1	
	Belo Horizonte- Educação em Revista	1			
Sul	Curitiba	1			
	Florianópolis-Santa Catarina	2			
	Universidade Estadual do Oeste do Paraná		1		
	Universidade Federal de Santa Catarina	1			
	Universida Católica de Pelotas-Rio G. Do Sul		2		
	Porto Alegre	1			

Portugal	Instituto Universitário de Lisboa			1	
Total		12	12	3	27

Fonte: dados organizados pela pesquisadora, 2024.

Após a realização de identificação e organização das obras, realizamos a revisão bibliográfica nas produções dos periódicos supracitados, visualizada posteriormente, e consideramos oportuna a elaboração da presente RL, com o propósito de apresentar ao (à) leitor(a) a trajetória desta tese, que tem como base a pesquisa realizada nos sites do Google Acadêmico, Capes e UFPA.

O roteiro construído previamente foi aplicado em cada trabalho pesquisado e analisado, buscando traçar um perfil de cada autor a partir das seguintes questões: ano em que o trabalho foi produzido; interesse no tema do Serviço Social e a Assistência Estudantil; tema dos trabalhos e perfis dos autores (por sexo), demonstrados nos Quadros (2, 3 e 4):

Quadro 2 – Distribuição dos artigos encontrados no site do Google Acadêmico e Capes entre os anos de 2012 e 2022, com a temática “Serviço Social e Assistência Estudantil”

Nº	Artigos		
	Ano de apresentação	Título	Autor(a)
1	2015	<i>A Autonomia Relativa no Exercício Profissional do Assistente Social</i>	Elis Taborda, Lilian dos Santos Mann, Mariana Pfeifer
2	2016	<i>A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social</i>	Claudia Priscila Chupel dos Santos e Nelize Moscon Marafon
3	2017	<i>A trajetória da assistência estudantil na Educação Superior brasileira</i>	Thaís Kristosch Imperatori
4	2017	<i>Serviço Social, Assistência Estudantil e “contrarreforma” do Estado</i>	Mônica Duarte Cavaignac e Renata Maria Paiva da Costa
5	2018	<i>A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia</i>	Talita Prada e Mônia Carla da Costa Surdine
6	2018	<i>Reflexões acerca do Exercício Profissional do Serviço Social na Assistência Estudantil na Educação Superior</i>	Luiz Carlos de Souza Junior, Thássia Cristina da Silva Soares, Vanusa Amaral Portela Oliveira e Silmai Lazaro Neves Dutra
7	2019	<i>A Inserção Profissional e as Condições de Trabalho do Assistente Social na Assistência Estudantil da UFSC</i>	Márcio dos Santos Siqueira, Claudia Priscila Chupel dos Santos e Mariana Pfeifer Machado
8	2020	<i>Atuação do Serviço Social no contexto da Política de Assistência Estudantil</i>	Naysa Christine Serra Silva e Thelma Helena Costa Chahini

9	2021	<i>Atribuições privativas, estudo socioeconômico e Serviço Social: o trabalho profissional na assistência estudantil</i>	Marileia Goin e Adriana de Melo Miranda
10	2021	<i>Processos de trabalho da assistência estudantil no Ensino Superior: uma percepção dos assistentes sociais da Universidade de Brasília (UnB)</i>	Marcia Costa de Sant'anna e Alexandre Nascimento de Almeida
11	2022	<i>Políticas de Assistência Estudantil e Educadores não Docentes nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia</i>	Priscila da Silva Soares; Cledir de Araújo Amaral e Edilene da Silva Ferreira
12	2022	<i>Identidade Profissional de Assistentes Sociais no IFSC: entre o assalariamento e o direcionamento social</i>	Shirlei Garcia e Adriano Larentes da Silva ²

Fonte: dados organizados pela pesquisadora, 2024.

Quadro 3 – Distribuição das dissertações de Mestrado encontradas no site do Google Acadêmico e Capes entre os anos de 2012 e 2022, com a temática “Serviço Social e Assistência Estudantil”

Nº	Ano de apresentação	Dissertações Título	Autor(a)
1	2012	<i>O processo de trabalho do(a) assistente social na universidade pública: análise da “política de assistência estudantil” da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.</i>	Cristiane Queiroz Leite Carvalho
2	2012	<i>A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.</i>	Mirian Moreira da Silveira
3	2013	<i>Serviço Social na Educação: a intersectorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA.</i>	Heide de Jesus Damasceno
4	2013	<i>O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do Assistente Social: alcances, perspectivas e desafios.</i>	Josiela Silveira Cavalheiro
5	2015	<i>Educação e Serviço Social: um estudo sobre o exercício profissional do/a Assistente Social nos programas de Assistência Estudantil das Universidades Federais de Pernambuco</i>	José Albuquerque Constantino
6	2016	<i>O exercício profissional do Assistente Social na Educação Superior: a particularidade da dimensão educativa na Assistência Estudantil.</i>	Fabricia Dantas de Souza
7	2017	<i>A Educação Superior e a Assistência Estudantil: requisições e respostas do trabalho do Assistente Social frente sua expansão no contexto de contrarreforma do Estado.</i>	Amanda Silva Belo
8	2018	<i>Análise do Exercício Profissional do Assistente Social na Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Sergipe.</i>	Danielle Lima Menezes Ananias
9	2018	<i>O Trabalho do Assistente Social na Educação: ampliação do espaço ocupacional e precarização na assistência estudantil.</i>	Sheine Santos do Nascimento

10	2019	<i>A Política de Assistência Estudantil no Ensino Superior: um estudo sobre a concepção da Assistência Estudantil na Universidade Federal Fluminense.</i>	Vanessa Martins Oiveira
11	2020	<i>Serviço Social na Educação Superior: Reflexões sobre o trabalho do/a Assistente Social nas Universidades Estaduais do Paraná.</i>	Dionéia Edlyng Maciel
12	2022	<i>O Trabalho do Assistente Social na viabilização do acesso à Assistência Estudantil na Universidade Federal da Bahia.</i>	Paula Nunes de Oliveira Souza

Fonte: dados organizados pela pesquisadora, 2024.

Quadro 4 – Distribuição das teses de Doutorado encontradas no site do Google Acadêmico e Capes entre os anos de 2012 e 2022, com a temática “Serviço Social e Assistência estudantil”

Nº	Ano de apresentação	Teses Título	Autor(a)
1	2017	<i>A Assistência Estudantil brasileira e a Ação Social portuguesa nas universidades públicas: do conhecimento à prática informada em Serviço Social.</i>	Cláudia Priscila Chupel dos Santos
2	2017	<i>O Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica: as particularidades do exercício profissional dos (as) Assistente Sociais nos Institutos Federais de Educação.</i>	Edna Maria Coimbra de Abreu
3	2019	<i>O trabalho do(a) Assistente Social na Assistência Estudantil: produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região Sudeste do Brasil.</i>	Mireille Alves Gazotto

Fonte: dados organizados pela pesquisadora, 2024.

De modo geral, o conteúdo dos textos expõe de que forma os (as) Assistentes Sociais vêm realizando o seu trabalho na assistência estudantil em universidades públicas federais e de que forma esse trabalho pode estar impactando na permanência acadêmica de discentes em situações de vulnerabilidades. Observou-se que um dos temas recorrentes em quase todos os artigos, dissertações e teses é a autonomia profissional do(a) assistente social, bem como o seu papel na operacionalização e concessão de auxílios nas IFES. No Quadro 5, demonstram-se aspectos dos trabalhos.

Quadro 5 – Informações sobre os trabalhos analisados

Quantitativos de produções		
Ano	Quantidades	Frequência (%)
2012	2	7,4
2013	2	7,4
2014	0	0
2015	2	7,4

2016	2	7,4
2017	5	18,5
2018	4	14,8
2019	3	11,1
2020	2	7,4
2021	2	7,4
2022	3	11,1
Temas abordados com maior frequência		
Assistência Estudantil	27	100
Autonomia do Serviço Social	17	62,96
Trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil	27	100
Perfil dos autores (por sexo, biológico)		
Feminino	24	88,9
Masculino	03	11,1

Fonte: dados organizados pela pesquisadora, 2024.

Os dados desse Quadro 5 mostram que, em relação ao ano de produção dos trabalhos analisados, os textos que versavam acerca da “Assistência Estudantil e Trabalho do(a) Assistente Social na Assistência Estudantil” somaram 100%; e os que trataram sobre a “Autonomia do Serviço Social” totalizaram, aproximadamente, 62,96 %. O perfil dos autores indica que a maioria dos (as) profissionais que pesquisaram sobre o tema é do sexo feminino, contabilizando, aproximadamente, 88,9 %, e o masculino, 11,1%, informa-se que os artigos, a maioria, tem mais de um autor, para a realização do cálculo dos (as) autores (as) foi considerado (a) somente o (a) primeiro (a) autor (a). Quanto às pesquisas realizadas no repositório da UFPA, não encontrou-se nenhum trabalho com o descritor “Serviço Social e Assistência Estudantil”.

A sistematização dos estudos apresentado nos Quadros (2, 3 e 4) evidenciam que, embora os contextos empíricos e os recortes analíticos variem, há elementos recorrentes na forma como o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil é interpretado pela produção acadêmica. Destacam-se, de modo transversal, a centralidade da análise socioeconômica, a intensificação das rotinas burocráticas e a atuação profissional como mediação entre demandas sociais e limites institucionais, aspectos que dialogam diretamente com as concepções discutidas anteriormente nesta subseção.

O levantamento bibliográfico revelou que a produção sobre este tema é relativamente incipiente no Brasil, sobretudo nas produções da UFPA. Existem muitos trabalhos produzidos no Brasil sobre a “Assistência Estudantil”, mas com outros descritores, como “a permanência”,

“os auxílios”, “Assistência Estudantil”, mas não sobre o “Trabalho do(a) Assistente Social na Assistência Estudantil”.

Embasados nos dados bibliográficos, estruturou-se as produções em torno de três fontes de dados, quais sejam: artigos, dissertações e teses na área do Serviço Social na Educação. No entanto, não conseguimos ampliar os estudos, no sentido de se proceder à análise de artigos, publicados em outras plataformas, mas foi possível assegurar uma visão da produção de vários autores de todo o Brasil (estudantes de Mestrado, de Doutorado e pesquisadores das regiões do Brasil). Ademais, os trabalhos analisados têm arcabouço teórico e da atividade profissional realizada pelo(a) assistente social em várias IFES.

No que se refere aos temas abordados nas pesquisas, identificou-se, nas 2 teses, de autoria de Edna Maria Coimbra de Abreu e de Mireille Alves Gazotto, respectivamente, os assuntos formulados sobre as categorias de “O Trabalho do Assistente Social e a Assistência Estudantil”, destacando-se as seguintes abordagens: Ensino Superior, autonomia profissional do(a) assistente social, o Projeto Ético-Político-Profissional do(a) Serviço Social, políticas públicas, competência teórico-metodológica, expansão do espaço socioocupacional e princípios ético-políticos da profissão.

Na tese construída por Cláudia Priscila Chupel dos Santos, defendida no Instituto Universitário de Lisboa, a autora afirmou que a “Ação Social no Ensino Superior (ASES) luso-brasileira têm como base elementos ontológicos e constitutivos”, e indicou que a ASES tem importância significativa nas ações realizadas na referida instituição, pois tem como base a investigação da natureza em sua realidade, a existência, a causa e tudo que constitui e influencia a vida acadêmica dos discentes. Para essa autora, existe relevância no apoio da ASES para a permanência de estudantes nas universidades em ambos os países.

Santos (2017, p. vii) diz que: “[...] Na ASES, existem constrangimentos para o Serviço Social que resultam de uma atuação tímida” por parte do Serviço Social, em Portugal, e, como consequência desse processo, Santos (2017, p. 294), menciona que na realização do trabalho “[...] a tecnificação e a burocratização têm-se sobressaído no cotidiano dos profissionais e têm retirado do Serviço Social papéis que são de facto e de direito da profissão”. A situação vivida pelos profissionais do serviço social, conforme Santos (2017, p. 294), “[...] Produziu a acomodação e a aceitação passiva dos enquadramentos legais e colocou à prova valores éticos”.

Em contrapartida, existem leis de regulamentação da profissão, entre elas, a Lei nº 8.662/93 do Código de Ética do Serviço Social, acerca da regulamentação da profissão, que discorre sobre o trabalho, orienta e dá diretrizes na perspectiva da promoção do bem-estar, priorizando os direitos sociais.

Analisou-se que, nos aspectos conceituais, o(a) profissional de Serviço Social deve ser dinâmico; promover a educação; identificar necessidades e problemas sociais; promover o acesso a auxílios e serviços; desenvolver, opinar, sugerir, organizar programas, benefícios e serviços sociais; defender direitos sociais; mediar conflitos; mediar diálogos institucionais e estudantis; fortalecer redes, e intervir em situações de risco. Ressalta-se que a defesa da assistência estudantil como direito perpassa a defesa da educação pública universal, laica e de qualidade.

Assim, o serviço social, de acordo com Santos (2017, p. 294), é “[...] Como uma das estratégias possíveis de contra tendência”, pois utiliza estratégias para a realização de seu trabalho com conhecimentos teóricos e metodológicos, realizando um “[...] movimento da prática informada pela investigação e a afirmação de uma cultura investigativa em Serviço Social, que contribuirá para o aprimoramento das políticas considerando o conhecimento produzido sobre os problemas sociais” (Santos, 2017, p. 294).

Se, por um lado, Santos (2017) analisa que o Serviço Social apresentou certa acomodação em determinado período, por outro, o pesquisador reconhece que esse profissional utiliza estratégias e conhecimentos teórico-metodológicos para propor ações que venham elucidar questões relacionadas ao seu fazer profissional.

De modo geral, nas dissertações, foi possível elucidar que o trabalho profissional realizado nas universidades públicas, no qual o(a) assistente social está inserido(a), é coletivo e organizado a partir das mediações das políticas sociais. O(a) profissional é requisitado(a) para atuar no Ensino Superior em processos de seletividade e na execução de programas, benefícios e serviços da assistência estudantil, realizando análises socioeconômicas e em outras questões profissionais em conjunto com o coletivo dos demais trabalhadores que atuam neste espaço sócio-ocupacional. Para a efetivação das ações, é primordial que o(a) Assistente Social compreenda os aspectos sócio-históricos e políticos da profissão, bem como sua vinculação com as políticas sociais.

Nos artigos, observou-se que os(as) autores(as) abordaram assuntos diversos sobre o trabalho do(a) assistente social e a assistência estudantil. E os temas mais recorrentes foram: a condição assalariada do profissional; sua relativa autonomia; as dificuldades enfrentadas no exercício profissional, especialmente por atuar como mediador(a) entre as demandas dos usuários e as possibilidades institucionais; a necessidade de utilizar o embasamento teórico para interpretar a realidade e os elementos presentes na prática profissional; a definição do público-alvo com base em critérios de renda, e a realização de estudos socioeconômicos como competência própria da profissão.

Após os mapeamentos e análises de 3 dissertações e 20 teses, identificadas na plataforma do Google Acadêmico, e de 4 artigos, identificados na base de dados da Capes, conclui-se que o uso do tema na Educação Superior no Brasil ainda ocorre de forma “introdutória”, não sendo utilizado como inquietação para impulsionar maiores números de pesquisas em alguns ambientes acadêmicos de programas de Pós-Graduação fora ou dentro do estado do Pará.

Infere-se que o(a) profissional assistente social enfrenta dificuldades para a realização do trabalho na perspectiva da garantia de direitos, pois, além de ser um profissional do serviço social, conforme Carvalho (2008), é um trabalhador assalariado. Assim, a falta de conhecimento, principalmente por parte dos gestores, acerca das possibilidades de atuação do(a) assistente social, somada à correlação de forças presentes nessas relações, pode afetar negativamente a execução de projetos, reduzindo sua atuação à seleção de discentes e à concessão de auxílios, benefícios e serviços.

Nesse sentido, “[...] O(a) assistente social, no exercício de sua atividade profissional, dispõe de uma autonomia relativa, já que é um trabalhador assalariado, e, portanto, sua inserção no mercado de trabalho passa por uma relação de compra e venda de sua força de trabalho” (Carvalho, 2008, p. 158).

A situação da autonomia relativa mencionada, anteriormente, é uma discussão muito pertinente para a atuação profissional do Serviço Social, sobretudo para a realização dos trabalhos na iniciativa privada, local onde prevalecem as ações voltadas para a obtenção do lucro, e não para o reconhecimento de direitos. Os profissionais devem conhecer até onde vai a sua autonomia, pois trata-se de trabalho assalariado, assim como outras profissões que vendem as suas forças produtivas.

Nessa relação, enquanto profissional, necessita de fazer uso e assumir o projeto ético-político profissional, mas ainda deve também estar ciente de suas atribuições e competências, assumindo um comprometimento com as demandas sociais.

Segundo Iamamoto (2012):

Para além dos acordos previstos nos contratos de trabalho -, e, considerada a bagagem acadêmico-profissional do assistente social — o que determina o cotidiano das ações profissionais são as condições e relações sociais que circunscrevem esse trabalho. Elas interferem no seu direcionamento, nas atribuições delegadas, nos recursos, entre outras dimensões, cuja força decorre das relações de poder econômico e político que repercutam no próprio conteúdo e a qualidade do trabalho realizado (Iamamoto, 2012, p. 424).

É importante salientar que as situações não se manifestam de forma homogênea em todas as IFES, visto que cada uma apresenta realidades próprias. Contudo, observou-se a

existência de um eixo comum referente às competências profissionais, a determinadas atribuições e às ações desenvolvidas. A efetivação dessas ações nas instituições adquire especificidades que decorrem das particularidades dos diferentes serviços ofertados em cada contexto institucional.

Compreendemos que a área educacional representa um espaço de alargamento para o trabalho do(a) Assistente Social, haja vista existirem, nesse ambiente, discentes em situações de vulnerabilidades, que demandam políticas públicas de permanência. Desse modo, salienta-se, a importância do fortalecimento do projeto ético-político para que a prática na Política de Assistência Estudantil, esteja direcionada a uma concepção de educação emancipadora.

Isso exige do profissional competências teóricas e políticas, assim, a dimensão pedagógica é peculiar ao exercício profissional, sendo materializada em intervenções individuais e/ou coletivas. Logo, é fundamental que estes profissionais tenham estratégias de atuação para que eles (as) possam contribuir com o processo de emancipação dos sujeitos.

Nesse sentido, a possibilidade de realização do trabalho profissional na Política de Assistência Estudantil é ampla e não se restringe aos processos de seleção para que os(as) discentes possam acessar os programas, benefícios e serviços.

Ao caracterizar a produção acadêmica, a trajetória histórica da assistência estudantil e a materialidade institucional dessa política, essa seção fornece os elementos necessários para compreender o trabalho do(a) assistente social como expressão de mediações históricas, políticas e orçamentárias, criando as bases analíticas para a investigação empírica desenvolvida nas seções seguintes.

Desse modo, as análises dos autores e estudos empíricos, identificados na revisão da literatura, confirma que o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil se realiza em um campo atravessado por disputas teórico-políticas e por determinações materiais concretas.

As interpretações, presentes na produção acadêmica, evidenciam tanto os limites impostos pela focalização, pela burocratização e pela escassez de recursos quanto as possibilidades de uma atuação profissional orientada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, reafirmando o caráter contraditório da política e do trabalho nela inserido.

Portanto, a análise desenvolvida no decorrer dessa seção permitiu compreender a assistência estudantil como política social historicamente constituída a partir de lutas sociais, disputas políticas e mediações institucionais, cuja materialização permanece atravessada por contradições estruturais. A reconstrução histórica e normativa da política evidenciou que, embora a assistência estudantil tenha avançado no reconhecimento formal enquanto direito social, sua efetivação concreta segue condicionada a limites institucionais, orçamentários e

políticos, que incidem diretamente sobre sua operacionalização no âmbito das universidades públicas.

A partir da análise da materialidade da assistência estudantil na Universidade Federal do Pará, observou-se que a relação entre recursos disponíveis, demanda discente e cobertura institucional expressa de forma contundente as tensões entre ampliação do acesso ao Ensino Superior e capacidade institucional de garantir condições efetivas de permanência acadêmica.

Os dados analisados evidenciam que a seletividade no acesso aos programas e benefícios permanece como elemento estruturante da política, reforçada pela insuficiência de recursos e pela instabilidade orçamentária, o que desloca para o cotidiano institucional a gestão das contradições entre direitos formalmente reconhecidos e possibilidades reais de atendimento.

No interior desse cenário, a produção acadêmica analisada revela diferentes concepções sobre o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil, que refletem tanto projetos distintos de política social e de universidade quanto às condições concretas de operacionalização da política.

As análises sobre universalidade e focalização, burocratização, instrumentalidade e mediações profissionais, bem como aquelas orientadas pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, evidenciam que o trabalho profissional se realiza em permanente tensão entre a defesa dos direitos sociais e as requisições institucionais associadas à gestão da escassez.

Dessa forma, a seção 2 demonstrou que o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil não pode ser compreendido de forma isolada ou meramente técnico-operativa, e sim como prática social inserida nas contradições das políticas públicas no capitalismo contemporâneo. Ao articular a trajetória histórica da política, sua materialidade institucional e as concepções presentes na produção acadêmica, essa seção fornece os fundamentos analíticos necessários para o aprofundamento da discussão sobre o trabalho profissional, que será desenvolvida na seção a seguir, a partir da análise das determinações societárias, institucionais e profissionais que conformam a atuação do(a) assistente social na assistência estudantil.

SEÇÃO 3 PERSPECTIVAS SOBRE O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIETÁRIAS

Essa seção tem como objetivo analisar as perspectivas teóricas sobre o trabalho do(a) assistente social na Educação Superior, situando-o no contexto das relações societárias capitalistas e das contradições que estruturam o mundo do trabalho na contemporaneidade. Parte-se da compreensão de que o trabalho constitui categoria fundante do ser social e mediação central da sociabilidade humana, sendo, portanto, elemento indispensável para a apreensão crítica das políticas sociais públicas e do exercício profissional do Serviço Social.

A análise do trabalho do(a) assistente social na Educação Superior exige, assim, a articulação entre a dimensão ontológica do trabalho, a contradição capital/trabalho e as formas históricas, assumidas pelas políticas sociais capitalistas. Nesse sentido, o trabalho profissional é compreendido como trabalho assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho, submetido às determinações estruturais do modo de produção capitalista e às requisições institucionais do Estado, ao mesmo tempo em que carrega possibilidades de resistência e de afirmação de projetos profissionais comprometidos com a defesa dos direitos sociais.

Ao situar o trabalho do(a) assistente social no interior das políticas sociais públicas, especialmente no campo da Educação Superior, essa seção busca evidenciar como as transformações no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva e as estratégias de ajuste fiscal incidem sobre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional. Tal análise permite compreender que as mediações que atravessam o trabalho profissional — como a burocratização, a intensificação das demandas e a escassez de recursos — não são circunstanciais, mas expressão das contradições próprias da sociabilidade capitalista.

Para tanto, a seção organiza-se em três eixos articulados: inicialmente, discute-se o trabalho na sociedade capitalista, a partir de sua fundamentação ontológica; em seguida, analisa-se o trabalho na contradição capital/trabalho e suas expressões no mundo contemporâneo; por fim, aborda-se a relação entre políticas sociais públicas, intersectorialidade e Serviço Social, situando o trabalho do(a) assistente social como mediação concreta dessas determinações no âmbito da Educação Superior.

3.1 O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A compreensão do trabalho na sociedade capitalista constitui ponto de partida fundamental para a análise do trabalho do(a) assistente social na Educação Superior, uma vez que permite apreender as determinações estruturais que conformam o exercício profissional nas políticas sociais públicas. Parte-se do entendimento de que o trabalho não se reduz a uma

atividade instrumental ou meramente econômica, mas configura-se como categoria ontológica fundante do ser social, responsável pela produção e reprodução da vida material e das relações sociais.

No modo de produção capitalista, entretanto, o trabalho assume formas históricas específicas, marcadas pela subordinação do trabalhador às exigências da acumulação do capital, pela mercantilização da força de trabalho e pela intensificação das relações de exploração. Essa particularidade histórica do trabalho é central para a compreensão das contradições que atravessam o mundo do trabalho e incidem diretamente sobre as condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional nos serviços públicos.

Ao situar o trabalho na sociedade capitalista, essa subseção busca evidenciar como a divisão social e técnica do trabalho, a alienação e o estranhamento constituem mediações fundamentais para a análise das políticas sociais e das profissões nelas inseridas. Nesse sentido, o trabalho do(a) assistente social é compreendido como trabalho assalariado, inserido na divisão social do trabalho, cuja materialização ocorre no interior de instituições estatais e sob determinações que expressam a contradição entre capital e trabalho.

Tal abordagem permite compreender que o exercício profissional do Serviço Social não se desenvolve de forma neutra ou autônoma, mas é historicamente condicionado pelas formas assumidas pelo trabalho no modo de produção capitalista. Essas determinações incidem sobre as condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional, aspecto que será aprofundado nas subseções seguintes, a partir da análise da contradição capital/trabalho e de suas expressões no mundo do trabalho na atualidade.

Nessa direção, e em consonância com a proposição deste estudo, a categoria trabalho constitui um dos eixos analíticos centrais para a compreensão do trabalho do(a) assistente social na Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil da Universidade Federal do Pará (Proaes/UFGPA). O embasamento teórico adotado fundamenta-se na tradição marxiana, a partir do entendimento de que a teoria social de Marx (2013) se constitui como uma ontologia do ser social, permitindo apreender as mediações históricas e sociais que estruturam o trabalho profissional.

Conforme destaca Pontes (2010, p. 4), “[...] o que se identifica neste processo é o movimento da profissão, buscando resgatar as mediações ontológicas que estruturam e articulam sócio-historicamente a profissão à sociedade”, o que possibilita uma aproximação crítica do objeto investigado. Pontes (2010) elencou alguns fundamentos principais da ontologia marxiana, como a função que o trabalho assume na relação entre homem/natureza: “Na relação entre as categorias do ser natural e do ser social o homem, através do trabalho vai

humanizando as primeiras e subordinando (mas não eliminando) as segundas” (Pontes, 2010, p. 6).

Dessa forma, é primordial pensar no trabalho a partir da compreensão da *práxis* como categoria basilar do pensamento marxiano por meio da qual a totalidade se expressa. Para Marx (2009, p. 119), o homem produz a sua história e a história da sociedade, e a *práxis* é uma “atividade humana sensível”. Marx (2009, p.121) aponta também que “[...]toda vida social é essencialmente prática” entende que “[...]a essência do homem não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Na sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais”.

Para o autor, o homem constrói a sociedade por meio de ações práticas e efetivas, em suas relações com outros homens e com outras sociedades. Segundo o estudioso, “[...]A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real” (Marx, 1977, p. 36).

Marx (1977, p. 36) afirma que “[...] Os homens são os produtores de suas representações”. Entendendo o trabalho como um processo entre o homem e a natureza, o homem se apropria da matéria-prima, encontrada na natureza para transformá-la. Para Marx (1977), é mediante o trabalho que o homem produz as suas condições de existência. Para Antunes (2007, p. 123), “[...] A história da realização do ser social, muitos já o disseram, objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho”.

Lukács (2012) indica que o trabalho assume uma dupla transformação, porque, ao modificar a natureza por intermédio de suas ações, o homem transforma a si mesmo. Nesse sentido, pessoas e coisas sofrem transformações pelo trabalho. Para Antunes (2007, p. 125), “[...] O trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem”.

Para Lukács (2012), foi Engels que colocou o trabalho nessa perspectiva. Segundo Engels (1999, p. 3), “[...] O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”.

No entendimento dos autores supracitados, a existência do trabalho é fundamental para que o homem sinta-se realizado. A essência consiste em ir além da competição biológica com o ambiente, sendo algo pensado e premeditado, pois, diferentemente da produção mecânica, observada em algumas espécies, o homem já sabe o que vai produzir e já existe em seu pensamento a representação de seu trabalho. É essa ação que define o seu caráter teleológico.

Durkheim (1999, p. 253) entende que, no trabalho, estão presentes um caráter conservador e um elogio a sua divisão social. O estudioso percebe que a “emergente sociedade moderna” se desenvolve a partir do movimento migratório do campo para cidade e, também, do engajamento desta “nova” população para ser utilizada como mão de obra nas fábricas. Ele também analisou a integração dos trabalhadores no interior da fábrica e considerou a divisão do trabalho social como fato social presente em todas as sociedades. Para Durkheim (1999, p. 4), “[...] A divisão do trabalho social passa a aparecer apenas como uma forma particular desse processo geral, e as sociedades, conformando-se a essa lei, parecem ceder a uma corrente que nasceu bem antes delas e que arrasta no mesmo sentido todo o mundo vivo”.

Hoje, esse fenômeno generalizou-se a tal ponto que salta aos olhos de todos. Não há mais ilusão quanto as tendências de nossa indústria moderna; ela vai cada vez mais no sentido dos mecanismos poderosos, dos grandes agrupamentos de forças e capitais e, por conseguinte, da extrema divisão do trabalho (Durkheim, 1999, p. 1).

Para esse sociólogo, a divisão do trabalho está presente em todos os tipos de sociedades, pois é algo que se impõe a todos, independentemente das vontades. Marx, por sua vez, apresenta pensamento diferente de Durkheim, percebe a divisão do trabalho como fator de exploração e alienação dos trabalhadores. Para Marx, a sociedade está dividida em duas classes: a burguesia e o proletariado, e o trabalho assalariado torna-se uma atividade central para a perpetuação das relações sociais entre trabalhadores e capitalistas.

Em sua obra, *O Capital*, Marx (1977) expõe o caráter extremo da exploração dos homens pelos capitalistas e analisa que, se, por um lado, a reprodução do capital constitui um dos principais objetivos da produção, por outro, o trabalhador não recebe o suficiente para suprir suas necessidades mais básicas. O estranhamento, também é presente nas obras deste autor, categoria estudada por Marx (1977), aparecendo pela primeira vez em os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, publicado em 1844, esse mesmo trabalhador, que produz mercadorias ou bens que não lhe pertencem, também foi denunciado por Marx (1977) como uma das expressões mais contundentes da exploração e alienação no sistema capitalista.

Nos estudos sobre a *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, Max Weber (2019) escreve que o trabalho e a disciplina são essenciais para o crescimento do capitalismo e que o desenvolvimento do capitalismo foi possível por causa da convergência entre a organização do trabalho, a obtenção de meios materiais para a sobrevivência e a ambição pelo lucro. Para o autor, o fundamento do crescimento econômico pessoal encontra-se em uma vida de autocontrole, organização e trabalho intenso, tendo como característica central a disciplina nos investimentos.

Para Weber (2019, p. 70), “[...] O sistema capitalista precisa dessa devoção à vocação para fazer dinheiro, ela é uma atitude em respeito aos bens materiais que é tão adequada àquele sistema, tão intimamente ligada às condições de sobrevivência na luta econômica por existência”. Para o estudioso, o capitalismo moderno “não precisa mais de nenhuma força religiosa”, precisa de uma “vocação” e “devoção” para produzir dinheiro. “[...] Trabalhar a serviço de uma organização racional para a provisão de bens materiais à humanidade pareceu sempre, não há dúvida, aos representantes do espírito capitalista como um dos mais importantes propósitos de sua vida de trabalho” (Weber, 2019, p. 73).

Assim, o trabalho árduo e disciplinado surge como virtude e caminho para o sucesso profissional, formando, assim, o “espírito do capitalismo”. Weber (2019) diz que a sociedade capitalista se desenvolve mediante uma lógica racional, na qual a dignidade da pessoa humana e a vida material possuem elementar importância, relacionada à realização e ao desenvolvimento de seu trabalho.

Para Dobb (1963),

O homem pré-capitalista era um “homem natural” que concebia a atividade econômica como o simples aprisionamento de suas necessidades naturais e em épocas pré-capitalistas “no centro de todo esforço e preocupação estava o homem vivente, medida de todas as coisas: *mensura omnium rerum homo*” (Dobb, 1963, p. 15, grifos no original).

Em uma época de grandes acontecimentos sociais, a história registra que o ser social, o homem, desde o início de sua existência, almejou a acumulação primitiva de riquezas, ser proprietário de terras para utilizar para a agricultura e pastos, ter escravos para a realização do trabalho braçal e poder de decisão para direcionar pessoas e reinos.

De acordo com Antunes (2005, p. 67), “[...] A história da realização dos seres sociais, ao longo de seu processo de desenvolvimento histórico-social, sabemos, objetiva-se por meio de produção e reprodução da existência humana. Para isso, os indivíduos iniciam um ato laborativo básico, desenvolvido pelo processo de trabalho”.

O trabalho, na concepção de Marx (2017), é compreendido como a força de trabalho ativa, ou seja, um fator essencial da produção, que se refere ao esforço humano aplicado na criação de bens e serviços, podendo ser de natureza física ou mental, mensurado em termos de horas de trabalho, sendo influenciado pelo quantitativo de trabalhadores envolvidos e/ou pelos salários que lhes são pagos.

Para Frederico (1995, p. 132), “[...] O trabalho é assim entendido como a *essência*, como a *essência* subjetiva da propriedade privada”. Ainda segundo o autor, “com Adam Smith”, o trabalho é entendido como “[...] o princípio fundante de toda a riqueza concentrada na

propriedade privada” (Frederico, 1995, p. 132). E o homem, como um ser pacífico, passivo e mediador, passa a distanciar-se da natureza e a transformá-la, assim, nasce a atividade material com a criação dos instrumentos de trabalho. Frederico (1995, p.174) afirma que os instrumentos de trabalho são criados e fabricados, iniciando “[...] um interminável processo de transformação do ambiente natural e humano, a incessante criação de mediações postas pelo processo de trabalho” .

Frederico (1995, p.182) discorre que, para Marx, o trabalho não é uma simples “[...] ação instrumental, mas sim, uma atividade mecânica, inconsciente e desumanizadora”, dessa forma, o trabalho é entendido como uma categoria que fundamenta o ser social e é através dele que surge uma nova forma de agir e de ser. Lukács (2012, p. 285-286) entende o trabalho como sendo a “[...] condição de existência do homem independentemente de todas as formas sociais, uma eterna necessidade natural de mediar o metabolismo entre o homem e a natureza, portanto, a vida humana”.

Nesse sentido, o processo de trabalho inicia-se a partir de uma necessidade para os homens ou para uma determinada sociedade. “[...] A sociedade, como é vista pelo economista, é a sociedade civil, em que cada indivíduo é uma totalidade de necessidades e apenas existe para outra pessoa, como esta existe para ele, na medida em que cada um é um meio para o outro” (Fromm, 1975, p. 138).

Depreende-se que, a partir das relações de produção das condições de vida e de existência, os *Homo sapiens* estabelecem entre si as relações de produção, que, em sua totalidade, “[...] constitui a estrutura econômica da sociedade” (Marx, 2008, p. 47). Logo, “[...] o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (Marx, 2008, p. 47). Marx diz que é a partir das relações que se estabelecem nas produções que ocorrem as relações de trabalho e assim é que se definem os diversos tipos de formação social. Assim:

O capitalismo como modo de produção passa a se assentar em relações sociais de produção capitalista, marcadas fundamentalmente pela compra e venda da força de trabalho, tornada mercadoria como qualquer outra, pois essa é a base desse sistema que traz como exigências implícitas a existência de meios de produção sob a forma de mercadoria e o trabalho livre assalariado (Martinelli, 2011, p. 29).

Marx (2013, p. 41) diz que “[...] o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho; [...] o produto, porém, é propriedade do capitalista”. Salienta-se que, na economia de subsistência, o trabalhador é dono de suas condições de produção e reprodução para o atendimento de suas próprias necessidades. Martinelli (2011, p. 29) afirma

que “[...] o capital é uma relação social e o capitalismo um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção pelo capital”. Para Antunes (2007),

No trabalho, o momento distinguível, essencialmente separatório, é constituído pela manifestação do ato consciente que, no ser social, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológica. O trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios (Antunes, 2007, p. 124).

Nas sociedades capitalistas, o produto do trabalho adquire um valor de uso para os homens e para as comunidades, o que, conseqüentemente, direcionará a produzir um valor de troca, ou seja, o trabalho assume a forma de mercadoria, assim, o aumento da produtividade possui, necessariamente, um caráter de exploração da força de trabalho. Nogueira (1993) apresenta que, nessas relações sociais, a criação e a introdução de máquinas na produção aumentaram a separação entre o trabalho de concepção e o de execução.

A introdução da máquina no processo de trabalho produziu profundas mudanças na base de produção, com o advento da conhecida “Revolução Industrial”, que se estabeleceu nas produções e se baseia na operacionalização de princípios mecânicos que ocasionam o aumento da produtividade em menor tempo de trabalho e se inserem no propósito de valorização do capital na produção da mais-valia. Para o capitalista, não é interessante produzir apenas com base no valor de uso, e sim mercadorias dotadas de valor de troca, ou seja, bens que possam ser colocados à venda e gerar lucro.

O tempo de trabalho representado no valor de troca é o tempo de trabalho do indivíduo, mas do indivíduo que não se distingue dos demais indivíduos enquanto realizam um trabalho igual [...]. É o tempo de trabalho do indivíduo, mas não é o seu tempo de trabalho, posto que é o tempo de trabalho comum a todos e, portanto, é indiferente que seja o tempo de trabalho de tal ou qual indivíduo (Marx, 2008, p. 58).

Marx (2013) aponta que, ao ser vendida, a força de trabalho, comprada pelo capitalista, transforma-se em uma relação de compra e venda de mercadoria. A partir desse momento, a posse dessa força não pertence mais ao trabalhador, mas àquele que a adquiriu. O capitalista, portanto, torna-se o proprietário da força de trabalho, uma vez que o fundamento da propriedade reside na utilidade que ela representa. “[...] O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (Marx, 2013, p. 42).

É compreensível a análise de Marx (2013), ao afirmar que é por meio da produção do trabalho que se estabelecem as condições para a vida em sociedade. Assim, nesse processo, definem-se as relações entre os homens, as classes fundamentais que lhes dão sustentação e os

tipos de sociedade que se constituem. Os capitalistas são os proprietários dos meios de produção, enquanto os trabalhadores detêm apenas a sua força de trabalho, que vendem ao capitalista para garantir a própria sobrevivência.

Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador perde o controle e a posse de seu trabalho, pois deve se submeter às exigências de quem as compra, que agora é o dono dos meios de produção, da sua força de trabalho e do produto do trabalho, que é o capitalista. Essa relação entre as duas classes sociais, nas sociedades capitalistas, caracteriza-se pela dominação e pela exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção.

O ser humano, em alguns momentos, pode determinar o valor de sua produção, mas, na relação entre trabalhadores e capitalistas, o produto do trabalho tende a ser desvalorizado. Quanto mais produzem, menos controle e acesso têm ao resultado de seu próprio trabalho. É o capitalista quem detém o poder sobre os produtos do trabalho e se apropria das riquezas geradas. A finalidade do trabalho, nesse contexto, é a produção de riquezas, e, diante dessas circunstâncias, o “ser” acaba sendo dominado pelo “ter”. Quanto maior a produção em menor tempo, maior será o lucro do capitalista, que, para atingir esse objetivo, intensifica a exploração da força de trabalho.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (Marx, 2010, p. 80).

Nas sociedades capitalistas, são eles os donos do capital, determinando as condições em que o trabalho será realizado e como será feito. Além disso, garantem os instrumentos dos meios de produção e decidem o que e como fazer com os produtos obtidos, assim como os salários a serem pagos, que, na maioria das vezes, são baseados no salário-mínimo vigente no país.

A análise do trabalho na sociedade capitalista permite, portanto, apreender que as formas historicamente assumidas pelo trabalho não apenas estruturam a produção da riqueza social, mas também condicionam as relações sociais, institucionais e profissionais que se desenvolvem no interior do Estado e das políticas públicas. Ao assumir o trabalho como categoria ontológica fundante do ser social, torna-se possível compreender que as profissões inseridas na divisão social e técnica do trabalho, como o Serviço Social, não se constituem de maneira neutra ou desvinculada das determinações estruturais do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, o trabalho do(a) assistente social na Educação Superior deve ser compreendido como trabalho assalariado, realizado no interior de instituições estatais e

‘atravessado’ pelas contradições próprias da sociabilidade capitalista. As requisições institucionais, as formas de gestão do trabalho e as condições materiais em que se desenvolve o exercício profissional expressam mediações históricas que vinculam diretamente o trabalho profissional à dinâmica da acumulação capitalista e às estratégias de regulação da questão social.

Essa compreensão constitui base analítica indispensável para o aprofundamento da discussão acerca da contradição capital/trabalho e de suas expressões no mundo do trabalho atual, tema da subseção seguinte. Ao evidenciar o caráter histórico, contraditório e socialmente determinado do trabalho, cria-se o suporte teórico necessário para analisar como essas determinações incidem sobre o trabalho do(a) assistente social, redefinindo suas condições de exercício, suas mediações institucionais e suas possibilidades de intervenção no âmbito das políticas sociais públicas.

3.2 O TRABALHO NA CONTRADIÇÃO CAPITAL/TRABALHO

A contradição entre capital e trabalho constitui elemento estruturante da sociabilidade capitalista e media, de forma decisiva, as condições de produção e reprodução da vida social, bem como as formas históricas assumidas pelo trabalho no capitalismo.

No interior da contradição capital/trabalho, o trabalho estranhado expressa uma das formas centrais pelas quais o trabalhador se vê separado do produto de seu trabalho, do processo produtivo e de sua própria condição humana.

Nas sociedades capitalistas, quando o(a) trabalhador(a) vende sua força de trabalho ao patrão, há uma ruptura do trabalhador com o produto de seu trabalho, pois o que foi produzido por ele e a apropriação do produto de seu trabalho e da própria atividade laboral pelos donos do capital originam o que Marx chamou de “estranhamento” do trabalho, em que o trabalhador não tem a posse do produto e das riquezas geradas por ele. Por vezes, quanto mais o trabalhador produz, mais distante permanece de suas produções, o que passa a ter uma existência estranha ao trabalhador: “[...] a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha” (Marx, 2010, p. 81).

Antunes (2007, p. 127) aponta que “[...] O estranhamento remete, pois, a ideia de barreiras sociais que obstaculizam o desenvolvimento da personalidade humana”. O homem, segundo o autor, ao ser convertido em meio para a satisfação de outro homem, se vê um completo estranho ao ato de sua própria produção e de sua vida social. Nesse sentido, “[...] Tem-se, no plano da consciência, a coisificação, a reificação; o trabalho estranhado converte-se num forte obstáculo à busca da unilateralidade e plenitude do ser” (Antunes, 2007, p. 130).

Essa dinâmica de estranhamento não se restringe ao trabalho fabril, mas se estende às diversas formas de trabalho assalariado, incidindo também sobre o trabalho realizado no setor público e nas políticas sociais.

A exploração da força de trabalho, por meio da produção da mais-valia, constitui o núcleo da contradição capital/trabalho e permite compreender a lógica de acumulação que sustenta o modo de produção capitalista.

Marx (2017) considera que os trabalhadores são “vítimas” da mais-valia, pois “é a engenharia do sistema capitalista”, ou seja, eles trabalham e recebem em troca o valor mínimo, com o qual conseguem somente o necessário para a sua sobrevivência, causando o que Marx (2017, p. 82) chama de “[...] O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa [...] em que quanto mais o trabalhador produz, menos ele tem pra consumir; que quanto mais valores cria, mais sem valor e indigno ele se torna”.

Para Marx (2017),

[...] com base na produção capitalista, o próprio trabalhador, após sua entrada no processo de produção, constitui um ingrediente do capital produtivo em funcionamento e pertencente ao capitalista, sendo este último, portanto, o verdadeiro produtor de mercadorias, o preço de custo da mercadoria aparece para o trabalhador como o custo real da própria mercadoria (Marx, 2017, p. 54).

Nessa relação, o trabalhador recebe um valor mínimo para produzir a mercadoria que, ao ser disponibilizada no mercado, adquire um valor de troca definido pelas leis do próprio sistema capitalista. Assim, o trabalhador, que a produziu a baixo custo, caso deseje adquiri-la, deverá pagar o valor estabelecido pelo mercado o que, muitas vezes, torna o produto inacessível, dada a baixa remuneração recebida pelo seu trabalho.

O trabalho como força criadora de valor pertence ao capital, realizado sob sua direção e controle [...] o resultado específico do processo de produção capitalista não é nem o produto (valor de uso), nem a mercadoria (valor de uso que possui valor de troca); seu resultado é a criação da mais-valia para o capital [...] a finalidade direta dessa produção e a apropriação do trabalho alheio não retribuído ou o enriquecimento (Iamamoto, 2012, p. 75-76).

Analisa Marx (2004) que a relação fundamental existente no trabalho é a do trabalhador com os objetos de sua produção. Para o autor (2004, p. 8), “[...] o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua sobrevivência”. Marx (2004) considera que o único responsável pela produção da riqueza é o trabalhador, e o produto resultante é a mercadoria, utilizada como moeda de troca nas sociedades capitalistas.

Marx (2010, p. 90) observa que é por meio do trabalho estranhado que o homem se relaciona com outros homens, garantindo a interação e o diálogo, inclusive com aquele que se apropria do fruto de seu trabalho. Trata-se de uma relação fundamentada na propriedade privada, que constitui a expressão material do trabalho exteriorizado e envolve a interação entre o proprietário dos meios de produção, o trabalhador e o produto do seu trabalho. Conforme Marx (2013, p. 61), “[...] o trabalho é a substância comum a todas as mercadorias”, sendo ele o que atribui valor às mercadorias. O trabalho, enquanto mercadoria, apresenta uma característica própria: é a fonte de valor para outras mercadorias.

Para Mészáros (2011, p. 624), as mercadorias são disponibilizadas para as vendas antes de atenderem as necessidades de quem as produziu, “[...] como valor em benefício da reprodução ampliada do capital”. Para o autor, existe uma ruptura entre a necessidade de quem produz e a produção, e os trabalhadores deixam de produzir para atender suas próprias necessidades e perdem o controle do processo de produção, e os produtos se tornam, de fato, valores de uso para a sociedade e não para quem produz.

Consequentemente, o controle do processo de produção pertence ao patrão, que retira do trabalhador o poder de decisão sobre a forma de executar suas próprias funções. Ao entrar nessa relação de troca para garantir a própria sobrevivência, o trabalhador se submete aos interesses do capital. Ao vender sua força de trabalho, coloca-se a serviço do capital, que a utiliza conforme seus objetivos. Este processo constitui um elemento fundamental para o funcionamento do capitalismo.

Mészáros (2011) aponta que:

Graças à desumanização do trabalho vivo, transformado em uma mercadoria que só pode funcionar (como uma força produtiva) e biologicamente se sustentar (como um organismo) adentrando a estrutura e submetendo às exigências materiais e organizacionais — das relações de trocas dominantes, os principais obstáculos que limitavam pesadamente o escopo e o dinamismo dos sistemas produtivos anteriores são removidos com sucesso. Já que o trabalho vivo se transforma em ‘carcaça do tempo’, torna-se possível estruturar as jornadas de trabalho resultantes (reificáveis) — tanto horizontal quanto verticalmente e — de acordo com as exigências da auto reprodução ampliada do capital (Mészáros, 2011, p. 621-622).

Marx (2004) denomina de estranhamento o fato de ocorrer a separação do trabalhador com o produto do seu trabalho e que o produto do trabalho passa à condição de mercadoria, tornando propriedade de alguém e fonte de acumulação de riquezas para uma minoria. Marx (2004) afirma que a propriedade privada é o produto do trabalho estranhado, e o surgimento da propriedade privada promoveu a divisão da sociedade em duas classes sociais. De um lado, tem-se a burguesia (donos dos meios de produção) e, de outro, o proletariado (trabalhadores

explorados pela burguesia). As classes surgem a partir da divisão social do trabalho, e a propriedade é consequência da exploração de uma classe social sobre a outra, o que contraria a realização do trabalho livre de controle de produtividade.

Em *O Capital*, considerada a obra principal do sociólogo Marx (2007), o autor estuda a constituição e o desenvolvimento da humanidade ao longo da história e compreende que, desde seu início até os dias atuais, ocorreram por meio das lutas de classes. Para Marx (2007), o desenvolvimento da cultura está intrinsecamente ligado às forças produtivas, sendo essa a forma como o ser humano constrói sua identidade, por meio de seu pensamento e de sua capacidade de produzir coisas para suprir suas necessidades.

Para Marx (2013, p. 55), “[...] O tempo gasto na produção do valor de uso é socialmente necessário”, em que se encontram vários fatores que vão influenciar a produção, como as condições estabelecidas pelo empregador, os instrumentos utilizados adequadamente e a qualidade da matéria-prima. Por sua vez, o capitalista controla os trabalhadores e define as estratégias para obtenção de mais lucro.

Fromm indica que, na concepção de Adam Smith, “[...] A divisão do trabalho...não é originariamente o efeito de qualquer sabedoria humana...É a consequência necessária, se bem que muito lenta e gradativa, da propensão a barganhar, trocar e cambiar uma coisa por outra” (Fromm, 1975, p. 138).

O sistema capitalista, é o dono dos meios de produção que obtém os maiores benefícios da produção, cabendo ao trabalhador a sua dedicação, para a realização de sua tarefa, seu desempenho dentro de uma competitividade de produção, o maior tempo possível para a valorização das mercadorias e a produção do lucro para o patrão.

Essa lógica de exploração, ainda que assuma formas distintas ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo, permanece como fundamento das relações de trabalho contemporâneas, inclusive naquelas mediadas pelo Estado.

A divisão social e técnica do trabalho constitui mediação fundamental para a compreensão da forma como as atividades laborais são organizadas e hierarquizadas no capitalismo, produzindo diferenciações entre funções, profissões e formas de inserção no mundo do trabalho.

A divisão do trabalho é a expressão econômica do *caráter social do trabalho* dentro da alienação. Ou, visto ser o *trabalho* apenas uma expressão da atividade humana dentro da alienação, de atividade vital como alienação da vida, a *divisão do trabalho* nada mais é que o estabelecimento *alienado* da atividade humana, como uma *real atividade-espécie ou a atividade do homem como um ente-espécie* (Fromm, 1975, p. 138, grifos no original).

Para Fromm (1975), a divisão do trabalho é o estabelecimento alienado da atividade humana, e a alienação tem um significado de que alguém está fora de algo e encontra-se alheio a algo, nesse caso, a alienação do trabalho significa que o trabalhador não tem acesso aos bens que ele próprio produz. Por exemplo, em uma linha de produção, o trabalhador faz parte do processo de construção e criação das mercadorias, permanecendo alheio ao produto final e do valor agregado ao bem iniciado com o seu trabalho.

Mészáros (2011, p. 622, grifos no original) diz que: “[...] a estrutura de mercadoria capitalista se torna *universalizável*- no sentido de que absolutamente tudo pode ser subsumido a ela- precisamente porque, sob as novas circunstâncias, o trabalho vivo mercantilizado pode ser utilizado e controlado com grande flexibilidade e dinamismo”, para atender as exigências do processo de acumulação de capital na forma horizontal e vertical. O autor continua analisando e refere que: “[...] A flexibilidade *horizontal* das novas determinações organizacionais traz consigo, por um lado, a jornada de trabalho do processo de trabalho capitalista organizada de forma única” (Mészáros, 2011, p. 622, grifos no original).

Para Mészáros (2011, p. 622, grifos no original), “[...] a multiplicidade das jornadas de trabalho coexistentes e cooperantes” podem ser supervisionadas, ainda que estejam localizadas em diversos países. Para ele, este modelo de “controle” se estende desde as oficinas do período manufatureiro até as mais complexas, “[...] fábricas transnacionais de nossa época”.

O autor considera “A estruturação vertical” mais importante como forma de garantir o desenvolvimento do capitalismo, pois é nesse sistema que o capital vai “ Segundo Mészáros (2011 p. 622, grifos no original), [...] ordenar a multiplicidade das jornadas de trabalho também em um padrão *vertical/hierárquico* que constitui a *garantia* da aplicabilidade segura e da completa difusão do próprio princípio organizacional horizontal”, para ele, a dimensão vertical é a “*estrutura de comando do capital*”, pois o controle desta dimensão constitui o momento fundamental nessa relação.

A difusão das condições de acumulação bem-sucedida é muito importante para o aumento do capital, nesse sentido, objetivando a universalização da jornada de trabalho, “[...] A homogeneização, historicamente única, de todas as relações produtivas e distributivas [...] se torna uma condição absoluta da ordem sociometabólica controlada pelo capital” (Mészáros, 2011, p. 624).

Nesses aspectos, considera-se pertinente iniciarmos um diálogo a respeito de que Antunes (2005), em seu livro *O Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*, discorre sobre a opinião levantada por ele, de que “[...] os críticos da sociedade do trabalho podem estar equivocados ao enfatizar, eurocentricamente, que o trabalho está em vias

de desaparecimento, que o capital não mais necessita dessa mercadoria especial” (Antunes, 2005, p. 26). E, ainda que o trabalho venha passando por metamorfoses, não se pode afirmar que as sociedades capitalistas não necessitam mais dele.

Antunes (2005, p. 26) enfatiza que existe uma complexidade na “[...] nova divisão internacional do trabalho na era do capital mundializado” e que não se pode dizer que não é mais necessária a realização do trabalho vivo e que a maior parte da humanidade encontra-se no terceiro mundo, Antunes (2005) diz que em continentes como a África, América Latina e Ásia, onde se realizam trabalhos produtivos, material ou imaterial, as empresas, General Motors, Microsoft, Benetton, Ford, Toyota, McDonalds, a Nike, utilizam muitos trabalhadores os quais recebem salários muito baixos. Essa nova divisão do trabalho se contrapõe à primeira divisão que foi estabelecida de forma natural.

Para Marx (1977), em a *Ideologia Alemã*:

A divisão do trabalho nos oferece, desde logo, o primeiro exemplo do seguinte fato: desde que os homens se encontram numa sociedade natural e também desde que há cisão entre o interesse particular e o interesse comum, desde que, por conseguinte, a atividade está dividida não voluntariamente, mas de modo natural, a própria ação do homem converte-se num poder estranho e a ele oposto, que o subjuga ao invés de ser por ele dominado (Marx, 1977, p. 47).

Na sociedade capitalista, de acordo com Marx (1977), a divisão do trabalho, inicialmente, foi estabelecida sem que os trabalhadores pudessem se opor ou contrapor àquilo que lhe foi imposto. Para os trabalhadores, seria uma questão de sobrevivência, porém, na sociedade socialista, proposta pelo sociólogo/economista, não existe essa obrigatoriedade, o homem pode escolher o seu “ramo” de trabalho, podendo aperfeiçoar-se ou mudar as suas atividades quantas vezes assim preferir. Marx (2013) idealizou uma sociedade na qual as pessoas poderiam usufruir dos seus bens produzidos igualmente com os donos dos meios de produção, e necessariamente não existiria a divisão em classes sociais.

O cenário, analisado por Marx (2013), foi marcado pelo crescimento das indústrias e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento do sistema capitalista, pela situação econômica, política e social da nobreza e pelo quadro de miséria em que viviam os trabalhadores. Diante desse contexto, o filósofo propôs a construção de uma sociedade sem classes, na qual todos pudessem se desenvolver livremente. Conforme exposto em seu texto *Teses sobre Feuerbach*, escrito em 1845, transformar a realidade social implica também compreendê-la. Com o objetivo de fundamentar suas proposições em teorias sólidas, Marx (2013) elaborou um método de análise que ficou conhecido como Materialismo Histórico-Dialético.

Por meio desse método, Marx (2013) explica o desenvolvimento das sociedades humanas, partindo do pressuposto de que os seres humanos constroem sua realidade e seu modo de vida a partir do trabalho, por meio do qual estabelecem suas relações sociais. Diferentemente dos outros animais, os homens transformam a natureza por intermédio do trabalho, criando diversas formas de interação. Nessa perspectiva de vida e de organização social, torna-se necessária a divisão do trabalho entre os indivíduos.

Nessa sociedade, a realização do trabalho e da produção da riqueza, embora envolva toda a sociedade, não é igualitária, mas apropriada em sua maior parte por poucos homens, que possuem os meios para produzir riqueza e uma pequena parte por trabalhadores assalariados. Antes da industrialização dos produtos, os trabalhadores, camponeses ou artesãos, ainda que pobres, exerciam maior controle sobre o seu trabalho realizado.

Para Marx e Engels (1977), o princípio norteador da divisão das riquezas produzidas, de forma idealizada seria referente as suas capacidades para produzir e de acordo com suas necessidades, mencionamos que tanto Marx, quanto Engels pertenciam à “Liga Comunista”, que defendia a luta de classes, a guerra armada entre operários e patrões, isto é, entre proletariado e burguesia.

Para Marx, socialismo era uma *realidade* existente nas formas negativas e positivas, e isso era suficiente. *Negativamente*, porque antecipava o colapso final das cada vez mais intensas contradições do capital (daí o “anúncio”). Positivamente, como o crescente movimento político da classe trabalhadora orientado para o estabelecimento da ordem socialista (Mészáros, 2011, p. 524, grifos no original).

Para Marx (2013), o socialismo constitui uma etapa intermediária rumo a um sistema superior, o comunismo, que só seria possível após o pleno desenvolvimento das forças produtivas. Nesse contexto, o socialismo seria caracterizado pela propriedade social, em que a propriedade privada, representada pelos meios de produção, seria substituída pela propriedade coletiva ou cooperativa.

No que diz respeito às práticas produtivas socialistas propostas, a questão aqui é relacionada à completa reversão da predominância burguesa para uma sociedade futura, com possibilidades de desenvolvimentos das forças produtivas. O contraste é realçado nas palavras de Mészáros (2011), quando avalia que “[...] Em uma sociedade futura na qual tenha cessado o *antagonismo de classe*, na qual não haverá mais classes, o *uso* não mais se determinará pelo *mínimo* tempo de produção: mas o tempo de produção dedicado a um artigo será determinado pelo grau de sua *utilidade*” (Mészáros, 2011, p. 619, grifos no original). Essa concepção pressupõe a capacidade de os produtores superarem os limites da escassez e organizar suas

vidas com base em uma destinação racional, não apenas dos recursos materiais disponíveis e utilizados.

Realizando um paralelo entre sociedades antigas e futuras, Antunes (2005, p. 26) indica que, na “nova” sociedade do trabalho, “o sistema de metabolismo social do capital [...]”, ao contrário da antiga, exige um maior número de trabalhadores terceirizados e precarizados, pertencentes à classe que depende do trabalho para sobreviver, em comparação com os trabalhadores estáveis, pois esses primeiros não teriam condições de subsistir se estivessem desempregados.

Para ele, o capital pode diminuir o trabalho vivo, mas não o eliminar do processo de criação das mercadorias. No entendimento de Lukács (2012), “[...] o trabalho socialmente necessário é uma realidade, um momento da ontologia do ser social, uma abstração real de objetos reais, que se dá de modo inteiramente independente da circunstância de que seja ou não realizada também pela consciência” (Lukács, 2012, p.315).

A reificação das relações sociais, característica do capitalismo, aprofunda a mercantilização do trabalho e contribui para a naturalização das formas de exploração e dominação presentes no cotidiano social.

Marx (1977) afirma, no livro II de *O Capital*, que não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção, qual seja: a reprodução dos meios de produção. Na sociedade moderna, o salário pago ao trabalhador deve considerar as condições necessárias para a sua subsistência e de sua família, pois tem como objetivo propiciar a manutenção e a reprodução da força de trabalho. E há de se considerar se o trabalhador não está bem vai produzir mal, nesse sentido, é preciso que o trabalhador receba suporte social e de saúde para que ele esteja bem com o objetivo de que ele/ela realize o trabalho em boas condições de saúde.

Ao pagar o salário ao trabalhador, o patrão baseia-se em um determinado tempo de trabalho, entretanto, sempre encontra muitas formas de fazê-lo trabalhar além do tempo regulamentado por lei, que corresponde ao trabalho realizado e valor pago. Althusser (2008, p. 74) aponta que a quantidade de valor, o salário necessário e a reprodução da força de trabalho não são determinados pelas necessidades biológicas, mas, sim, pelas necessidades históricas. Para ele, quanto maior for a quantidade de trabalho não remunerado, maior será a produção de mais-valia e a consequente acumulação de capital. É por meio desse tempo de trabalho “excedente” que se concretiza a produção da mais-valia, apropriada pelo capitalista, considerada por Marx a base das desigualdades sociais e das crises econômicas no sistema capitalista.

Outro aspecto a ser considerado é a compreensão do trabalho produtivo, diferenciando-o do trabalho em sentido geral. Nesse contexto, o trabalho produtivo é aquele que resulta em um produto que, na concepção marxiana, contribui para a geração de mais-valia. Quando o trabalho é comprado apenas pelo seu valor de uso, sem incorporar o valor do capital, é considerado trabalho improdutivo. “[...] É produtivo o trabalhador que executa trabalho produtivo, e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital” (Marx, 2013, p. 126). Importante é destacar que “[...] todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo” (Marx, 2013, p. 128).

A contradição evidenciada na sociedade capitalista entre trabalho produtivo e improdutivo é inerente ao antagonismo entre as classes, que possui como origem a exploração existente neste processo de trabalho. Assim, é através do trabalho alienado que se estabelece a relação no ato da produção. Reafirma-se, então, que é nessa dinâmica que se definem as classes fundadas na sociedade capitalista, e que se sustentam na relação de dominação e exploração de uma classe sobre a outra, a capital/trabalho.

Inserida na sociedade capitalista a realização do trabalho no serviço público deve ter como objetivo principal a atuação direcionada para a garantia de direitos e também para a prestação de serviços essenciais para a população. Assim, a inserção desses trabalhadores ocorre, principalmente, por meio da realização de concursos públicos. Além do regime estatutário (característico da administração pública direta, que utiliza leis próprias de cada ente da federação), celetista, regido pela CLT ou em sistema de contratação temporária comum em empresas públicas, em empresas particulares e na Universidade Federal do Pará.

A seleção pelo ingresso via concurso público é meritocrática e aberta a todos os cidadãos que preencham os requisitos do edital, em uma diversidade de áreas de atuação do Estado, como na educação, na saúde, na segurança, nos tribunais, na fiscalização e na administração geral, o ingresso por meio dos concursos públicos, oferecem, entre outros, estabilidade ao servidor, remuneração e benefícios.

Os servidores públicos podem ser: estatutários (são aqueles em que o regime jurídico é disciplinado por diploma específico, geralmente um estatuto), celetistas (são aqueles que têm a sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)), e os temporários são aqueles contratados para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público regidos por um regime jurídico especial.

Nessas relações trabalhistas, o serviço privado é financiado pelos próprios clientes ou investidores, busca gerar lucro e manter a competitividade no mercado, pode segmentar seu público e escolher quem vai consumir seus produtos ou serviços. Ressalta-se que mesmo o

Estado estando inserido em uma sociedade capitalista o serviço público não visa o lucro, o seu objetivo principal é suprir as necessidades da população e garantir o interesse público, o bem-estar da coletividade e a satisfação das necessidades essenciais da população relacionadas à saúde, educação, transporte, segurança, entre outros.

A principal diferença entre esses dois serviços está no objetivo e na gestão, algumas diferenças existentes entre o setor público e o privado é que o particular pode cobrar tarifas ou taxas, livremente, porque as negociações empresariais devem cobrir os custos de operação, manter a qualidade da prestação contínua e garantir que o serviço seja acessível a todos, o serviço privado é prestado por empresas ou particulares, visa o lucro, tem maior rotatividade de trabalhadores, com foco na meritocracia e atende ao público consumidor.

Já para o serviço público, o lucro não é a finalidade, mas sim a universalidade dos serviços, das ações e a eficiência dos serviços, sendo que o serviço público é mantido pelo Estado com foco no bem-estar social, sendo custeado, entre outros, pelos impostos pagos pela população. Esses serviços devem ser oferecidos a todos, sem distinção ou seleção de pessoas.

Antunes (2007, p. 84) afirma que, em uma das análises realizadas por Marx, este entende que “[...] Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias”. É nesse momento que se produz o “trabalho concreto” e quando ocorre a relação de troca entre “homem e natureza”. Não se pode desconsiderar o caráter útil do trabalho em sua dimensão concreta, caso contrário será considerado apenas como “[...] dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual” (Antunes, 2007, p. 84). Para Friedman (1966, p. 213) “[...] Marx, reconoce la funcion del capital en la produccion del producto, pero lo considera incluido en el trabajo”.

A organização social é fator determinante dessas sociedades e como os homens se organizam no processo da produção do trabalho está relacionado ao desenvolvimento das forças produtivas que garantem a produtividade e o lucro. Do ponto de vista de Antunes (2001), o fordismo foi uma forma de organização da produção que predominou na grande indústria capitalista no século XX e consistia em um sistema de produção em larga escala, em que cada funcionário ou equipe era responsável por uma ação específica, atuando apenas em uma parte do desenvolvimento do produto final, tendo como principal característica a produção em massa de produtos por meio da linha de montagem, associada ao controle do tempo e dos movimentos nas execuções.

No entendimento de Motta e Vasconcelos (2017), “[...] o fordismo foi um sistema de produção em massa, que se tornou um modelo de gestão na Segunda Revolução Industrial”.

Antunes (2007, p. 23) considera que a década de 80 foi muito promissora para grandes avanços tecnológicos, na automação, na robótica e na microeletrônica, todos desenvolvidos e inseridos nas relações de trabalhos em âmbito fabril.

Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores e eliminados do mundo da produção (Antunes, 2007, p. 24).

No decorrer dos anos, desde a realização dos trabalhos não remunerados e remunerados, muitas lutas sociais ocorreram e conquistas trabalhistas foram alcançadas, todavia, os direitos dos trabalhadores variam de acordo com o país, suas legislações e regulamentações, mas, em geral, incluem itens como o salário mínimo e horas de trabalho. O Art. 7 da C/F de 1988 diz que “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: os descritos nos itens de I ao XXXIV, excluídos os incisos: XII, XXV, XXIX e o XXXIII” (Brasil, 1988).

Progressivamente, os trabalhadores adquiriram o direito a um salário e à livre escolha de seu ofício. A mola propulsora para novas reivindicações e conquistas trabalhistas foi a primeira Revolução Industrial, sendo caracterizada pela transição para novos processos de produção na Europa continental e nos Estados Unidos. Motta e Vasconcelos (2017) indicam que a Revolução Industrial foi um período de inserção de máquinas no processo produtivo e grandes transformações tecnológicas, sociais e econômicas, que tiveram início na Inglaterra no século XVIII. Esse processo histórico foi marcado por desenvolvimento de máquinas, como a vapor.

[...] no início da primeira Revolução Industrial na Inglaterra, como vimos, homens, mulheres e crianças trabalhavam nas fábricas em média 16 horas por dia, em condições péssimas. Em 1776, a máquina a vapor de Watt foi posta pela primeira vez em funcionamento em Bloomfield Colliery. A partir disso, essa nova forma de produção- máquinas a vapor- começou a ser difundida (Motta; Vasconcelos, 2017, p. 35).

Essa transição incluiu a passagem de métodos de produção manual para a produção mecânica, novos processos de fabricação de produtos metalúrgicos e a ascensão do sistema fabril mecanizado. Motta e Vasconcelos (2017, p. 16) afirmam que “[...] No que se refere à produção manufatureira e artesanal, constata-se que, do século XVI ao XVIII, os artesãos independentes tenderam a desaparecer, e em seu lugar surgiram os assalariados”.

Com a implementação da mudança nos modos de produção, houve algumas mudanças sociais e econômicas, como o aumento da produção, a indústria têxtil, dominante em termos de geração de emprego, o valor da produção e o volume de capital, além de também ter sido a primeira a usar as novas técnicas para a produção. E houve também um movimento populacional de pessoas que migravam das áreas rurais para as urbanas das cidades, conhecido como êxodo rural.

Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (Antunes, 2007, p. 24).

Assim, no século XX, foram registrados três modos de produção que impactaram profundamente a história da produção capitalista, com a alteração no modo de produção industrial, o taylorismo, o fordismo e o toyotismo, cada um com as suas especificidades, mas com o principal objetivo de aumentar a eficiência e reduzir custos.

O taylorismo foi criado pelo norte-americano Frederick Taylor. Este modelo de produção limitava o trabalhador a uma única função, fazendo uma adaptação dos movimentos do trabalhador à máquina. Chiavenato (2004, p. 41) analisa os métodos utilizados por Taylor: “[...] Sua preocupação original foi eliminar o desperdício e as perdas sofridas pelas indústrias e elevar a produtividade pela aplicação de métodos e técnicas da engenharia industrial”.

Para Motta e Vasconcelos (2017),

A fim de determinar a produção-padrão, além de determinar a ‘única maneira certa’, é preciso encontrar quem a realize. Partindo do pressuposto de que existem pessoas ideais para cada tipo de trabalho, Taylor segue com o ‘homem de primeira classe’, que deve servir como base para o estudo de tempos e movimentos (Motta; Vasconcelos, 2017, p. 28).

Basicamente, no taylorismo, o trabalhador era mantido alienado, sendo controlado o seu tempo de produção. Uma crítica a este sistema foi demonstrada no filme *Tempos Modernos*, no qual Charles Chaplin apresenta o trabalho realizado por um trabalhador no modelo criado, demonstrando a exploração do trabalho na linha de montagem taylorista-fordista. Para Chiavenato (2004, p. 45): “[...] A tarefa de colocar parafusos inclui sete movimentos elementares: pegar o parafuso, transportá-lo até a peça, posicioná-lo, pegar e transportar a chave de fenda até o parafuso, utilizá-la e posicioná-la na situação anterior”.

O filme mostra o desenvolvimento industrial, decorrente do surgimento das máquinas e a rotina pesada dos trabalhadores em uma linha de montagem, em que cada operário é

responsável por uma etapa do processo produtivo, isso no início dos anos de 1910 nos Estados Unidos. “[...] Na época de Taylor, em muitas indústrias norte-americanas encontravam-se ainda resquícios da autoridade tradicional descrita por Weber. Nessas indústrias, artesãos e operários especializados eram empregados e exerciam a sua técnica por meio do sistema de empreitada” (Motta; Vasconcelos, 2017, p. 20).

Com o objetivo de produzir em larga escala, surgiram novas propostas de produção de automóveis e técnicas nas indústrias manufatureiras. Motta e Vasconcelos (2017) apontam que, em 1915, o empresário norte-americano Henry Ford introduziu a primeira linha de montagem automatizada em suas fábricas, que revolucionou o modo de produção e reduziu os custos e possuía como base a especialização do trabalho padronizado, a produção em larga escala e a formação de grandes estoques, tornando-se um símbolo da Segunda Fase da Revolução Industrial. “[...] Dessa forma, os operários podiam permanecer em seus postos de trabalho, movimentando-se na fábrica o mínimo possível e ganhando tempo” (Motta; Vasconcelos, 2017, p. 32).

Nas análises de Motta e Vasconcelos (2017, p. 33, grifos no original), “[...] o fordismo deu bases para “a generalização da linha de montagem e de um sistema econômico fundamental para a consolidação da sociedade industrial”. Para as autoras (2017), o fordismo foi um modelo de produção industrial utilizado nos Estados Unidos na fabricação de automóveis em larga escala. Henry Ford aperfeiçoou um trabalho já existente na Europa, desenvolvido por Frederick Taylor, dessa maneira, com as novas adaptações na linha de montagem e a padronização dos produtos fabricados, a produtividade aumentou e o tempo de produção diminuiu.

Para Motta e Vasconcelos, (2017, p. 32), “[...] O sistema de Ford teve a importante função social de democratizar o consumo do automóvel” e “[...] O sistema era eficiente, mas não favorecia a inovação e a adaptação ao mercado. Consequentemente, nos anos 70 esse modelo de produção começou a perder espaço para o modo de produção japonês, o modelo Toyota” (Motta; Vasconcelos, 2017, p. 33). Segundo as autoras (2017, p. 39), “[...] Com o passar do tempo surgiram ferramentas gerenciais e técnicas que pretendam minimizar esses problemas”.

Diferentemente dos dois modelos anteriores, Taiichi Ohno, um funcionário da Toyota, criou um novo modo de produção denominado toyotismo, baseado na fabricação sob demanda, cujo objetivo foi eliminar o desperdício e evitar a acumulação de mercadorias no estoque. No toyotismo, o trabalhador é responsável por realizar várias tarefas durante o processo de produção e precisa responder e realizar trabalhos diversificados. Motta e Vasconcelos (2017) escrevem que, entre os anos de 1970 e 1980, as empresas japonesas vendiam automóveis em

larga escala por uma produção com “[...] bom nível de qualidade a preços acessíveis” (2017, p. 79). Segundo as autoras:

A Toyota, empresa japonesa, dado seu excelente nível de produtividade, tornou-se um modelo de organização para outras empresas. Vários estudos em administração mostraram que os trabalhadores japoneses eram efetivamente ligados e comprometidos com a organização na qual trabalhavam, identificando-se com ela e com seus objetivos mais que os trabalhadores ocidentais, sendo ela a razão pela qual trabalhavam e produziam mais (Motta; Vasconcelos, 2017, p. 79).

Motta e Vasconcelos (2017, p. 81) apontam que algumas características do toyotismo são: a adoção das técnicas como o *kanban* (organização do trabalho e otimização do fluxo de tarefas) e do sistema de *just-in-time*, ou seja, do estoque zero, assim como um sistema de gerenciamento descentralizado, que busca aumentar a eficácia da produção por meio da produção por demanda dos consumidores, a redução dos desperdícios, a utilização intensa de tecnologia, a mão de obra altamente qualificada para a realização de multitarefas, integração horizontal e um rígido controle de qualidade realizado no decorrer de todas as etapas da produção.

Gramsci analisa essas ocorrências da mesma forma que Marx, para quem “[...] o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (Marx, 2008, p. 47). Compreendemos que as dinâmicas nas formas sociais, política e econômica modificam o modo de interação e de vida das pessoas.

Para Antunes (2007, p. 23), a década de 1980 foi muito significativa para muitas transformações no mundo do trabalho, “[...] nas formas de representação sindical e política”. Além disso, houve muitas representações com desenvolvimento tecnológico, automação, robótica e microeletrônica no universo fabril e, coexistindo com os modelos taylorismo/fordismo existem outros processos produtivos, como neofordismo, neotaylorismo e pós-fordismo.

Antunes (2005, p. 28-30) discorre que a forma flexibilizada de acumulação capitalista visa compreender o funcionamento do capitalismo em âmbito geográfico, apontando como a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidades que apresentam consequências no mundo do trabalho, como o aumento do proletariado e do subproletariado; a ampliação do trabalho precarizado, conhecidos como terceirizados; o aumento do desemprego; a inclusão precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho (pois não se pagam os direitos trabalhistas, elas não reclamam por direitos), e a expansão do terceiro setor, em decorrência da crise estrutural do capital.

A ocorrência de um movimento contraditório, para Antunes (2001, p. 54), evidencia as seguintes situações: redução do proletariado fabril; aumento do trabalho assalariado no setor de serviços, com ênfase à terceirização e à subcontratação; ampliação da inserção do trabalho feminino em situação salarial, e condições de trabalho inferiores ao masculino, contribuindo para uma classe trabalhadora mais heterogênea.

Uma noção ampliada, abrangente e contemporânea, hoje, a *classe-que- vive-do-trabalho*, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados boias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva (Antunes, 2005, p. 52, grifos no original).

As transformações que ocorrem no âmbito do trabalho provocam mudanças significativas no conteúdo da classe trabalhadora, refletindo no desaparecimento de determinadas profissões e postos de trabalho, na “quase completa” informatização de algumas empresas ou setores, no surgimento de novas funções e trabalhos específicos decorrentes do avanço tecnológico; na exigência de trabalhadores multifuncionais, disponíveis para desempenhar diversas funções, inclusive fora de seu horário de trabalho, o que abre espaço para a exploração, e nas novas formas de contratação ou subcontratação, que expõem os trabalhadores a todo tipo de exploração.

A mecanização da atividade laboral tem como um dos fatores determinantes o aumento da eficiência e da produtividade, além de impactar diretamente nas relações trabalhistas e geração de emprego e renda para os trabalhadores assalariados. No entendimento de Antunes (2009), a nova configuração do trabalho iniciou-se entre o fim da década de 1960 e começo da década de 1970.

Segundo Mészáros (2011, p. 796), a crise desencadeada por todo esse processo de transformações sociais no mundo do trabalho tem quatro características específicas: é de caráter universal, que atingiu todas as áreas do trabalho e consequentemente da produção e alcançou todas as sociedades mundiais, além de ser extensa e não cíclica como as anteriores; desdobrando-se de forma a espalhar-se. Logo, o sistema dominante exigiu um reordenamento das forças produtivas, no sentido de garantir a continuidade de seu processo de acumulação.

As mudanças que estão ocorrendo na economia em nível mundial desenha uma nova configuração no desenvolvimento do capitalismo e repercute nas diversas áreas nas relações e nos processos de trabalho. Essas transformações são observadas na reestruturação produtiva,

na mundialização do mercado com ênfase no capital financeiro e no neoliberalismo¹⁶, que orienta ideologicamente o processo, garantindo um ambiente propício às mudanças.

Nessa perspectiva de transformações associadas, ocorreu uma mudança na base técnica do processo produtivo, na qual uma tecnologia¹⁷ rígida foi substituída por uma tecnologia flexível, pautada na microeletrônica associada à informatização. Houve mudança de paradigma, ocasionando a construção de novas relações de trabalho com o objetivo de assegurar a produção e a reprodução da mais-valia associada à crescente acumulação do capital, contribuindo para o acirramento do domínio capitalista e da exploração do capital sobre o trabalho.

Novas relações de trabalho são estabelecidas por meio de diferentes formas de contratações, como a subcontratação ou terceirização, por tarefas parciais, ou em *home office* — também conhecido como trabalho remoto, tele trabalho ou escritório em casa —, modalidade que, durante a pandemia da covid-19, foi amplamente utilizada. Algumas empresas e serviços públicos passaram a adotar esse sistema por considerá-lo mais vantajoso para o capitalista e para a administração pública, além de enfatizar ainda mais a informalidade.

O trabalho tem sido tradicionalmente ligado a um local: um fazendeiro lavrando um campo; um caçador caçando uma presa; um trabalhador fabril operando uma máquina; uma trabalhadora doméstica cozinhando e limpando uma casa. Todas essas atividades requereram que os trabalhadores estivessem fisicamente próximos ao objeto ou ao resultado de seu trabalho (Antunes, 2020, p.47).

Porém, nesse novo modelo, o trabalhador pode desempenhar suas funções em local diferente daquele considerado seu local de trabalho. O mercado encontra-se em constante transformação. Atualmente, com a evolução tecnológica e o surgimento de novos negócios, observa-se o crescimento de muitas empresas inovadoras e de novos modelos de negócios e serviços. Essas transformações estão associadas, principalmente, à rápida evolução tecnológica, à otimização dos processos, à criatividade, à flexibilidade e à adaptabilidade. A tecnologia e os *softwares* de automação vêm substituindo, especialmente, os trabalhos repetitivos. Segundo Antunes (2020, p. 47), “[...] A ferramenta, nesse caso, não seria mais uma pá, um arado ou uma

¹⁶ Para Friedman (2014), o neoliberalismo é entendido como um sistema essencial para garantir a liberdade individual e política por meio do livre mercado, o governo deve intervir minimamente na economia focando na segurança e na defesa da propriedade privada.

Pereira (2016, p. 123) refere que: “[...] Perry Anderson, em seu instrutivo texto “Balanço do Neoliberalismo” (1995), [...]. Segundo ele, foi a partir do livro *Caminho da Servidão*, escrito em 1944 por Friedrich von Hayek, como um enérgico ataque ao Partido Trabalhista inglês, que concorria (e venceria) às eleições gerais de 1945, que o neoliberalismo se organizou ideológica e politicamente”.

¹⁷ “A tecnologia pode ser definida como o uso de processos e coisas naturais na fabricação de produtos para propósitos humanos” (Harvey, 2016, p. 68).

máquina em uma fábrica, mas sim dispositivos que podem armazenar e transmitir informação de maneira instantânea” (Antunes, 2020, p. 47).

Harvey (2016, p. 94, grifos no original) aponta que: “[...] Se tomarmos um exemplo atual, a computação em nuvem é a forma organizacional, o Word é o *software* e o Mac em que escrevo é o *hardware*. Esses três elementos – hardware, software e forma organizacional – estão combinados na tecnologia computacional”. A corrida realizada pelas empresas em uma competitividade interna para a obtenção de lucros em relação às concorrentes ocasionou outras formas organizacionais com a intenção do aumento da eficiência, da eficácia e da produtividade, resultando em inovações progressivas em diversos setores empresariais e, também, no setor estatal.

A intenção é uma adaptação das atividades, em que a mão de obra humana se associa ao uso da tecnologia a fim de alcançar os melhores e maiores resultados. Provavelmente, um dos aspectos mais relevantes do mercado está relacionado ao período da pandemia da covid-19, pois, com a migração temporária do trabalho físico para o digital, foi experimentada uma nova forma de execução do trabalho, criando uma tendência que deve permanecer por muito tempo, que é a flexibilização.

A estimativa é que a inteligência artificial transforme diversos setores e funções, e que os trabalhadores precisam estar capacitados para essas novas maneiras de realização dos trabalhos. Ressalta-se que a perspectiva de que a jornada de trabalho deve ser mutável vai ao encontro das diversas tendências do futuro do trabalho, já que traz a flexibilidade. Harvey (2016, p. 95), refere que “[...] O capital não foi e não é o único agente envolvido na busca de vantagens tecnológicas. Diferentes ramos do aparelho estatal sempre se envolveram profundamente nessa busca”. Não podemos falar do futuro do trabalho sem citar a inteligência artificial, *big data*, segurança da informação e sustentabilidade aliada à tecnologia, que são temas que precisam estar em constante estudos e discussões.

A organização racional do trabalho não se preocupou somente com a análise do trabalho, estudo dos tempos e movimentos, fadiga, divisão do trabalho e especialização e planos de incentivos salariais. Foi mais além, envolvendo também a padronização de métodos e processos de trabalho, máquinas e equipamentos, ferramentas e instrumentos de trabalho, matérias-primas e componentes, no intuito de reduzir a variabilidade no processo produtivo para eliminar desperdícios e aumentar a eficiência (Chiavenato, 2004, p. 49).

No decorrer dos processos produtivos, na relação entre trabalhadores e empregadores, existe um processo contraditório que mostra, de um lado, os donos dos meios de produção,

realizando uma busca constante em fazer com que os trabalhadores realizem tarefas em menos tempo e mais produtividade para a obtenção da mais-valia e do lucro e, por outro lado, os trabalhadores em busca de melhores salários e tempos reduzidos de trabalho, acarretando maior tempo para a realização de outras atividades, como a convivência familiar, o lazer e a capacitação profissional, haja vista que, com a realização de muitas horas de trabalho, não restava tempo para outras atividades.

As expressões contemporâneas da contradição capital/trabalho se intensificam no contexto atual do capitalismo, marcado por transformações no mundo do trabalho que redefinem as condições de exercício profissional. Essas transformações incidem diretamente sobre o trabalho realizado no setor público e nas políticas sociais, aspecto que será situado na subseção seguinte.

3.2.1 O mundo do trabalho na atualidade

A evolução, o desenvolvimento e as mudanças do trabalho na história da humanidade acompanham o desenvolvimento das sociedades e comunidades humanas. Dessa maneira, nas comunidades primitivas, o trabalho realizado era de forma coletiva, que almejava, principalmente, a sobrevivência das pessoas. Nesse processo, o trabalho era voltado para a agricultura e a pesca, posteriormente com a madeira e o ferro.

Se nas sociedades primitivas o trabalho estava interligado a uma lógica coletiva e amparada na sobrevivência da comunidade, não havia perspectiva de hierarquização do trabalho e a propriedade era coletiva, mas com o decorrer dos anos, o trabalho passa por mudanças, originando à divisão do trabalho e, conseqüentemente, à escravidão de um modo servil.

Com o advento da passagem do sistema feudal para o sistema capitalista e com o início da utilização das máquinas, marcadamente, pela Revolução Industrial que transformou significativamente as relações de trabalho. Se no sistema de trabalho anterior, no feudalismo, o trabalho era eminentemente servil, com o capitalismo o trabalho tornou-se maquinizado, assalariado, urbanizado e houve a separação entre o trabalho intelectual e físico, com funções determinadas pela burguesia.

No sistema atual capitalista, o trabalhador, evidencia-se o surgimento do trabalho intelectual que estabelece e permite formas flexíveis de realização dos trabalhos, e passou a ser amparado por formas de regulação e controle de atividades, de horas de trabalho diário, o controle de produtividade. Além da utilização de práticas para evitar o trabalho excessivo que coloque em risco a vida e a saúde dos trabalhadores.

Na contemporaneidade foram construídas as legislações em reconhecimento aos direitos trabalhistas, além do aparecimento de organizações, sindicatos e associações de proteção e representação dos trabalhadores.

As transformações contemporâneas no mundo do trabalho, marcadas pela intensificação da precarização, da flexibilização e da instabilidade das relações laborais, não se restringem ao setor privado ou às formas tradicionais de produção, mas incidem também sobre o trabalho realizado no interior do Estado e das políticas sociais públicas. Nesse contexto, as políticas sociais passam a assumir papel estratégico na regulação da questão social, operando como mediações da contradição capital/trabalho e redefinindo as requisições institucionais, dirigidas aos trabalhadores que nelas atuam.

Compreender o trabalho profissional no âmbito das políticas sociais exige, portanto, situá-lo no interior dessas transformações, reconhecendo que as formas de organização, financiamento e gestão das políticas públicas expressam as determinações do capitalismo contemporâneo. É a partir dessa mediação que se torna possível analisar o trabalho do(a) assistente social como trabalho assalariado no Estado, inserido na divisão social e técnica do trabalho e trespassado pelas contradições que conformam o mundo do trabalho na atualidade.

3.3 POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E SERVIÇO SOCIAL

As políticas sociais públicas constituem mediações centrais da sociabilidade capitalista, articulando as respostas do Estado às expressões da questão social e às contradições produzidas pela relação capital/trabalho. Nesse capitalismo, tais políticas assumem caráter contraditório, ao mesmo tempo em que ampliam o acesso a determinados direitos sociais e operam mecanismos de regulação e controle social, condicionados pelas estratégias de acumulação e pelas diretrizes do fundo público.

Nesse contexto, o Serviço Social se insere como trabalho especializado no interior das políticas sociais, compondo a divisão social e técnica do trabalho e respondendo às requisições institucionais do Estado. O trabalho do(a) assistente social, portanto, deve ser compreendido como trabalho assalariado, ‘atravessado’ pelas determinações do capitalismo, mencionado neste trabalho, e pelas particularidades das políticas públicas, especialmente no campo da Educação Superior.

Elenca-se, a seguir, algumas conquistas sociais trabalhistas, adquiridas no decorrer das décadas por meio da efetivação de políticas públicas, como a criação da Consolidação das Leis

Trabalhistas (CLT) em 1943¹⁸, o décimo terceiro salário, em 1962¹⁹, a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em 1966²⁰ e o direito às férias, em 1970²¹ (lei revisada posteriormente: “a Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre férias anuais remuneradas, foi concluída em Genebra.

Essa convenção, posteriormente ratificada pelo Brasil em 1999²². Além disso, elencamos o Programa Seguro-Desemprego, em 1990²³, reivindicado por trabalhadores desde a Era Vargas; a jornada de 44 horas semanais²⁴; a licença-médica²⁵; a segurança no local de trabalho; a proteção contra discriminação e assédio²⁶, e a aposentadoria, em 1923²⁷, por meio da Lei Eloy Chaves, antes de ser promulgada a CLT. Não pretendeu-se esgotar, aqui, todos os direitos sociais trabalhistas conquistados, contudo, os direitos sociais elencados, anteriormente, são frutos de lutas sociais e que fazem toda diferença na vida dos (as) trabalhadores (as) em suas relações de emprego/trabalho/renda.1962

¹⁸ BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Consolida a legislação trabalhista. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 1 maio 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 2 jul. 2025.

¹⁹ BRASIL. **Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962**. Dispõe sobre reajustes salariais e normas correlatas. Brasília, DF, Presidência da República [2002]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4090.htm. Acesso em: 02 jul. 2025.

²⁰ BRASIL. **Decreto nº 59.820, de 20 de dezembro de 1966**. Regulamenta normas específicas da legislação federal. Brasília, DF, Presidência da República [1966]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59820-20-dezembro-1966-400418-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 jul. 2025.

²¹ ORGANIZATION INTERNATIONAL LABOUR. Holidays with Pay Convention (Revised), 1970. **Wikipédia**. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Holidays_with_Pay_Convention_\(Revised\),_1970](https://en.wikipedia.org/wiki/Holidays_with_Pay_Convention_(Revised),_1970). Acesso em: 16 out. 2025.

²² BRASIL. **Decreto nº 3.197, de 5 de outubro de 1999**. Promulga a Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Férias Anuais Remuneradas (revisada em 1970), concluída em Genebra em 24 de junho de 1970. Brasília, DF, Presidência da República [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3197.htm. Acesso em: 16 out. 2025.

²³ BRASIL. **Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990**. Regulamenta o Programa do Seguro-Desemprego e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7998compilado.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.998%2C%20DE%2011%20DE%20JANEIRO%20DE%201990.&text=Regula%20o%20Programa%20do%20Seguro,%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs%20Ancias.&text=V%20%2D%20n%C3%A3o%20possuir%20renda%20pr%C3%B3pria,manuten%C3%A7%C3%A3o%20e%20de%20sua%20fam%C3%ADlia. Acesso em: 02 jul. 2025.

²⁴ ORTEP. Jornada de trabalho de 44 horas semanais. **Ortep**. Disponível em: [https://www.ortep.com.br/jornada-de-trabalho-de-44-horas-semanais/#:~:text=Aqui%20no%20Brasil%2C%20as%20empresas,\(quatro%20horas\)%20aos%20s%C3%A1bados](https://www.ortep.com.br/jornada-de-trabalho-de-44-horas-semanais/#:~:text=Aqui%20no%20Brasil%2C%20as%20empresas,(quatro%20horas)%20aos%20s%C3%A1bados). Acesso em: 2 jul. 2025.

²⁵ MESQUITA, Aline. Licença médica: O que é, quais os tipos e quem tem direito? **Recursos Humanos**. Oitchau, 30 ago. 2024. Disponível em: <https://www.oitchau.com.br/blog/licenca-medica/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

²⁶ Proteção contra discriminação e assédio. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/guia-de-prevencao-ao-assedio-moral-e-sexual/cartilha-discriminacao-e-assedio-mte.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.

²⁷ WESTIN, Ricardo. Primeira lei da previdência de 1923 permitia aposentadoria aos 50 anos. **Agência Senado**. 30 jul. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>. Acesso em: 2 jul. 2025.

Salienta-se que alguns direitos sociais trabalhistas são garantidos pela CF/88, pois esta visa assegurar condições dignas de vida a todos os cidadãos, reconhece o trabalho como um direito social e estabelece proteções e garantias para os trabalhadores. Todavia, existem alguns direitos que são garantidos para trabalhadores que têm carteira de trabalho assinada, mas não são garantidos para os trabalhadores do setor público, como o fundo de garantia do tempo de serviço e o seguro-desemprego, para os servidores públicos, como já mencionado, têm direito a estabilidade no serviço público.

Discorre-se também que a política social de educação no Brasil encontra-se ancorada em leis, sobretudo na CF/88, no Artigo 205, que determina que “[...] A educação, direito de todos e dever do Estado e da família” (Brasil, 1988). E o Artigo 2º da LDB/61 já mencionava a obrigatoriedade da oferta da educação: “[...] A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola” (Brasil, 1961). As orientações foram corroboradas pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, especialmente no Artigo 3: “[...] O ensino será ministrado com base no seguinte princípio, entre outros: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996).

Vasconcelos (2010, p. 603) aponta que a primeira ação de planejamento e de organização da educação nacionalmente ocorreu em decorrência do processo de industrialização e de urbanização do Brasil. Na década iniciada em 1930, após a realização de movimentos e reivindicações estudantis, iniciou-se também a assistência ao estudante no Brasil, no governo do Presidente Getúlio Vargas. Naquele período, a educação passou a ser reconhecida como um direito público regulamentado e regulado pelo Estado.

Quando se fala sobre a reserva de fundos para a educação e para a assistência estudantil, a Constituição Federal de 1934, no Artigo 157, aponta que § 1º “[...] esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas determinadas em lei” (Brasil, 1934). E são estabelecidas regras para reserva de fundos financeiros sob as responsabilidades da União, dos estados e dos municípios para a educação.

A Constituição de 1946 trouxe, no Artigo 172, a ampliação para a assistência aos estudantes em todos os níveis de ensino ao garantir que “[...] cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar” (Brasil, 1946). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, nos Artigos 90 e 91 apresenta um título específico para abordar a “Assistência Social Escolar”:

Art. 90 Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos. Art. 91 A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (Brasil, 1961).

Observa-se que uma maior organização e expansão da Educação Superior foi iniciada entre as décadas de 1950 e 1970. Na análise de Vasconcelos (2010, p. 603), “[...] entre as décadas de 50 e 70 criaram-se Universidades Federais em todo o Brasil”. Segundo Vasconcelos (2010), nos três períodos supracitados anteriormente, o Ensino Superior se expandiu em todo o território brasileiro, resultando na ampliação do número de matrículas.

A LDB de 1996 reformulou e estabeleceu as diretrizes para os diferentes níveis de educação e, também, explicitou aspectos relacionados à assistência dos discentes na educação. Segundo o Artigo 43, “a Educação Superior tem por finalidade” (Brasil, 1996):

1.estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; 3.incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; 5.suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração[...] (Brasil, 1996).

Com o advento das leis de cotas, houve a ampliação das vagas para candidatos das classes economicamente menos favorecidas, que passaram a ter maior possibilidade de acesso às universidades, frequentemente sem condições financeiras para arcar com os gastos referentes a aluguel, alimentação, material didático, transporte e outros.

Com o objetivo de apoiá-los nessa trajetória, as organizações estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE), até os dias atuais, continuam realizando movimentos sociais, reivindicando a responsabilidade do Estado pela manutenção de algumas necessidades básicas dos estudantes que se encontram em situações de vulnerabilidade socioeconômica, com dificuldades para manterem-se nos cursos nas universidades públicas federais.

Em uma conjuntura de reivindicações e efetivações de direitos sociais, segundo Imperatori (2017, p. 287), “[...] A assistência estudantil passou a ser composta por ações escassas e pulverizadas”, a opinião dela é a de que “[...] historicamente as atividades de

assistência estudantil têm sido desenvolvidas pelas instituições a partir das demandas dos estudantes”. Imperatori (2017), em sua pesquisa, correlaciona a assistência estudantil operacionalizada nas universidades, que, por um lado, apresenta um campo onde prevalecem concepções paternalistas/clientelistas, à história do surgimento do Serviço Social.

Nesse campo de conquistas e regulamentações, afirma-se que a assistência estudantil é uma política pública em construção, que tem regulamentações próprias, iniciando com a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, seguida do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 e da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil. Essa política era operacionalizada por um decreto em 2010, porém, em 2024, alcançou maior estabilidade com a edição da lei que a regulamentou como política pública garantidora de direitos aos discentes de universidades públicas.

A Andifes (2008) analisa que:

A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse não se pode efetivar apenas no acesso à Educação Superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. A não definição de recursos para a manutenção de políticas de assistência estudantil que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população na universidade faz com que esses estudantes, muitas vezes, retardem a conclusão do curso e até desistam dele (Andifes, 2008, p. 4).

Ademais, a assistência estudantil é uma política em disputas, acessadas por discentes em situações de vulnerabilidades, devendo ser consolidada como política pública garantidora de direitos a discentes em situações de vulnerabilidades, em um contexto adverso à permanência de discentes da graduação e da pós-graduação em universidades públicas. Desse modo, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído em âmbito nacional, para os estudantes de cursos de Graduação presenciais das IFES, sendo implementado a partir do ano de 2008 e regulamentado a nível institucional na UFPA pela Política Institucional de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PINAIE) em 2021.

O objetivo dessa política é contribuir para a efetivação de direitos sociais de discentes, todavia, dentro dos limites estabelecidos pelo governo, quando dispõe de orçamento anual para ela, dá diretrizes por meio de leis e, de certa forma, controla sua aplicabilidade. Nesse panorama, Montañó (2007, p. 89) diz que “[...] o Estado e as políticas sociais são expressões da correlação de forças e das lutas presentes na sociedade civil; e isso também não significa que

as políticas sociais sejam conquistas absolutas dos setores subalternos”. Para esse autor, o Estado elabora e implementa as leis porque “[...] são a resultante produzida entre as reivindicações e pressões populares e as concessões dos grupos majoritários no poder com o objetivo de obter legitimidade e controle social” (Montaño, 2007, p. 89).

Conforme análise de Iamamoto e Carvalho (1991, p. 358), o desenvolvimento do Serviço Social é compreendido vinculado à criação de políticas sociais, como estratégias do Estado para dar respostas às expressões da “questão social”. Além disso, adentrou-se a perspectiva das políticas sociais públicas e a intersetorialidade e sua relação com o Serviço Social, categorias que fazem parte do objeto de estudo desta pesquisa, pois “[...] Os Assistentes Sociais se propõem a aceitar o desafio de sua participação no novo projeto desenvolvimentista, exigem posições e funções, e avaliam as formas para preparar-se para desempenhá-las a contento” (Iamamoto; Carvalho, 1991, p. 359).

Netto (1999) refere que

Este movimento não se deve unicamente à requalificação da prática profissional (graças à acumulação de massa crítica e ao redimensionamento da formação), mas, também e sobretudo, à conquista de direitos cívicos e sociais que acompanhou a restauração democrática na sociedade brasileira – assim, por exemplo, práticas interventivas com determinadas categorias sociais (crianças, adolescentes, idosos etc.) só se puderam viabilizar institucionalmente porque receberam respaldo jurídico-legal (Netto, 1999, p. 14).

Nesse contexto, as atuais características do sistema capitalista e das configurações da representatividade do Estado colocam os(as) assistentes sociais frente a desafios para intervir nas expressões da “questão social” por meio das políticas sociais. Na década de 1980, os movimentos sociais tiveram muita representatividade na luta pela garantia de direitos sociais, quando também entraram no debate pela aprovação de uma constituição que contemplasse as necessidades da classe trabalhadora, promulgada no dia 05 de outubro de 1988.

Após o evento já mencionado, muitos “avanços” na área social podem ser enumerados a partir de sua efetividade, assim, foram relacionadas importantes diretrizes nas diversas áreas das políticas públicas, especialmente uma modificação na seguridade social, que passou a ser composta pelo tripé das seguintes políticas: saúde (não contributiva), assistência social (não contributiva, para quem dela necessitar) e previdência social (contributiva), contribuindo para o reconhecimento de que existem, na sociedade brasileira, pessoas que necessitam da efetivação de direitos sociais, que produzem efeitos construtivos na vida dos cidadãos brasileiros.

Considera-se que algumas legislações posteriores, entre elas, a de educação e a da assistência estudantil, apresentam o princípio da intersetorialidade, por terem gestão de

programas sociais no contexto das políticas públicas como essencial para a garantia da cidadania de seus usuários, por se tratar de serviços que são direcionados a discentes em situações de vulnerabilidades. Fica evidente que, no decorrer do processo de descentralização dos serviços públicos, pós-Constituição Federal de 1988, acima de tudo, no âmbito da educação e da assistência estudantil (políticas não contributivas), a intersetorialidade e a articulação representam ações complexas e desafiadoras, pois, apesar de fazerem parte de um planejamento a ser alcançado pelo Estado, ainda necessita de suporte econômico, técnico e operacional.

Os enunciados, contidos no sistema educacional e na lei da assistência estudantil, são normas que, até o momento, não garantiram sua efetividade plena para aqueles que delas necessitam. Apesar de existirem alguns programas, como a lei de cotas e os programas de assistência estudantil, ainda existem limitações quanto à sua operacionalização e alcance aos mais necessitados, passando a ser realizadas ações pontuais e fragmentadas no modo de produzir e operacionalizar políticas de reconhecimento de direitos.

A descentralização experimentada, como estratégia de racionalização dos recursos, mas também como de aproximação dos processos decisórios e de acompanhamento das forças sociais locais, a territorialização dos serviços e as experiências de intersetorialidade. Deste modo, cada política, além de possuir dinâmicas próprias, produz interfaces em relação aos processos de trabalho institucionais, envolvendo diferentes profissionais, dentre eles o assistente social, nas tramas cotidianas das cidades onde as políticas públicas, enquanto formas de enfrentamento da questão social, materializam-se com espaços de trabalho, de disputas políticas, de desenvolvimento de tecnologias de intervenção e de sociabilidade (Almeida; Alencar, 2011, p. 156).

Para Almeida e Alencar (2011), a intersetorialidade representa uma estratégia de gestão baseada na articulação das diferentes áreas políticas que compõem a administração pública. Nesse caso, a administração planeja e executa ações que integram a assistência estudantil. Aponta-se que existe fragmentação nas políticas sociais, que têm impulsionado os profissionais que operacionalizam essa política a se interessarem pelo trabalho multiprofissional. Logo, considera-se que há certo consenso da importância na realização desse tipo de trabalho, mas muitos desafios de ordem prática na execução.

Assinala-se os seguintes termos “articulação” e “integração” como parte das explicações a respeito da intersetorialidade. O nosso entendimento é que, a partir da articulação que se pactua a intersetorialidade, tendo como objetivo a integração na proteção social, esse constitui o meio mais efetivo para se alcançar o desenvolvimento integral das ações.

Nessa compreensão, a integração de diversos setores governamentais e não governamentais fazem parte da intersetorialidade, objetivando a resolução de problemas, algumas vezes, complexos, cuja característica fundamental é a multidimensionalidade, com múltiplas extensões referentes a campos variados. Desse modo, é perceptível que “[...] os nós de uma rede são seus pontos mais fortes, posto que neles convergem diferentes agentes educativos” (Nilson, 2009, p. 22). Além disso, o princípio da intersetorialidade harmoniza-se com o da integralidade.

Isso significa planejar ações que integram educação, saúde, assistência social, transporte, segurança, assistência estudantil etc. No campo da educação inclusiva, a intersetorialidade tem sido observada como um dos elementos presentes em políticas públicas reconhecidas como exitosas e consistentes, assim, o(a) assistente social é imbricado na realização do trabalho técnico direcionado para os discentes em situações de vulnerabilidades, realizando ações articulando as políticas de educação, saúde, assistência social, assistência estudantil dentro dela (transporte, alimentação, moradia), considerando os atores sociais (discentes) e as forças políticas (institucional).

Uma das vertentes da intersetorialidade na educação tem sido desenvolvida por meio de ações realizadas por assistentes sociais na assistência estudantil. Analisa-se que realizar trabalhos de forma intersetorial é encontrar meios viáveis de planejar para intervir, entendendo que, dependendo das demandas, as ações de intervenções devem ser organizadas individualmente ou coletivamente. Há de se considerar ainda os desafios para a materialização da intersetorialidade, que, para Monnerat e Souza (2009) é:

[...] romper com a tradição da ciência moderna, que opera com uma lógica parcializada de organização e produção do saber, tendo como consequência uma intensa especialização disciplinar e práticas sociais fragmentadas. Nesta direção, diversos autores assinalam a importância de buscar no paradigma da interdisciplinaridade uma análise global dos problemas e na estratégia de gestão intersetorial a promoção de práticas sociais mais eficazes em relação à questão social atual (Monnerat; Souza, 2009, p. 203).

De acordo com Monnerat e Souza (2009), deve-se buscar, na intersetorialidade e na interdisciplinaridade, soluções para as práticas sociais, pois existem aproximações entre as formas de atuação dos profissionais frente aos desafios da materialização da intersetorialidade e da interdisciplinaridade e a estratégia de promoção de ações de maneira efetiva para os discentes de universidades públicas, mediante a assistência estudantil, como os programas e projetos planejados e elaborados pela Proaes, com o propósito de responder às demandas dos(as) discentes na UFPA.

No entanto, as mudanças, decorrentes do crescente ingresso de discentes em situações de vulnerabilidades e os entraves para suas formações, são problemas a serem enfrentados pela equipe multiprofissional, formada por assistentes sociais, psicólogos(as), pedagogos(as), entre outros que realizam os trabalhos na assistência estudantil.

A partir dos problemas apresentados por discentes, referentes as suas permanências nas universidades, como a falta de condições adequadas de moradia, de alimentação e de transporte, pensou-se que os pressupostos como a intersetorialidade devem ser considerados como fundamentos para orientar uma nova prática direcionada para a integração de setores dentro de determinado órgão público, buscando superar uma lógica de gestão e atuação, fragmentada e seletiva que, até o presente momento, ainda é predominante na esfera pública.

A intersetorialidade é a junção de setores, articulando ações para o enfrentamento dos problemas surgidos e apresentados para a equipe multiprofissional, da qual faz parte o(a) assistente social, profissional que vai encadear ações predefinidas na interdisciplinaridade. As ações são referentes à aproximação de saberes e conhecimentos para compor novos movimentos, objetivando a de apreensão do que está tecido em conjunto, logo, “[...] A intersetorialidade pode ser definida como a integração entre áreas e setores diversos, buscando a complementaridade de ações e a resolução conjunta de problemas sociais” (Arruda, 2024, p. 8).

Entende-se que existem algumas dificuldades para a materialização do trabalho intersetorial, da defesa de direitos sociais e da democratização nas relações sociopolíticas, que são importantes estratégias de luta em defesa da classe trabalhadora e da garantia de direitos a discentes da UFPA. Essa temática reverbera sobre o exercício profissional do(a) assistente social, por esse profissional atuar na operacionalização das políticas sociais e nas ações realizadas na Proaes que, majoritariamente, atua na realização de eventos com assuntos relacionados às demandas estudantis.

A intersetorialidade como estratégia de gestão pública democrática, para responder à setorização e à fragmentação, pressupõe decisão política, articulação entre os setores e complementariedade das ações, buscando um olhar para a totalidade das manifestações da questão social e dos cidadãos que demandam atendimento público (Wanderley; Martinelli; Paz, 2020, p. 8).

Para a efetivação da intersetorialidade, é necessária a realização de ações, que podem ser compreendidas como o desempenho de diálogos, a integração e a interação multiprofissional; e a articulação das ações pode ser entendida como a utilização de instrumentos, técnicas e atividades diversas realizadas com o objetivo de solucionar problemas ou apresentar alternativas e opções para determinados problemas, atuando juntos, inter-

relacionando seus saberes e competências, materializando-as nas ações profissionais na Proaes/UFPA.

Conforme Bidarra (2009, p. 485), “[...] A decisão pela ação intersetorial traduz a intenção política de investir num processo socialmente construído, o qual requer o conhecimento da realidade e a análise das demandas explicitadas pelos sujeitos que partilham compromissos e projetos políticos comuns”. Desse modo, utilizar a intersetorialidade em processos de trabalhos não é tarefa fácil, é um trabalho de construção política em que todos os envolvidos devem ser ouvidos, com o objetivo de articular saberes e experiências e alcançar melhores resultados para as resoluções dos problemas apresentados.

Logo, é uma abordagem em sentido mais amplo, que requer estratégias de ação diante das demandas da “questão social”, da complexidade e das direções sociais apontadas pela intersetorialidade, uma vez que vão orientar os caminhos a serem adotados nas intervenções para os (as) assistentes sociais, concatenados (as) com o projeto ético-político e social no domínio das políticas sociais. Considera-se que haverá motivações divergentes sob a orientação econômica e fundamentação política dos profissionais envolvidos, mas possíveis de superação para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

Existem também muitos desafios para a realização da pactuação da intersetorialidade, que perpassam as questões de ordem política, pois o Estado não é necessariamente democrático e, sim, muito burocrático, centralizador, autoritário e hierárquico. Ante o exposto, questiona-se como gerir e operacionalizar políticas públicas em um contexto de democracia participativa com um Estado que possui muitas características antidemocráticas.

Não raras vezes, a responsabilidade em estabelecer parcerias com outros profissionais ou instituições recai sobre os profissionais que atuam em políticas sociais, gestores, pró-reitores, coordenadores etc. A intersetorialidade depreende ainda da articulação entre as instituições e redes de serviços. Nessa lógica, lembra-se que a área da educação tem equipamentos sociais muito próximos das comunidades que são as escolas e as universidades.

Por esse ângulo, considera-se os elementos expostos extremamente importantes para pensar a intersetorialidade na atualidade. Por esse ponto de vista, com base nesses referenciais utilizados, Schutz e Miotto (2010) apontam que existem significâncias em pensar territorialmente a intersetorialidade, já que facilita a organização e a distribuição dos serviços, sendo necessário ainda sensibilizar e valorizar os trabalhadores.

Schutz e Miotto (2010) concluem que:

Portanto, a intersetorialidade, depende de uma série de mudanças no âmbito da gestão e prestação dos serviços. Nesse processo, devem ser potencializados

mecanismos de democratização do planejamento e avaliação das políticas públicas, de forma que se tornem mais permeáveis a população. E, ainda: as prioridades devem ser definidas, com base, na realidade desta população (Schutz; Mioto, 2010, p. 67).

Na Política de Assistência Estudantil, o(a) assistente social tem a competência técnica-profissional de perceber a complexidade das demandas e analisar a necessidade de respostas integralizadas e imediatas às questões apresentadas. E é correlacionada à educação nas questões relativas à permanência dos estudantes em seus cursos nas universidades.

No que se refere à análise socioeconômica de discentes para serem contemplados com os programas, benefícios e serviços da Proaes, o(a) profissional que realiza essas análises é o(a) assistente social. Essas e outras solicitações e encaminhamentos (com exceções) são direcionadas ao referido profissional, por isso: “[...] Cabe às IFES assumirem a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador” (Andifes, 2008, p. 5).

Na Educação Superior, assim como nas outras políticas, é necessário construir espaços de diálogos nas atividades que discutem diversos temas, como a assistência estudantil. As ações das políticas afirmativas, também consideradas como políticas sociais de afirmação e reconhecimento de direitos, materializam-se na perspectiva da garantia de direitos aos cidadãos brasileiros. As demais políticas sociais públicas mencionadas dizem respeito a diversas demandas, relacionadas a atendimentos de estudantes nesse grau de ensino em seus desenvolvimentos acadêmicos.

A maneira de atuar nessa perspectiva vai de encontro a posicionamentos corporativistas e conservadores tanto nas diferentes esferas de governo, quanto entre os profissionais e atores envolvidos na execução das políticas sociais públicas, como a educação e a assistência estudantil. Na lógica do capitalismo, é uma utopia a superação da fragmentação, da focalização e da seletividade presentes nas políticas sociais. Nesses espaços, a defesa da intersetorialidade pode ser entendida como direcionamento estratégico na luta pela garantia de direitos e politização dos estudantes nas redes das contradições do sistema capitalista e sua luta de classes e na valorização dos princípios éticos de cidadania, democracia e defesa dos direitos humanos.

O trabalho do(a) assistente social na política de educação não tem como ser pensado sem a referência da Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), haja vista que, no plano legal, vem aglutinando conquistas históricas ao redor do reconhecimento da assistência

estudantil como política pública, que passa a presidir e organizar os serviços assistências no modo como são prestados na UFPA.

A Pnaes impacta de forma essencial nas universidades públicas, visto que direciona para racionalidades que podem fazer parte no âmbito institucional, seja em parâmetros para a composição da equipe de trabalho, seja para a implementação de novos programas, estruturação dos serviços, seja em função do trabalho intersetorial, o que ainda necessita de mais visibilidade e enraizamento em todos os setores de uma universidade e fora dela, constituindo, assim, a rede de apoio.

Isso posto, a aparência econômica não pode assumir um aspecto preponderante em detrimento de outros, também importantes, quanto ao acompanhamento do desempenho acadêmico e da frequência, que, inclusive, são condicionalidades para a permanência dos discentes nos programas. As condições da alimentação e de saúde adequadas são essenciais para o bom desempenho acadêmico. Pensa-se que a questão das condicionalidades requeridas para que os discentes possam acessar os auxílios de modo geral também precisa ser analisada, e não deve ser dissociada da realidade social dos discentes, ou corre-se o risco de culpabilizá-los pelas dificuldades que enfrentam.

Portanto, o caráter teleológico do trabalho, realizado na assistência estudantil na UFPA, tem o objetivo de conhecer, dialogar e tratar os efeitos produzidos pelo capitalismo na vida dos discentes e seus familiares, a fim de atendê-los na perspectiva da unilateralidade no contexto da educação no Ensino Superior público, considerando todas as dimensões do discente como ser humano que estuda e as condições para o seu desenvolvimento como futuro profissional.

A análise desenvolvida nessa seção permitiu elucidar que o trabalho do(a) assistente social na Educação Superior não pode ser apreendido de forma isolada, nem reduzido às suas dimensões técnico-operativas, mas deve ser situado no interior das relações societárias capitalistas e das contradições que estruturam o mundo do trabalho contemporâneo. Ao tomar o trabalho como categoria ontológica fundante do ser social e como mediação central da sociabilidade humana, evidenciou-se que o exercício profissional é historicamente determinado pelas formas assumidas pela relação capital/trabalho e pelas estratégias de regulação da questão social operadas pelo Estado.

Nesse sentido, as transformações no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva e as inflexões nas políticas sociais públicas incidem diretamente sobre o trabalho realizado no interior das instituições estatais, redefinindo requisições institucionais, condições objetivas de trabalho e formas de gestão. O trabalho do(a) assistente social, enquanto trabalho assalariado inserido na divisão social e técnica do trabalho, expressa essas determinações de modo

particular, uma vez que se desenvolve no campo das políticas sociais, mediando as respostas estatais às expressões da questão social e as demandas concretas dos sujeitos atendidos.

Ao articular a categoria trabalho, a contradição capital/trabalho e o papel das políticas sociais públicas, essa seção forneceu os fundamentos teórico-analíticos necessários para avançar na compreensão do Serviço Social enquanto profissão historicamente constituída no interior da sociabilidade capitalista. Tal compreensão permite apreender o exercício profissional não como prática neutra ou meramente funcional, mas como trabalho socialmente determinado, atravessado por contradições e por possibilidades de intervenção orientadas por projetos profissionais e societários distintos.

Dessa forma, cria-se o suporte analítico para a discussão desenvolvida na seção seguinte, que se dedica a analisar o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, abordando sua gênese histórica, seu processo de institucionalização e as particularidades do trabalho profissional. Ao situar o Serviço Social como profissão inserida nas relações de produção e reprodução da vida social, a Seção 4 aprofunda a compreensão das mediações que conformam o trabalho do(a) assistente social, com ênfase em sua função pedagógica e na universidade pública como espaço sócio-ocupacional privilegiado dessa atuação.

SEÇÃO 4 O SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO

A compreensão do trabalho do(a) assistente social na Educação Superior exige avançar da análise das determinações societárias gerais para o exame das particularidades que conformam o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Nesse sentido, esta seção dedica-se a analisar o Serviço Social a partir de sua constituição histórica, de suas funções socialmente atribuídas e das mediações que incidem sobre o exercício profissional, situando-o no interior das relações sociais capitalistas e das políticas sociais públicas.

Ao apreender o Serviço Social como trabalho especializado, realizado no interior do Estado e das políticas sociais, busca-se evidenciar que a profissão emerge e se desenvolve como resposta histórica às expressões da questão social, mediando as relações entre capital e trabalho. Tal perspectiva permite compreender que o exercício profissional do(a) assistente social é ‘atravessado’ por contradições estruturais, que se expressam tanto nas requisições institucionais quanto nas possibilidades de intervenção orientadas pelo Projeto Ético-Político da profissão. Nesse sentido, a análise que se desenvolve nessa seção busca elucidar como o trabalho profissional se configura na operacionalização da assistência estudantil na UFPA, considerando suas particularidades institucionais e as mediações construídas no cotidiano profissional.

A seção organiza-se, inicialmente, pela análise da gênese histórica do Serviço Social e de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, destacando os fundamentos que conformam sua identidade profissional. Em seguida, discute-se a função pedagógica do trabalho do(a) assistente social, compreendida como mediação fundamental na relação com os sujeitos sociais e na construção de respostas profissionais no âmbito das políticas públicas. Por fim, examina-se a universidade pública como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, evidenciando as particularidades do trabalho profissional na Educação Superior e suas implicações para a atuação do(a) assistente social no contexto da assistência estudantil.

Ao articular a trajetória histórica da profissão, suas funções e seu espaço sócio-ocupacional, esta seção aprofunda a compreensão das mediações que conformam o trabalho do(a) assistente social, criando as bases analíticas para a discussão empírica desenvolvida na sequência da tese.

4.1 GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL E SUA INSERÇÃO NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO

A análise da gênese do Serviço Social constitui passo fundamental para compreender sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e os sentidos historicamente atribuídos ao exercício profissional. Ao emergir no contexto das transformações do capitalismo monopolista e da intensificação da questão social, o Serviço Social se institucionaliza como trabalho especializado, articulado às estratégias do Estado e às políticas sociais, respondendo às necessidades de regulação das expressões da desigualdade, produzidas pela relação capital/trabalho.

Nessa perspectiva, a constituição histórica da profissão não pode ser apreendida de forma linear ou desvinculada das determinações societárias que conformam o mundo do trabalho. A inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho expressa, simultaneamente, sua funcionalidade às demandas institucionais do Estado e as contradições que atravessam o exercício profissional, abrindo possibilidades de construção de respostas orientadas por projetos profissionais e societários distintos.

Ao situar a gênese do Serviço Social nesse marco histórico, essa subseção busca evidenciar como a profissão se constitui enquanto trabalho assalariado, dotado de atribuições específicas no interior das políticas sociais, e como essa inserção condiciona as requisições, os limites e as potencialidades do trabalho do(a) assistente social. Tal compreensão é indispensável para analisar, nas subseções seguintes, as mediações que conformam a função pedagógica do trabalho profissional e a universidade pública como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social.

Para tanto, analisou-se que a profissão tem um significado de ações no campo das relações de poder social, econômico e político, entre as classes e dessas com o Estado, estabelecendo como elemento fundamental a indissociabilidade da articulação entre conhecimento da teoria e realidade, que se configura em prática social.

Para Iamamoto (2017, p. 150), a prática profissional que “[...] adquire inteligibilidade e sentido na história da sociedade da qual é parte e expressão”, significando ser um produto sócio-histórico. Nesse entendimento, a profissão adquire sentido na dinâmica da sociedade da qual é parte, dessa maneira, entender a especialidade do trabalho supõe decifrar e elucidar os processos que geram a sua necessidade social.

Para Silva (1995):

O surgimento dessa profissão, ligado à Igreja Católica, enquanto tentativa de sistematização da caridade e, ao Estado, como mecanismo de “enfrentamento” da questão social produzida pelo capitalismo, tem acompanhado a ação intervencionista do Estado, que, enquanto aplicador dos recursos arrecadados

da população, tem sua ação voltada para a produção, criando a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do capitalismo e assumindo os setores considerados não-rentáveis a curto prazo (Silva, 1995, p. 6).

Pereira (2016), em suas análises, discorre que, desde os primórdios da humanidade, os homens, no processo de “[...] produção, acumulação e distribuição de bens materiais constituíam uma atividade movida por necessidades e pelo objetivo humano básico de criar reservas protetoras para fazer frente a situações de carências pessoais e coletivas” (Pereira, 2016, p. 21).

Com o decorrer dos anos, a humanidade passa a se organizar cada vez mais em formas menos instáveis, e as necessidades pessoais foram acrescentadas a cada dia, o objetivo era viver sem privações materiais. Pereira (2016) diz que, em determinado momento, as barreiras naturais foram vencidas. Porém, novas dificuldades passaram a existir, principalmente após a Revolução Industrial no século XVIII. Na atualidade, um dos fatores que contribui para o acirramento dessa questão é o progressivo avanço tecnológico no sistema capitalista, pois explora intensivamente os trabalhadores e coloca novas necessidades materiais e sociais.

Essa inusitada mudança de rumo e de expectativa constituiu, por assim dizer, o primeiro grande enigma da história das relações sociais que, por falta de explicação teoricamente fundamentada e de explicações capazes de decifrá-lo, para combatê-lo, inspirou concepções e práticas cada vez mais sofisticadas de proteção social. Isto é, de um tipo de intervenção social que, não obstante seus diferentes patrocinadores (públicos ou privados) e configurações assumidas no espaço e no tempo, visava, em sua versão mais aparente, aliviar e prevenir a privação material de grandes parcelas da sociedade (Pereira, 2016, p. 21-22).

Para atender às necessidades dos trabalhadores, várias formas de proteção social foram criadas, a maioria de cunho social piedoso, como a realização de ações de caridade, a beneficência e a filantropia, mas todas de cunho voluntário e solidário aos necessitados e desvalidos. Pereira (2016, p. 22) indica que “[...] o destino da humanidade seria o de que a riqueza produzida pelo trabalho humano não seria desfrutada por todos, mas por quem detinha os meios de produção e, conseqüentemente, poderes econômicos e políticos para se apropriar privadamente do produto coletivo desse trabalho”.

Nos aspectos sociais, a divisão de classes foi percebida por muitos e aceita como algo natural, com teorias neoliberais que a justificavam, porém, escondia várias contradições. Uma delas é de que, enquanto se aprofundava a pobreza, a riqueza aumentava, ou seja, existe uma escalada diretamente proporcional entre os mais ricos e os mais pobres. Menciona-se que essa

afirmação não é cientificamente precisa, mas serve para demonstrar a contradição existente na dinâmica da desigualdade social.

Para Martinelli (2011):

O próprio movimento do capital desencadeia o movimento do proletariado, de forma tal que ao grande surto de desenvolvimento trazido pela Revolução Industrial, sobretudo em seu período áureo, de 1850 a 1875, período das grandes indústrias siderúrgicas, da chamada era ferroviária, correspondeu uma mudança qualitativa de fundamental importância para a história da sociedade. Os operários individuais, por força de seus movimentos e lutas e de forma contraditória e complexa, haviam se transformado em um proletariado fabril de caráter mais homogêneo, caminhando já coletivamente para a construção de sua identidade de classe (Martinelli, 2011, p. 37).

A conjuntura política e social daquela época exigia explicações compatíveis com a realidade, as primeiras conquistas trabalhistas foram relacionadas à proteção para os riscos relacionados ao trabalho industrial, de caráter geral e geridas pelo Estado, como o seguro social que foi organizado, cuja filiação era obrigatória para os trabalhadores ferroviários empregados formalmente, com as suas carteiras de trabalho assinadas pelos empregadores.

Nesse contexto social, as divergências e os conflitos entre empregados e empregadores deram bases para a elaboração de políticas sociais públicas, surgidas no sentido de minimizar os conflitos oriundos de uma relação com interesses difusos. Para atuar nesses conflitos influenciados pela industrialização, pela urbanização do país e pelo governo de Getúlio Vargas, surge no cenário nacional o serviço social, ligado, inicialmente, à Igreja Católica. Como resposta à "questão social", os profissionais trabalhavam com questões, oriundas da pobreza e da miséria, e as ações eram de caráter caritativo e conservador, inicialmente ligadas em ações da burguesia com apoio estatal e religioso.

A respeito do serviço social, Montaño (2003, p. 244, grifos no original) diz que: “[...] as políticas sociais constituem a *base de sustentação funcional-ocupacional* do serviço social, caracterizando sua funcionalidade, sua legitimidade, criando o espaço de inserção ocupacional”. O autor entende que esta profissão apresenta tendência de transformação em suas demandas, campo de atuação e de intervenção, sendo que o(a) profissional do Serviço Social tem, na política social, sua capacitação para a realização de seu trabalho por meio da profissão.

Além disso, analisa a gênese do Serviço Social sob duas perspectivas, uma endogenista e a outra histórico-crítica, na “[...] endogenista: a primeira das teses sustenta a origem do Serviço Social na evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na questão social” (Montaño, 2007, p. 19, grifos no original).

Para Montaña (2007), o Serviço Social se baseia nas “primeiras formas de ajuda”, que se encontram mencionadas nas obras de Tomas de Aquino e Vicente de Paula Faleiros, esses são estudiosos da assistência social. Para Iamamoto e Raul de Carvalho (2014, p. 176), “[...] O Serviço Social através da institucionalização se burocratiza, criando práticas auxiliares e aconselhadoras, como instrumento de conscientização quanto aos direitos, serviços e benefícios proporcionados pelas instituições”.

Se, por um lado, para Iamamoto e Raul de Carvalho (2014), a burocratização pode levar a uma atuação limitada, em que o assistente social assume o papel de “auxiliar” ou “conselheiro”, em vez de agente de transformação social — aquele que busca conscientizar a população sobre as ações capazes de modificar as estruturas geradoras de desigualdades — e, por outro, o Serviço Social, ao se inserir e se consolidar nas instituições, sejam elas públicas, sejam privadas, acaba absorvendo sua lógica burocrática, o que, muitas vezes, resulta em uma prática profissional engessada.

Montaña (2003, p. 247) pondera que, se “[...] o Serviço Social evolui da caridade e filantropia, então também não pode esta profissão evoluir na (se transformar em) caridade e filantropia”. O autor desenvolve uma análise crítica a essa primeira teoria, pois entende que o Serviço Social, nessa perspectiva, enquanto uma profissionalização, desconsidera os aspectos políticos e econômicos como determinantes no surgimento e desenvolvimento da profissão.

Para Montaña (2007, p. 30), a teoria histórico-crítica surgiu em oposição à teoria anterior, que busca um novo caminho para análises, tratando “[...] o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico [...]”. Para ele, a perspectiva histórico-crítica, é sustentada, diferentemente, por vários autores, como: Vicente de Paula Faleiros, Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho.

Nessa perspectiva, o Estado assume para si as respostas à “questão social”, estudada por José Paulo Netto nas obras *Ditadura e Serviço Social* (2010) e *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (2006), e por Marilda Vilela Iamamoto (2004), em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* — escrita em coautoria com Raul de Carvalho (2012) — e em *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. Os autores compreendem o(a) assistente social como um profissional que desempenha um trabalho vinculado às relações sociais e ao projeto político da sociedade, “[...] tendo uma função que não se explica por si mesma, mas pela posição que o profissional ocupa na divisão sociotécnica do trabalho” (Montaña, 2007, p. 30).

Segundo Montañó (2003), o Serviço Social não é meramente uma profissão no sentido da ajuda e da caridade, mas uma profissão que se institucionalizou entre a “questão social” e o Estado. Assim, surgem as análises de atores sociais coletivos como parte de um contexto de protagonistas sociais, não mais os individualistas com nomes próprios isolados, mas agora vistos como agentes da história do Serviço Social, sujeitos coletivos e determinados historicamente.

Montañó (2007, p. 38) menciona que o surgimento do Serviço Social ocorre com “[...] O contexto emoldurado pelas lutas de classes em torno de projetos de sociedade antagônicos, na etapa monopolista do capitalismo, se apresenta aqui como o marco explícito do surgimento do Serviço Social”. É compreendido também como um produto dos projetos político, econômico e social que se ampliam ao longo do desenvolvimento histórico da sociedade — espaço em que se reproduz, ideológica e materialmente, no contexto do capitalismo em sua fase monopolista —, em que o Estado assume as respostas à “questão social”.

Montañó (2007, p. 48-49) analisa a natureza e a gênese do Serviço Social e afirma que “[...] não há evolução das formas de ajuda não profissionais para uma forma dita mais desenvolvida: a profissão de Serviço Social. Portanto, não há continuidade, e sim “ruptura”.

A gênese do Serviço Social como profissão situa-se, historicamente, no final do século XIX. Para Martinelli (2011, p. 30), o Serviço Social foi “gestado” na esteira do capitalismo industrial. Ressalta-se que o capitalismo concorrencial em suas fases mercantil e industrial desenvolveu-se no período compreendido entre os séculos XVII ao XIX.

Para Netto (1999, p. 14), a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão não se esgota na referência à “questão social”, refere o autor que “as conexões genéticas do Serviço Social” demonstram que o(a) profissional não se detém, nem trabalha apenas com a “questão social”, mas com suas particularidades no âmbito da sociedade burguesa.

Naquele momento, Netto (1999) diz que as reformas de cunho liberal, sob a influência dos economistas clássicos-especialmente Adam Smith e David Ricardo, expoentes do liberalismo clássico, orientavam os direcionamentos da burguesia quanto às medidas de enfrentamento da “questão social”. Essas reformas tinham como objetivo amenizar os contrastes existentes entre o proletariado e a burguesia. Para Martinelli (2011, p. 63), “a burguesia queria apropriar-se da prática social para submetê-la aos seus desígnios”.

Martinelli (2011, p. 64) registrou que os anos de 1850 a 1860 foram marcados por uma “explosão da pobreza” na Inglaterra. Membros da elite burguesa, ligados à Igreja e “incentivados pelas autoridades locais”, uniram-se com o objetivo de estudar a “... reforma do

sistema de assistência pública inglês”, sob o “lema medieval” de assistência de Mary Ellen Richmond, da Sociedade de Organização da Caridade de Baltimore”, que enfatiza a doação pessoal e a disposição de servir. A autora é considerada uma figura central para a superação de um fazer profissional baseado na caridade e filantropia, e iniciou a introdução de métodos científicos e profissionais com a proposta de realização do diagnóstico social para uma prática profissional do Serviço Social.

Para Montañó (2007), “Fazer bem o bem” significa a realização de um trabalho que transcende uma simples doação material que envolve empatia, respeito e atenção para ajudar o próximo, pensando em ações para incidirem sobre a classe trabalhadora, mas o grande objetivo da burguesia era que as ações dos reformistas ajudassem a consolidar o modo de produção capitalista.

Ocultando suas reais intenções em um abstrato discurso humanitário, baseado na igualdade e na harmonia entre as classes, a prática social burguesa procurava gerar a ilusão de que havia, por parte da sociedade, um real interesse pelas condições de vida das famílias operárias, por seu salário, por suas condições de habitação, saúde, educação (Martinelli, 2011, p. 65).

Os reformistas, como argumenta Martinelli (2011), eram membros da própria burguesia e, como estratégia, utilizaram as práticas sociais dos filantropos, pois estes tinham acesso às famílias operárias, com o objetivo de desmobilizar as reivindicações coletivas. Assim, os reformistas proporcionaram todas as condições para que a prática social fosse estruturada de acordo com os interesses da classe burguesa durante todo o início do século XIX na sociedade europeia.

Silva (1995) afirma que

Apesar de a questão social ser considerada sobretudo como “caso de polícia”, constituindo-se responsabilidade dos aparelhos repressivos do Estado, registram-se várias manifestações operárias, principalmente de 1917 a 1920, reivindicando melhores salários, regulamentação do trabalho de mulheres e de menores (Silva, 1995, p. 7).

Tentando coibir as manifestações dos trabalhadores na Inglaterra, a burguesia, a Igreja e o Estado uniram-se, dando origem, em 1869, à Sociedade de Organização da Caridade, em Londres, que assumiu a responsabilidade pela “[...] racionalização e pela normatização da prática da assistência. Surgiam, assim, no cenário histórico os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social, atividade que se profissionalizou sob a denominação de Serviço Social” (Martinelli, 2011, p. 66).

Martinelli (2011) aponta que o Serviço Social surgiu como profissão em plena expansão do capitalismo e no acirramento da “questão social”, que se intensificou após a Primeira Guerra Mundial. A profissão emergiu no cenário nacional na década de 1930. A Lei nº 1.889, de 1953, estabeleceu a profissionalização do Serviço Social e a equiparação dos direitos dos agentes sociais que atendessem a determinados requisitos para obter o diploma de assistente social. Já a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, foi a primeira a regulamentar a profissão de assistente social no Brasil, e o Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962, regulamentou a referida lei.

A regulamentação resultou na criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social. Atualmente, a Lei nº 8.662, de 1993, rege a profissão, a qual revogou a legislação anterior. Essa Lei estabelece as atribuições privativas do assistente social, entre as quais se destacam a elaboração de pareceres sociais, estudos socioeconômicos e análises técnicas que subsidiam decisões institucionais no âmbito das políticas públicas.

Essas atribuições conferem ao profissional um papel estratégico na mediação entre as normativas institucionais, as diretrizes das políticas sociais e as demandas concretas apresentadas pelos sujeitos atendidos. Esses fatos registrados compõem parte da história da sociedade e da trajetória do Serviço Social. A perspectiva histórico-crítica entende que a gênese e a profissionalização do Serviço Social estão relacionadas ao funcionamento do capitalismo, e não à simples evolução das formas de ajuda e filantropia.

Entende-se que a legitimidade do Serviço Social enquanto profissão se desenvolve por meio da existência da “questão social”, presente nas sociedades e expressa nas relações estabelecidas entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores, nos desempregados, nas famílias em situação de vulnerabilidade, nos conflitos de ordem financeira e nos organismos municipais, estaduais e federais responsáveis pela elaboração e execução das políticas sociais. Logo, a gênese e a institucionalização do Serviço Social devem ser analisadas de acordo com a abordagem histórico-crítica, que entende a profissão como parte das transformações históricas ocorridas na sociedade.

A luta da classe trabalhadora por direitos sociais é histórica e, muitas vezes, impacta de forma significativa a classe burguesa, que, diante das pressões dos movimentos sociais da classe trabalhadora, vê-se compelida a desenvolver estratégias para consolidar o sistema socioeconômico e político, aumentar a acumulação de capital e responder às demandas expressas por meio dos serviços sociais.

A “questão social” tem se evidenciado com o aumento do desemprego, a precarização das condições de geração de renda, a diminuição dos salários, a falta de moradia e de saneamento básico, o sistema educacional e de saúde insuficientes, bem como a crescente

insegurança pública, entre outros fatores. Diante desse cenário, o Estado é chamado a intervir nessas questões, assumindo prioritariamente o papel de regulador e desenvolvendo mecanismos de intervenção que ultrapassem os sistemas que definem a organização da sociedade, abrangendo, principalmente, o âmbito socioeconômico.

Dessa forma, o Estado cria políticas sociais para o enfrentamento da “questão social”, que se apresentaram de forma mais acirrada na transição do capitalismo concorrencial para o dos monopólios, período marcado pela intensificação das contradições sociais, como a exploração dos trabalhadores e o desemprego estrutural. A era dos monopólios refere-se a um período em que o sistema capitalista se baseia no controle de mercados por meio de acordos ou fusões de empresas, como cartéis e trustes. Nessas circunstâncias, o pauperismo avança e complexifica-se, ações são programadas para apresentar soluções que minimizem ou resolvam a “questão social”.

Martinelli (2011) indica que o Serviço Social, no início de sua fundação como profissão, sofreu influência do pensamento positivista de Augusto Comte e tinha um aspecto conservador, predominando o pensamento social da Igreja, especialmente a partir das duas encíclicas papais: *Quadragesimo Anno*, de Pio XI (1931), e *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1891). No entanto, é a partir da perspectiva histórico-crítica que se explica, de maneira aprofundada e contextualizada, a gênese e a institucionalização do Serviço Social.

Para a autora, o pensamento sociológico existente na Europa era visivelmente conservador, sob a influência de Augusto Comte, criador da doutrina positivista, a qual restringe a forma de investigação, concentrando-se na observação e na descoberta de leis. O pensamento da Igreja Católica da época via a “questão social” como um conjunto de males sociais generalizados, considerando o pauperismo um desvio propiciado pelo individualismo moral, político e religioso, decorrente do processo de industrialização.

Martinelli (2011) registra ainda que, após o advento do cristianismo, a assistência aos necessitados encontrou amparo não somente na caridade, mas sobretudo na justiça social, enfatizando a dimensão espiritual. As ações realizadas pela Igreja Católica ampliaram-se, passando a incluir “inquéritos sociais”, acompanhados de visitas domiciliares, para a constatação das necessidades dos solicitantes.

Para Martinelli (2011, p. 97), “o organizador da doutrina cristã, foi, porém, Santo Tomás de Aquino (1224-1274), situando a caridade como um dos pilares da fé, imperativo de justiça social aos mais humildes”.

Martinelli (2011, p. 97) indicou que, em nome da caridade, foram registradas “[...] muitas práticas de exploração, de repressão e de dominação política e ideológica...”. A

assistência foi utilizada como forma de controlar e de sujeitar os pobres aos desígnios dos donos dos meios de produção, o que eles queriam era a servidão e a submissão dos pobres à burguesia. Martinelli (2011) diz que a igreja católica, com a realização das práticas assistenciais, foi se distanciando dos pobres, se aliando à burguesia.

Os problemas políticos, sociais e econômicos, de grande dimensão, exigiam medidas igualmente amplas. O movimento dos trabalhadores tornara-se cada vez mais organizado politicamente e *o proletariado era uma presença marcantemente significativa no cenário social*, não obstante todos os esforços em contrário a burguesia. A essa altura, a pobreza era um fenômeno mundial, de massa, exigindo medidas urgentes dos governantes e das autoridades ligadas a área social (Martinelli, 2011, p. 100, grifos no original).

Seguindo as análises de Martinelli (2011), as precárias condições de vida da classe operária favoreceram o surgimento de doenças, com altos níveis de morbidade na Inglaterra. Nesse contexto, higiene e educação passaram a ser entendidas como práticas de assistência. Logo, foi criado, no século XVIII, o Ministério da Saúde Pública, que englobava ações de assistência inicialmente pautadas na perspectiva da ajuda e da caridade, mas que rapidamente adquiriram a conotação de contenção dos ânimos da classe operária.

Martinelli (2011) esclarece que essas ações se expandiram por toda a Europa. Em Londres, por exemplo, destacava-se o “Trabalho de educação familiar e social de Octavia Hill”, voltado à área da saúde, com ênfase em “higiene e saúde”, envolvendo diversos profissionais, incluindo enfermeiros(as) e médicos(as). O proletariado, por sua vez, mantinha-se estrategicamente recuado e politicamente ativo, “unido em suas entidades representativas” e com clareza quanto aos objetivos de suas lutas organizadas.

Como forma de qualificar os trabalhadores para o exercício profissional, em 1897, em Toronto, Mary Richmond propôs a criação de uma escola, voltada ao ensino da “Filantropia Aplicada”. O primeiro curso, destinado à “Aprendizagem da aplicação científica da filantropia”, foi realizado em Nova Iorque, em 1898, impulsionando a criação da primeira “Escola de Filantropia Aplicada”. Martinelli (2011, p. 106) ressalta que “[...] O impulso trazido pela criação da Escola foi muito importante para a sistematização do ensino do Serviço Social, bem como para o seu processo de profissionalização e institucionalização”.

Martinelli (2011) explica ainda que, sob a influência marcante de Richmond, foram criadas outras escolas: em 1899, a primeira Escola Europeia em Amsterdã, Holanda, e, em 1908, a primeira Escola Alemã em Berlim. Esse período coincidiu com um momento em que a sociedade mundial estava prestes a vivenciar grandes eventos, como as guerras mundiais e a Revolução Russa, com a “questão social” em plena ebulição.

Tanto quanto possível, a ação social realizada a partir de ensinamentos científicos e procedimentos técnicos era crescentemente demandada pelo Estado burguês, que necessitava em seu aparato burocrático-institucional de profissionais com conhecimentos de relações humanas e sociais (Martinelli, 2011, p. 107).

Os registros de Martinelli (2011) demonstram que os cursos para a formação de “agentes sociais” se multiplicaram por toda a Europa e nos Estados Unidos. A primeira escola fundada na Inglaterra, em 1908, foi incorporada à Universidade de Birmingham. Em Paris, foram criadas duas escolas: uma de orientação católica, em 1911, e outra protestante, em 1913. A profissão tinha, em seu início, um posicionamento marcadamente humanista e conservador, inserindo-se e legitimando-se como estratégia de enfrentamento da “questão social”.

Iamamoto e Carvalho (1991) apontam que:

Ainda no ano de 1936 é realizado o primeiro curso “intensivo de serviço social”, com a duração de 3 meses”, constando de uma série de palestras sobre temas sociais,, legais, educacionais e médicos, com ênfase para o problema da “infância abandonada”. Paralelamente, realizou-se um *curso prático* de serviço social, para cuja realização foram requisitadas as duas primeiras Assistentes Sociais paulistas recém-formadas na Bélgica. Em 1938, começa a funcionar sob orientação leiga o curso regular da Escola Técnica de Serviço Social, que diploma sua primeira turma em 1941 (Iamamoto; Carvalho, 1991, p. 189, grifos no original).

No Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, a partir da década de 1930, começaram a surgir os primeiros cursos de Serviço Social, resultado de uma integração de interesses entre o Estado e o empresariado, com o apoio condicional da Igreja Católica.

No decorrer dessa trajetória, Martinelli (2011, p. 107) registrou que foram escritas duas encíclicas papais. A primeira, em 1891, foi redigida pelo papa Leão XIII e denominada *Rerum Novarum*. Essa encíclica tratava das relações entre o capital e o trabalho, possuía caráter conservador e exortava os trabalhadores a observarem a prudência e a ética cristã. A segunda, escrita em 1931 pelo Papa Pio XI, intitulada *Quadragesimo Anno*, reproduziu a ideologia da classe dominante e discorreu sobre a “restauração e o aperfeiçoamento da ordem social”, com o objetivo de promover um “equilíbrio das relações entre patrão e empregado”.

A burguesia, para garantir a “reprodução das relações sociais de produção capitalista”, ofereceu irrestrito apoio à prática dos(as) assistentes sociais, a fim de preservar seu domínio e poder, uma vez que esses profissionais representavam o Estado e escamoteavam a dimensão política dos problemas sociais.

Martinelli (2011, p.121) aponta que: “[...] À medida que se institucionalizava, exigia de seus agentes procedimentos mais técnicos e eficientes, capazes de exercer sobre as classes subalternas o controle social e político determinado pela classe dominante”. E as práticas da

classe trabalhadora eram vistas pela burguesia como perigosas para o equilíbrio social entre as classes.

Nos períodos que antecederam e que sucederam a Segunda Guerra Mundial, o Serviço Social já atuava na maior parte dos países americanos, europeus e latino-americanos, apresentando um processo de profissionalização baseado em práticas religiosas e científica. Dessa forma, percebe-se o distanciamento das ações direcionadas pela igreja, substituída progressivamente pelo Estado.

No Brasil, a criação do Serviço Social foi fortemente influenciada pela Igreja Católica e pelo Serviço Social europeu, o que impactou tanto a formação quanto o exercício profissional. A repressão policial exercida durante a Primeira República já não apresentava a mesma efetividade. “[...] A acumulação capitalista deixava de se fazer através das atividades agrárias e de exportação, centrando-se no amadurecimento do mercado de trabalho, na consolidação do polo industrial e na vinculação da economia ao mercado mundial (Martinelli, 2011, p. 122).

Após os períodos de grandes transformações sociais e políticas, Martinelli (2011) afirma que a “questão social” deixou de ser vista como “caso de polícia” e passou a ser tratada como política, diante das intensas manifestações sociais realizadas pelos movimentos leigos. Assim, a Igreja Católica, juntamente da burguesia, criou, em 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), com o objetivo de promover cursos de qualificação para agentes ligados às práticas sociais. As participantes eram todas pertencentes a famílias burguesas, moças católicas que participavam de atividades assistenciais ou de movimentos realizados pela Igreja.

Para Martinelli (2011, p. 127): “[...] A ação cristianizadora do capitalismo que se encontrava em curso era uma causa que envolvia todos os grupos e movimentos católicos”. A base doutrinária dessa primeira escola se conforma e se ajusta com as necessidades do mercado de trabalho.

Destaca-se que a institucionalização do Serviço Social está relacionada à progressiva intervenção do Estado no processo de ajuste social. O Estado passa, então, a intervir nas relações sociais, incorporando o papel de regulador, o que possibilitou ao Serviço Social, naquele momento, novas formas de atuação para além do trabalho vinculado à Igreja. Nesse contexto, a profissão assume representatividade na execução das políticas sociais, formuladas pelo Estado, ampliando seu campo de atuação em função das novas formas de intervenção na “questão social”.

As questões emergentes passam a demarcar as possibilidades do projeto profissional, apontando seus limites e especificidades no interior do processo de reprodução do capital social

e da vida dos segmentos mais empobrecidos da sociedade. “[...] Isso porque, como sabemos, questão social é luta, é disputa pela riqueza socialmente construída” (Yasbeck, 2014, p. 686).

Em meio ao reconhecimento e à legitimação do Serviço Social como profissão regulamentada, foram criadas, em 1937, a segunda Escola de Serviço Social, na PUC do Rio de Janeiro, e, em 1940, a terceira, em Recife. O Serviço Social, assim, se institucionaliza e se legitima progressivamente como profissão na divisão social e técnica do trabalho, mesmo com “[...] o peso católico e vinculado às elites detentoras da hegemonia formativa e prática da categoria profissional, como atividade paulatinamente legitimada pelo Estado e pelas classes dominantes” (Silva, 2013, p. 78).

A utilização dos instrumentos e técnicas foi ponto fundamental para uma intervenção competente. A técnica deveria primar pela orientação cristã, seguindo a doutrina social da Igreja, e o contributo científico positivista foi conveniente para subsidiar a profissão, porém, sob a orientação e o fortalecimento da concepção de neutralidade com a utilização de ausência de intenção ou conteúdo político no exercício da profissão, conforme Santos (2016, p. 273), a formação profissional era voltada para “[...] duas tendências: uma de base doutrinária e outra de base técnico científica, ambas expressando o conservadorismo no Serviço Social”.

Martinelli (2017, p. 137) comenta que, desde o final da década de 1950, o Serviço Social passou a atuar “[...] diretamente no contexto empresarial, convivendo com a classe trabalhadora”, naquele momento, percebe-se uma representação burguesa aparente, porém, vista de forma crítica, nota-se que o imediato não era verdadeiro, era preciso realizar estudos mais consistentes, ir além do aparente. “[...]O mundo da pseudoconcreticidade, no qual se lastreavam as práticas burguesas e onde a aparência da realidade era fixada como realidade essencial, eterna e imutável, revelava-se um mundo falacioso, ambíguo e enganador, ao ser interrogado criticamente” (Martinelli, 2017, p. 138).

Os profissionais compreenderam que o trabalho realizado desde o surgimento do Serviço Social já não respondia aos questionamentos e às demandas das classes sociais. Para Ananias (2018, p. 68), no período de 1965 a 1975 ocorreu, na América Latina, o movimento de reconceituação do Serviço Social, “[...] especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélica-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos, expressos nos Documentos de Araxá e Teresópolis” (Iamamoto, 2017, p. 25).

As transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no pós-guerras, nas décadas de 1950, 60 e 70 do século XX, impuseram à profissão a necessidade de uma revisão do trabalho profissional realizado pelo “Serviço Social Tradicional”.

Tornando-se conscientes, as contradições são elevadas a princípios de conhecimento e, em consequência, de ação, produzindo nos, “agentes críticos” a necessidade de lutar por uma nova realidade profissional. Engajados em um movimento que no interior da profissão recebeu a denominação de Movimento de Reconceituação, esses agentes assumiram, como uma causa revolucionária, a intensa e profunda análise da “situação” do Serviço Social no continente latino-americano, tanto no que se refere ao exercício profissional como aos seus fundamentos teóricos (Martinelli, 2017, p. 143).

Conforme Lima (1984, p. 46), o Movimento de Reconceituação²⁸ brasileiro apresentou duas formas de expressão significativas. A primeira refere-se à realização dos seminários nacionais tendo como organizador o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), que se iniciou com o Documento de Araxá em 1967 e terminou com o Documento de Funções do Serviço Social, elaborado em Teresópolis em 1971. A segunda, aos seminários nacionais realizados pelo Instituto de Serviço Social de São Paulo, em 1965 e 1967. Para Lima (1984, p. 47), “[...] aquele Instituto funcionou ao tempo, do mesmo modo que o CBCISS, como um aparelho de produção e difusão das ideias profissionais”.

Netto (2005) discorre que o Movimento de Reconceituação surgiu em 1965 e constituiu um marco transformador na história do Serviço Social latino-americano. A transição da década de 1960 para 1970 foi marcada por fortes críticas ao trabalho realizado pelo Serviço Social tradicional, pois era orientado por práticas sob os ditames liberal-burguês, empiristas, paliativas e burocratizadas, visando o enfrentamento dos riscos psicossociais que incidiam sobre os indivíduos e grupos.

Já para Faleiros (2005), o Movimento de Reconceituação foi estabelecido como uma ruptura com o Serviço Social Tradicional Conservador, com questionamentos críticos na busca por uma fundamentação teórica no marxismo²⁹.

A mobilização social e política da sociedade, bem como o reconhecimento dos(as) profissionais de que era preciso agir de forma “cirúrgica” na “medula espinhal” da profissão, põe em evidência a crise instalada no “coração” do Serviço Social. Em meados da década de 1960, a profissão encontrava-se desqualificada no mundo acadêmico e científico, inadequada metodologicamente e dividida em três formas de atuação: Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade. Além disso, não possuía teorização nem articulação política suficientes para a

²⁸ O Movimento de Reconceituação, tanto a nível de América Latina como de Brasil, expressa-se concretamente através de instrumentos que funcionaram como verdadeiros aparelhos de produção e difusão (Lima, 1984, p. 42).

²⁹ O marxismo é o pensamento, a doutrina derivada das obras de Marx e Engels. Algumas obras, vocês sabem, foram escritas em conjunto por Marx e Engels – *A Sagrada Família*, *O Manifesto Comunista*, *Ideologia Alemã*. Por marxismo, entende-se uma determinada maneira de pensar; aquilo que Marx e Engels, ou os dois juntos, produziram (ABEPSS, p. 19).

intervenção nos problemas sociais, as chamadas expressões do mundo real, entendidas como “questão social”, o que suscitava questionamentos sobre a eficácia e a efetividade das ações profissionais.

Netto (2010) identificou três perspectivas no processo de renovação do serviço social: a modernizadora, a de reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura, que apresentaram características próprias. A perspectiva modernizadora teve maior expressividade, principalmente nos documentos de Araxá³⁰ (1967) e de Teresópolis (1970), ambos vinculados às ideologias das políticas de desenvolvimento.

O documento resultante do Seminário de Araxá representa um esforço a fim de indicar seus objetivos e a adequação da metodologia às ações. O documento de Teresópolis centralizou-se na metodologia, propondo a integração da ação do Serviço Social no processo de desenvolvimento social brasileiro, com direcionamento para uma operacionalização técnica, orientada pelo modelo socioeconômico vigente. Nesse modelo, a perspectiva modernizadora resgata marcas históricas da prática profissional de caso, grupo e comunidade, com o objetivo de modernizá-las, todavia, não rompe com o modelo tradicional.

A reatualização do conservadorismo se expressa nos marcos dos seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984). O Seminário de Sumaré, realizado no Rio de Janeiro, trouxe novas perspectivas para a prática do Serviço Social, ocorrendo em um momento de abertura política, que prenunciava o fim da ditadura militar e o início da redemocratização no Brasil.

Destacou-se, nesse evento, a importância da articulação entre teoria e prática, ressaltando que o(a) assistente social deve ser um profissional capaz de analisar criticamente a realidade social e intervir de forma eficaz para promover mudanças. Também foi abordada a necessidade de fortalecimento e organização política dos assistentes sociais, incentivando a formação de sindicatos e associações que pudessem reivindicar direitos, enfrentar desafios e lutar pela melhoria das condições de trabalho e pela valorização da categoria.

O Seminário do Alto da Boa Vista, realizado em São Paulo, é considerado um marco na construção de uma nova agenda para o Serviço Social. O encontro reuniu assistentes sociais de todo o Brasil para discutir os desafios e as perspectivas da profissão. Nele, enfatizou-se a importância da participação ativa dos(as) assistentes sociais na construção de políticas públicas voltadas à inclusão e à justiça social e, também, foi destacada a necessidade de uma atuação

³⁰ AGUIAR, Danielle Vidal de. Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista. **Mapas mentais sociais**. Disponível em: https://www.mapasmentaisocial.com/post/arax%C3%A1-teres%C3%B3polis-sumar%C3%A9-alto-da-boa-vista?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 5 nov. 2025.

integrada e intersetorial, considerando as múltiplas dimensões da questão social. Entre outras deliberações, reforçou-se a importância da ética profissional e do compromisso com os direitos humanos como pilares fundamentais da prática do Serviço Social. Além disso, analisou-se a crise do Estado brasileiro e seus impactos nas políticas sociais, com ênfase na participação popular na formulação dessas políticas.

Os seminários realizados pela categoria do Serviço Social simbolizam a luta incansável desses profissionais pela justiça social, pela defesa dos direitos dos mais vulneráveis, dos trabalhadores e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os debates e os documentos, resultantes desses encontros, continuam orientando e inspirando a atuação profissional, pois fazem parte da história e do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro.

O movimento de reconceituação do Serviço Social apresentou três principais vertentes: a modernizadora, que se orientava pelo capitalismo; a de reatualização do conservadorismo, composta por profissionais que não aceitavam a renovação; e a de intenção de ruptura. As duas primeiras, conforme Silva (2013, p. 91), “[...] não teceram quaisquer críticas de ordem estrutural ou de qualquer espécie, direta ou indiretamente, à ordem monopólica e sua face totalitária no Brasil. Ao contrário: afirmaram-na por caminhos diferentes”.

A perspectiva de intenção de ruptura, por sua vez, propôs críticas contundentes às bases do Serviço Social e orientou-se pelo marxismo. Essa vertente ganhou visibilidade no início da década de 1980 e teve como objetivo romper com a tradição positivista e com o reformismo conservador. Uma das primeiras manifestações dessa perspectiva foi o chamado “Método de Belo Horizonte”, surgido na Escola de Serviço Social da Universidade de Minas Gerais, entre os anos de 1972 e 1975. Nesse contexto, um grupo de profissionais definiu novas bases para a renovação do trabalho do(a) assistente social, sob a coordenação da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte.

A proposta foi diferente das anteriores, pois incorporou experiências voltadas para a resistência à ditadura burguesa, sugeriu a redemocratização do país, se aliou aos movimentos populares, fez críticas ao tradicionalismo e apropriou-se de um arcabouço teórico-metodológico baseado no materialismo histórico-dialético.

Para Silva (1986):

Segundo Faleiros, dentre os autores que estudam a Reconceituação do Serviço Social, há aqueles que têm uma concepção linear, isto é, por etapas como: Ander-Egg, Kruse e Boris Alexis Lima, os quais concebem uma etapa de assistência relacionada com a caridade e, conseqüentemente, com o paternalismo; outra etapa relativa a Serviço como etapa de adaptação (fazer o bem, mas fazendo o bem) e a terceira etapa de trabalho social ou de transformação social, enquanto que, para outros autores como, por exemplo,

Diego Palma, a visão da reconceituação é histórico-estrutural, ou melhor, é vista dentro das condições históricas e objetivas (Silva, 1986, p. 31).

Netto (2005) aponta que a maior conquista desse movimento foi a recusa profissional do Serviço Social enquanto um “agente técnico” executivo (executor de políticas sociais), com a intenção de realizar trabalhos com planejamento e pesquisa.

Segundo Netto (2005), após a reativação do movimento operário-sindical e a militância dos novos atores sociais, nos anos 1970 aos de 1980, o cenário político e social permitiu novas possibilidades aos assistentes sociais, visando a ruptura com o tradicionalismo em seu fazer profissional, investido, para isso, em dois planos na organização da categoria profissional e na formação acadêmica. No que se refere à organização da categoria, a articulação foi realizada nacionalmente e, em pouco tempo, os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais tornaram-se um espaço de forte representação da categoria.

Uma das grandes representações desse processo foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979³¹ na cidade de São Paulo, conhecido como o “Congresso da Virada”. Esse evento possibilitou um novo direcionamento à profissão. De acordo com Guerra (2009), foi a partir desse congresso que ocorreram importantes mudanças no Serviço Social, tais como a ampliação e laicização da profissão, o estabelecimento de uma vinculação sociopolítica com a classe trabalhadora, a inserção acadêmica e científica da profissão, e o desenvolvimento das entidades organizativas da categoria, como os conselhos federal e regionais. Essas mudanças culminaram em uma transformação do perfil profissional.

A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), com base no currículo mínimo, datado 8 de novembro, de 1996, atribuiu diretrizes gerais para o curso de Serviço Social quanto à formação acadêmica, produto de um amplo debate realizado pelas unidades de ensino a partir de 1994, “[...] quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS, ocorrida em Londrina - PR, em outubro de 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFESS nº 412, de 04.08.1982 e Resolução nº 06 de 23/09/82)” (ABEPSS, 1996, p. 3).

Os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional, que informa a presente revisão curricular são os seguintes: 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência

³¹ CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **30 anos do congresso da virada**, 2009. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.

- é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho. 6 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 5-6).

Com base na compreensão de que seria preciso uma revisão curricular, “[...] a ABESS promoveu e coordenou com o Centro de documentação e pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), órgão acadêmico que articula a Pós-Graduação em Serviço Social” (ABEPSS, 1996, p. 3), sendo, portanto, um trabalho de mobilização das Unidades de Ensino de Serviço Social no país. Esse processo de mobilização contou com o apoio da Entidade Nacional representativa dos profissionais de Serviço Social, por meio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), assim como dos estudantes, através da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

A partir de 1998, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), fundada em 1946 como ABESS, desencadeou uma ação coletiva, de âmbito nacional, de revisão curricular, resultando na aprovação do currículo de 1982, considerado o “currículo de ruptura”. Outro aspecto muito importante foi a consolidação da pós-graduação (mestrado e doutorado). Nessa conjuntura, o currículo de 1982 rompeu com o ensino do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

O Serviço Social brasileiro, nas décadas de 1980 e 1990, experimentou o desenvolvimento e o reconhecimento de suas ações em uma perspectiva crítica, tanto teórica, quanto prática, que se efetivou a partir da reconceituação, estando comprometido com os interesses da população e das lutas da classe trabalhadora e com o Estado Democrático de Direito.

A análise da gênese do Serviço Social e de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho permite compreender que o exercício profissional se constitui historicamente como resposta às expressões da questão social, mediada pelas demandas institucionais do Estado e pelas políticas sociais. Essa inserção, ao mesmo tempo em que atribui ao Serviço Social uma função reguladora no interior da sociabilidade capitalista, também conforma um conjunto de

requisições profissionais que extrapolam a execução de procedimentos técnicos, exigindo a mediação entre normas institucionais, condições materiais e sujeitos concretos.

É nesse movimento que se evidencia a dimensão pedagógica do trabalho do(a) assistente social, entendida não como atividade acessória ou complementar, mas como mediação constitutiva do exercício profissional. Ao atuar junto aos sujeitos sociais, o(a) assistente social produz orientações, interpretações e processos educativos que incidem sobre a compreensão de direitos, deveres e políticas públicas, configurando uma dimensão do trabalho profissional que se articula diretamente à sua inserção histórica na divisão social do trabalho. Essa dimensão será aprofundada na subseção seguinte, ao se analisar a função pedagógica do Serviço Social e suas implicações para a prática profissional.

4.2 A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL

A função pedagógica do trabalho do(a) assistente social constitui uma dimensão intrínseca ao exercício profissional e decorre diretamente de sua inserção histórica na divisão social e técnica do trabalho. Ao atuar no interior das políticas sociais públicas, o Serviço Social desenvolve práticas que ultrapassam a execução de procedimentos técnico-administrativos, incidindo sobre processos de orientação, informação, mediação e construção de sentidos junto aos sujeitos sociais.

Essa dimensão pedagógica não se configura como ação voluntarista ou suplementar, mas como mediação constitutiva do trabalho profissional, realizada no contexto das contradições que atravessam a sociabilidade capitalista e as políticas sociais. Ao intervir sobre as expressões da questão social, o(a) assistente social produz processos educativos que contribuem para a compreensão de direitos, deveres e políticas públicas, ao mesmo tempo em que enfrenta limites institucionais, normativos e materiais que condicionam o alcance de sua atuação.

Compreender a função pedagógica do Serviço Social implica, portanto, situá-la no interior das determinações societárias e das requisições institucionais que conformam o trabalho profissional. Nessa perspectiva, a análise desenvolvida nessa subseção busca evidenciar como essa dimensão se materializa no cotidiano do exercício profissional, tensionando práticas conservadoras e afirmando possibilidades de intervenção orientadas pelo Projeto Ético-Político da profissão.

Para Konopka (1977, p. 13): “[...] A história do desenvolvimento do Serviço Social de Grupo moderno é parte da história das agências sociais que se desenvolveram numa sociedade em transformação”. Na perspectiva das ações propostas e estabelecidas por Mary Ellen

Richmond, reconhecida como a principal pioneira na formulação do princípio da prática de caso como uma das técnicas de intervenção profissional, assim como as práticas de grupo, estudadas por Konopka (1977), e de comunidade, formuladas por outros autores sob a influência de organismos internacionais, como a ONU, entende-se que essas práticas têm caráter eminentemente pedagógico, porque, ao realizarem trabalhos com pessoas e grupos, os profissionais praticam e são também influenciados pela correlação de forças existente no contexto em que estão inseridos.

Maria Lúcia Martinelli (2011) entende e analisa criticamente as abordagens metodológicas importadas dos Estados Unidos e utilizadas pelo Serviço Social na fase inicial da profissão, especialmente na perspectiva de “ajustamento social” e controle das classes trabalhadoras. Konopka (1977, p. 36) comenta que “[...] no decorrer da história, a expressão Serviço Social significou um tipo de serviço, uma determinada atribuição a desempenhar, um método de prática e uma profissão”.

Pela história registrada sobre o surgimento do Serviço Social, entende-se que, no início da profissão, as ações foram direcionadas para a caridade e a filantropia. As características do trabalho dos (as) assistentes sociais, desde o início, incluem o atendimento direto às pessoas em situações de vulnerabilidades.

Na atualidade, o trabalho também envolve a elaboração de estudos e pareceres sociais, a realização de visitas domiciliares e institucionais e a atuação como “promotor” de mudança social, assim como a elaboração e execução de planos, programas e projetos sociais, a orientação, os encaminhamentos para o acesso a serviços públicos e a defesa de direitos. “[...] Hoje em dia, serve a todas as pessoas, independentemente de sua posição social ou econômica, e trabalha com grande variedade de problemas individuais, de grupo e comunitários” (Konopka, 1977, p. 37).

As situações de carências financeiras geram necessidades que, muitas vezes, não se consegue suprir. Nesse caso, os discentes em universidades públicas necessitam cumprir com os compromissos financeiros provenientes dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. No curso da história, o Serviço Social passou por diversas modificações em suas atribuições e na sua inserção como construtor e operador das políticas sociais. O(a) profissional realiza trabalhos em áreas como saúde, educação, habitação e assistência social, atuando tanto em instituições públicas quanto em Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas.

Entre suas funções, destacam-se o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, a orientação sobre como acessar direitos e serviços sociais, a realização de diagnósticos das necessidades sociais e a elaboração de planos de intervenção. Também estão

incluídas ações socioeducativas com indivíduos e grupos, com o objetivo de promover a socialização e a conscientização sobre direitos de cidadania. Esse conjunto de atividades evidencia a necessidade de análise da realidade, que deve constituir o fundamento para o exercício profissional.

É assim que, referindo-se às funções terapêuticas, preventiva e socializante do Serviço Social de Caso, o Araxá afirma que elas se exercem por uma relação pessoal na qual o profissional, “mediante a relação estabelecida e sua competência, proporciona uma situação de aprendizagem onde o sujeito ou a pessoa normal [...] fazendo uso adequado de suas potencialidades e características, de uma forma satisfatória para si mesmo e benéfica para a sociedade, possa aprender como resolver seus problemas e atender suas necessidades” (Lima, 1984, p. 110, grifos no original).

Lima (1984, p.110) menciona que “[...] O processo de aprendizagem a que o homem se expõe na relação profissional é que o torna sujeito”. A autora percebe o homem como objeto, pois, para ela, este “objeto” mencionado se torna “sujeito” por um processo de aprendizagem em uma relação pedagógica que se cria na ciência. “[...] Os métodos pedagógicos ou a atividade científica é que vão garantir a promoção e a capacitação do homem para participar do desenvolvimento” (Lima, 1984, p.110). O que fica evidente nessa formulação é que o aprendizado e a conscientização do homem por inculcação vão influenciá-lo a ser capaz de avaliar, em determinado momento, alternativas possíveis que julgue corretas para o seu desenvolvimento cultural, social e humano.

Segundo Paulo Freire (1987):

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a revolução organizada, sistematizada, e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (Freire, 1987, p.47).

Freire (1987), em *Pedagogia do Oprimido*, desenvolveu a técnica do ensino/aprendizagem, baseada no diálogo, em que professor e alunos são sujeitos ativos na construção do conhecimento e da ação, conhecida como “pedagogia freiriana”. Essa abordagem tem como ponto de origem a realidade dos alunos para o desenvolvimento do pensamento crítico na perspectiva de transformação social que é a práxis, contrastando com a “educação bancária”, quando o professor deposita o seu conhecimento no aluno, sem que este tenha a possibilidade de construir o conhecimento conjuntamente,

Para Almeida e Alencar (2011, p. 166), apesar de existir uma relação dos profissionais do Serviço Social com a educação, a continuidade do trabalho dos (as) assistentes sociais nesta política não se apresenta da mesma forma, “[...] sendo determinada pelas necessidades de

qualificação da força de trabalho e pelos processos de ampliação do acesso à educação escolarizada vinculados às estratégias de enfrentamento da pobreza”.

A inserção dos assistentes sociais na educação não pode ser considerada como fenômeno recente, visto que se trata de um campo de atuação com o qual o Serviço Social se relaciona desde a sua profissionalização. Neste caso, o inquérito escolar se constitui em uma das mais antigas modalidades de intervenção do assistente social no campo educacional (Almeida; Alencar, 2011, p. 166).

As autoras ressaltam que o trabalho dos (as) assistentes sociais ocorre nas esferas federal, estadual e municipal, nas instituições filantrópicas e empresas privadas, de acordo com as diretrizes e prerrogativas de cada ente educacional ou empresarial. Almeida e Alencar (2011, p. 166) citam que “[...] A inserção dos assistentes sociais na educação depende, portanto, do nível ou da modalidade ao qual se vincula assim como da natureza jurídica do estabelecimento no qual se inscreve o seu trabalho”.

Para Almeida e Alencar (2011), a atuação dos(as) assistentes sociais na educação está atrelada, entre outras funções, à realização de análises socioeconômicas, à articulação com a rede socioassistencial, ao atendimento a diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo, à implantação e ao desenvolvimento de políticas, projetos, programas e serviços relacionados à assistência estudantil, à articulação com instituições e movimentos sociais, ao acompanhamento do cumprimento das condicionalidades da Pnaes, entre outras atividades. Para Durkaim (2011, p. 10), “[...] a educação é algo eminentemente social”.

Atualmente, a realidade da educação brasileira demonstra a existência de variadas práticas educativas operadas nas escolas e universidades, reflexo das diversas teorias publicadas ao longo das décadas relacionadas aos estudos pedagógicos. Ressalta-se que os(as) assistentes sociais vêm atuando na educação a partir de diferentes modalidades de inserção nas universidades públicas federais, desenvolvendo um trabalho predominantemente pedagógico, todavia, que não se confunde com o ensino em sala de aula.

Entre as teorias já registradas e publicadas, encontrou-se embasamento teórico para as análises em Pierre Bourdieu (2007), que demonstrou que o sistema de ensino atua como mecanismo de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Por outro lado, Paulo Freire (1987) constatou que a realidade da sociedade se apresenta em forma de opressão, elaborando uma teoria crítica e um método de educação voltado à libertação dos povos oprimidos. Diferentemente, de Paulo Freire (1987), Althusser (2008) diz que as escolas são aparelhos ideológicos por excelência, funcionando por meio da ideologia, mas dispondo de uma gama de métodos de exclusão para “educar seus rebeldes”.

Nesse sentido, buscou-se compreender de que forma o diálogo entre essas três teorias pode contribuir para as práticas educativas na assistência estudantil em uma universidade pública federal.

Para Freire (1987):

A pedagogia do oprimido, que busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do homem. Somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não “humanitarista”, pode alcançar este objetivo. Pelo contrário, a pedagogia que, partindo dos interesses egoístas dos opressores, egoísmo camuflado de falsa generosidade, faz dos oprimidos objetos de seu humanitarismo, mantém e encarna a própria opressão. É instrumento de desumanização (Freire, 1987, p. 22).

Pois, ao serem impostos aos discentes esses métodos de ensino, as escolas e as universidades atuam como mecanismos das classes dominantes, utilizando estratégias que perpetuam seu poder e, dessa forma, alcançam seus objetivos de ensinar e inculcar nos estudantes, teorias previamente determinadas pela elite dominante. Os fundamentos teóricos dos três autores convergem no sentido de que é necessário romper com as práticas educativas tradicionais, nas quais não há espaço para a criticidade e que reforçam a reprodução da sujeição à ideologia dominante em uma sociedade desigual.

Logo, é preciso também que sejam consideradas as formações culturais de cada povo, suas falas e línguas, já que, ao adentrarem em escolas e universidades, os discentes precisam entender a linguagem que está sendo transmitida, sem nem ao menos serem oferecidos a eles cursos de capacitação de linguagens e culturas.

A proposta pedagógica estabelecida trata da

[...] noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar”, ou seja, os benefícios que as crianças das diferentes classes e frações de classes podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classes. Este ponto de partida implica em uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto a visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeito das “aptidões” naturais, quanto as teorias do “capital humano” (Bourdieu, 2007, p. 73, grifos no original).

Para se romper com a cultura dominante, é necessário, pois, que sejam cortados os laços com essa cultura e sejam consideradas as diversificações de línguas e de culturas que vão influenciar e impactar nas formações de futuros profissionais. O professor e o profissional do Serviço Social que buscam não cometer a violência simbólica devem, constantemente, trocar de papel com seus alunos ou usuários dos serviços, desfazendo aos poucos a imagem autoritária que arbitrariamente tornou-se intrínseca às profissões.

Com muitas medidas a serem adotadas, a universidade poderá cumprir com a sua função social: de formar cidadãos preparados para transcenderem o determinismo social e cultural e romperem com o processo da violência simbólica, construindo uma sociedade cada vez mais livre e igualitária, formando cidadãos críticos, livres de opressões e aptos a exercerem seus trabalhos com a dignidade da pessoa humana.

Bourdieu (2007) analisa que a violência simbólica é cometida com uma cumplicidade que envolve parceria, confiança e apoio nas mais diversas decisões a serem tomadas entre quem pratica e quem sofre as ações, sem que os envolvidos tenham consciência do que estão praticando. Nesses casos, os grupos étnicos dos indígenas, quilombolas e de populações tradicionais são aqueles que precisam se adaptar às linguagens traduzidas nas universidades públicas, sofrendo, com isso, violência.

Nessas discussões, há de se compreender aquilo que Althusser (2008) diz, que é na escola que cada pessoa aprende a ler e escrever e, também, terá conhecimentos específicos por ser escolarizado no Ensino Básico, no ensino técnico ou universitário, cada um com seus respectivos aprendizados que servem às suas funções específicas.

A escola também ensina regras dos bons costumes, o tipo de comportamento que cada sujeito deve expressar, mas em que condições? Na sociedade capitalista atual, segundo Althusser (2008), o aparelho de Estado dominante é o Ideológico Escolar, pois é o local pelo qual a maioria das pessoas passa em algum momento da vida, embora existam outros aparelhos, como igrejas, partidos políticos, sindicatos, entre outros.

Dentro dessa perspectiva, Althusser (2008) afirma que toda prática ocorre por meio de uma ideologia, e que a ideologia só existe através dos sujeitos, tendo como função moldar indivíduos concretos. Desvelar os mecanismos pedagógicos pelos quais a escola contribui para a reprodução das estruturas de classe, permite, assim, compreender que a estrutura do espaço social é produto dos princípios do capital cultural, análise central na teoria de Pierre Bourdieu sobre hierarquias sociais.

A atuação e a dimensão pedagógica do Serviço Social estão vinculadas à intervenção dos(as) assistentes sociais na forma de agir e compreender a sociedade, a comunidade acadêmica e os elementos políticos e culturais na luta pela igualdade social, em razão de estarem inseridos nos processos diferenciados de organização e reorganização da cultura social.

Entende-se que a educação é o caminho principal para a transformação cultural, social e econômica. Segundo Gramsci (1999), ela é o principal meio para que sujeitos acríticos se tornem críticos e conscientes. O trabalho dos (as) assistentes sociais na UFPA deve estar

direcionado a uma prática emancipatória, que contribua para o acesso dos discentes à informação e promova maior participação social na reivindicação de seus direitos.

Gramsci (1999), em os *Cadernos do Cárcere*, escreveu sobre a representatividade da educação na sociedade, desenvolveu uma proposta educacional que visa superar a divisão social entre o trabalho manual e o intelectual, defendendo a “escola do trabalho” ou “escola unitária”, que seria uma educação pública e politécnica que garantiria a formação humanista e científica a todos os indivíduos, um destaque para a sua abordagem nessa obra é sobre a educação profissional.

Ele propôs uma escola que preparasse técnicos que não fossem apenas executores mecânicos, mas que dominassem o seu fazer profissional ao adquirir o saber sobre a técnica que seria utilizada na atuação, também entendeu o trabalho como elemento constitutivo do ensino, como princípio educativo e que o homem teria condições de superar a alienação a partir do equilíbrio entre o trabalho manual e o intelectual, enquanto Gramsci (1999) entendia que esta superação aconteceria através da cultura e formulou a proposta da escola única, Althusser (2008) entende que a educação assume a função de Aparelho Ideológico de Estado ao reproduzir a ideologia dominante e manter o controle exercido pela classe burguesia.

Entretanto, em um contexto educacional marcado pela correlação de forças, as relações pedagógicas estão intimamente vinculadas à luta pela hegemonia, à busca por um direcionamento intelectual que conferirá maior visibilidade às ações de quem está no poder, utilizando processos coercitivos e persuasivos nos quais a ideologia se apresenta como elemento central.

[...] uma massa humana não se ‘distingue’ e não se tornaria independente ‘por si’, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga completamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica (Gramsci, 1999, p. 104).

Gramsci (1999) criou o conceito de intelectual orgânico, que é aquele que dá consciência a um grupo ao qual se encontra vinculado, devendo, para isso, ter certa capacidade dirigente e técnica, e senso de organização e direção, para designar aqueles que atuam para criar, junto à sociedade, a consciência correspondente aos interesses das classes que representam. O orgânico é o intelectual que faz parte de um organismo em atividade laboral, estando, portanto, simultaneamente conectado ao mundo do trabalho e às organizações políticas e culturais, desenvolvidas por seu grupo social.

O(a) assistente social, em sua atuação profissional, pode ser considerado(a) um intelectual orgânico da classe trabalhadora e, também, dos discentes em suas reivindicações

pela efetivação dos direitos propostos pela gestão, porque pode contribuir para a organização das lutas e da conscientização de classe e para efetivação dos direitos estabelecidos em leis.

Conforme Iamamoto e Carvalho (2004), a função educativa dos (as) assistentes sociais é composta por um amplo processo de elaboração de uma ideologia própria, com elementos constitutivos de uma nova cultura, que envolve um compromisso político consciente com o projeto societário das classes subalternas e com as competências teórico - metodológicas e políticas na luta pela emancipação das referidas classes sociais.

Para Gramsci (1999), o “homem-massa” pode se transformar em “homem consciente”, capaz de compreender o significado de seus atos e de transformar a si mesmo e aos demais membros de seu grupo social em agentes de transformação. A diferença entre essas duas dimensões do homem decorre da forma como vivenciam as relações pedagógicas — ou seja, o conjunto de relações por meio das quais o indivíduo apreende valores, costumes, elementos culturais e demais componentes da concepção de mundo em determinada sociedade.

Um questionamento fundamental, apresentado por Gramsci (1999), não se refere apenas ao que o homem é, mas ao que ele pode se tornar. Segundo o autor, mesmo que alguém assuma uma consciência acrítica e se transforme em homem-massa, esse indivíduo, ao entrar em contato com pessoas que ocupam posições de transformação da realidade, pode evoluir da condição de submisso para a de consciente e participante. O “homem-massa” pode, assim, tornar-se um “homem-coletivo”, o que se relaciona diretamente ao desenvolvimento de uma consciência crítica.

As análises realizadas por Gramsci (1999), nos *Cadernos do Cárcere*, reforçam a ideia de que o trabalho realizado pelos assistentes sociais na educação impacta, de forma contundente, a vida acadêmica de discentes da Graduação e da Pós-Graduação, na forma de entender as políticas sociais públicas constituídas para viabilizar direitos sociais na assistência estudantil.

Sob este viés, os (as) assistentes sociais, ao atuarem sobre a “questão social” existente nas universidades públicas, por meio dos serviços sociais previstos, a partir dos quais trabalham nas áreas da educação, das condições habitacionais, de alimentação, dentre outras, se inserem no processo de reprodução da força de trabalho e nas condições materiais.

Assim, entende-se que o trabalho do(a) Assistente Social:

Tem também um efeito que não é material, mas é socialmente objetivo. Tem objetividade que não é material, mas é social[...] Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos (Iamamoto, 2005, p. 67).

Nessa lógica, o atendimento realizado ao discente estende-se à sua família e, por meio dos atendimentos, o(a) assistente social interfere na vida particular dos usuários dos seus serviços, num processo de reprodução das relações sociais, pois a dimensão material e objetiva da ação profissional é indissociável da dimensão subjetiva.

A função educativa dos(as) assistente sociais materializa-se em todos os espaços ocupacionais nos quais eles estejam inseridos. O perfil pedagógico dessas ações advém da intervenção direta desse profissional na maneira de agir e de pensar. A consciência política e o projeto ético-político-profissional dos assistentes sociais são os elementos que determinam a diferença entre o direcionamento de uma prática que contribui para a manutenção da ordem vigente e aquela que coopera para a emancipação dos sujeitos.

Os profissionais do Serviço Social contribuem para a emancipação dos sujeitos à medida que socializam informações que subsidiam a formulação e a gestão de políticas públicas, bem como a viabilização do acesso a direitos sociais. Ao direcionarem o uso de recursos legais em prol dos interesses dos discentes, ampliam o acesso à informação e possibilitam que os estudantes possam lutar e interferir nos rumos de suas vidas acadêmicas.

A ação educativa e a atuação do Serviço Social, quando pensadas sob uma perspectiva que desmistifique a ideologia dominante e resgate o potencial existente no cotidiano da classe discente, tornam-se caminhos possíveis na busca pela superação, transformação e afirmação dos direitos sociais estudantis.

Para a execução dessa proposta,

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (Iamamoto, 2005, p. 49).

Para Yamamoto (2005), os profissionais do Serviço Social, na atualidade, devem ter senso crítico e um grande arcabouço teórico e metodológico, direcionado para a realização de um trabalho criativo e analítico para conformar os rumos de uma história em curso. Nota-se que tanto a educação, quanto a assistência estudantil envolvem-se com a materialização e constituição de uma ordem social e histórica de conquistas sociais. Para a autora, é necessário

pensar em estratégias, técnicas e táticas para o trabalho profissional em função das particularidades das ações do(a) assistente social.

Logo, é preciso que haja um envolvimento entre a dimensão teórico-metodológica e a realidade, assim como um comprometimento político vinculado a uma base técnico-operativa para que seja possível trabalhar o Serviço Social proposto no Código de Ética e nas leis de regulamentação da profissão, trilhando novos e progressivos caminhos profissionais.

A dimensão teórico-metodológica constitui um recurso essencial que contribui para direcionar a leitura da realidade e definir os meios de atuação nela, pois permite descortinar possibilidades e alternativas para o trabalho profissional, considerando a forma como os sujeitos vivenciam os problemas enfrentados.

O Assistente Social, enquanto intelectual orgânico, deve orientar, direcionar e fomentar a consciência crítica dos usuários, possibilitando a reflexão, o questionamento e a construção de alternativas para o enfrentamento das desigualdades, evitando, assim, a aceitação passiva das ideologias e determinações impostas pela classe dominante.

O Código de Ética do Serviço Social apresenta 11 princípios fundamentais que orientam os procedimentos e as ações profissionais. O documento é um instrumento normativo que estabelece diretrizes, normas e valores para nortear o comportamento ético dos assistentes sociais. As atribuições privativas da profissão estão elencadas no Art. 5 da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe, entre outras coisas, que “[...] Constituem atribuições privativas do assistente social: item I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social”. Essas atribuições foram consideradas como “privativas” por se tratar da matéria do Serviço Social.

Entre os princípios, é possível mencionar algumas afirmações, elencadas no referido código a respeito do trabalho dos(as) assistentes sociais, entre elas: ampliação e consolidação da cidadania; defesa do aprofundamento da democracia; posicionamento em favor da equidade e justiça social; opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. Esses princípios têm como objetivo garantir os direitos civis, sociais e políticos a todos os cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no país. São, também, instrumentos de promoção da participação política e de ampliação do acesso à gestão democrática de bens e serviços sociais.

Como afirma Iamamoto (2005), é necessário internalizar o conteúdo do Código de Ética e expressá-lo por meio das ações cotidianas do exercício profissional. Nesse sentido, a socialização de informações e a atuação do assistente social, enquanto intelectual orgânico da

classe trabalhadora, devem contribuir, por meio dos serviços prestados, para a construção de uma ordem societária livre de dominação e exploração em qualquer de suas formas.

O trabalho dos(as) assistentes sociais tem uma função pedagógica, à medida que envolve ações voltadas para a orientação, a aprendizagem e a reflexão, promovendo mudanças de entendimento sobre direitos, responsabilidades e estratégias de transformação da realidade. Essa função manifesta-se também na mobilização e conscientização de indivíduos e grupos, visando possibilitar o acesso e a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade nas universidades públicas, e se expressa no trabalho de mediação de conflitos, que busca promover o diálogo e a construção conjunta de soluções.

O (a) assistente social também organiza e mobiliza comunidades para a participação na formulação e implementação de políticas públicas, orientando e fortalecendo a autonomia dos discentes e a capacidade de reivindicação de direitos. Ademais, elabora e executa programas socioeducativos e projetos de intervenção social, sempre sob a perspectiva da inclusão e da justiça social.

A compreensão da função pedagógica do trabalho do(a) assistente social evidencia que essa dimensão se materializa de forma concreta nos espaços institucionais onde o exercício profissional se realiza. As práticas educativas, de orientação e de mediação desenvolvidas pelo Serviço Social não se dão em abstrato, mas são condicionadas pelas particularidades dos espaços sócio-ocupacionais, pelas normativas institucionais e pelas políticas públicas que conformam o cotidiano do trabalho profissional.

Nesse sentido, a universidade pública assume centralidade enquanto espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, especialmente no contexto da Educação Superior e da assistência estudantil. É nesse âmbito que a função pedagógica do trabalho do(a) assistente social se articula às demandas institucionais, às expressões da questão social que incidem sobre o corpo discente e às possibilidades de construção de práticas profissionais orientadas pela defesa de direitos. A análise desse espaço permite compreender como as determinações institucionais e as mediações próprias da universidade pública incidem sobre o trabalho profissional, aspecto que será aprofundado na subseção seguinte.

4.3 UNIVERSIDADE PÚBLICA COMO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

A universidade pública configura-se como um espaço sócio-ocupacional estratégico para o Serviço Social, onde se materializam, de forma particular, as mediações que conformam o trabalho profissional no âmbito das políticas sociais públicas. Enquanto instituição social

inserida nas contradições da sociabilidade capitalista, a universidade expressa, simultaneamente, projetos de democratização do acesso ao conhecimento e limites estruturais relacionados ao financiamento, à gestão e às diretrizes das políticas educacionais.

Nesse contexto, o trabalho do(a) assistente social na Educação Superior se desenvolve no interior de requisições institucionais que articulam a política educacional, a assistência estudantil e as expressões da questão social que incidem sobre o corpo discente. A universidade pública, portanto, não se apresenta apenas como local de exercício profissional, mas como espaço contraditório no qual se tensionam demandas por ampliação de direitos, práticas de controle institucional e possibilidades de intervenção orientadas pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Ao situar a universidade pública como espaço sócio-ocupacional, essa subseção busca evidenciar as particularidades do trabalho do(a) assistente social na Educação Superior, considerando as condições institucionais, normativas e políticas que atravessam a atuação profissional. Tal análise permite compreender como a função pedagógica do trabalho profissional se materializa nesse espaço, bem como os limites e as possibilidades de uma prática comprometida com a defesa de direitos e com a permanência dos estudantes na universidade pública.

O ideário capitalista precisa ser reproduzido e transmitido às novas gerações, mas é nesse mesmo processo de reprodução da dominação burguesa que as contradições sociais se evidenciam. Entre os eventos que marcaram a evolução do capitalismo, destacam-se as duas Revoluções Industriais ocorridas entre os séculos XVIII e XIX, período em que o capitalismo se consolidou, provocando profundas alterações nas relações sociais e no mundo do trabalho.

A burguesia apropriou-se dos meios de produção e da força de trabalho da classe operária, fazendo com que os trabalhadores passassem a vender sua força de trabalho. A divisão de classes tornou-se mais evidente, e a relação entre educação e trabalho também se modificou. Conforme destacam Althusser (2008) e Bourdieu (2007), a educação contribui para a aceitação e a permanência da supremacia do sistema capitalista, reproduzindo, assim, as estruturas de dominação.

A universidade pública, nesse contexto, transforma-se em um espaço de disputa entre as classes sociais. Ao mesmo tempo em que pode funcionar como instrumento de difusão dos objetivos burgueses, apresenta-se, contraditoriamente, como um espaço de emancipação política dos sujeitos, uma vez que possui a função transformadora de formar indivíduos críticos e agentes políticos capazes de intervir na realidade social. Dessa forma, a concepção de

educação assume uma função social marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias.

Para refletir sobre essa questão, é necessário contextualizar a Educação Superior no Brasil. A universidade brasileira surgiu no início do século XX, em decorrência da busca da elite nacional por uma formação superior de qualidade, visto que, até então, muitos brasileiros cursavam o Ensino Superior em universidades europeias. Pesquisas indicam que a primeira universidade brasileira foi instituída no Rio de Janeiro – a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) – e, posteriormente, em Minas Gerais, na década de 1920.

Para Stallivieri,

As universidades brasileiras possuem enormes diferenças históricas se comparadas às instituições de outros países latino-americanos. Elas são bem mais jovens do que as instituições do Ensino Superior de outros países da América Latina. Resultam da demanda do mercado que sinaliza para a necessidade de formação de profissionais com qualificação fundamentalmente em áreas das engenharias, medicina e direito. Inicialmente estavam localizadas em grandes metrópoles economicamente mais importantes para o Brasil na época (Stallivieri, s.d, p. 3).

Esses acontecimentos dizem respeito também ao surgimento das universidades públicas no Brasil. Apesar da uma gestão de tendência centralizadora da era Vargas no Ensino Superior, ocorreram iniciativas que expressaram ações contraditórias ao autoritarismo evidenciado no início de seu governo. Fávero (2006, p. 24) diz que, posteriormente, foram criadas outras universidades, como a USP, em São Paulo, em 1934, e a UnB, em Brasília, em 1962.

Refletindo sobre essas questões, com a progressiva abertura das universidades no Brasil, é importante delinear como as instituições eram extremamente elitistas, direcionadas para a orientação profissional, e não para a pesquisa. De acordo com Martins (2012), foi nesse período que ocorreu a expansão do sistema público federal de Educação Superior, principalmente, por um processo de federalização das universidades estaduais e privadas. Entretanto, as vagas ofertadas não supriam as demandas, logo, a crise universitária acentuou-se consideravelmente.

A década de 1960 foi um período marcante para o Ensino Superior e para as universidades brasileiras, pois deu início a uma nova fase a partir da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que instituiu uma das principais reformas universitárias do país, ocorrida em pleno período da ditadura militar. O Artigo 2º da referida lei estabelecia que “[...] o Ensino Superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado”.

As insatisfações da época manifestavam-se por meio dos movimentos sociais, especialmente o movimento estudantil, que reunia intelectuais, docentes e estudantes

inconformados com o contexto político autoritário. Esses grupos sofriam perseguições, repressões e violências impostas pelo regime militar. Nesse cenário, entre as medidas propostas pela reforma estavam a modernização administrativa, a reestruturação do corpo docente e a indissociabilidade entre ensino e pesquisa.

A referida reforma produziu efeitos paradoxais. Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais e de determinadas instituições estaduais e confessionais, criando condições favoráveis para que algumas passassem a articular as atividades de ensino e pesquisa. Além disso, institucionalizou-se a carreira acadêmica, e a legislação passou a associar o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica, o que representou um avanço no campo da profissionalização docente.

Por outro lado, a Reforma Universitária de 1968 também abriu caminhos para a expansão do ensino privado, que passou a reproduzir um novo padrão institucional brasileiro, voltado predominantemente para a transmissão de conhecimentos de caráter técnico e profissionalizante, em detrimento de uma formação crítica e emancipadora.

O processo de federalização das instituições de Ensino Superior e as constantes críticas a política universitária, bem como o desenvolvimento do movimento estudantil ocasionou a reforma de 1968 com base nas Leis de 5.540 e 55.398, que possibilitaram mudanças baseadas na repressão política e ideológica do corpo discente e do corpo docente. Essa reforma aliada com os atos institucionais baixados pelo governo militar e a constituição de 1967 abriram espaço para uma grande transformação do Ensino Superior, modificando a sua estrutura administrativa e política (Antunes; Silva; Bandeira, s.d, p. 3).

É importante destacar que a participação de docentes e do movimento estudantil estavam relacionadas a interesses específicos, referentes ao ensino e aprendizagem, assim como ao reconhecimento dos direitos dos(as) trabalhadores(as) e dos estudantes. O movimento estudantil tinha como principal crítica o caráter elitista das instituições e requeria a participação dos estudantes nos órgãos colegiados. A Reforma de 1968 repercutiu e impactou significativamente o Ensino Superior no Brasil, pois impulsionou debates sobre a função da universidade na sociedade capitalista, criou uma política nacional de pós-graduação e conduziu a implementação do programa de iniciação científica, conquistas essenciais para o crescimento das universidades.

Meszáros (2011) discute a dualidade presente neste processo. Os sistemas educacional e social caminham juntos e se convergem no sentido de uma transformação de forma construtiva

e coletiva. No Brasil, a Constituição Federal de 1988³², nos Art. 205 e 206, define a educação como um direito humano para o seu pleno desenvolvimento voltado à qualificação para o trabalho e para o exercício da cidadania, e estabelece os princípios que direcionam o ensino. Por sua relação com o mundo do trabalho, ela permanece atendendo aos interesses do mercado e institui uma possibilidade de conquista plena da cidadania.

Portanto, é no interior desse conjunto de reflexões coletivas sobre a importância da educação para o sistema vigente que o Serviço Social, cuja prática se fundamenta em um projeto ético-político voltado aos interesses da classe trabalhadora, deve participar concretamente da luta pelo direito à educação, buscando compreender os processos de consolidação e ampliação dos direitos sociais na sociedade contemporânea. O(a) assistente social, nesse contexto, deve ser um profissional capacitado teórica e politicamente para enfrentar os desafios presentes nos espaços sócio-ocupacionais.

Diante do exposto, compreende-se que a tarefa principal do(a) assistente social é analisar a lógica da sociedade capitalista e as tensões existentes nos espaços de atuação das políticas sociais, como o ambiente da universidade pública. Sob essa perspectiva, o(a) profissional deve contribuir para a luta pela superação da ordem burguesa e pela construção de uma nova sociabilidade, além de defender uma educação pública, gratuita e universal.

Assim como a educação, o Serviço Social, desde sua criação até os dias atuais, vem passando por diversos momentos de evolução e afirmação como uma profissão regulamentada e essencial à execução das políticas e dos trabalhos sociais.

Nesse espaço de conquistas sociais, as diretrizes que norteiam o projeto ético-político da profissão possibilitaram avanços significativos, como a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993 e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 1996³³, entre outras regulamentações importantes.

É fundamental compreender que o projeto profissional do Serviço Social não surgiu de forma isolada, e sim como resultado de um amplo movimento social organizado pela categoria, que reivindicava a democratização, o fim da ditadura militar na década de 1980 e questionava as estruturas autoritárias presentes em diversos segmentos da sociedade civil.

³²BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 fev. 2026.

³³BRASIL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em 8 nov. 1996). Rio de Janeiro: ABEPSS; CRESS/RS, nov. 1996. Disponível em: https://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf. Acesso em: 05 nov. 2025.

Segundo Iamamoto (2012, p. 50-51), “[...] Os assistentes sociais não ficaram a reboque desses acontecimentos, ao contrário, tornaram-se um dos seus co-autores, co-participantes desse processo de lutas democráticas na sociedade brasileira. Encontra-se aí a base social da reorientação da profissão nos anos 1980”.

Logo, a luta pela elaboração e efetivação do projeto ético-político atual do Serviço Social vem se concretizando desde o período da Reconceitualização Profissional até os dias atuais, em um movimento social progressivo. Compreende-se que sua dimensão ética e política está articulada a um modelo de educação defendido pela categoria profissional, que confere sentido e significado ao exercício do (a) assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, reafirmando seu compromisso com a transformação social e com a defesa dos direitos humanos e da justiça social. Logo,

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção (CFESS, 2012, p. 16).

A educação, hoje, para o CFESS (2012) se reveste sob formas para a “reprodução do sistema metabólico do capital”, ampliando as possibilidades de acesso e permanência de discentes nos diferentes níveis educacionais, entre eles: a educação profissional e tecnológica, a educação de jovens e adultos e a Educação Superior. Para mantê-los nas escolas, as universidades públicas realizam ações a partir do desenvolvimento de programas assistenciais, o que incentiva a realização de concursos públicos e a contratação para a atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Estudantil na área da educação.

Ações que soam para muitos como “mudanças históricas” na educação brasileira e que incidem sobre a ampliação das possibilidades de contratação de assistentes sociais para a operacionalização técnica de programas assistenciais e difusão ideológica dos paradigmas que sustentam a ideia de educação “inclusiva” e “cidadã” (CFESS, 2012, p. 21).

O Serviço Social, na Política de Educação, criou um espaço sócio-ocupacional para o seu exercício profissional com trabalhos realizados com os trabalhadores nos espaços dos Recursos Humanos, na Saúde do Trabalhador e nos institutos, se alargando mais ainda por meio da assistência estudantil, pois neste ambiente existem as expressões da “questão social” que estão inseridas e circunscrevem esta política e, por essas e outras razões, revelam-se como um espaço fértil ao exercício profissional do Serviço Social. Silva (2014, p. 10) destaca que: “[...] as relações estabelecidas ao longo da história entre Serviço Social e os espaços da política de

educação no Brasil foram caracterizadas por aproximações, estranhamentos, rupturas e reaproximações”.

A trajetória da política educacional no Brasil evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada largos contingentes da classe trabalhadora (CFESS, 2012, p. 19).

Como pressuposto trabalhista, entender o exercício profissional do(a) assistente social no espaço educacional é refletir sobre a atuação nos problemas e demandas sociais e perceber as configurações atuais do exercício profissional a partir do projeto ético político que coloca em evidência o trabalhador.

Para Almeida (2007):

A inserção dos assistentes sociais na área de educação não se constitui em um fenômeno recente, sua origem remonta aos anos iniciais da profissão em sua atuação marcadamente voltada para o exercício de um controle social sobre a família proletária e em relação aos processos de socialização e educação na classe trabalhadora durante o ciclo de expansão capitalista experimentado no período varguista (Almeida, 2007, p. 13).

A articulação entre a educação e o serviço social teve início no Brasil na década de 1930, com a instalação da primeira escola de Serviço Social, em 1934, assim como a origem do processo sócio-histórico da profissão.

Embora muitos tendam a afirmar que se trata de um debate ou de um campo novo, a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise (CFESS, 2012, p.16-17).

A respeito da institucionalização do Serviço Social escolar no Brasil, Amaro (2011), enfatiza que o registro dessa inserção no âmbito educacional ocorreu no estado do Rio Grande do Sul, com o evento da implantação como trabalho de assistência ao educando na antiga Secretaria de Educação e Cultura, em 25 de março de 1946.

Amaro (2011, p. 19) refere que as atividades dos (as) Assistentes Sociais estavam direcionadas à “[...] identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a ‘adaptação’ dos escolares ao seu meio e o ‘equilíbrio’ social da comunidade escolar”. Os(as) Assistentes Sociais realizavam seus trabalhos intervindo nos contextos escolares entendidos como desvios de conduta ou anormalidades sociais.

Para Silva (2014, p. 10), “[...] a prestação de serviços assistenciais ao educando consolidou a inserção profissional como legitimamente necessária”. As ações de origem conservadora predominavam em todas as ações do exercício dos (as) assistentes sociais. Segundo Amaro (2011, p. 19), a intervenção desses profissionais na educação seguia “[...] a lógica desenvolvimentista voltada para a preparação social dos indivíduos, a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital”.

E os (as) assistentes sociais realizavam trabalhos direcionados para

Examinar a situação social e econômica dos alunos e de suas famílias; identificar casos de desajuste social e orientar pais e professores sobre o tratamento adequado; orientar a organização e o funcionamento de entidades que congregassem professores e pais de alunos; orientar as famílias no encaminhamento dos alunos a instituições previdenciárias; realizar triagem de alunos que necessitassem de auxílio para material escolar, transporte, tratamento médico e dentário; preparar relatórios e prestar informações sobre suas atividades; manter articulação com os grupos da escola e outras entidades comunitárias; esclarecer e orientar a família e a comunidade para que assumissem uma parcela de responsabilidade no processo educativo (Amaro, 2011, p. 20).

Com a introdução do trabalho dos(as) assistentes sociais a partir do processo de Reconceituação, na década de 1980, consolidou-se no cenário nacional um exercício profissional crítico, voltado à análise e intervenção nas expressões da questão social, entre as quais se destacam a violência familiar, a repetência e a evasão escolar. As ações passaram a ser direcionadas aos usuários discentes e demais cidadãos, com o objetivo de fortalecer o protagonismo social e promover a participação ativa desses sujeitos na transformação de sua realidade.

Amaro (2011) destaca algumas das novas demandas para o Serviço Social:

Planejamento e execução de estudos e ações dirigidas à qualificação das condições político-pedagógicas do sistema educacional e seu impacto no desenvolvimento pedagógico do aluno; planejamento e execução de programas e ações dirigidos à revitalização e democratização das relações sociais na escola entre professores, alunos e funcionários e seus próprios pares; planejamento e execução de estudos e ações programáticas que contribuam à promoção escolar e à redução dos índices de abandono/afastamento da escola; organização de estratégias programáticas articuladas, interdisciplinares e intersetoriais, [...] (Amaro, 2011, p. 23).

Com o processo de democratização em curso a partir de 1985 e com as garantias sociais preceituadas na Constituição Federal de 1988, impulsionadas por pressões e debates populares, a política de educação passou por um processo de reconfiguração.

Conforme dispõe a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”, sendo orientada por princípios do ensino que asseguram direitos fundamentais à população. Entre eles, destacam-se:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (Brasil, 1988).

As mudanças contidas na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)³⁴ propiciaram uma nova conjuntura favorável para o surgimento de novos espaços de atuação para os assistentes sociais na educação, mesmo com o avanço do setor privado na educação e com o neoliberalismo em pleno funcionamento, que propõe a redução de atuação do Estado nas políticas sociais, ocasionando a crise da educação na década de 1990. É importante refletir que os(as) assistentes sociais estão sendo requisitado para atuar na Política de Educação, mais especificamente por meio da assistência estudantil, que vem se firmando e ganhando reconhecimento de sua importância para a viabilização dos direitos estudantis.

Essa abertura e alargamento de postos de trabalho para o Serviço Social têm como uma das molas propulsoras a realização das análises socioeconômicas para a inserção de discentes nos cadastros para os acessos aos programas, auxílios e serviços na UFPA. As análises são realizadas por assistentes sociais, assim como outras ações que venham garantir o acesso e a permanência de discentes em programas, auxílios e serviços ofertados na universidade, em um espaço permeado de contradições, no tocante às formas de garantir essa permanência, pois é uma arena em disputas, na qual se apresentam muitos discentes em situações de vulnerabilidades que necessitam de aporte financeiro para continuarem em seus cursos. Muitas dessas carências são decorrentes da precarização e insuficiência dos postos de trabalhos, evidenciadas em nosso país, uma vez que não há emprego para todos.

Destaca-se alguns eventos importantes que incidiram para a abertura deste campo de trabalho para os assistentes sociais:

Os discursos e as práticas de valorização de uma educação inclusiva e as consequentes demandas de articulação com as instituições e serviços assistenciais; A ampliação e a interiorização da rede de Institutos de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e as demandas por programas e ações de assistência estudantil; A expansão do setor privado de educação e a demanda por ações de assistência estudantil e de trabalho comunitário como forma de

³⁴ BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, Presidência da República [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 nov. 2025.

justificar a isenção de impostos; A aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação das formas de acesso à Educação Superior pública; A afirmação do direito à educação de largos contingentes populacionais que se encontravam fora da escola e o acionamento de diferentes instituições do Poder Judiciário e do Executivo para assegurar e acompanhar as condições de acesso a esse direito; A organização de programas de qualificação e de conclusão da educação escolarizada de jovens com forte caráter compensatório; O aumento das ações e programas sociais dirigidos às famílias e das demandas de sua operacionalização no âmbito das organizações não governamentais que atuam no campo educacional; A disseminação de programas e projetos sociais que articulam educação, esporte e cultura como forma de “exercício da cidadania” e ampliam as ações de cunho educativo em articulação como o tempo e espaço escolar (CFESS, 2011, p. 25-26).

A inserção dos(as) Assistentes Sociais nesse espaço sócio-ocupacional aponta o reconhecimento do significado social e institucional dessa categoria, junto aos sujeitos sociais, representando um elemento decisivo para a efetivação deste trabalho na esfera dos processos sociais direcionados para a ampliação das conquistas dos direitos educacionais.

As condições de ampliação do espaço ocupacional dos assistentes sociais estão diretamente relacionadas às tendências contemporâneas que marcam a relação entre o público e o privado na educação, revelando a dinâmica contraditória deste processo de expansão, assim como das possibilidades de alargamento das interfaces desta área com as demais políticas públicas (CFESS, 2011, p.26).

De acordo com Almeida (2005), em síntese, as discussões em torno da inserção dos profissionais do serviço social na política de educação acontecem enquanto uma pretensão do compromisso ético-político-profissional na construção da cidadania e na defesa e ampliação dos direitos sociais.

Assim, a educação e o Serviço Social, em uma compreensão dimensional integral, vêm se configurando, ao longo das últimas décadas, como áreas fundamentais para o atendimento das necessidades mais elementares relacionadas ao ensino, à aprendizagem e à permanência dos alunos nas escolas, nos institutos federais e nas universidades públicas.

No que se refere à educação enquanto processo socioinstitucional e relacional, em todos os níveis, o projeto de inserção dos assistentes sociais nas escolas ganhou força no ano de 2000, quando foi apresentado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3.688, de autoria do deputado José Carlos Elias (PTB/ES). Esse projeto culminou na Lei nº 13.935/2019³⁵, que

³⁵BRASIL.**Proposição nº 1.115.163**. Disponível

em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1115163&filenam. Acesso em: 5 nov. 2025.

dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de Educação Básica.

A referida lei foi sancionada após anos de mobilização de entidades representativas, como os Conselhos Federais de Psicologia e de Serviço Social, com o propósito de garantir o trabalho de equipes multiprofissionais nas escolas, fortalecendo o atendimento integral aos estudantes e a articulação entre políticas educacionais e sociais.

Após ter sido, inicialmente, rejeitada, posteriormente, foi alterada e finalmente foi transformada na Lei Ordinária nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019. O *caput* da lei “Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica”, todavia, para o aprofundamento das relações entre Serviço Social e Educação, em 2001, o Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na educação, através do CFESS, construiu o subsídio denominado “Serviço Social na Educação” (CFESS, 2001).

Ressalta-se que o CFESS sempre esteve à frente nas lutas pela inserção do Serviço Social nas escolas. Em seu Art. 1, dispõe que: “[...] As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de Serviço Social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais”.

Também foram estabelecidas algumas orientações no § 1º, do referido artigo: “[...] As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais”.

E estabeleceu o prazo para a implementação dos serviços em todas as escolas por meio do Art. 2: “[...] Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições”. Porém, hoje, após cinco anos, muitos estados e municípios, ainda, não iniciaram esses serviços em suas escolas.

Em 16 de janeiro de 2024, o governo sancionou, através da Lei nº 14.819, as regras para a realização do trabalho psicossocial nas escolas. Segundo o Art. 1, “[...] Esta Lei institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares” e, em seu § 1º, do Art., dispõe que: “[...] A política de que trata o *caput* deste artigo constitui estratégia para a integração e a articulação permanente das áreas de educação, de assistência social e de saúde no desenvolvimento de ações de promoção, de prevenção e de atenção psicossocial no âmbito das escolas”.

O conteúdo existente nessa lei não estabeleceu a realização do trabalho do(a) assistente social, do(a) psicólogo(a) e dos profissionais da saúde (médicos, enfermeiros e técnicos de

enfermagem), se referindo apenas às articulações que devem ser realizadas pelas políticas de educação, assistência social e saúde. Descritas e estabelecidas algumas situações a serem trabalhadas pelos (as) Assistentes Sociais em âmbito escolar, o CFESS aponta que

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos [...](CFESS, 2001, p. 10).

Essas constituem-se questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, por diferentes profissionais (Educadores, Assistente Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família, ou pelos dirigentes governamentais, possibilitando conseqüentemente uma atuação mais efetiva.

Uma tendência da compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos socioinstitucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial (Almeida, 2005, p.6).

As exigências para os(as) assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais na política de educação estão, basicamente, voltadas para a viabilização do acesso e da permanência dos discentes em universidades públicas a fim de fortalecer as lutas das classes subalternas com o projeto ético-político profissional concatenado com as legislações pertinentes, nesse caso, políticas educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996), o Plano Nacional de Educação (2001)³⁶ e a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES-2024). Desse modo, os(as) assistentes sociais devem analisar a política educacional e a de assistência estudantil no âmbito da Educação Superior.

O CFESS construiu e editou orientações com o objetivo de “[...] oferecer subsídios para o debate, a partir de um aprofundamento teórico-metodológico, um compromisso ético-político e uma qualificação técnico-operativa, bem como reafirmar a perspectiva dos direitos inerentes à direção construída pelo Serviço Social brasileiro” (CFESS, 2011, p.4).

Em 2012, o conjunto CFESS/CRESS afirmou que

³⁶ BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República [2001]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 03 nov. 2025.

A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano (CFESS, 2012, p. 33).

O trabalho do(a) assistente social vêm sendo requisitado para desempenhar um exercício profissional direcionado para a operacionalização de programas, projetos e serviços governamentais voltados para a viabilização do acesso e da permanência de discentes na Educação Superior que, de acordo com o CFESS, vão contribuir para a efetivação dessas políticas, quais sejam “[...] As políticas de cotas e ações afirmativas; as análises socioeconômicas que subsidiam a isenção de taxas de inscrição e a destinação de bolsas de estudo; as políticas de assistência estudantil (bolsas, alimentação, moradia, transporte); os programas de “pais sociais”; [...]” (CFESS, 2011, p. 51).

A atuação do/a assistente social voltada para a garantia do acesso e da permanência na educação escolar não pode prescindir, portanto, de uma análise concreta dos discursos que sustentam os diferentes programas, projetos e ações e de suas vinculações ideológicas aos projetos educacionais em disputa na sociedade (CFESS, 2011, p.51-52).

À vista disso, o exercício profissional na política de educação em universidades públicas requer do(a) assistente social um conhecimento teórico e crítico relacionado ao campo das políticas e dos direitos sociais, bem como às competências e atribuições descritas na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética Profissional.

Assim, o CFESS corrobora a necessidade de inserção e institucionalização do Serviço Social na política de educação, compreendendo que o exercício profissional nessa área deve ocorrer sob a perspectiva da inclusão dos discentes em programas, auxílios e serviços ofertados pelas universidades públicas por meio da assistência estudantil.

Entre as requisições direcionadas aos assistentes sociais nas normativas referentes ao Pnaes, no âmbito das instituições de Ensino Superior, destaca-se o estudo socioeconômico, utilizado como instrumento de análise para viabilizar os auxílios estudantis. Esses auxílios podem se materializar de diversas formas, como a isenção de pagamentos em restaurantes universitários (RUs), o fornecimento de transporte, a aquisição de material didático ou tecnologias assistivas, o acesso a vagas em Casas do Estudante Universitário (CEUs), ou ainda a concessão de auxílios financeiros e bolsas.

Essas ações compõem a política de assistência estudantil nas universidades públicas, cuja finalidade é identificar e atender estudantes em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a permanência e o êxito acadêmico desses discentes.

O Pnaes de 2010, em seu Art. 3º, dispõe que: “[...] O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de Ensino Superior”, descrevendo em seu § 1º do Art. 3º.

As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Pnaes, 2010).

O Decreto do Pnaes de 2010 indica que os atendimentos serão para discentes “matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de Ensino Superior”, todavia, no Art. 4º do mesmo Decreto, os serviços foram ampliados, e as ações deverão ser realizadas com abrangência para: “[...] os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente”.

Seguindo as narrativas dos fatos, a Lei nº 14. 914, de 2024, realizou algumas modificações em sua redação, a fim de orientar que as ações devem abranger dependentes dos (as) discentes:

§ 1º do Art. 5º estabelece que: As ações de assistência estudantil do PAE serão desenvolvidas mediante a concessão de benefício direto ao estudante assistido pelo programa e direcionadas a: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - atendimento pré-escolar a dependentes; IX - apoio pedagógico; X - acesso, participação, aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudantes: a) com deficiência, nos termos da legislação; b) com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades e superdotação; c) beneficiários de políticas de ação afirmativa estabelecidas na legislação (Pnaes, 2024).

Para atender às demandas dos discentes por meio da assistência estudantil, os(as) assistentes sociais podem considerar três eixos interligados dialeticamente, que orientam o exercício profissional na política de educação:

1. Dimensão socioeducativa;

2. Democratização da educação;
3. Articulação da política de educação com as demais políticas sociais, realizada pelos(as) profissionais do Serviço Social.

A atuação deve ocorrer com toda a comunidade acadêmica, compreendendo os demais profissionais, familiares e discentes presentes nesse espaço. Para tanto, os(as) assistentes sociais podem se valer dos instrumentos técnico-operativos, em consonância com o projeto ético-político profissional, garantindo a coerência entre a prática profissional e os princípios da profissão.

O § 1º do Art. 1º da Lei nº 14.914 dispõe que

A PNAES será implementada de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de Ensino Superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, com vistas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio (Pnaes, 2024).

A maior abrangência mencionada na lei refere-se ao processo de viabilização do acesso e da permanência dos(as) discentes em seu ambiente escolar e universitário, assim como ao incentivo à construção de uma gestão democrática nesse espaço institucional público.

Diante do exposto, o Serviço Social na política de educação atua no sentido de fortalecer os direitos da população acadêmica, podendo, nesse âmbito, definir estratégias de ação por meio das competências ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas.

Com as novas medidas adotadas, esse campo de atuação profissional para o Serviço Social foi consideravelmente ampliado, uma vez que, para a realização das análises socioeconômicas destinadas à concessão de auxílios financeiros e programas, é recomendada a atuação profissional de assistentes sociais.

A análise desenvolvida nessa seção permitiu elucidar o Serviço Social como profissão historicamente constituída no interior da divisão social e técnica do trabalho, cuja inserção nas políticas sociais públicas expressa as contradições próprias da sociabilidade capitalista. Ao retomar a gênese da profissão, sua função pedagógica e a universidade pública como espaço sócio-ocupacional, evidenciou-se que o trabalho do(a) assistente social não se reduz a um conjunto de atribuições técnicas, mas se realiza como trabalho socialmente determinado, atravessado por requisições institucionais, limites materiais e possibilidades de intervenção orientadas por projetos profissionais e societários distintos.

A função pedagógica do trabalho do(a) assistente social, compreendida como mediação constitutiva do exercício profissional, mostrou-se central para a análise do Serviço Social na

Educação Superior, uma vez que se materializa nas práticas de orientação, informação, mediação e construção de sentidos junto aos sujeitos sociais. Essa dimensão ganha particular relevância no contexto da universidade pública, espaço contraditório no qual se articulam demandas por ampliação de direitos, estratégias de regulação institucional e limites estruturais relacionados ao financiamento e à gestão das políticas educacionais.

Ao situar a universidade pública como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, esta seção evidenciou as particularidades que conformam o trabalho profissional na Educação Superior, especialmente no campo da assistência estudantil. Nesse âmbito, o exercício profissional do(a) assistente social se desenvolve, mediando as expressões da questão social que incidem sobre o corpo discente, as normativas institucionais e as diretrizes das políticas públicas, o que tensiona permanentemente a materialização do Projeto Ético-Político Profissional no cotidiano do trabalho.

Dessa forma, a seção 4 forneceu os fundamentos teórico-analíticos necessários para avançar na análise empírica do Serviço Social no âmbito da política de educação, com foco nas particularidades do trabalho do(a) assistente social na Universidade Federal do Pará. A seção seguinte dedica-se a examinar, à luz da metodologia delineada na introdução, a atuação desenvolvida na Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (Proaes/UFGA), buscando compreender os desafios e as possibilidades para a materialização do Projeto Ético-Político Profissional no contexto investigado.

SEÇÃO 5 O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA PROAES/UFPA

Nesse capítulo, foram tecidas informações sobre o fazer profissional dos (as) assistentes sociais as quais foram obtidas por meio da aplicação de um questionário e de duas entrevistas, respondidas por 12 sujeitos da pesquisa – Técnicos (as) Administrativos (as) Assistentes Sociais – que realizam seus trabalhos na assistência estudantil da Proaes/UFPA, no questionário contem questões objetivas e subjetivas, as entrevistas foram elaboradas com o objetivo de demonstrar sobre a caracterização do trabalho dos (as) Assistentes Sociais e as análises sobre as condições, particularidades, limites e desafios do exercício profissional nessa política, nesse espaço sócio-ocupacional.

Dessa forma, foi possível comparar se as ações profissionais estão alinhadas com o projeto ético-político profissional ou se trabalham de forma mecanizada, os resultados encontram-se neste capítulo e nas considerações finais, assim como também sobre a funcionalidade do Estado, sua essência, em uma relação capital/trabalho ao assumir formas políticas e funções de acordo com as necessidades no movimento histórico-geográfico, os fundamentos políticos, econômicos e sociais, em um processo que apresenta complexidade de contradições que originam o surgimento da questão social.

A seção está organizada em cinco movimentos articulados. Nos quais foram analisadas as particularidades do trabalho do(a) assistente social na Proaes/UFPA, em diálogo com o Projeto Ético-Político da profissão, buscando identificar como os fundamentos éticos, políticos e técnicos do Serviço Social orientam e ao mesmo tempo tensionam a prática profissional nesse espaço institucional, também analisou-se sobre a assistência estudantil na UFPA em sua dimensão organizacional e orçamentária, discutindo recursos, programas, coberturas e demandas, de modo a explicitar o contexto concreto no qual o trabalho profissional se desenvolve. E por fim, problematiza-se os desafios à materialização do Projeto Ético-Político no cotidiano da PROAES, evidenciando as contradições entre garantia de direitos, seletividade institucional, intensificação do trabalho e limites estruturais.

5.1 AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA PROAES/UFPA E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DA PROFISSÃO

A presente seção constitui o momento de aproximação mais direta entre o arcabouço teórico, desenvolvido ao longo da tese, e a realidade empírica, investigada no âmbito da Universidade Federal do Pará. Após a análise da trajetória histórica da assistência estudantil no

Brasil, da discussão acerca da categoria trabalho e das determinações da divisão social e técnica do trabalho sobre o Serviço Social, torna-se necessário apreender como essas mediações se expressam concretamente no cotidiano institucional da Proaes/UFPA.

A análise desenvolvida nessa seção está ancorada nos dados empíricos produzidos por meio dos questionários aplicados aos(às) assistentes sociais da Proaes, das entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais concursada e contratada, bem como na pesquisa documental referente aos instrumentos normativos e relatórios institucionais da UFPA.

A articulação entre essas diferentes fontes constitui um processo de triangulação analítica que permite apreender o trabalho profissional para além de sua dimensão formal, evidenciando suas condições objetivas de realização, suas requisições institucionais e as estratégias construídas pelas profissionais para enfrentar os limites impostos pela política de assistência estudantil.

Por isso, essa seção não se limita à descrição da realidade institucional, mas busca interpretá-la à luz do método do materialismo histórico-dialético, articulando totalidade e particularidade. A intenção é demonstrar que o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil da UFPA é expressão concreta das determinações mais amplas que atravessam as políticas sociais no contexto do capitalismo dependente, ao mesmo tempo em que revela possibilidades de mediação profissional orientadas pela defesa intransigente dos direitos sociais e pelo compromisso com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Nesse sentido, a análise que se segue busca evidenciar como essas determinações se materializam no trabalho profissional desenvolvido na Proaes/UFPA, revelando as particularidades, os limites e as possibilidades de intervenção do Serviço Social no interior da política de assistência estudantil.

A análise das particularidades do trabalho do(a) assistente social na Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil da Universidade Federal do Pará (Proaes/UFPA) exige considerar que esse exercício profissional é mediado simultaneamente por três dimensões fundamentais: o arcabouço normativo que regulamenta a profissão, a configuração institucional da política de assistência estudantil e as condições concretas de trabalho presentes no interior da trajetória institucional da universidade, com a consolidação da assistência estudantil como política pública no Ensino Superior.

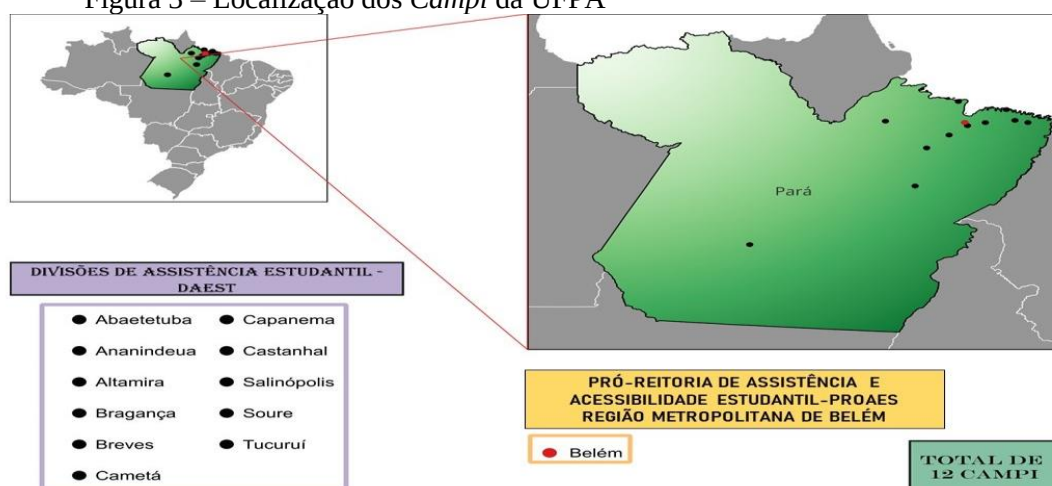
A análise a seguir procura articular essas dimensões, evidenciando como o trabalho profissional se configura concretamente na operacionalização da assistência estudantil na UFPA.

Criada em 2 de julho de 1957, por meio da Lei nº 3.191, a então Universidade do Pará estabeleceu-se com sede em Belém e integrada ao Ministério da Educação e Cultura. Inicialmente composta por sete estabelecimentos de Ensino Superior, federais, estaduais e privados, oferecia cursos como Medicina e Cirurgia, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

O primeiro Estatuto institucional foi aprovado pelo Decreto nº 42.427, de 12 de outubro, definindo as bases da política educacional da universidade. Posteriormente, ocorreram reestruturações importantes por meio da Lei nº 4.283/1963 e de alterações realizadas em 1969. Em 1970, a Portaria nº 1.307/70 aprovou o primeiro Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, que atualmente constitui uma Instituição Federal de Ensino Superior autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

Hoje, a UFPA configura-se como uma das maiores universidades multicampi do país e a maior universidade pública da Amazônia, com extensa capilaridade territorial. A expansão para o interior do estado implicou na ampliação das demandas estudantis e complexificação das ações voltadas ao acesso e à permanência na Educação Superior. A assistência estudantil, nesse cenário, passou a ocupar lugar estratégico, sendo operacionalizada, atualmente, pela PROAES, sediada no *Campus* Universitário José da Silveira Neto, em Belém, e descentralizada por meio das Divisões de Assistência Estudantil (DAEST) nos municípios de Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.

A expansão territorial da UFPA constitui um elemento fundamental para compreender as particularidades da assistência estudantil e, conseqüentemente, do trabalho do Serviço Social na instituição. A interiorização da universidade ampliou o acesso ao Ensino Superior em diferentes regiões do estado do Pará, mas também produziu novas demandas institucionais relacionadas à permanência estudantil e à organização das equipes responsáveis pela operacionalização dessa política. A distribuição dos *campi* da universidade no território paraense, apresentada na figura a seguir, permite visualizar essa dimensão territorial da política educacional e suas implicações para a assistência estudantil.

Figura 3 – Localização dos *Campi* da UFPA

Fonte: construído pela pesquisadora, 2024.

Vieira e Castro (2019, p. 13-14) destacam que, no período de criação da universidade, inexistiam ações estruturadas de assistência estudantil. Alguns anos após a criação, na década de 1960 foi criada a primeira Casa de Estudantes, destinada a discentes sem condições de custear moradia em Belém. O primeiro Restaurante Universitário foi construído somente na década de 1990 e em 2007, a UFPA, aderiu ao Reuni³⁷, mas foi somente a partir do PNAES/2010 que a assistência estudantil passou a contar com financiamento específico para sua execução.

No contexto de institucionalização da política de assistência estudantil, sua operacionalização passou a ocorrer por meio de equipes multiprofissionais, nas quais o Serviço Social ocupa posição estratégica. Os dados empíricos indicam que 83,3% das assistentes sociais atuam em equipe multiprofissional e/ou intersetorial, evidenciando que a intervenção profissional se desenvolve de forma articulada com outras áreas do conhecimento (Assistentes Sociais, 2026, entrevistas do questionário semiestruturado).

Esse percentual revela não apenas a predominância do trabalho coletivo, mas o caráter intersetorial da assistência estudantil, que exige diálogo permanente entre diferentes saberes para o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social no espaço universitário. Nesse arranjo, o Serviço Social assume papel central na mediação entre as normativas institucionais e as necessidades concretas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

³⁷ Reuni: É O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Governo Federal do Brasil através do Decreto 6 096, de 24 de abril de 2007. Com o objetivo de ampliar a oferta de vagas no ensino superior no Brasil. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_de_Apoio_a_Planos_de_Reestrutura%C3%A7%C3%A3o_e_Expans%C3%A3o_das_Universidades_Federais. Acesso em: 10 jun. 2026.

Imperatori (2017, p. 298) destaca que a relevância da assistência estudantil está vinculada à garantia de acesso e permanência na Educação Superior. Estudos como o de Vieira e Castro (2019) demonstram que, embora essa política não elimine a evasão, contribui para sua redução, ainda que atravessada por processos seletivos burocratizados e pela insuficiência de recursos frente à demanda. Assim, o trabalho em equipe multiprofissional não apenas qualifica o atendimento, mas também evidencia os limites estruturais que condicionam a materialização dos objetivos da política.

A expansão territorial da universidade, contudo, não foi acompanhada por estrutura proporcional de atendimento, o que produz desigualdades intrauniversitárias e tensiona ainda mais o trabalho profissional. Essa contradição entre ampliação da política e insuficiência estrutural impacta diretamente as condições de intervenção das assistentes sociais, conforme sintetizado no quadro 6.

A interiorização da universidade produziu impactos diretos sobre a organização da assistência estudantil e sobre as condições de trabalho das equipes responsáveis por sua operacionalização. A ampliação do número de *campi* e de estudantes em diferentes regiões do estado nem sempre foi acompanhada pela expansão proporcional da estrutura administrativa e das equipes profissionais. Essa dinâmica gera desigualdades no acesso aos serviços de assistência estudantil e impõe novas formas de organização do trabalho das assistentes sociais, especialmente no que se refere à itinerância das equipes e à sobrecarga institucional. Essas questões encontram-se sintetizadas no quadro a seguir.

Quadro 6 – Interiorização e desigualdade territorial

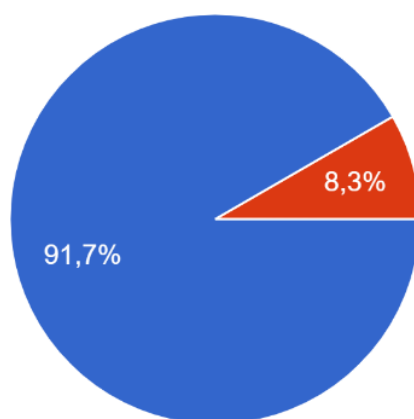
Dimensão analítica	Concursada	Contratada	Interpretação crítica
Expansão territorial	Atendimento itinerante a <i>campi</i> sem profissionais	Inserção vinculada ao aumento da demanda por auxílios	Política expande sem estrutura proporcional
Distribuição de profissionais	Insuficiente para a demanda	Realização dos trabalhos em múltiplos <i>campi</i> e unidades, incluindo a capital	Ampliação da sobrecarga de trabalho
Condições de atendimento	Atendimento, acompanhamento e atenção continuada	Fragmentação e descontinuidade	Desigualdade intrauniversitária
Acesso dos estudantes	Restrito em <i>campi</i> interiorizados	Dependente de presença eventual de profissionais	Universalização territorial não garantida
Impacto institucional	Sobrecarga da equipe central	Papel estratégico sem suporte estrutural	Capital e interiorização como processo contraditório

Fonte: elaboração da autora a partir das entrevistas, 2026.

O levantamento, realizado por meio do questionário, evidencia que as condições de trabalho e infraestrutura configuram um dos principais limites estruturais da atuação profissional na Proaes. Apenas 58,3% das respondentes consideram adequados os instrumentos disponibilizados para a realização do trabalho, enquanto 41,7% os avaliam como insuficientes. Além disso, 91,7% relatam a existência de dificuldades para o desenvolvimento das atividades cotidianas e 8,3% consideram que o trabalho está sendo desenvolvido dentro dos limites da normalidade.

Esses dados indicam que as condições materiais não se apresentam como um aspecto secundário, mas como elemento estruturante das particularidades do exercício profissional, na medida em que a insuficiência de equipamentos, a precariedade da infraestrutura e a limitação de recursos humanos impactam diretamente a qualidade dos atendimentos, a organização dos fluxos de trabalho e a capacidade institucional de resposta às demandas estudantis. Tal realidade encontra-se sistematizada na figura a seguir.

Figura 4 – Dificuldades para a realização do trabalho



Fonte: elaboração da autora a partir das entrevistas dos questionários, 2026.

Os dados empíricos produzidos nesta pesquisa evidenciam que o trabalho profissional na Proaes é marcado por heterogeneidade de vínculos, trajetórias e condições de inserção institucional. O levantamento, realizado junto a doze assistentes sociais, indica predominância de formação em instituições públicas, experiência significativa na política de assistência estudantil, majoritariamente entre quatro e dez anos, e duas formas de vinculação profissional, incluindo cargos efetivos, contratos temporários e vínculos mediados por fundações (esses dois últimos com formas de contratações celetistas, que é o modelo formal de contratação no Brasil, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT).

Trata-se de uma força de trabalho majoritariamente feminina e altamente qualificada, porém submetida a condições institucionais desiguais, que impactam diretamente a autonomia profissional, a estabilidade funcional e as possibilidades de intervenção crítica.

Para evidenciar de forma comparativa as distintas formas de inserção institucional e seus impactos sobre a autonomia, estabilidade e condição assalariada do trabalho profissional, apresentamos o Quadro 7 a seguir.

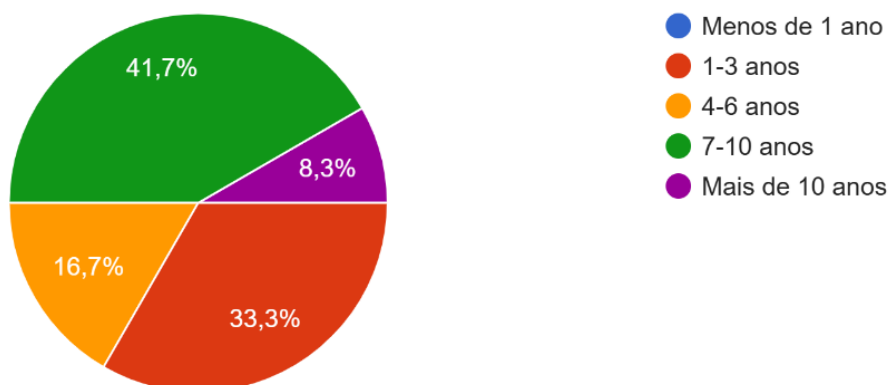
Quadro 7 – Inserção institucional e vínculo de trabalho

Dimensão analítica	Assistente social concursada	Assistente social contratada	Interpretação crítica para a pesquisa
Forma de ingresso	Concurso público e lotação institucional	Contratação temporária vinculada à expansão da política	Expressa dois regimes de trabalho na capital e no interior do Estado
Estabilidade	Relativa estabilidade funcional	Instabilidade e dependência contratual	Diferentes graus de vulnerabilidade profissional
Condição assalariada	Subordinação institucional com continuidade	Subordinação intensificada pela precarização	Confirma o caráter assalariado do trabalho profissional
Autonomia profissional	Autonomia técnica relativa	Autonomia mais restrita e condicionada	A autonomia depende das condições objetivas de inserção
Permanência institucional	Possibilidade de atuação de longo prazo	Inserção incerta e transitória	Impacto na construção de projetos profissionais coletivos

Fonte: elaboração da autora a partir das entrevistas, 2026.

Observa-se também uma concentração de profissionais com tempo de atuação intermediário na assistência estudantil, majoritariamente, entre quatro e dez anos, o que sugere um campo profissional em processo de consolidação institucional, marcado simultaneamente por descontinuidades de ações e acompanhamentos dos (as) discentes, e novas contratações da força de trabalho, que é insuficiente para a realização dos trabalhos existentes na Proaes, essa ocorrência pode ser visualizada na Figura 5.

Figura 5 – Tempo de atuação na Assistência Estudantil



Fonte: elaboração da autora a partir da aplicação dos questionários, 2026.

Os dados quantitativos reforçam a heterogeneidade no tempo de atuação das trabalhadoras do Serviço Social, ao evidenciar a coexistência dessas trabalhadoras com tempos de exercícios variados, com vínculos de trabalho que vão desde cargos estatutários até contratos temporários, com vínculos mediados por fundação e empresa em regimes celetistas. Essa diversidade expressa a fragmentação institucional do trabalho na assistência estudantil e indica que a política é operacionalizada sob distintos regimes de subordinação laboral.

As entrevistas realizadas com uma assistente social concursada e outra contratada aprofundam essa compreensão ao revelar trajetórias de inserção distintas. A profissional efetiva destaca a continuidade do vínculo e a atuação direta na política desde o ingresso na instituição, enquanto a profissional contratada associa sua inserção à expansão da assistência estudantil e à criação de estruturas ainda incipientes nos *campi* do interior. Essa coexistência de regimes de trabalho evidencia tanto a ampliação quanto a precarização das políticas públicas.

No que se refere ao conteúdo do trabalho, questionários e entrevistas apontam a análise socioeconômica como núcleo técnico-operativo central da atuação profissional, responsável por subsidiar a concessão de auxílios e serviços e, portanto, por mediar concretamente o acesso dos estudantes aos direitos previstos na política.

Entre os principais instrumentais utilizados destacam-se entrevistas sociais, estudos e pareceres sociais, atendimentos individuais, encaminhamentos e visitas domiciliares, compondo um conjunto de práticas, voltadas à compreensão das condições de vida dos discentes e ao acompanhamento das múltiplas expressões da questão social no espaço universitário. A elevada incidência desses procedimentos revela a centralidade do Serviço Social na operacionalização seletiva da assistência estudantil, especialmente em contextos de escassez orçamentária.

A centralidade da análise socioeconômica na operacionalização da política pode ser observada de forma comparativa entre diferentes regimes de trabalho, conforme sistematizado no Quadro 8.

Quadro 8 – Centralidade da análise socioeconômica

Dimensão analítica	Concursada	Contratada	Interpretação crítica
Papel da análise socioeconômica	Núcleo técnico-operativo do trabalho e atribuição central na mediação do acesso	Núcleo técnico-operativo do trabalho e atribuição central na mediação do acesso	Um dos principais instrumentos de operacionalização da política
Finalidade institucional	Identificação de vulnerabilidade para concessão de auxílios	Identificação de vulnerabilidade para concessão de auxílios,	Processo seletivo sob escassez de recursos

Dimensão analítica	Concursada	Contratada	Interpretação crítica
		Seleção e acompanhamento dos beneficiários	
Responsabilização profissional	Mediação técnica do acesso, seleção e acompanhamento dos beneficiários	Mediação técnica do acesso, seleção e acompanhamento dos beneficiários	Personalização de decisões estruturais e defesa de suas ações
Complexidade das demandas	Elevada demanda, diversidade de situações e análises diferenciadas por perfil social	Elevada demanda, diversidade de situações e análises diferenciadas por perfil social	Intensificação do trabalho técnico
Contradição central	Direito social × limitação orçamentária Inclusão formal × exclusão prática	Direito social × limitação orçamentária Inclusão formal × exclusão prática	Focalização substitui universalidade

Fonte: elaboração da autora a partir das entrevistas, 2026.

Os dados produzidos pelos questionários permitiram identificar os principais instrumentais técnico-operativos, mobilizados pelas assistentes sociais, no cotidiano da assistência estudantil. Entre os instrumentos mais recorrentes destacam-se o parecer social (91,7%), a entrevista social (83,3%), o estudo social (50%), os encaminhamentos institucionais (50%) e a observação social (50%). Ou seja, os dados empíricos confirmam a centralidade da dimensão técnico-operativa da análise socioeconômica: quase a totalidade das profissionais indica o parecer social como instrumento recorrente, seguido da entrevista social e de estudos sociais, evidenciando que a atuação se organiza prioritariamente em torno de procedimentos avaliativos destinados à concessão de auxílios e serviços.

Outra análise é a de que não deve existir diferenças nos entendimentos das análises socioeconômicas e consequentemente nas pontuações atribuídas aos discentes, pelas profissionais concursadas e contratadas, pois as normas e as diretrizes são elaboradas e construídas pela equipe de assistentes sociais, os indicadores sociais, os anexos que tratam da documentação solicitada para as análises e o edital são organizados pelas próprias assistentes sociais, as regras em geral para as análises são estabelecidas antes das divulgações dos editais.

A Diretoria de Equidade e de Apoio à Permanência Estudantil (DEAPE), local onde está concentrada a maior parte das trabalhadoras assistentes sociais, encontra-se dividida, em dois locais de serviços, quatro assistentes sociais (todas contratadas) realizam seus trabalhos direcionados para as populações indígenas e quilombolas que recebem auxílios financeiros, diretamente, do MEC e também os auxílios moradia IQ, elas desenvolvem seus trabalhos no bloco L, do setor básico.

Seis (6) assistentes sociais permaneceram no Bloco C - do setor básico, realizando os atendimentos e os acompanhamentos dos grupos: geral, estrangeiros, PcDs, populações tradicionais, imigrantes, refugiados, asilados, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas, pessoas trans e travestis. Na Diretoria de Atenção Integral ao Estudante (DAIE), encontram-se duas assistentes sociais que realizam os trabalhos, juntamente, com uma equipe de pedagogos e outros profissionais, os quais podem ser visualizados no quadro 12.

Na Diretoria de Acessibilidade (DACCESS), não há nenhuma assistente social, as ações são direcionadas para a viabilização de programas, benefícios e ações voltadas a discentes com deficiência (PcD), independentemente, de suas deficiências. As análises socioeconômicas, para fazerem parte do Cadastro Geral de Assistência Estudantil para discentes de Graduação da UFPA (CadGest), são realizadas pelas assistentes sociais da DEAPE, a DACCESS utiliza o CadGest para selecionar seus beneficiários.

A centralidade do parecer social no cotidiano da assistência estudantil revela um elemento fundamental da particularidade do trabalho do (a) assistente social nesse campo, a mediação técnica entre as demandas sociais dos estudantes e os critérios institucionais de acesso às políticas de permanência.

Do ponto de vista normativo, conforme a Lei nº 8.662/1993, Artigo 5º, inciso IV, a elaboração de pareceres, laudos e manifestações técnicas relacionados ao Serviço Social constitui atribuição privativa do assistente social, conforme estabelecido pela regulamentação profissional, que define tais instrumentos como expressões da competência técnico-teórico-metodológica da profissão.

Nesse sentido, a emissão de parecer social pressupõe autonomia técnica do profissional na análise das condições sociais dos sujeitos atendidos, bem como na formulação de recomendações fundamentadas na avaliação social realizada.

Entretanto, os dados empíricos da pesquisa evidenciam que essa autonomia se realiza de forma relativa no interior da política de assistência estudantil. Ainda que o parecer social constitua um instrumento técnico próprio da profissão, sua utilização encontra-se mediada por normativas institucionais, critérios administrativos e limites orçamentários que condicionam a concessão dos benefícios.

Assim, o parecer social passa a operar como uma mediação entre duas determinações contraditórias: de um lado, o compromisso profissional com a defesa de direitos e a análise crítica das condições sociais dos estudantes, de outro, os mecanismos institucionais de seletividade e gestão da escassez que orientam a política de assistência estudantil.

Nas falas das entrevistadas quase não aparece a utilização de instrumentos coletivos entre eles: ações grupais, trabalho comunitário acadêmico e educação social coletiva. Desse modo, a baixa incidência da menção a utilização de estratégias coletivas ou socioeducativas indica que o trabalho possui tendência de concentração em procedimentos individualizados de análise e avaliação no atendimento, reforçando o caráter seletivo e focalizado da política.

As demandas atendidas concentram-se sobretudo nas situações relacionadas à permanência estudantil – acesso a auxílios financeiros, moradia, alimentação, transporte, apoio psicossocial e encaminhamentos para serviços públicos – evidenciando que a política se dirige prioritariamente a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A atuação ocorre predominantemente em equipes multiprofissionais e intersetoriais, articulando-se com áreas como pedagogia, psicologia e gestão institucional, o que reforça o caráter mediador do trabalho do assistente social na universidade.

Dos dados levantados pelo questionário apontam forte predominância das demandas por permanência material. Nessa direção, as respostas indicam: auxílio financeiro, moradia, alimentação, transporte, saúde mental e acessibilidade. Esse dado expressa-se no fragmento de fala a seguir.

As principais demandas que chegam ao Serviço Social na assistência estudantil estão relacionadas, sobretudo, à permanência e à conclusão dos cursos por parte dos(as) estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Destacam-se as demandas vinculadas aos processos de avaliação socioeconômica para o ingresso e manutenção nos auxílios e serviços de assistência estudantil. Também são recorrentes as demandas por orientação social, esclarecimento sobre os editais e normativas, e acompanhamento de situações que envolvem insegurança alimentar, moradia precária, dificuldades financeiras, adoecimento físico e mental, conflitos familiares, fragilização de vínculos sociais, dentre outras questões (Assistentes Sociais da Proaes, questionário, 2026).

As demandas atendidas concentram-se, sobretudo, nas condições materiais de permanência estudantil, especialmente auxílios financeiros, moradia e alimentação, o que evidencia o papel da assistência estudantil como mecanismo compensatório frente às desigualdades socioeconômicas estruturais que atravessam o acesso ao Ensino Superior.

Esses elementos empíricos demonstram que o trabalho na Proaes não se reduz à execução administrativa de programas, mas constitui prática complexa permeada por determinações institucionais, limites orçamentários, desigualdades territoriais e conflitos ético-políticos inerentes à operacionalização de uma política focalizada. Logo, compreender suas particularidades implica analisar simultaneamente a condição assalariada do trabalho profissional, a autonomia relativa frente às normas institucionais e as tensões entre a defesa de

direitos e os mecanismos seletivos de acesso aos benefícios, que podem ser financeiros ou de ações.

As diferentes condições objetivas de inserção institucional produzem graus distintos de autonomia profissional, conforme evidenciada no Quadro 9.

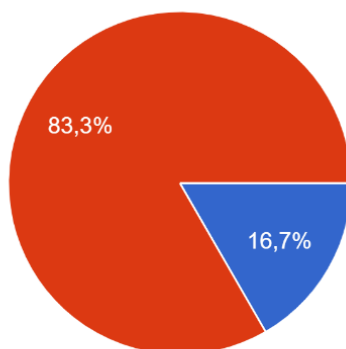
Quadro 9 – Autonomia profissional e condição assalariada

Dimensão analítica	Concursada	Contratada	Interpretação crítica
Grau de autonomia	Relativa, mediada por normas e orçamento	Restrita, vinculada a metas e contratos	Autonomia estruturada pela posição institucional
Instrumentos técnicos	Pareceres, relatórios, estudos, avaliações e instruções	Pareceres, relatórios, estudos, avaliações e instruções	Espaço de exercício crítico limitado
Participação institucional	Possível atuação em decisões internas	Participação condicionada	Desigualdade na incidência política
Uso da legislação	Fundamentação das ações profissionais e Estratégia de defesa de direitos	Fundamentação das ações profissionais e Estratégia de defesa de direitos	Direito como instrumento de mediação
Condição assalariada	Subordinação com estabilidade	Subordinação precarizada	Expressão concreta da relação capital-trabalho no Estado

Fonte: elaboração da autora a partir das entrevistas.

A percepção predominante de autonomia relativa confirma empiricamente o caráter assalariado e institucionalmente condicionado do trabalho profissional, onde a liberdade técnica se encontra permanentemente mediada por normativas institucionais, critérios administrativos e limites orçamentários. Esse dado é projetado a partir dos dados levantados pelo questionário que se evidenciam na figura a seguir revela que 83,3% afirmam ter autonomia relativa e 16,7% não responderam essa pergunta.

Figura 6 – Sobre autonomia relativa



Fonte: elaboração da autora a partir das entrevistas dos questionários, 2026.

A predominância da percepção de autonomia relativa entre as profissionais entrevistadas pode ser interpretada à luz da análise teórica sobre o trabalho profissional do Serviço Social. Conforme assinala Iamamoto (2007), o (a) assistente social, ao inserir-se nas instituições públicas ou privadas, realiza seu trabalho sob a forma do trabalho assalariado, o que implica a existência de uma relação de subordinação às determinações institucionais, organizacionais e políticas que estruturam o espaço sócio-ocupacional da profissão. Nessa condição, a autonomia profissional não se apresenta como autonomia plena, mas como autonomia relativa, exercida no interior de limites definidos pela organização institucional do trabalho, pelas normativas administrativas e pelas diretrizes das políticas sociais.

Nessa mesma direção, Netto (2011) destaca que o trabalho do assistente social se realiza no interior das instituições como uma prática socialmente necessária, porém condicionada pelas determinações do Estado e pelas formas de organização das políticas sociais, ou seja, sua intervenção é permanentemente mediada pelas condições concretas de trabalho, pelas determinações institucionais e pelas diretrizes das políticas sociais implementadas pelo Estado.

Conforme argumenta Iamamoto (2017), o trabalho profissional do Serviço Social adquire um sentido histórico no interior das relações sociais, sendo atravessado pelos confrontos em torno da direção social das políticas públicas.

Para Iamamoto (2017), a questão social é o conjunto das expressões da desigualdade social, gerado pela contradição capital/trabalho em um modo de produção capitalista, assim, a política social pública é a forma pela qual o Estado promove ações para minimizar ou resolver os problemas gerados que impactam e promovem transformações causadas pela institucionalização do trabalho assalariado.

Assim, ainda que o (a) profissional detenha competência técnica e capacidade analítica para interpretar as expressões da questão social, sua intervenção é permanentemente mediada pelas condições concretas de trabalho, pelas diretrizes institucionais e pelos recursos disponíveis para a implementação das políticas públicas. Nesse sentido, a autonomia profissional se realiza como autonomia relativa, marcada por tensões entre o compromisso ético-político da profissão e os limites institucionais que configuram o exercício do trabalho profissional (Netto, 2011).

Dentre as respostas destacam-se os fragmentos a seguir que explicam como o trabalho é impactado segundo a autonomia relativa.

O assistente social tem autonomia relativa, pois sua atuação depende das normas institucionais e da disponibilidade de recursos, o que pode influenciar o desenvolvimento do trabalho” [...] “Assim como previsto no código de ética profissional, o trabalho do assistente social é marcado historicamente por uma autonomia relativa, limitada pelas determinações institucionais e estruturais. [...] “Parcialmente, pois, em algumas situações há interferência e pressão de gestores. Além disso, há atribuições de atividades que não são de competência do/a assistente social. Essas ações impactam diretamente no trabalho desenvolvido” [...] “Relativa autonomia que impacta na tomada de decisões e materialização do projeto ético-político”. [...] “O/a assistente social possui autonomia relativa para a realização do trabalho na PROAES. Essa autonomia se expressa principalmente na condução dos atendimentos, na análise socioeconômica, na elaboração de relatórios e pareceres e na escolha dos instrumentais técnicos mais adequados para cada situação. No entanto, essa autonomia é limitada pelas normativas institucionais, pelos critérios dos programas de assistência estudantil, pelas decisões da gestão e pelas restrições orçamentárias. Essa condição de autonomia relativa impacta o trabalho na medida em que impõe limites às possibilidades de intervenção profissional, exigindo constantes mediações entre o compromisso ético-político da profissão e as determinações institucionais, o que, em alguns momentos, restringe a efetivação de ações mais amplas e propositivas (Assistentes Sociais da Proaes, questionário, 2026).

Nesse parâmetro, a maioria das profissionais reconhece a existência de obstáculos à materialização do Projeto Ético-Político no cotidiano da política de assistência estudantil, apontando principalmente a insuficiência de recursos, a elevada demanda e o caráter seletivo dos programas como fatores limitadores da intervenção crítica.

Essas informações revelam que as políticas sociais, assim como o Serviço Social, inserem-se em uma totalidade social marcada pelas contradições da sociabilidade capitalista e pelas disputas de hegemonia entre classes sociais. A trajetória histórica da profissão no Brasil evidencia o movimento de crítica ao Serviço Social tradicional e a construção de um projeto profissional comprometido com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, fundamentado na teoria social de Marx.

O Projeto Ético-Político Profissional expressa essa direção crítica, orientando a atuação dos (as) assistentes sociais na defesa dos direitos sociais, da democracia e da emancipação humana. Conforme Netto (2001), sua consolidação ocorreu entre as décadas de 1980 e 1990, impulsionada pela efervescência política do período e pela ampliação dos direitos sociais decorrente da Constituição de 1988. Braz e Teixeira (2009) destacam que a produção de conhecimento, as instâncias organizativas e a dimensão Jurídico-política conferem materialidade a esse projeto.

Entretanto, segundo (Netto, 2001), a reestruturação produtiva e o avanço do neoliberalismo na década de 1990 produziram impactos significativos nas políticas sociais,

caracterizadas cada vez mais pela focalização e seletividade. Esse cenário afeta diretamente as condições de trabalho dos (as) assistentes sociais, interferindo nas formas de contratação, na realização de concursos públicos e na disponibilidade de recursos para as políticas públicas sociais³⁸.

No campo educacional, essas contradições se expressam na coexistência de projetos educacionais distintos e na expansão do Ensino Superior acompanhada de restrições orçamentárias. A assistência estudantil surge como estratégia de redução das desigualdades sociais e de inclusão de discentes nos programas e serviços, ampliando a requisição dos serviços do Serviço Social no interior das universidades federais.

O exercício profissional exige visão ampla da política, domínio dos instrumentais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos e capacidade de formular estratégias que ultrapassem limites institucionais, buscando “certa” autonomia profissional. No cotidiano, também podem ser demandadas habilidades relacionais, como empatia, mediação de conflitos e trabalho em equipe que, embora não constituam fundamentos normativos da profissão, tornam-se relevantes na intervenção junto as populações vulnerabilizadas.

No ambiente universitário, coexistem servidores efetivos e trabalhadores contratados, com condições diferenciadas de acesso à qualificação e progressão funcional. Programas institucionais e dispositivos legais, como o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (Lei nº 11.091/2005) e suas alterações, estruturam o desenvolvimento profissional dos servidores, isso, impacta diretamente as possibilidades de formação continuada dos (as) assistentes sociais.

Considera-se a atuação desses profissionais na Proaes como estratégica, pois viabiliza o acesso dos estudantes aos programas e serviços, articulando o Estado, as políticas públicas e o público-alvo da assistência estudantil. O Código de Ética profissional estabelece parâmetros para esse exercício, preservando direitos e deveres profissionais e a responsabilidade diante dos usuários.

O trabalho dos (as) assistentes sociais não se reduz à ajuda individual ou à filantropia, como no início da profissão, mas integra o conjunto de respostas estatais às expressões da questão social. Iamamoto (2017) destaca que o terreno sócio-histórico permite a construção de projetos profissionais vinculados a projetos societários mais amplos, nos quais a categoria pode fortalecer os interesses das classes subalternas.

³⁸ De acordo com estudos realizados nesta tese, compreende-se que as políticas públicas sociais são projetos, programas e ações elaboradas e executadas pelo governo para garantir direitos sociais básicos, reduzir desigualdades e melhorar a vida das pessoas em situação de vulnerabilidade.

O processo de renovação da profissão resultou na Lei de Regulamentação nº 8.662/1993, no Código de Ética revisado pela Resolução CFESS nº 273/1993, e nas Diretrizes Curriculares de 1996, constituindo os pilares do Projeto Ético-Político. Esses documentos definem competências profissionais, baseadas na apreensão crítica da realidade social, na análise das demandas emergentes e no compromisso com a qualidade dos serviços prestados.

Nesse sentido, o conjunto de resoluções do CFESS constitui mediação fundamental entre os princípios do Projeto Ético-Político e o exercício profissional cotidiano. A Resolução CFESS nº 557/2009 estabelece que a elaboração de laudos, pareceres e manifestações técnicas sobre a matéria de Serviço Social constitui atribuição privativa dos (as) assistentes sociais, reafirmando a autonomia técnica da profissão mesmo no interior de equipes multiprofissionais.

De modo complementar, a Resolução CFESS nº 493/2006 define parâmetros éticos e técnicos para o exercício profissional, estabelecendo que o atendimento realizado pelos (as) assistentes sociais devem ocorrer em condições que garantam privacidade, sigilo profissional e qualidade no processo de intervenção. Essas normativas indicam que o exercício profissional não depende apenas da qualificação do trabalhador, mas também das condições institucionais concretas em que o trabalho se realiza.

Diante do processo de expansão da Educação Superior e da ampliação das demandas por assistência estudantil (a existência da assistência estudantil abre preceitos para a existência das desigualdades sociais no interior das universidades públicas). Isso evidencia uma contradição estrutural entre os princípios que orientam o Projeto Ético-Político do Serviço Social e as transformações educacionais, marcadas pela restrição de recursos públicos. De um lado, impõe-se a restrição orçamentária estatal e o caráter focalizado da política, de outro, se intensifica a presença de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que demandam acesso a direitos e condições efetivas de permanência na universidade. É nesse terreno contraditório que o Projeto Ético-Político se confronta cotidianamente com as exigências institucionais, configurando o campo específico de mediações que estrutura o trabalho do(a) assistente social na Proaes/UFPA.

Nesse horizonte, a própria caracterização do trabalho profissional revela sua complexidade e ambivalência. Os dados do questionário indicam que 66,7% das respondentes consideram a atuação propositiva; 58,3% a identificam como pedagógica; e 50% como emancipadora. Ao mesmo tempo, 16,7% reconhecem a presença de uma dimensão tecnicista, além de emergir, nas respostas abertas, a compreensão do trabalho como seletivo. Esses percentuais evidenciam que a prática profissional não se configura de forma homogênea ou linear.

Desse modo, as particularidades do trabalho do(a) assistente social na Proaes/UFPA se revelam como expressão concreta das contradições presentes na política de assistência estudantil e nas próprias políticas sociais contemporâneas. A atuação profissional se desenvolve em um campo de mediações no qual se articulam, simultaneamente, a defesa da ampliação dos direitos sociais e os limites institucionais decorrentes da focalização das políticas públicas e das restrições orçamentárias do Estado. Os limites e as possibilidades para a atuação profissional do Serviço Social serão analisados na próxima seção.

5.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PROAES/UFPA

As ações desenvolvidas no âmbito da assistência estudantil na Universidade Federal do Pará conformam, ao mesmo tempo, possibilidades e limites para um exercício profissional coerente com os princípios do atual Projeto Ético-Político do Serviço Social na política de educação. É nesse terreno concreto, atravessado por normativas, estrutura administrativa, recursos humanos e metas institucionais, que se materializa o trabalho cotidiano das equipes vinculadas à assistência estudantil.

Desse modo, a relação entre orçamento disponível, seletividade dos editais e acesso efetivo aos benefícios constitui um elemento estruturante da política de assistência estudantil. Essa dinâmica foi sintetizada no Quadro 10.

Quadro 10 – Orçamento, seletividade e acesso aos benefícios

Dimensão analítica	Concursada	Contratada	Interpretação crítica
Disponibilidade de recursos	Auxílios insuficientes, limitação de vagas e cadastro reserva	Auxílios insuficientes, limitação de vagas e cadastro reserva	Política focalizada por causa da escassez de recursos
Critérios de elegibilidade	Renda, moradia e composição familiar, critérios socioeconômicos e étnicos	Renda, moradia e composição familiar, critérios socioeconômicos e étnicos	Seleção hierarquizada de vulnerabilidades
Condicionalidades	Exigências acadêmicas e administrativas, Monitoramento de desempenho	Exigências acadêmicas e administrativas, Monitoramento de desempenho	Direito condicionado ao mérito
Exclusão indireta	Estudantes elegíveis não contemplados, cadastro reserva permanente	Estudantes elegíveis não contemplados, cadastro reserva permanente	Produção institucional da exclusão
Pressão sobre profissionais	Mediação da escassez, necessidade de priorização de casos	Mediação da escassez, necessidade de priorização de casos	Conflito ético permanente

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas, 2026.

Esse quadro mostra que não há diferença nos trabalhos realizados pelas assistentes sociais efetivas e as contratadas, o que poderá comprometer os acompanhamentos dos discentes, onde não há estabilidade para as servidoras contratadas.

Para compreender esse contexto institucional, torna-se necessário examinar três dimensões fundamentais da assistência estudantil na UFPA: a estrutura normativa que regula a política, a organização institucional da Proaes e a composição da força de trabalho responsável pela operacionalização das ações, voltadas à permanência estudantil. A análise dessas dimensões permite apreender o cenário concreto no qual o trabalho das assistentes sociais se desenvolve.

No plano normativo, a assistência estudantil na UFPA encontra-se regulamentada pela Lei nº 14.914/2024 e pela Resolução nº 828/2021, no cenário de afirmação da “garantia” de direitos direcionados a discentes em situação de vulnerabilidade. Para operacionalizar as ações estabelecidas pelo PNAES e pela Política Institucional de Assistência Estudantil e Acessibilidade (PINAE), a antiga SAEST foi reestruturada e, por meio da Resolução nº 884, de 17 de dezembro de 2024, foi criada a Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (Proaes), vinculada ao Gabinete da Reitoria como órgão auxiliar da Administração Superior.

Esses “direitos” são materializados por meio de metas institucionais relacionadas ao atendimento e à orientação de discentes e famílias, à realização de análises socioeconômicas, pedagógicas e à proposição e execução de ações universais, focalizadas e seletivas. Trata-se de uma estrutura organizacional complexa, que exige planejamento, coordenação e acompanhamento permanente das ações desenvolvidas.

A institucionalização da assistência estudantil na UFPA exigiu a construção de uma estrutura administrativa responsável pela gestão dos programas, benefícios e serviços destinados aos estudantes. Nesse processo, a criação da Proaes representou um marco na reorganização institucional da política, ao concentrar em uma única instância administrativa a coordenação das ações voltadas à permanência e à acessibilidade estudantil.

No que se refere a estrutura organizacional e composição da força de trabalho, de acordo com o Relatório Anual da Proaes (2024), no referido ano, a Pró-Reitoria contou com 15 trabalhadores no exercício de cargos de dirigentes, 61 servidores e 36 funcionários contratados pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp), além de 112 funcionários contratados via Stylus Serviços para o Restaurante Universitário (RU).

Considerando que os trabalhadores da empresa responsável pelo RU exercem atividades relacionadas ao funcionamento do restaurante e não realizam atendimentos diretos aos

estudantes, não são aqui incluídos na análise da força de trabalho voltada ao atendimento direto. Assim, totalizam-se 188 trabalhadores vinculados à Proaes em 2024.

A organização institucional da Proaes pode ser observada a partir da composição de sua estrutura administrativa e da distribuição das funções de gestão e coordenação das ações da assistência estudantil. O quadro a seguir apresenta a composição da administração superior da Pró-Reitoria, evidenciando os cargos de direção e coordenação responsáveis pela condução das políticas, programas e serviços institucionais.

Quadro 11 – Composição da Administração da Proaes (2024)

Sub – unidade – Siglas	Cargo	Quantitativo
PROAES	Pró-reitor	1
DIAE	Diretora	1
DACCESS	Diretora	1
DAIE	Diretora	1
DEAPE	Diretora	1
DAF	Chefe de Divisão	1
DICOM	Chefe de Divisão	1
DAIE	Coordenadora	1
DAIE	Coordenadora	1
DAIE	Coordenadora	1
DACCESS	Coordenadora	1
DACCESS	Coordenadora	1
DAIE	Coordenadora	1
DEAPE	Coordenadora	1
DEAPE	Coordenadora	1
Total		15

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir do Relatório Anual da Proaes/2024.

No âmbito dos(as) Técnicos(as) Administrativos(as) efetivos(as), observa-se um quadro composto majoritariamente por profissionais que em sua maioria tem Especialização e Mestrado, somente uma profissional com formação em Doutorado, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 12 – Composição dos (as) Técnicos (as) Administrativos da Proaes

Sub- Unidades/Siglas	Cargo	Titulação	Quantitativo
DIAE	Nutricionista	Mestrado	1
DIAE	Administrador	Mestrado	1
DAF	Administrador	Especialização	1
DAIE	Nutricionista	Especialização	1

DACESS	Tradutor intérprete de língua de sinais	Especialização	1
DAIE	Pedagoga	Doutorado	1
DACESS	Nutricionista	Mestrado	1
DIAE	Nutricionista	Mestrado	1
DEAPE	Assistente Social	Mestrado	1
DIAE	Nutricionista	Especialização	1
DEAPE	Assistente Social	Mestrado	1
DACESS	Assistente de Aluno	Especialização	1
DACESS	Técnico em assuntos educacionais	Especialização	1
DAIE	Psicóloga	Mestrado	1
DEAPE	Assistente Social	Especialização	1
DEAPE	Assistente Social	Mestrado	1
DACESS	Tradutor intérprete de língua de sinais	Especialização	1
DEAPE	Assistente Social	Mestrado	1
DIAE	Nutricionista	Especialização	1
DACESS	Assistente em administração	Especialização	1
DAIE	Pedagoga	Especialização	1
DACESS	Técnico de laboratório	Mestrado	1
DAIE	Coordenação de Logística	Mestrado	1
DEAPE	Assistente Social	Especialização	1
DACESS	Tradutor intérprete de língua de sinais	Especialização	1
Total			25

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir do Relatório Anual da Proaes/2024.

A composição do quadro técnico-administrativo evidencia a presença de profissionais com diferentes formações e níveis de titulação, indicando a necessidade de atuação interdisciplinar na operacionalização da assistência estudantil. Ao mesmo tempo, a presença de profissionais altamente qualificados revela a complexidade das demandas institucionais relacionadas à permanência estudantil e à inclusão no Ensino Superior.

Quanto aos trabalhadores contratados por meio da Fadesp, o quadro a seguir apresenta as subunidades, cargos, titulações e quantitativos:

Quadro 13 – Trabalhadores contratados por meio da Fadesp em 2024

Sub- Unidades/Siglas	Cargo	Titulação	Quantitativo
DACESS	Terapeuta Ocupacional	Mestrado	1
DACESS	Cuidadora	Ensino Médio	1
DACESS	Tradutor Intérprete de Libras	Graduação	1
DEAPE	Assistente Social	Graduação	1

DEAPE	Assistente Social	Especialização	1
DAF	Arquivista	Graduação	1
DEAPE	Assistente Social	Graduação	1
DACESS	Audiodescritora	Graduação	1
DACESS	Terapeuta Ocupacional	Mestrado	1
DAF	Analista Administrativa	Doutorado	1
DAF	Motorista	Ensino Médio	1
DACESS	Tradutor Intérprete de Libras	Graduação	1
DACESS	Tradutor Intérprete de Libras	Graduação	1
DACESS	Audiodescritor	Mestrado	1
DEAPE	Assistente Social	Graduação	1
DACESS	Pedagoga	Especialização	1
DACESS	Psicóloga	Especialização	1
DAIE	Pedagoga	Especialização	1
DAF	Analista Administrativa	Graduação	1
DACESS	Audiodescritor	Especialização	1
DEAPE	Assistente Social	Graduação	1
DAIE	Psicóloga	Especialização	1
DAF	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio	1
DEAPE	Assistente Administrativo	Graduação	1
DAIE	Assistente Social	Especialização	1
DAF	Assistente Social	Graduação	1
DACESS	Cuidadora	Ensino Médio	1
DAIE	Pedagoga	Especialização	1
DACESS	Cuidador	Graduação	1
DEAPE	Assistente Social	Graduação	1
DAIE	Assistente Social	Especialização	1
DACESS	Cuidadora	Graduação	1
APP	Analista TI	Especialização	1
DACESS	Cuidadora	Ensino Médio	1
DAIE	Assistente Administrativo	Graduação	1
DAF	Secretária Executiva	Graduação	1
Total			36

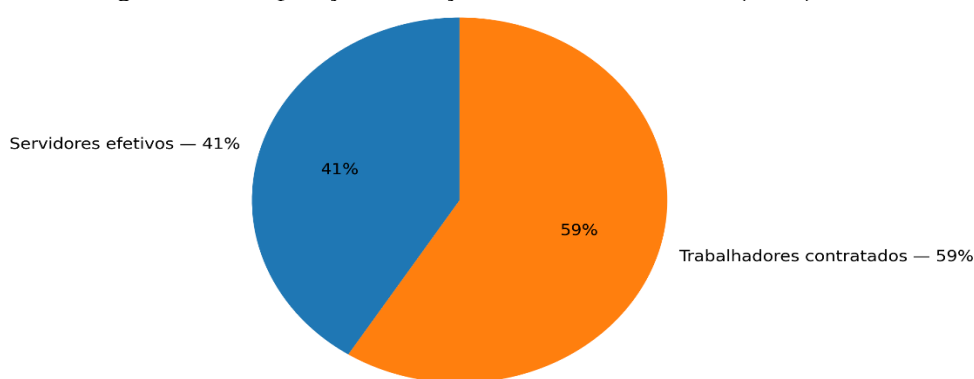
Fonte: elaborado pela pesquisadora/Relatório Anual da Proaes/2024.

A análise da composição da força de trabalho vinculada à Proaes permite identificar um aspecto central na organização da política de assistência estudantil nessa universidade: a coexistência de diferentes formas de vínculos institucional. A presença simultânea de servidores efetivos e trabalhadores contratados revela a diversidade de regimes de trabalho presentes na operacionalização desta política. Os dados também revelam a precarização das relações de trabalho, a flexibilização do controle público, a privatização da gestão, a redução de transparência e o enfraquecimento do orçamento público. Nesses aspectos, a Pró-reitoria de Assistência Estudantil e Acessibilidade foi criada pela necessidade de uma abrangência maior

de discentes em situações de vulnerabilidades, porém, parte das exigências financeiras vêm das Fundações e não do orçamento público.

A partir das análises dos quadros, observa-se que, excluídos os trabalhadores do RU e os ocupantes de cargos de chefia, 41% da força de trabalho é composta por servidores efetivos e 59% por trabalhadores contratados. Esse dado revela uma predominância de vínculos não efetivos na operacionalização direta da política, o que produz implicações para a estabilidade das equipes e para a continuidade das ações. Desse modo, a distribuição da força de trabalho responsável pela operacionalização da assistência estudantil pode ser melhor visualizada na Figura 7.

Figura 7 – Composição da força de trabalho da Proaes (2024)



Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir do Relatório Anual da Proaes, 2024.

O quadro de Técnicos-Administrativos é composto majoritariamente por especialistas e mestres. Entre os contratados da Fadesp, há trabalhadores com Ensino Médio, em funções que não exigem nível superior, bem como profissionais com Graduação, Especialização e Mestrado.

Embora a assistência estudantil envolva uma equipe multiprofissional, composta por diferentes áreas do conhecimento, o Serviço Social ocupa posição estratégica na operacionalização da política, especialmente no que se refere à mediação entre os estudantes e os programas institucionais de permanência. Nesse sentido, torna-se necessário observar de forma mais específica a composição da equipe de assistentes sociais vinculada à Proaes.

No que se refere especificamente às assistentes sociais, objeto central desta pesquisa, identificou-se que a Proaes/Belém contava com 15 profissionais registradas no Relatório 2024, todas do sexo feminino. Contudo, uma foi desligada e duas encontravam-se em licença para capacitação, resultando em 12 assistentes sociais em efetivo exercício no período da pesquisa, sendo 4 concursadas e 8 contratadas. O questionário da pesquisa foi aplicado às 12 profissionais em exercício, abrangendo tanto concursadas quanto contratadas, cujos resultados são analisados no decorrer dessa subseção.

A operacionalização da assistência estudantil na UFPA ocorre por meio de um conjunto de programas, benefícios e serviços organizados a partir dos eixos estruturantes definidos pela Política Institucional de Assistência Estudantil e Acessibilidade (Pinae). Esses programas materializam, no plano institucional, as estratégias voltadas à permanência dos estudantes e à promoção da inclusão no Ensino Superior, nesta universidade.

Então, as ações da Proaes/UFPA, em consonância com o Pnaes/2024, estão direcionadas à operacionalização de programas, benefícios e serviços que compõem a Pinae. O acesso ocorre por meio de editais e instruções normativas, evidenciando o caráter regulamentado e seletivo da política.

A organização das ações ocorre a partir de quatro eixos estruturantes: 1. Assistência Estudantil; 2. Acessibilidade; 3. Integração; e 4. Alimentação Estudantil.

Nessa análise, serão apresentados os dados referentes às diretorias DEAPE, DACESS e DAIE. As ações vinculadas à Alimentação Estudantil não são aqui detalhadas, uma vez que, a maioria dos trabalhadores do RU atua indiretamente no atendimento aos discentes.

a) DEAPE – Assistência Estudantil

A Diretoria de Equidade e de Apoio à Permanência Estudantil (Deape) tem como objetivo propor e executar programas de auxílios, bolsas institucionais e serviços como política de permanência, sucesso, valorização, inclusão social e diversidade para discentes regularmente matriculados e em vulnerabilidade socioeconômica (Relatório Anual/Proaes/2024, p. 52). O Quadro a seguir demonstra os quantitativos dos programas de auxílios e benefícios que foram distribuídos no ano de 2024.

Quadro 14 – Programas de auxílios/benefícios da Deape em 2024

Eixo da PINAE	Programa	Programa/projeto	Parcelas pagas	Total
		Auxílio Permanência	Benefícios concedidos	17.890
		Auxílio Moradia	Benefícios concedidos	4.077
		Auxílio Moradia IQP	Benefícios concedidos	2.765
		Auxílio Intervalar Permanência	Benefícios concedidos	214
		Auxílio Intervalar Moradia	Benefícios concedidos	101

Assistê ncia Estuda ntil	Programa Permanência	Auxílio Emergencial Permanência	Benefícios concedidos	1.095
		Auxílio Emergencial Moradia	Benefícios concedidos	429
		Auxílio Emergencial IQ Permanência	Benefícios concedidos	83
		Auxílio Emergencial IQ Moradia	Benefícios concedidos	58
		Auxílio Estudantes Estrangeiros - Permanência	Benefícios concedidos	26
		Auxílio Estudantes Estrangeiros - Moradia	Benefícios concedidos	24
		Auxílio Migre Permanência	Benefícios concedidos	103
		Auxílio Migre Moradia	Benefícios concedidos	107
		Taxa Zero	Benefícios concedidos	1.512
	Programa Casa de Estudantes Universitários (PROCEUS)	Vagas nas CEUS	Benefícios concedidos	321
		Auxílio Casa de Estudante	Benefícios concedidos	172
	Programa estudante- Convênio de Graduação	Auxílio Promisaes	Benefícios concedidos	24
	Programa de Bolsa Permanência – MEC	Bolsa Permanência - PBP/MEC	Benefícios concedidos	22.796
			TOTAL	52.118

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir do Relatório Anual/Proaes/2024.

Ressalta-se que esse quantitativo não corresponde ao número de estudantes atendidos, pois um mesmo discente pode acumular mais de um benefício. Ainda assim, o volume expressivo de 52.118 concessões indica a centralidade da Deape na política de permanência estudantil.

Embora os dados indiquem um volume expressivo de concessões de benefícios no âmbito da assistência estudantil, a análise da política não pode restringir-se ao número absoluto de auxílios disponibilizados. A operacionalização da permanência estudantil ocorre em um contexto marcado por limites orçamentários, critérios seletivos e processos administrativos que regulam o acesso aos programas institucionais.

No que se refere às ações da Diretoria de Equidade e de Apoio à Permanência Estudantil com base nos resultados obtidos, no que se refere às metas estabelecidas, identificamos um decréscimo de 79% em relação ao número de parcelas pagas no Auxílio Emergencial aos discentes indígenas e quilombolas em comparação ao ano de 2023 e à meta estabelecida (Relatório Anual/Proaes/2024, p. 54).

Apesar do alcance numérico, o Relatório Anual/2024 aponta que houve um decréscimo de 79% no número de parcelas pagas do Auxílio Emergencial, destinado a discentes indígenas e quilombolas, em comparação com 2023 e com a meta estabelecida revelando tensões entre metas planejadas e execução orçamentária o dado se expressa no fragmento a seguir:

b) DACESS – Acessibilidade

A Diretoria de Acessibilidade (DACESS) é responsável por operacionalizar programas, benefícios e serviços voltadas a discentes com deficiência (PcD), incluindo deficiências físicas, visuais, auditivas, intelectuais e múltiplas, Transtorno do Espectro do Autismo, mobilidade reduzida e altas habilidades/superdotação. O quadro a seguir expressa esses dados.

Quadro 15 – Programas de auxílios/benefícios da DACESS em 2024

Eixo da PINAE	Programa	Programas/Auxílios e Serviços	Parcelas pagas/serviços	Total
Acessibilidade	Programa de apoio especializado e individual (PAI -PcD)	Cadastros no Programa de apoio especializado e individual (PAI -PcD)	cadastros	364
		PAI-PCD Visual	cadastros	105
		PAI-PCD Auditivo	cadastros	38
		PAI-PCD Físico e Múltiplo	serviços concedidos	93
		PAI-PCD TEA	cadastros	116
		PAI-PCD Intelectual	cadastros	10
		PAI AH/SD	cadastros	2
		PAI –PcD -Serviços de interpretação em Libras Serviço de interpretação em LIBRAS	serviços concedidos	367
		PAI – PcD - Serviço de tradução em LIBRAS	serviços concedidos	54
		PAI – PcD - Serviço de audiodescrição	serviços concedidos	876
		PAI – PcD - Serviço de produção audiovisual acessível	serviços concedidos	87
		PAI – PcD - Serviço de produção em braille	serviços concedidos	47
		PAI – PcD - Serviço de adaptação de texto para formato digital acessível para leitores de tela	serviços concedidos	85
		PAI- PcD - Serviço de apoio acadêmico/cuidador de PcD (higiene, locomoção e alimentação)	serviços concedidos	1.316

		PAI- PcD - Serviço de Avaliação, orientação, indicação de tecnologia assistiva e/ou adaptações razoáveis	serviços concedidos	347
		Serviço de consultoria colaborativa	serviços concedidos	141
		Serviço de apoio terapêutico	serviços concedidos	83
	Pro-pedagógico	Serviço Orientação Psicopedagógica Especializada - Pedagogo	serviços concedidos	457
		Serviços de orientação psicopedagógica especializada - Psicólogo	serviços concedidos	109
		Serviço de orientação psicopedagógica especializada - Psicopedagogo	serviços concedidos	17
		Rede de saberes - Ação: Oficina de Orientação e mobilidade	benefícios concedidos	25
		Rede de saberes - Ação: Oficina de Audiodescrição	benefícios concedidos	1
		Rede de saberes - Ação: Oficina de Dosvox	benefícios concedidos	0
		Rede de saberes - Ação: Ação: Oficina de NVDA	benefícios concedidos	51
		Rede de saberes - Ação: Oficina de Braille	benefícios concedidos	1
		Rede de saberes - Ação: Oficina de NBR	benefícios concedidos	0
		Rede de saberes - Ação: Roda de conversa com estudantes com deficiência	benefícios concedidos	4
		Rede de saberes - Ação: Roda de conversa - Bate Papo Atípico	benefícios concedidos	10
	Informacessível	INFORMACESSÍVEL - Ação: Produtos informativos para garantia de acessibilidade (cartilhas, folders, cards e afins de temáticas relacionadas à acessibilidade e a inclusão no ensino superior)	benefícios concedidos	82
		INFORMACESSÍVEL - postagens de vídeos e podcasts acessíveis publicados nas redes sociais e plataformas de hospedagem da Daccess/PROAES	benefícios concedidos	12
	Infracessível	INFRACESSÍVEL - Ação: Análise ambiental e acessível de projetos arquitetônicos enviados pela Prefeitura do Campus ou Faculdades	benefícios concedidos	59
		INFRACESSÍVEL - AÇÃO Análise de acessibilidade de sites e de ambientes virtuais de aprendizagem na WEB no contexto da UFPA	benefícios concedidos	8
		Bolsa Acadêmica de Acessibilidade	parcelas pagas	278
		Bolsa Acadêmica de inclusão na educação	parcelas pagas	113

	Auxílios	básica		
		Auxílio Permanência PcD	parcelas pagas	761
		Auxílio Moradia PcD	parcelas pagas	229
		Auxílio Kit de Tecnologia Assistiva - graduação	parcelas pagas	25
		Auxílio Kit de Tecnologia Assistiva - pós Graduação	parcelas pagas	1
		Total		6.374

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir do Relatório Anual/Proaes/2024.

O Relatório destaca que, em 2024, a Diretoria atingiu a maioria das metas estabelecidas e ampliou o número de serviços realizados e parcelas pagas em relação a 2023, indicando expansão das ações no eixo da acessibilidade. “No ano de 2024 a Diretoria de Acessibilidade atingiu a maioria das metas estabelecidas e aumentou o número de serviços realizados e parcelas pagas quando comparados ao ano de 2023” (Relatório Anual/Proaes/2024, p. 57).

c) DAIE – Integração e Atenção Integral ao Estudante

A Diretoria de Atenção Integral ao Estudante (DAIE) desenvolve programas e projetos de apoio pedagógico e de atenção à saúde estudantil, articulando permanência, valorização e diversidade (Relatório Anual/Proaes/2024, p. 61).

A Diretoria de Atenção Integral ao Estudante desenvolve programas e/ou projetos de apoio pedagógico e de atenção à saúde estudantil, como ações de permanência, de sucesso, de valorização e diversidade para discentes regularmente matriculados e em vulnerabilidade socioeconômica da UFPA (Relatório Anual/Proaes/2024, p. 61).

O eixo organiza-se em dois subeixos: 1. Integração e Acompanhamento da Aprendizagem; e 2. Acolhimento e Atenção à Saúde Biopsicossocial.

Este último concretiza-se por meio de atendimentos psicossociais e ações de prevenção e promoção da saúde mental, articuladas com o complexo hospitalar universitário e ações integradas de extensão que visa: “integração e Acompanhamento da Aprendizagem [...] apoiar por meio da inclusão digital, do estudo de línguas estrangeiras, da concessão de bolsa de apoio à atividade acadêmica, de apoio à primeira infância, da concessão de *Kit Acadêmico* e de apoio aos projetos de acompanhamento da aprendizagem [...]” (Relatório Anual/Proaes/2024, p. 61-62).

Concretiza-se pelos atendimentos psicossociais e pelas atividades de prevenção e promoção da saúde mental, possibilitando o diagnóstico e o acompanhamento do sofrimento psíquico dos discentes, articulados em parceria com o complexo de hospitais universitários da UFPA e com Ações Integradas de Extensão universitária (Relatório Anual/Proaes/2024, p. 61-62).

As ações realizadas pelos trabalhadores para atender as demandas relacionadas com a permanência dos discentes em seus cursos é um trabalho que requer conhecimento técnico e competências específicas, as quais são adquiridas por intermédio de formação técnica e habilidades no atendimento especializado com a demanda da assistência estudantil, que precisa ter uma boa comunicação para o trabalho individual e em equipe. A seguir os programas de auxílios e benefícios da DAIE.

Quadro 16 – Programas de auxílios/benefícios da DAIE em 2024

Eixo da PINAE	Programa	Programas/Projetos Programa/objeto	Parcelas pagas/serviço realizado	Resultados
Integração Estudantil	Programa de Apoio Pedagógico (PROAP)	Prolínguas	benefícios concedidos	232
		Prodigital	benefícios concedidos	3.012
		Procad	benefícios concedidos	3.379
		Kit Acadêmico	benefícios concedidos	137
		Probolsa	benefícios concedidos	1.157
		PAAP	benefícios concedidos	1.160
		Primeira Infância	benefícios concedidos	436
	Programa Estudante e Saudável (PES)	HUJBB-Ações Integradas de Extensão à Saúde Estudantil	benefícios concedidos	328
		HUJBB– Odontologia Integrada para a Comunidade Acadêmica Universitária	benefícios concedidos	329
	Prorede	Mal estar do laço social e do bem viver	benefícios concedidos	80
		Felicidade e bem-estar: uso de práticas de mindfulness e psicologia positiva para atenção à saúde de discentes universitários	benefícios concedidos	39
		Narrativas e cuidados coletivos nas ondas do rádio: proteção e promoção da saúde mental e bem-viver amazônidas na universidade	benefícios concedidos	400
		Projeto de Extensão de Assistência Psicossocial ao Estudante (PEAPS)	benefícios concedidos	6.290
		Tekoporã: Serviço Virtual de Psicoterapia Breve Centrada no Estudante	benefícios concedidos	76

	Projeto Roda Vida	benefícios concedidos	53
	Acolhimento Psicoeducacional	benefícios concedidos	364
	Clínica de Atenção à Violência - CAV	benefícios concedidos	24
	Plantão Psicológico	benefícios concedidos	234
		Total	17.730

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir do Relatório Anual/Proaes/2024.

Os dados demonstram a amplitude das ações no campo pedagógico e psicossocial, com destaque para o Projeto de Extensão de Assistência Psicossocial ao Estudante (PEAPS), que registrou 6.290 atendimentos.

A análise conjunta dos quadros 14, 15 e 16 permitem compreender o alcance e a complexidade da política de assistência estudantil na Proaes/UFGA. Observa-se que as ações desenvolvidas pelas diretorias se estruturam em três dimensões complementares: a permanência material dos estudantes, operacionalizada principalmente pela Deape; a garantia de acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, conduzida pela Dacess; e o apoio pedagógico, psicossocial e de saúde estudantil articulado pela DAIE.

Todavia, a distribuição dos benefícios e serviços revela uma centralidade expressiva das ações vinculadas à permanência material, especialmente por meio de auxílios financeiros e bolsas institucionais. Esse dado evidencia que a assistência estudantil, embora estruturada em diferentes eixos, mantém forte orientação compensatória diante das desigualdades socioeconômicas que atravessam o acesso e a permanência no Ensino Superior público. Assim, a política configura-se simultaneamente como estratégia de ampliação do acesso e como mecanismo institucional de enfrentamento das múltiplas expressões da questão social que se manifestam no espaço universitário.

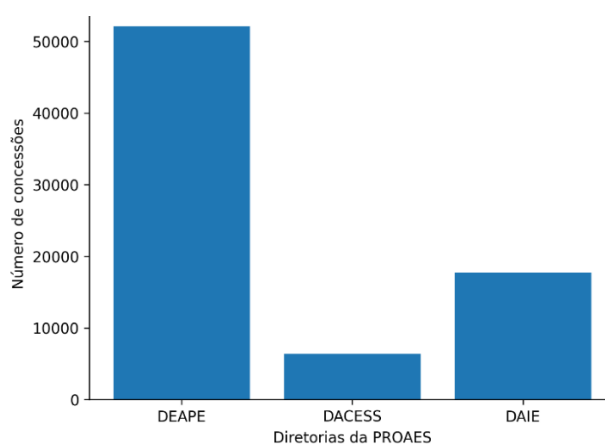
As diretorias coordenam equipes responsáveis pela gestão dos auxílios, benefícios e serviços, bem como pela organização dos fluxos administrativos e pelo cumprimento das diretrizes institucionais. O volume de concessões de: 52.118 (Deape), 6.374 (Dacess) e 17.730 (DAIE), evidenciam a magnitude da política e a intensidade das demandas dirigidas às equipes.

A distribuição dos auxílios na assistência estudantil entre as diretorias evidencia a centralidade das ações vinculadas à permanência material dos estudantes, como já mencionado, anteriormente. A Deape concentra a maior parte das concessões dos auxílios financeiros, enquanto as ações de acessibilidade e de atenção pedagógica e psicossocial apresentam

quantitativos menores, o que revela a predominância das estratégias de concessões de auxílios financeiros na operacionalização da assistência estudantil.

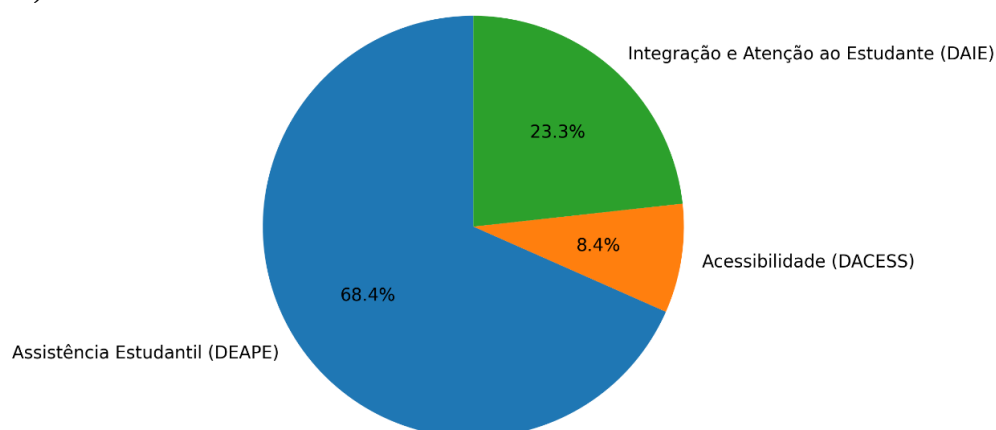
A análise do volume de concessões realizadas pelas diferentes diretorias da Proaes permite visualizar a distribuição das ações da assistência estudantil na universidade. A comparação entre os eixos de atuação evidencia quais dimensões da política concentram maior volume de recursos e de atendimentos, possíveis de serem visualizados nas figuras 8 e 9.

Figura 8 – Distribuição das concessões da assistência estudantil por diretoria (2024)



Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir do Relatório Anual da Proaes (2024).

Figura 9 – Distribuição proporcional da política de assistência estudantil por eixo da Pinae (2024)

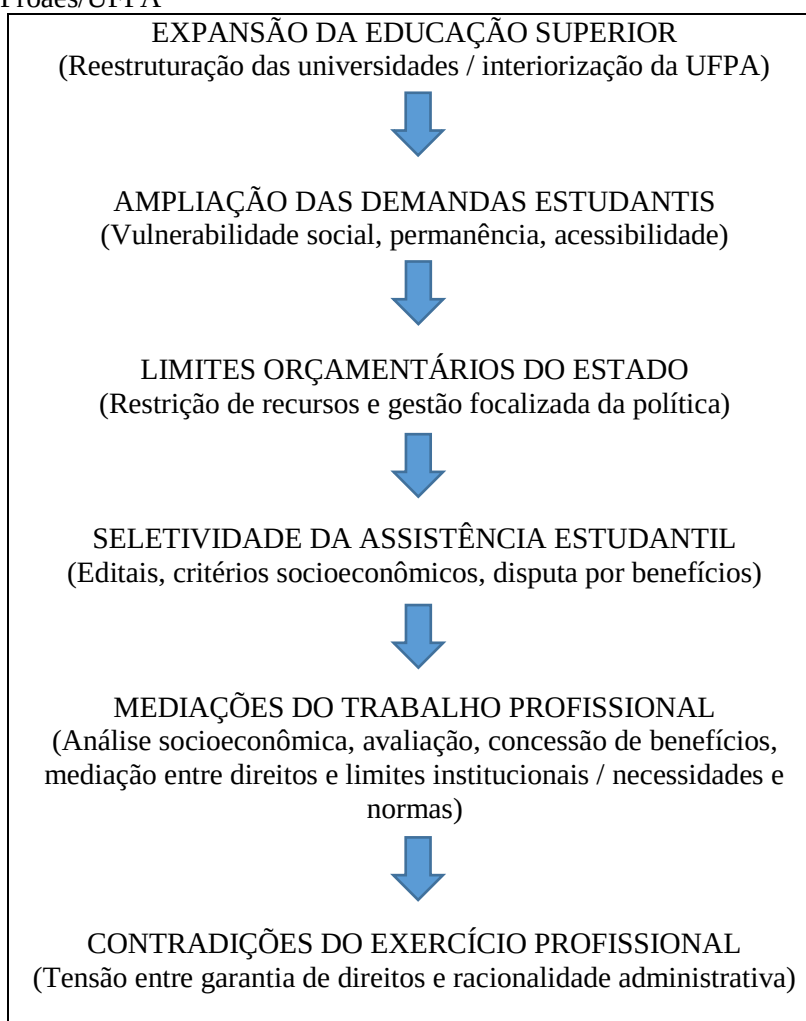


Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir do Relatório Anual da Proaes (2024).

A análise da estrutura institucional da Proaes, da composição da força de trabalho e da distribuição dos programas e benefícios permite compreender que a assistência estudantil na UFPA se organiza a partir de um conjunto de determinações institucionais e societárias que

ultrapassam o plano imediato da gestão universitária. A expansão da Educação Superior, associada ao aumento das demandas estudantis e às restrições orçamentárias do Estado, produz um cenário em que a operacionalização da política passa a ocorrer por meio de mecanismos seletivos de acesso aos benefícios. Para sintetizar esse encadeamento de determinações que configuram o contexto de atuação profissional na assistência estudantil, apresenta-se o quadro 17.

Quadro 17 – Determinações estruturais da assistência estudantil e mediações do trabalho profissional na Proaes/UFGA



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2026.

O encadeamento dessas determinações evidencia que o trabalho do(a) assistente social na política de assistência estudantil não pode ser compreendido como uma atividade meramente técnica ou administrativa. Ao contrário, trata-se de uma prática profissional inscrita em um campo de mediações que articula a ampliação do acesso ao Ensino Superior, o crescimento das demandas sociais, presentes na universidade, e os limites estruturais impostos pelo financiamento e pela organização institucional das políticas públicas.

Nesse cenário, o(a) assistente social atua no ponto de interseção entre a garantia de direitos e os mecanismos seletivos de operacionalização da política, realizando avaliações socioeconômicas, acompanhamentos e encaminhamentos que materializam, no cotidiano institucional, as contradições entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e as determinações institucionais e orçamentárias do Estado. É precisamente nesse terreno contraditório que se configura o problema central desta tese: compreender como o trabalho profissional se organiza e se redefine no interior dessas mediações, revelando tanto possibilidades quanto limites para a efetivação de direitos na política de assistência estudantil na Proaes/UFPA.

Nesse espaço institucional, as relações sociais e as expressões da questão social se manifestam cotidianamente. O trabalho realizado requer formação técnica, competências específicas, capacidade de atendimento especializado e atuação articulada em equipe, exige-se, também, domínio normativo, habilidade comunicacional e capacidade de mediação diante de situações de vulnerabilidade.

Defende-se, portanto, que o exercício profissional das assistentes sociais, bem como a relação entre Serviço Social e política educacional, deve ser permanentemente problematizado. A aproximação entre teoria e prática, à luz do Projeto Ético-Político da profissão, torna-se indispensável para compreender como a operacionalização da assistência estudantil na UFPA impacta, concretamente, os fundamentos que deram origem à profissão, seus princípios e diretrizes, especialmente diante das múltiplas expressões da questão social presentes no espaço universitário.

A análise da estrutura organizacional, da composição da força de trabalho e da distribuição dos programas e benefícios evidencia que a assistência estudantil na UFPA se constitui como uma política de grande amplitude institucional, responsável por mediar o acesso e a permanência de um número considerável de estudantes no Ensino Superior. Contudo, sua operacionalização ocorre em um contexto marcado por restrições orçamentárias, seletividade para quem serão atendidos pelos programas e crescente complexificação das demandas sociais presentes no espaço universitário.

Nesse cenário, a política de assistência estudantil passa a expressar as próprias contradições das políticas sociais contemporâneas, ao mesmo tempo em que amplia possibilidades de acesso a direitos e contribui para a permanência de estudantes em situações de vulnerabilidades, também se estrutura a partir de mecanismos focalizados e seletivos que limitam o alcance universal dessas ações. Assim, o trabalho desenvolvido pelas equipes profissionais, especialmente pelas assistentes sociais, realiza-se no interior de um campo de

tensões entre a defesa da ampliação de direitos e os limites institucionais impostos pela organização e pelo financiamento da política.

Assim, a assistência estudantil na UFPA se configura como uma política institucional de grande amplitude. É justamente nesse terreno de mediações, entre ampliação do acesso, crescimento das demandas sociais e restrições orçamentárias, que emergem os principais desafios enfrentados pelas assistentes sociais na materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social no cotidiano da assistência estudantil. Temática que será aprofundada na seção seguinte.

5.3 DESAFIOS À MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL NA PROAES/UFPA

A análise desenvolvida nas subseções anteriores evidenciou que a assistência estudantil na Universidade Federal do Pará se organiza em um contexto marcado simultaneamente pela expansão da Educação Superior e pelo crescimento das demandas sociais por permanência estudantil. Entretanto, esse processo ocorre em um cenário de restrição orçamentária e de limites institucionais que condicionam a forma como os benefícios são operacionalizados. Nesse sentido, o acesso aos programas e auxílios passa a ser mediado por critérios institucionais de seleção que regulam quem pode acessar os recursos disponíveis.

Nesse cenário, a análise dessa subseção busca compreender como as determinações institucionais e estruturais da assistência estudantil incidem sobre o trabalho profissional das assistentes sociais na Proaes/UFPA, evidenciando as tensões entre a operacionalização da política e os princípios que orientam o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Compreende-se que a materialização do referido Projeto no cotidiano institucional não depende exclusivamente da adesão individual dos profissionais aos princípios da profissão, mas das condições objetivas em que o trabalho se realiza. As normativas do conjunto CFESS/CRESS reconhecem essa dimensão ao estabelecer parâmetros para o exercício profissional e mecanismos de fiscalização das condições éticas e técnicas de trabalho.

A Política Nacional de Fiscalização, por exemplo, orienta a atuação dos Conselhos Regionais na verificação das condições físicas, técnicas e institucionais em que o trabalho do (a) assistente social é desenvolvido, evidenciando que a qualidade da intervenção profissional está diretamente relacionada às condições institucionais oferecidas pelas empresas, organizações e fundações.

A compreensão dessas mediações institucionais exige situar a assistência estudantil no interior das políticas sociais contemporâneas. A forma como os programas de permanência

estudantil é estruturada, financiada e operacionalizada não pode ser dissociada das transformações mais amplas que ‘atravessam’ o campo das políticas públicas no contexto do capitalismo contemporâneo.

Essa dinâmica evidencia que as políticas sociais, embora constituam respostas estatais às expressões da questão social, também operam como mecanismos de regulação das desigualdades, produzidas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Conforme analisa Pereira (2016), a constituição das políticas sociais está vinculada às formas historicamente construídas de enfrentamento das necessidades sociais geradas pelas contradições do sistema capitalista, respondendo parcialmente às demandas da classe trabalhadora sem eliminar suas bases estruturais.

Assim, a seletividade, presente na assistência estudantil, revela uma das expressões contemporâneas dessa dinâmica contraditória, na qual o direito à permanência universitária se materializa de forma condicionada, como já mencionado, pelos limites institucionais e orçamentários da política.

Nesse contexto, as transformações das políticas sociais repercutem diretamente sobre as formas de organização do trabalho profissional no interior das instituições responsáveis por sua execução. A análise do trabalho dos (as) assistentes sociais na assistência estudantil exige, portanto, considerar as determinações mais amplas que estruturam o mundo do trabalho na sociedade capitalista.

Mais ainda, especificamente, este trabalho passa a ser permeado por determinações institucionais das quais essas profissionais encontram-se imbrincadas. A literatura crítica sobre a categoria trabalho demonstra que, no capitalismo, o processo de trabalho se organiza sob o controle das estruturas institucionais que definem os objetivos, os meios e as condições de sua realização (Marx, 2013; Antunes, 2007).

No caso do Serviço Social, essas determinações se materializam nas formas concretas de organização do trabalho profissional no interior das políticas sociais. Nessas condições, a atividade laboral tende a ser subordinada às exigências de racionalização, produtividade e controle institucional. Como destaca Iamamoto (2012), o trabalho do (a) assistente social se insere na divisão social e técnica do trabalho, sendo condicionado pelas requisições institucionais das políticas sociais nas quais se realiza.

No âmbito da assistência estudantil, essa dinâmica se expressa na intensificação das demandas de atendimento, na ampliação das responsabilidades administrativas e na necessidade permanente de administrar recursos limitados frente a necessidades sociais crescentes. Dessa forma, o cotidiano profissional passa a ser marcado por processos de sobrecarga de trabalho,

burocratização das atividades e organização do tempo disponível para o acompanhamento social, elementos que incidem diretamente sobre as condições concretas de realização do trabalho profissional.

É nesse terreno contraditório que se colocam os principais desafios à materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social no âmbito da assistência estudantil. Inserido na divisão social e técnica do trabalho e vinculado à execução das políticas sociais do Estado, o (a) assistente social ocupa uma posição profissional que articula, simultaneamente, funções institucionais de gestão e operacionalização de programas sociais e compromissos ético-políticos voltados à defesa dos direitos da classe trabalhadora. Conforme argumenta Iamamoto (2017), o trabalho profissional adquire sentido histórico no interior das relações sociais nas quais se realiza, sendo transpassado pelas disputas em torno da direção social das políticas públicas.

Nesse sentido, o exercício profissional no campo da assistência estudantil é marcado por tensões permanentes, de um lado, as exigências institucionais de controle, seletividade e racionalização do acesso aos benefícios e, de outro, os princípios ético-políticos da profissão, orientados pela universalização dos direitos e pela ampliação da cidadania. Como observa Montaña (2007), o Serviço Social se constitui historicamente como profissão inserida no interior das políticas sociais do Estado, atuando como mediação nas respostas institucionais à questão social.

Assim, compreender os desafios à materialização do Projeto Ético-Político na Proaes/UFGPA implica analisar como essas mediações se expressam concretamente no cotidiano de trabalho das assistentes sociais, revelando as estratégias profissionais construídas para enfrentar os limites estruturais da política de assistência estudantil.

A análise dos materiais empíricos produzidos nesta pesquisa, as entrevistas realizadas com as assistentes sociais da Proaes e os questionários, aplicados à equipe profissional, permitem identificar um conjunto de contradições estruturais que transitam no trabalho profissional na política de assistência estudantil. Essas contradições expressam, no plano institucional da universidade, as determinações ampliadas que configuram as políticas sociais no contexto do capitalismo, atualmente, especialmente no que se refere à gestão de demandas sociais crescentes em cenários marcados por restrições orçamentárias e focalização das ações que devem contemplar os mais vulneráveis, dentro de um universo de vulneráveis.

Ao mesmo tempo em que o Serviço Social assume papel central na mediação entre os estudantes e os programas de permanência, sua atuação é condicionada por mecanismos institucionais de seleção e gestão de recursos. As determinações apresentadas até aqui

revelam que o trabalho profissional na assistência estudantil se desenvolve em um contexto marcado por múltiplas contradições institucionais e estruturais.

Essas contradições expressam a tensão entre a ampliação das demandas sociais presentes no espaço universitário e os limites orçamentários da política. O quadro a seguir sintetiza essas determinações e suas incidências no exercício profissional das assistentes sociais na Proaes/UFPA.

Quadro 18 – Contradições do trabalho profissional na assistência estudantil (Proaes/UFPA)

Determinações estruturais da política	Expressões na assistência estudantil	Incidências no trabalho do(a) assistente social
Expansão da Educação Superior e ampliação do acesso à universidade	Crescimento do número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e aumento das demandas por auxílios e serviços de permanência	Intensificação das demandas de atendimento, ampliação do número de análises socioeconômicas e necessidade de acompanhamento de situações sociais complexas
Limites orçamentários das políticas públicas	Número restrito de auxílios frente à elevada demanda estudantil e formação de cadastro reserva nos programas de assistência	Necessidade de selecionar estudantes para acesso aos benefícios, gerando tensão entre garantia de direitos e critérios institucionais de elegibilidade
Estrutura institucional limitada	Insuficiência de espaço físico, ausência de profissionais em alguns <i>campi</i> e necessidade de itinerância das equipes	Sobrecarga de trabalho, deslocamentos entre <i>campi</i> e dificuldades para realização de atendimentos com condições adequadas de sigilo profissional
Complexificação das demandas sociais no espaço universitário	Presença de estudantes com múltiplas vulnerabilidades (econômicas, familiares, territoriais, emocionais e pedagógicas)	Ampliação do uso de instrumentais técnico-operativos do Serviço Social, como entrevista social, estudo social, parecer social, visitas domiciliares e encaminhamentos intersetoriais
Caráter focalizado da política de assistência estudantil	Definição de critérios de seleção baseados em análise socioeconômica e indicadores de vulnerabilidade	Centralidade da análise socioeconômica como atividade técnica do Serviço Social e responsabilização da equipe pela definição do acesso aos benefícios
Trabalho multiprofissional e intersetorial	Atuação articulada com psicólogos, pedagogos e outros setores institucionais	Mediação institucional do assistente social entre estudantes, política de assistência estudantil e rede de serviços
Contradições entre normativas institucionais e princípios profissionais	Operacionalização de uma política focalizada em contexto de escassez de recursos	Tensões ético-políticas no exercício profissional, especialmente entre a defesa da universalização dos direitos e a necessidade institucional de seleção dos beneficiários

Fonte: elaborado pela autora com base em entrevistas realizadas com assistentes sociais da Proaes e questionários aplicados à equipe profissional, 2026.

A síntese apresentada nesse quadro permite identificar as principais determinações estruturais que penetram a política de assistência estudantil no interior da universidade, evidenciando como a expansão do Ensino Superior, os limites orçamentários e o caráter focalizado dessa política produzem um conjunto de condicionantes que incidem diretamente sobre o trabalho profissional do Serviço Social.

Nesse plano analítico, tais elementos revelam as determinações institucionais e estruturais, as dificuldades para a materialização do Projeto Ético-Político da profissão que configuram o campo de atuação das assistentes sociais na assistência estudantil da Proaes/UFGA.

Entretanto, para além da identificação dessas determinações estruturais, torna-se fundamental observar de que maneira essas contradições são vivenciadas e interpretadas pelas próprias assistentes sociais no cotidiano da assistência estudantil. As entrevistas realizadas com profissionais da Proaes/UFGA permitem evidenciar como essas mediações institucionais manifestam-se concretamente no exercício do trabalho profissional.

Contudo, para além dessa leitura estrutural, torna-se necessário observar de que modo essas determinações se expressam concretamente no cotidiano institucional e nas experiências profissionais das assistentes sociais que atuam na operacionalização dessa política. É nesse plano da prática profissional que se tornam mais visíveis as tensões entre a garantia de direitos e os mecanismos seletivos de acesso aos benefícios, bem como os limites e possibilidades da intervenção profissional no interior da assistência estudantil.

Em um contexto adverso para a atuação das assistentes sociais na perspectiva da garantia de direitos para os (as) discentes da UFGA em situação de vulnerabilidade que solicitam os auxílios, programas e serviços da Proaes é que foram criados os indicadores sociais dos grupos: Geral; PcD; Indígenas e Quilombolas; Populações Tradicionais; Pessoas Trans e Travestis; Imigrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas e os Estrangeiros, os indicadores de um modo geral vão indicar por meio de uma pontuação quais são os discentes mais vulneráveis, com a pontuação recebida eles podem concorrer aos benefícios e bolsas existentes na Proaes, tanto os financeiros quanto os serviços.

Os indicadores utilizados de um modo geral são: Renda Familiar *Per Capita*; Forma de Ingresso Cotista ou Não cotista; Discente cursando a Primeira Graduação; Natureza da Renda do Principal Provedor se Formal ou Informal ou beneficiário de benefício/bolsa/auxílio de programa social; Situação da Moradia Atual Fora da família ou com a família; Características da Moradia na Origem se Imóvel alugado; Abrigado (a) em Espaço de Acolhimento; Em situação de rua; casa Própria quitada; Própria financiada; Própria em pagamento; Própria de

programa governamental de habitação popular; Própria adquirida por herança; Cedida; Condição de Pessoa com Deficiência de membro (s) do grupo familiar se Existe CPD Não existe; Situação de Agravante de Saúde de membro (s) do grupo familiar se Existe ou Não existe; Outras Situações de Agravantes de Vulnerabilidades sociais identificadas se Existe ou Não existe e Inscrição no Cadastro Único do Governo Federal. Ressalta-se que cada discente deverá se inscrever para as análises do Cadastro Geral de Assistência Estudantil-CadGest em seu grupo correspondente.

Alguns serviços e auxílios emergenciais são concedidos a partir de outros critérios de vulnerabilidade, elencados nas Instruções Normativas, somente nesses casos, os discentes podem ser atendidos com auxílios financeiros e serviços, mediante análises e/ou visitas domiciliares das assistentes sociais.

Seguindo as análises, a partir das entrevistas realizadas com assistentes sociais da Proaes e das respostas abertas dos questionários aplicados à equipe profissional, torna-se possível evidenciar como essas contradições estruturais são vivenciadas e enfrentadas no cotidiano do trabalho. O Quadro 19 a seguir sintetiza essas mediações, articulando as determinações da política às estratégias profissionais e aos fragmentos empíricos das falas das assistentes sociais que atuam na operacionalização da assistência estudantil na Proaes/UFPA.

Quadro 19 – Contradições estruturais da assistência estudantil e estratégias profissionais do Serviço Social na Proaes/UFPA

Contradição estrutural da política	Expressão no cotidiano profissional	Fragmento empírico
Expansão da universidade × número insuficiente de profissionais	Ampliação das demandas de atendimento e intensificação do trabalho profissional	“A cada ano a gente recebe mais alunos. Infelizmente não tem essa proporcionalidade entre mais estudantes e mais profissionais para atender essa demanda.” (ASSISTENTE SOCIAL CONCURSADA, entrevista, 2026).
Ampliação das demandas estudantis × limites estruturais institucionais	Dificuldades de infraestrutura para atendimento e garantia do sigilo profissional	“Nós não temos um prédio próprio. É um espaço adaptado, que não facilita o acesso do aluno e também dificulta o sigilo profissional.” (ASSISTENTE SOCIAL CONCURSADA, entrevista, 2026).
Interiorização da universidade × desigualdade na presença de profissionais	Necessidade de deslocamento das equipes para atender <i>campi</i> sem assistente social	“A UFPA não tem assistente social em todos os campi, então a equipe de Belém precisa dar suporte para esses lugares.” (ASSISTENTE SOCIAL CONCURSADA, entrevista, 2026).
Direito à permanência estudantil × orçamento limitado da política	Necessidade de seleção dos estudantes para acesso aos benefícios	“A gente acaba criando mais condicionalidades para incluir o aluno, a política fica mais seletiva para escolher

Contradição estrutural da política	Expressão no cotidiano profissional	Fragmento empírico
		quem está em maior vulnerabilidade.” (ASSISTENTE SOCIAL CONCURSADA, entrevista, 2026).
Universalização do direito × focalização da política social	Construção de critérios socioeconômicos para definição do acesso aos auxílios	“A gente tem uma demanda muito alta para os auxílios, mas o número de benefícios ainda é limitado.” (ASSISTENTE SOCIAL CONTRATADA, entrevista, 2026).
Complexificação das demandas sociais no espaço universitário	Ampliação do uso de instrumentais técnico-operativos do Serviço Social	“Utilizo entrevistas sociais, estudo social, relatórios técnicos, visitas domiciliares e escuta qualificada para compreender a realidade dos estudantes.” (ASSISTENTES SOCIAIS DA PROAES, questionário, 2026).
Demandas sociais ampliadas × escassez de recursos institucionais	Tensão ética no momento de negar acesso aos benefícios	“Quando precisamos informar ao estudante que ele ficará no cadastro reserva, isso impacta diretamente o nosso trabalho.” (ASSISTENTE SOCIAL CONTRATADA, entrevista, 2026).
Complexidade da questão social × necessidade de atuação intersetorial	Trabalho em equipe multiprofissional com psicologia, pedagogia e outros setores	“O trabalho do assistente social ocorre em articulação com psicólogos, pedagogos e outros setores para responder às demandas dos estudantes.” (ASSISTENTES SOCIAIS DA PROAES, questionário, 2026).

Fonte: elaborado pela autora com base em entrevistas realizadas com assistentes sociais da Proaes e questionários aplicados à equipe profissional, 2026.

Compreende-se que as condições institucionais que traspassam o trabalho profissional também constituem objeto de atenção das instâncias de regulação da profissão. No âmbito do Serviço Social brasileiro, o conjunto CFESS/CRESS tem atribuição legal de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, garantindo que a atuação dos assistentes sociais ocorra em consonância com as normativas da profissão e com os princípios ético-políticos que orientam o Serviço Social. Nesse sentido, a Política Nacional de Fiscalização estabelece que compete aos Conselhos Regionais verificar as condições físicas, técnicas e éticas em que o trabalho profissional é desenvolvido, bem como orientar profissionais e instituições quanto ao cumprimento da legislação que regulamenta a profissão.

A existência desses mecanismos institucionais evidencia que a qualidade do exercício profissional não depende exclusivamente da iniciativa individual do assistente social, mas também das condições institucionais concretas em que o trabalho se realiza. Assim, a fiscalização profissional assume caráter não apenas normativo, mas também político-

pedagógico, ao buscar garantir que o exercício profissional ocorra em condições que respeitem os direitos dos usuários e a autonomia técnica da profissão.

Os elementos apresentados evidenciam que o trabalho do (a) assistente social na assistência estudantil se realiza em um terreno profundamente contraditório. De um lado, a ampliação do acesso à universidade e a expansão das políticas de permanência produzem novas demandas sociais no interior do espaço universitário. De outro, os limites estruturais da política, expressos na restrição orçamentária, na insuficiência de profissionais e nas limitações institucionais, condicionam as possibilidades de resposta às necessidades dos estudantes.

Nesse contexto, o trabalho profissional passa a assumir um papel mediador entre as normativas institucionais e as condições concretas de vida dos estudantes, exigindo das assistentes sociais a mobilização de diferentes instrumentais técnico-operativos e estratégias profissionais para lidar com a seletividade da política e com as tensões ético-políticas que emergem no cotidiano da intervenção.

Após a análise das contradições estruturais da assistência estudantil e das estratégias profissionais mobilizadas pelas assistentes sociais no cotidiano institucional, torna-se igualmente relevante observar como essas determinações se traduzem na composição da força de trabalho e nas condições concretas de exercício profissional no interior da Proaes.

Para além das evidências qualitativas apresentadas nas entrevistas, os dados quantitativos produzidos por meio do questionário aplicado às assistentes sociais da instituição permitem identificar tendências importantes relativas ao perfil profissional da equipe, às condições de trabalho e às percepções das profissionais sobre o próprio exercício do Serviço Social na assistência estudantil. Esses elementos contribuem para compreender de forma mais abrangente como se configura o trabalho profissional no interior dessa política, evidenciando tanto as potencialidades quanto os limites institucionais que atravessam a atuação das assistentes sociais na universidade. O quadro a seguir sintetiza alguns desses indicadores.

Quadro 20 – Perfil profissional, condições de trabalho e percepção do exercício profissional na Proaes/UFGA

Dimensão analisada	Indicadores identificados no questionário	Síntese interpretativa
Perfil profissional	Predominância de assistentes sociais com formação em instituições públicas e tempo de atuação entre 4 e 10 anos na assistência estudantil	Indica presença de profissionais com experiência consolidada na política, contribuindo para a qualificação das análises socioeconômicas e do acompanhamento das demandas estudantis

Dimensão analisada	Indicadores identificados no questionário	Síntese interpretativa
Vínculo profissional	Coexistência de diferentes formas de inserção institucional (servidores efetivos e trabalhadores celetistas)	Revela heterogeneidade das relações de trabalho no interior da política e possíveis impactos na estabilidade profissional e na autonomia no exercício do trabalho
Trabalho multiprofissional	83,3% das respondentes afirmam atuar em equipes multiprofissionais/intersectoriais	Evidencia o caráter intersectorial da assistência estudantil e a necessidade de articulação entre diferentes áreas para responder às demandas estudantis
Instrumentais de trabalho	Predominância de entrevistas sociais, estudos sociais, pareceres sociais, atendimentos individuais e encaminhamentos	Confirma a centralidade dos instrumentais técnico-operativos do Serviço Social na operacionalização da política
Condições materiais de trabalho	58,3% consideram os instrumentos de trabalho adequados; 41,7% avaliam como insuficientes	Indica que parte significativa das profissionais enfrenta limitações institucionais para a realização do trabalho
Dificuldades para realização do trabalho	91,7% relatam dificuldades para desenvolver suas atividades profissionais	Demonstra que a intensificação das demandas e os limites estruturais da política impactam diretamente o cotidiano de trabalho
Caracterização do trabalho profissional	Propositivo (66,7%), pedagógico (58,3%), emancipador (50%), tecnicista (16,7%), seletivo (respostas abertas)	Evidencia ambivalência na percepção das profissionais sobre o trabalho, marcado simultaneamente por potencial emancipador e por exigências institucionais seletivas

Fonte: elaborado pela autora com base nos questionários aplicados às assistentes sociais da Proaes/UFPA, 2026.

A análise das contradições na assistência estudantil na UFPA evidencia que o trabalho das assistentes sociais se desenvolve em um campo de mediações marcado pela coexistência de diferentes determinações institucionais e societárias. De um lado, a política de assistência estudantil amplia possibilidades de permanência e inclusão de estudantes historicamente excluídos do Ensino Superior, de outro, sua operacionalização ocorre sob limites orçamentários e institucionais que impõem critérios seletivos de acesso aos benefícios. Nesse contexto, o trabalho profissional assume papel estratégico na mediação entre a garantia de direitos e a gestão institucional da escassez, revelando as tensões ético-políticas que estruturam o exercício do Serviço Social na política de assistência estudantil.

Os dados apresentados evidenciam que o trabalho das assistentes sociais na assistência estudantil se desenvolve em um contexto institucional marcado por múltiplas determinações. De um lado, observa-se a presença de uma equipe profissional relativamente experiente e inserida em práticas multiprofissionais, o que contribui para ampliar as possibilidades de intervenção diante das demandas estudantis. A predominância de profissionais com trajetória consolidada na política e a atuação em equipes intersetoriais indicam a existência de um campo profissional que mobiliza diferentes saberes e estratégias institucionais na mediação das demandas sociais que se expressam no espaço universitário.

De outro lado, os indicadores relativos às condições de trabalho revelam a existência de limites institucionais significativos, expressos na insuficiência de recursos materiais, na heterogeneidade dos vínculos de trabalho e na elevada incidência de dificuldades relatadas pelas profissionais no exercício de suas atividades. O fato de que 91,7% das respondentes afirmam enfrentar dificuldades para desenvolver seu trabalho evidencia que o cotidiano profissional na assistência estudantil é marcado por processos de intensificação do trabalho, ampliação das demandas institucionais e necessidade permanente de administrar recursos limitados diante de necessidades sociais crescentes.

Esses elementos reforçam a compreensão de que o trabalho profissional na assistência estudantil se realiza em um terreno contraditório, onde a defesa da permanência estudantil e da garantia de direitos convive com restrições institucionais e orçamentárias que condicionam as possibilidades de intervenção. Nesse contexto, o Serviço Social é chamado a atuar simultaneamente na mediação das demandas sociais dos estudantes e na operacionalização dos mecanismos institucionais que regulam o acesso aos benefícios da política.

As análises dessa seção evidenciaram que o trabalho das assistentes sociais na assistência estudantil se constitui como expressão de múltiplas mediações que articulam determinações estruturais da sociedade, configurações institucionais da política pública e as condições concretas do exercício profissional. Nesse sentido, compreender o trabalho profissional na Proaes exige situá-lo no interior de um sistema de mediações que conecta a dinâmica mais ampla das políticas sociais no capitalismo dependente às formas específicas de operacionalização da assistência estudantil no contexto universitário.

O Quadro 21 a seguir sintetiza esse conjunto de determinações, evidenciando como as transformações da política de Educação Superior, os limites institucionais da assistência estudantil e os instrumentos técnico-operativos do Serviço Social se articulam na constituição do trabalho profissional das assistentes sociais na UFPA.

Quadro 21 – Mediações do trabalho do assistente social na assistência estudantil na UFPA



Fonte: elaborado pela autora com base na análise empírica da pesquisa (entrevistas e questionários com assistentes sociais da Proaes/UFPA, 2026).

Essas determinações sintetizam três níveis analíticos da tese que se expressam no quadro a seguir:

Quadro 22 - Síntese de três níveis analíticos da tese



Fonte: elaborado pela autora com base na análise empírica da pesquisa (entrevistas e questionários com assistentes sociais da Proaes/UFPA, 2026).

A síntese analítica, apresentada nesse Quadro 22, permite compreender que o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil não pode ser apreendido como mera execução técnico-administrativa de programas institucionais, mas como expressão de um complexo sistema de mediações que articula determinações estruturais da sociedade, configurações específicas da política pública e condições concretas do exercício profissional.

Nesse sentido, a expansão da Educação Superior e a ampliação das demandas por permanência estudantil se desenvolvem em um contexto, marcado por limites orçamentários, focalização das políticas sociais e mecanismos seletivos de acesso aos benefícios, produzindo um terreno contraditório no qual o Serviço Social é chamado a atuar.

É nesse cenário que os instrumentos técnico-operativos da profissão, como a análise socioeconômica, os estudos e pareceres sociais e os atendimentos individuais, assumem centralidade na operacionalização da política, ao mesmo tempo em que expõem os profissionais às tensões entre a defesa da garantia de direitos e as exigências institucionais de gestão da escassez de recursos financeiros.

Desse modo, os dados empíricos analisados nesta pesquisa mostram que o trabalho profissional na Proaes/UFPA se configura como uma prática atravessada por mediações institucionais, limites estruturais e disputas ético-políticas, nas quais se evidenciam as contradições entre a universalidade do direito à educação e o caráter seletivo da política de

assistência estudantil. Ao evidenciar essas determinações, menciona-se que essas análises contribuem para responder ao problema central que orienta esta tese, ao demonstrar que o trabalho do(a) assistente social na operacionalização da política de assistência estudantil na UFPA se constitui em um campo de mediações complexas, onde a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social se confronta cotidianamente com as determinações institucionais e orçamentárias próprias do contexto societário contemporâneo.

Assim, compreender o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil implica reconhecê-lo como parte das disputas mais amplas em torno da direção social das políticas públicas e da própria universidade pública no contexto das contradições do capitalismo em sua fase vigente. A compreensão do trabalho dos (as) assistentes sociais na Proaes/UFPA será registrada na sub-seção seguinte.

5.4 DAS PARTICULARIDADES DO TRABALHO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL AOS DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS: síntese interpretativa do objeto de pesquisa

A análise desenvolvida ao longo dessa seção permitiu compreender como se configura o trabalho do(a) assistente social na operacionalização da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pará, evidenciando as particularidades desse exercício profissional no interior da Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (Proaes/UFPA). Ao articular a análise das condições institucionais da política com os dados empíricos, produzidos por meio das entrevistas e dos questionários, aplicados às assistentes sociais da instituição, foi possível identificar as principais mediações que estruturam o trabalho profissional na assistência estudantil.

A análise das particularidades do trabalho profissional demonstrou que a atuação das assistentes sociais na assistência estudantil se organiza em torno de um conjunto de instrumentos técnico-operativos, entre os quais se destacam a análise socioeconômica, os estudos sociais, os pareceres técnicos e os atendimentos individuais, que subsidiam a concessão de benefícios e serviços da política. Ao mesmo tempo, a pesquisa revelou que essa atuação se desenvolve em um contexto institucional, marcado por heterogeneidade de vínculos profissionais, desigualdades estruturais entre os *campi* da universidade e limitações materiais relacionadas à infraestrutura e aos recursos disponíveis para a execução da política.

Nesse terreno, a análise dos dados empíricos, também, revelou que o trabalho profissional na assistência estudantil se constitui como um espaço de mediação entre a defesa da garantia de direitos e os limites estruturais que condicionam a execução da política

pública. As respostas aos questionários e as entrevistas realizadas com assistentes sociais da Proaes indicam que a prática profissional é percebida simultaneamente como propositiva, pedagógica e orientada à defesa de direitos, mas também atravessada por exigências institucionais de caráter tecnicista e seletivo, decorrentes da necessidade de administrar recursos escassos frente a demandas crescentes por permanência estudantil.

Desse modo, fica patente que o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil se configura como uma prática profissional, marcada por intensas mediações institucionais, nas quais se expressam as contradições entre a ampliação do acesso à Educação Superior, os limites orçamentários das políticas sociais e os princípios que orientam o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Nesse sentido, compreender o trabalho profissional na Proaes implica reconhecê-lo como parte das disputas mais amplas em torno da direção social das políticas públicas e da própria universidade pública, evidenciando que a materialização do Projeto Ético-Político da profissão se realiza em um terreno permanentemente tensionado pelas determinações estruturais e institucionais que conformam a política de assistência estudantil no Brasil hodierno.

O Quadro 23 a seguir sintetiza essas determinações, evidenciando como elas se manifestam na configuração da política e nas implicações para o trabalho profissional das assistentes sociais na UFPA.

Quadro 23 – Síntese das determinações do trabalho do assistente social na assistência estudantil (UFPA)

Determinações estruturais	Configuração da política de assistência estudantil	Implicações para o trabalho profissional do Serviço Social
Expansão da Educação Superior pública no Brasil, especialmente após o REUNI, com interiorização das universidades federais	Ampliação do número de estudantes e da demanda por programas de permanência estudantil nos diferentes <i>campi</i> da UFPA	Intensificação das demandas atendidas pelas assistentes sociais e ampliação do volume de análises socioeconômicas e atendimentos individuais
Limites orçamentários das políticas sociais no contexto de reestruturação do Estado e restrição do financiamento público	Política de assistência estudantil marcada por focalização e seletividade no acesso aos benefícios	Necessidade de realização de processos seletivos e avaliação socioeconômica dos estudantes, colocando o Serviço Social no centro da gestão da escassez
Desigualdades socioeconômicas que atravessam o acesso à Educação Superior no Brasil	Assistência estudantil direcionada prioritariamente a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica	Atuação profissional voltada à mediação entre as condições de vida dos estudantes e as normativas institucionais da política

Determinações estruturais	Configuração da política de assistência estudantil	Implicações para o trabalho profissional do Serviço Social
Expansão institucional da universidade multicampi na Amazônia paraense	Estrutura institucional diferenciada entre os campi e desigualdades na oferta de serviços de assistência estudantil	Necessidade de articulação institucional e trabalho em rede entre setores e equipes multiprofissionais
Transformações nas políticas públicas e nas formas de gestão do trabalho no setor público	Presença de diferentes vínculos de trabalho (servidores efetivos e trabalhadores contratados) na operacionalização da política	Condições desiguais de estabilidade e autonomia profissional, com impactos nas possibilidades de intervenção crítica
Intensificação do trabalho nas políticas sociais e ampliação das demandas institucionais	Centralidade da análise socioeconômica como principal instrumento de acesso aos programas e benefícios	Predominância de atividades técnico-operativas (entrevistas sociais, estudos e pareceres sociais), articuladas à dimensão pedagógica e de orientação aos estudantes
Contradições entre universalização de direitos sociais e focalização das políticas públicas	Política orientada à permanência estudantil, mas condicionada por critérios seletivos e recursos limitados	Tensões ético-políticas no cotidiano profissional entre a defesa da garantia de direitos e os limites institucionais da política

Fonte: elaboração da autora com base na análise empírica da pesquisa (questionários e entrevistas com assistentes sociais da Proaes/UFGA, 2026).

A síntese, apresentada no diagrama analítico e no Quadro 23, permite compreender que o trabalho do (a) assistente social na assistência estudantil da Universidade Federal do Pará se constitui como expressão de um complexo sistema de mediações que articula determinações estruturais da sociedade, configurações institucionais da política pública e condições concretas do exercício profissional no interior da universidade. Nesse sentido, a expansão da Educação Superior e a ampliação do acesso à universidade pública, embora tenham produzido avanços no campo do direito à educação, também ampliaram as demandas por políticas de permanência estudantil, colocando em evidência os limites orçamentários e institucionais que condicionam a operacionalização da assistência estudantil.

É nesse cenário que o Serviço Social assume papel estratégico, mobilizando instrumentos técnico-operativos. Entretanto, como evidenciado ao longo da análise empírica desta pesquisa, esse processo ocorre em um terreno profundamente contraditório, marcado pela coexistência entre a defesa da garantia de direitos e a necessidade institucional de administrar poucos recursos por meio de mecanismos seletivos de acesso aos benefícios.

Desse modo, o trabalho profissional na Proaes/UFGA se configura como uma prática ‘atravessada’ por tensões ético-políticas, nas quais se expressam as contradições entre a ampliação do direito à Educação Superior, a focalização das políticas sociais e as determinações institucionais que incidem sobre o exercício profissional do Serviço Social.

Assim, a análise desenvolvida nessa seção contribui para responder ao problema central desta tese, ao evidenciar que o trabalho do(a) assistente social na operacionalização da política de assistência estudantil não pode ser compreendido de forma imediata ou meramente técnica, mas como parte de um campo de mediações no qual se confrontam, cotidianamente, os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social e os limites estruturais e institucionais próprios do contexto societário contemporâneo. Os quais serão analisados na seguinte subseção.

5.4.1 Posicionamento analítico-crítico da tese

A análise desenvolvida nesta tese parte do entendimento de que o trabalho do(a) assistente social na política de assistência estudantil não pode ser compreendido como mera execução técnica de programas institucionais, e sim como expressão de um processo social mais amplo, inscrito nas determinações históricas das políticas públicas no contexto atual, haja vista, as dimensões Teórico-Metodológica, Ético-Política e a Técnico-operativa fornecerem as bases para a realização de um trabalho que permite decodificar e analisar criticamente a realidade social, compreendendo o significado social de sua prática, com fundamentação em correntes teóricas, destaque para a utilização da tradição marxista que é uma das vertentes utilizadas pelos (as) profissionais do Serviço Social, que busca explicar as expressões da questão social.

A utilização da referida corrente de pensamento evita a neutralidade, oferece subsídios intelectuais para que o profissional possa compreender a realidade indo além das aparências cotidianas, procurando se aproximar da essência do problema. Iamamoto (2012) defende a ideia de que o profissional do Serviço Social seja um agente reflexivo e transformador e não um mero executor.

Orientando-se pelas leis de regulamentação da profissão e pelo Código de Ética do Assistente Social (1993), que explicita e vincula a atuação a um projeto societário, direcionado para a emancipação humana e a defesa dos direitos, associadas aos interesses da classe trabalhadora. E para as atuações no cotidiano os (as) profissionais utilizam o conjunto de instrumentos, instrumentais e procedimentos operativos, entre eles as entrevistas, as visitas técnicas em domicílios para a construção de pareceres e relatórios sociais. Nessa perspectiva, Iamamoto (2012) analisa o trabalho profissional como parte das mediações que articulam as transformações do Estado, a configuração das políticas públicas sociais e as condições concretas de vida da população usuária das políticas públicas sociais nos meandros do avanço do sistema capitalista industrial e monopolista.

Assim, o trabalho profissional na Proaes/UFGA se configura como uma prática ‘atravessada’ por múltiplas mediações institucionais, políticas e ético-profissionais. De um lado, o Projeto Ético-Político do Serviço Social orienta a intervenção profissional na direção da defesa dos direitos sociais, da ampliação da cidadania e da democratização do acesso às políticas públicas. De outro, as condições concretas de operacionalização da assistência estudantil, marcadas por restrições orçamentárias, intensificação do trabalho e critérios seletivos de acesso aos benefícios, impõem limites objetivos à materialização desses princípios no cotidiano institucional.

No interior desse processo, o Serviço Social ocupa posição central no trabalho de mediação entre as normativas institucionais da política e as necessidades concretas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A centralidade atribuída à análise socioeconômica e aos instrumentos técnico-operativos do Serviço Social coloca as assistentes sociais no centro da gestão das demandas por permanência estudantil, ao mesmo tempo em que estão expostas às tensões entre a defesa da garantia de direitos e os limites institucionais impostos pela seletividade da política.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a assistência estudantil nas universidades federais, embora represente uma conquista importante no campo da democratização do acesso e da permanência na Educação Superior, se materializa em um contexto marcado por limites estruturais de financiamento e por mecanismos seletivos de acesso aos benefícios. Nesse cenário, a política assume características focalizadas, orientadas pela gestão da escassez de recursos frente as demandas sociais crescentes, produzindo contradições que incidem diretamente sobre o trabalho dos profissionais responsáveis por sua operacionalização.

Dessa forma, a contribuição analítica desta tese reside em evidenciar que a operacionalização da assistência estudantil na Proaes/UFGA não apenas amplia o espaço de atuação do Serviço Social, mas também explicita os desafios ético-políticos colocados à profissão na contemporaneidade, exigindo dos (as) profissionais a construção permanente de estratégias de mediação que possibilitem flexibilizar os limites institucionais e afirmar, no cotidiano do trabalho, a defesa dos direitos sociais e da universidade pública. A seguir serão inseridas algumas contribuições teóricas para o debate no Serviço Social.

5.4.2 Contribuições teóricas da tese para o Serviço Social

A presente tese busca contribuir para o debate teórico do Serviço Social ao analisar o trabalho do(a) assistente social na operacionalização da Política de Assistência Estudantil no

interior de uma universidade pública amazônica, evidenciando as mediações entre as transformações das políticas sociais, as particularidades institucionais da Educação Superior e as condições concretas do exercício profissional. Ao situar esse trabalho no âmbito das contradições existentes nas políticas públicas no capitalismo contemporâneo, a pesquisa reforça a necessidade de compreender o Serviço Social como prática profissional inscrita em processos sociais mais amplos, que articulam Estado, políticas sociais e expressões da questão social.

Uma primeira contribuição teórica da tese consiste em evidenciar a assistência estudantil como um campo relevante de análise do trabalho profissional do Serviço Social no âmbito da política de educação. Embora a presença da profissão nas universidades públicas tenha se ampliado nas últimas décadas, especialmente a partir da institucionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes/2010), ainda são relativamente escassos estudos que analisem de forma aprofundada as particularidades do trabalho profissional nesse campo. Ao investigar empiricamente a atuação das assistentes sociais na Proaes/UFGA, esta tese contribui para ampliar o debate sobre a inserção do Serviço Social na política educacional e sobre o papel da profissão na mediação entre acesso, permanência estudantil e garantia de direitos.

Uma segunda contribuição refere-se à análise das mediações que configuram o trabalho profissional na assistência estudantil. A pesquisa demonstra que o exercício profissional não pode ser compreendido apenas a partir de suas dimensões técnico-operativas, mas deve ser analisado em articulação com as determinações institucionais, políticas e estruturais que conformam a política pública. Nesse sentido, ao evidenciar as relações entre expansão da Educação Superior, limites orçamentários da assistência estudantil e mecanismos seletivos de acesso aos benefícios e serviços, a tese contribui para aprofundar o debate teórico sobre o trabalho profissional do Serviço Social no interior das políticas sociais focalizadas e sobre as implicações dessas condições para a materialização do Projeto Ético-Político da profissão.

Outra contribuição relevante da pesquisa reside na explicitação das tensões ético-políticas que ‘atravessam’ o trabalho do (a) assistente social na operacionalização da assistência estudantil. Os resultados mostram que, ao mesmo tempo em que a política representa um instrumento importante de redução das desigualdades educacionais e de promoção da permanência estudantil, sua execução ocorre sob condições institucionais marcadas pela redução de recursos e pela seletividade no acesso aos benefícios.

Nesse contexto, os (as) assistentes sociais são convocados (as) para atuar na gestão dessas contradições, mobilizando instrumentos técnico-operativos para interpretar as demandas dos estudantes e articular respostas institucionais, ao mesmo tempo em que enfrentam limites impostos pela própria configuração da política. Ao explicitar essas tensões, a tese contribui para o aprofundamento do debate sobre as relações entre trabalho profissional, políticas sociais e Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Para Iamamoto (2012), a ética não se reduz a um debate abstrato sobre o como realizar o trabalho pois ele deve se efetivar como um compromisso político e histórico, direcionado para a emancipação humana, para ela apropriar-se do rigor teórico e do código de ética, dos princípios normativos, contribui para a construção de uma identidade combativa e intelectualmente densa, sendo que essa é a condição fundamental para que o Serviço Social continue a afirmar seu compromisso com a transformação social, recusando o papel de mero gestor da miséria sob a lógica do capital.

Iamamoto (2012) enfatiza que os assistentes sociais têm uma relativa autonomia ao utilizar as dimensões teórica, política e técnica, pois a efetivação das ações está condicionada as condições materiais e aos recursos disponíveis no espaço institucional, apesar de que o Serviço Social alcançou um amadurecimento em que a ética está vinculada ao projeto político da profissão.

Além disso, a pesquisa oferece uma contribuição ao situar a análise do trabalho profissional no contexto da Amazônia paraense, mostrando as particularidades territoriais, institucionais e sociais que permeiam a operacionalização da assistência estudantil na região. Ao considerar as especificidades da universidade *multicampi* e da interiorização da Educação Superior na Amazônia, a tese também amplia o debate sobre a inserção do Serviço Social nas políticas públicas em contextos regionais, marcados por desigualdades históricas e por desafios estruturais no acesso às políticas sociais públicas.

Por fim, ao articular análise empírica, reflexão teórica e debate crítico sobre as políticas sociais contemporâneas, ela contribui para reafirmar a centralidade do trabalho profissional como categoria analítica fundamental para a compreensão do Serviço Social. Nesse sentido, a pesquisa reforça que o trabalho do (a) assistente social na assistência estudantil se configura como um campo de mediações no qual se expressam as contradições entre a ampliação do direito à Educação Superior, os limites estruturais das políticas sociais e os princípios que orientam o Projeto Ético-Político da profissão.

APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Assim, do ponto de vista jurídico, primeiramente, o que pauta a Constituição Federal de 1988, ao tratar da Educação no Art. nº 205 é sobre “[...] A educação, direito de todos e dever do Estado e da família”, bem como no Art. nº 206: “[...] I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988). É nessa perspectiva de garantia de direitos estudantis que se encontra inserida a Política de Assistência Estudantil, assim, defende-se que é necessária a efetivação de uma Política de Assistência Estudantil abrangente e universal nas universidades públicas federais brasileiras.

Para melhor elucidação deste trabalho, realizou-se uma imersão em algumas categorias, consideradas centrais para efeito do desenvolvimento desta pesquisa, categorias referentes a operacionalização da Pnaes, ao trabalho, a concepção dessa política e o entendimento sobre trabalho. Ao lado das considerações de ordem epistemológica, e para uma melhor apreensão da conformação do trabalho dos (as) assistentes sociais na proaes/UFPA, o que repõe o debate acerca do papel do Estado como garantidor de direitos sociais organizados nas leis sociais.

O Estado e seus mecanismos políticos se configuram, principalmente, pela via das políticas econômicas e de políticas públicas, normatizações e legislações, políticas públicas como as de desenvolvimento e inclusão social, ele também vem mantendo a permanência de uma grande parte da sociedade em um círculo vicioso de pobreza e de extrema-pobreza, por meio da produção da concentração da riqueza para poucos e da pobreza para muitos, o capital lança suas bases por meio da dominação, inicialmente, no campo político. A pobreza se expressa nas políticas de Estado compreendida como questão social, como um fenômeno mundial derivado do capital. Logo, é possível pensar que se há desenvolvimento do capitalismo há produção de desigualdades.

Dito isso, considerando os assuntos tratados e as reflexões apresentadas, nesta tese, três aspectos cruciais foram considerados para o desenvolvimento dela, referentes ao processo de construção, o qual representou momentos de um grande desafio, algumas vezes, difícil de concretização, outras, dentro do possível, de superação das dificuldades, todavia, com a certeza do sucesso na finalização da referida tese.

Entende-se que o vislumbre da escassez de registros nos *sites* da Capes, do Google Acadêmico e da UFPA sobre “O Serviço Social e a assistência estudantil”, foi comprovado pela dificuldade para encontrar estudos anteriores sobre esse assunto, o que mostra a necessidade de produzir mais pesquisas sobre o referido tema.

Esta pesquisa possibilitou constatar que desde a implementação do Pnaes em 2010 até os dias atuais em 2026, registra-se que houve aumento no quantitativo de discentes nos cursos

de Graduação da UFPA, por meio das políticas de ações afirmativas e , consequentemente, o aumento de auxílios disponibilizados pela Proaes/UFPA, registra-se que, pela primeira vez, no ano de 2026 foi lançado um Edital para calouros, que selecionará discentes da cota renda e do Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas em situação de extrema vulnerabilidade. Contudo, muito longe de atender os discentes em suas necessidades econômicas.

A hipótese levantada nesta pesquisa foi confirmada a partir dos dados empíricos analisados de que o trabalho desenvolvido pelos(as) assistentes sociais na operacionalização da Política de Assistência Estudantil na Proaes/UFPA se realiza em permanente tensão entre as requisições institucionais e burocráticas da política e o compromisso ético-político da profissão. A atuação ocorre predominantemente também com equipes multiprofissionais e intersetoriais, articulando-se com áreas como pedagogia, psicologia e gestão institucional, o que reforça o caráter mediador do trabalho do assistente social na universidade.

Os questionários aplicados para as doze assistentes sociais, mencionadas na metodologia desta tese, indica que elas têm experiência significativa na política de assistência estudantil, com tempo de efetivo exercício entre quatro e dez anos, duas formas de vinculação profissional que inclui cargos efetivos, contratos temporários e vínculos empregatícios, estes dois últimos por meio da CLT, força de trabalho majoritariamente feminina e altamente qualificada, todavia, a equipe está submetida a condições institucionais desiguais, que impactam diretamente na autonomia profissional, na estabilidade funcional e nas possibilidades de intervenções críticas.

Nas entrevistas pouco aparece a utilização de instrumentos de ações coletivas, como: trabalho com grupos, comunitário e acadêmico, dessa forma, a baixa incidência da menção a utilização de estratégias socioeducativas, direciona para a realização do trabalho com tendência para procedimentos individualizados de análises e avaliação de atendimentos o que reforça o caráter seletivo e focalizado utilizados no cotidiano desta política.

A análise sobre o trabalho profissional demonstrou que a atuação das assistentes sociais na assistência estudantil se organiza em torno de um conjunto de instrumentos técnico-operativo, entre os quais se destacam a análise socioeconômica, os estudos sociais, os pareceres técnicos e os atendimentos individuais, que subsidiam a concessão de benefícios e serviços da política. Ao mesmo tempo, a pesquisa revelou que essa atuação se desenvolve em um contexto institucional, marcado por heterogeneidade de vínculos profissionais, desigualdades estruturais entre os *campi* da universidade e limitações materiais relacionadas à infraestrutura e aos recursos disponíveis para a execução da política.

As respostas aos questionários e as entrevistas realizadas com as assistentes sociais da Proaes sinalizaram que o trabalho desenvolvido por assistentes sociais na operacionalização da assistência estudantil é entendido simultaneamente como pedagógico e propositivo que orienta para a defesa de direitos. Sob essa ótica, as percepções das próprias assistentes sociais acerca do caráter propositivo, pedagógico e emancipador de sua atuação coexistem com a identificação de dimensões tecnicistas e seletivas do trabalho profissional. Essa ambivalência revela que o exercício do Serviço Social na assistência estudantil se configura como um espaço de tensões ético-políticas, no qual se articulam, de um lado, os princípios que orientam o Projeto Ético-Político da profissão, voltados à defesa de direitos e à ampliação da cidadania, e, de outro, as exigências institucionais de gestão da escassez e de seletividade no acesso aos benefícios da política.

Portanto, a análise aqui desenvolvida evidenciou que o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil constitui expressão de múltiplas determinações que articulam transformações estruturais da Educação Superior, configurações institucionais da política pública e condições concretas do exercício profissional na universidade. Nesse sentido, compreender a atuação do Serviço Social na Proaes exige situá-la no interior dessas mediações, que conectam a expansão da universidade, os limites orçamentários das políticas sociais e os mecanismos institucionais de operacionalização da assistência estudantil.

Relata-se que o trabalho do (a) assistente social em uma perspectiva interventiva é compreendido, também, como analisador(a) e mediador (a), o (a) qual realiza ações simples e complexas que fazem parte de uma totalidade social, a partir de suas determinações sociais e históricas, utilizando as dimensões: Teórico-Metodológico, Ético-Político e Técnico-Operativo.

Parte-se do entendimento de que a universidade pública não é um espaço neutro, mas um *lócus* ‘atravessado’ por disputas referentes ao fundo público, por reconfigurações institucionais e por exigências administrativas que incidem diretamente sobre a política de assistência estudantil e sobre o trabalho dos(as) assistentes sociais.

A Proaes, enquanto instância responsável pela gestão e execução da política de assistência estudantil na UFPA, constitui o espaço sócio-ocupacional específico, onde se materializam as tensões entre a ampliação formal dos direitos, especialmente, após a institucionalização do Pnaes e a regulamentação como lei da recente Política Nacional de Assistência Estudantil, as condições concretas de financiamento, gestão e cobertura institucional. É nesse cenário que o(a) assistente social atua como mediador(a) entre normativas

legais, diretrizes institucionais e as demandas sociais apresentadas pelos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse movimento analítico, parte-se do entendimento de que a materialização das políticas sociais não ocorre de forma abstrata, mas se realiza em espaços institucionais concretos, nos quais se articulam determinações estruturais, normativas institucionais e práticas profissionais. Assim, compreender o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil exige situá-lo simultaneamente no interior das transformações mais amplas das políticas sociais e nas particularidades institucionais da universidade pública.

Nesse contexto, o trabalho do (a) assistente social não se configura apenas como atividade técnico-administrativa voltada à execução de programas institucionais, mas como prática profissional regulamentada por um conjunto de normativas que definem competências, atribuições e responsabilidades ético-políticas da profissão.

Por meio dos dados coletados para esta pesquisa, constatou-se que existe uma relação proporcional entre o número de discentes que ingressam aos cursos da UFPA, o aumento da demanda por auxílios e a escassez de recursos, sendo que a UFPA conta com recursos próprios para a execução das despesas da universidade, esses são entendidos como os recursos arrecadados por unidades da UFPA por meio da prestação de serviços e de emendas parlamentares, as quais são incertas, pois dependem de aprovação de projetos para a Educação Superior de universidades públicas.

Foi também, observado que há necessidade de aumento no quantitativo de auxílios para os discentes da classe acadêmica da Região Amazônica que demanda para a Política de Assistência Estudantil. Com os cortes de verbas e o aumento do acesso de alunos em situação de vulnerabilidade, cria-se uma demanda reprimida que a Proaes/UFPA não consegue atender em suas mais variadas necessidades.

As verbas, destinadas a essa política, canceladas como Pnaes, têm como objetivo principal subsidiar, exclusivamente, os programas, os auxílios financeiros e os serviços para discentes da Educação Superior, da educação profissional, científica e tecnológica públicas federais. A UFPA apresenta-se como uma universidade democrática, onde algumas problemáticas, relacionadas à assistência estudantil, podem ser resolvidas, entretanto, deve haver reflexões de como tem sido propostas pela Proaes, as resoluções dos problemas. A constatação da inexistência de equipe mínima de trabalhadores nos *campi*, que está preconizada na Pinae, compromete os atendimentos qualificados, almejado pela equipe da Proaes/UFPA, uma equipe multiprofissional, é a planejada, idealizada para atendimentos dos (as) discentes.

A compreensão dessas particularidades exige considerar simultaneamente três dimensões analíticas: o contexto institucional no qual a assistência estudantil se estrutura na universidade, as condições objetivas de realização do trabalho profissional no interior da Proaes e as mediações ético-políticas que orientam a atuação dos (as) assistentes sociais nesse espaço sócio-ocupacional.

O tempo predeterminado para a finalização das análises técnicas é outro fator que compromete o trabalho qualificado, existe também a falta de acompanhamento aos discentes que são atendidos pela Proaes, a falta de maiores investimentos financeiros são fatores que contribuem e impactam diretamente para o sucateamento e atendimento precarizado no direcionamento desta política nesta universidade de modo geral. Menciona-se que apesar das adversidades para a efetivação dessa política, os (as) profissionais que desenvolvem o trabalho com a assistência estudantil na UFPA contribuem para a formulação, implementação, execução e avaliação dessa política.

O esforço empreendido na realização deste trabalho foi no sentido de chamar a atenção para a importância do debate sobre o trabalho dos (as) assistentes sociais na assistência estudantil da Proaes/UFPA. Nesse contexto, a assistência estudantil vem se consolidando como um mecanismo importante para os discentes em situação de vulnerabilidade, porque propicia o acesso deles aos programas, auxílios e serviços da Proaes.

Nessa conjuntura, a educação é compreendida como imprescindível para a lógica do capital para o seu processo de reprodução ampliada: por um lado o Estado neoliberal investe na qualificação da força de trabalho para formar profissionais capacitados em larga escala e assim formar um exército de trabalhadores de reserva para o capital; por outro, impõe-se, as políticas de inclusão social com forte aparato ideologizante de garantia de direitos e de inclusão social dos mais necessitados. Porém, na prática, as concessões são seletivas e focalizadas.

Com base em um modelo de administração de resultados (gerencial) é que foi estabelecido o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), uma política federal com foco na ampliação do acesso e a permanência de discentes no Ensino Superior público, na condição de “proposta”, direcionada para investimentos financeiros públicos nas universidades públicas federais, condicionados a ampliação das vagas e das matrículas, demarcando a permanência traduzida em assistência estudantil, reafirmando o discurso da inclusão e das oportunidades.

Ao contrário do que se esperava, no sentido da afirmação e efetivação de direitos para o ingresso e permanência em universidades públicas federais, registrou-se outro viés do Prouni

que beneficiou o setor privado e por outro possibilitou o acesso de pessoas de baixa renda ao Ensino Superior privado.

À luz dos dispositivos jurídicos legais, utilizados neste trabalho, compreende-se que a assistência estudantil é a forma mais eficaz para fornecer subsídios, não somente financeiros, mas de modo a contemplar o desenvolvimento do discente em sua integralidade, considerando suas dimensões materiais, pedagógicas e psicossociais. A operacionalização dessa política, realizada por técnicos-administrativos assistentes sociais são no sentido de proporcionar ao aluno carente condições de permanecer na universidade durante a realização de seu curso até a sua diplomação.

As demandas apresentadas pelos (as) discentes, atendidas dentro dos limites institucionais, concentram-se sobretudo nas situações relacionadas à permanência dos (as) discentes para o acesso à alimentação saudável, ao material didático, à moradia digna, ao apoio pedagógico, psicológico, de sua saúde e de assistência social em suas variadas necessidades, entre outros serviços. Os dados levantados pelo questionário indicam predominância de demandas por permanência material, como auxílios financeiros, moradia, transporte e acessibilidade.

De um lado, os indicadores relativos às condições de trabalho revelam a existência de limites operacionais estabelecidos pelo Estado e pela instituição a partir da existência de uma demanda reprimida que não consegue acessar os auxílios financeiros e os programas. A análise dos dados empíricos revelou que o trabalho profissional na assistência estudantil se constitui como um espaço de mediação entre a defesa e a perspectiva da garantia de direitos e os limites institucionais que condicionam a execução adequada dessa política pública.

Por outro lado, as estratégias de ação e os indicadores sociais (dos editais), criados pelas trabalhadoras assistentes sociais para as análises socioeconômicas, demonstrou que apesar das dificuldades enfrentadas, por essas profissionais, que realizam o seu trabalho entre os limites institucionais e os discentes em situação de vulnerabilidade, verifica-se que utilizam da relativa autonomia mencionada neste trabalho, para atender o máximo de discentes carentes. O (a) assistente social ocupa uma posição estratégica – nesse espaço socio-ocupacional – que articula, concomitantemente, funções institucionais de gestão, operacionalização de programas sociais e compromissos ético-políticos voltados à defesa dos direitos da classe acadêmica.

Nessa mesma direção, destaca-se que o trabalho do (a) assistente social se realiza nesse espaço sócio-ocupacional como uma prática necessária para efetivação de direitos estudantis, entretanto, as determinações do Estado condicionam a forma de organização dessa política, complementa-se que a intervenção é frequentemente mediada pelas condições de trabalho,

dessa categoria, orientadas pelas diretrizes e determinações do Estado, por meio das regras estabelecidas para as instituições.

Menciona-se que embora existam limites estruturais e orçamentários que impactam diretamente sobre as condições de trabalho dos(as) assistentes sociais, elas constroem mediações profissionais que possibilitam práticas direcionadas para a garantia de direitos e para a redução das desigualdades sociais que afetam os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na UFPA.

Mesmo que o (a) profissional tenha *hard skills* (habilidades técnicas) e percepção estratégica para interpretar as expressões da questão social, sua intervenção é mediada pelos recursos disponíveis e pelas diretrizes institucionais, assim, a autonomia profissional é entendida, pelas condições de trabalho, como relativa, afetada por tensões provenientes dos limites institucionais, o trabalho, desenvolvido e o compromisso ético-político da profissão.

As condições institucionais, apresentadas até aqui, revelam que o trabalho das assistentes sociais na assistência estudantil realiza-se em um contexto marcado por múltiplas mediações institucionais e estruturais. Para compreender de forma aprofundada o significado dessas mediações para o exercício profissional, torna-se necessário situar a atuação do Serviço Social no interior do Projeto Ético-Político da profissão, uma vez que é esse referencial que orienta criticamente a intervenção profissional nas políticas sociais públicas.

A autoavaliação das profissionais demonstra, portanto, que o trabalho na assistência estudantil se constrói sob tensão permanente. Se, por um lado, busca afirmar a defesa de direitos, a ampliação da permanência e o fortalecimento da autonomia dos estudantes, por outro, encontra-se condicionado por normativas institucionais, critérios seletivos e limites orçamentários que tendem a reforçar dimensões técnicas e administrativas na intervenção. Essa ambivalência não expressa incoerência profissional, mas a materialidade concreta de uma prática que se desenvolve no interior das contradições do Estado e das políticas sociais contemporâneas, constituindo a marca fundamental das particularidades do trabalho do(a) assistente social na Proaes/UFPA.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a assistência estudantil na UFPA se insere em um processo mais amplo de expansão da Educação Superior pública no Brasil, onde a ampliação do acesso à universidade passou a demandar também a construção de estratégias institucionais voltadas à permanência estudantil. Nesse contexto, o Serviço Social ocupa posição importante na mediação entre as normativas institucionais da política e as condições concretas da vida acadêmica de discentes.

Assim, os dados empíricos da pesquisa evidenciam que o trabalho profissional na Proaes/UFGA não se reduz a uma atividade técnico-administrativa, voltada à concessão de auxílios estudantis, mas se constitui como uma prática profissional impactada por múltiplas mediações institucionais e ético-políticas, nas quais as assistentes sociais mobilizam diferentes estratégias de intervenção para responder às demandas estudantis ao mesmo tempo em que enfrentam os limites estruturais que configuram a política de assistência estudantil no interior da universidade.

Nesse sentido, esta tese sustenta que o trabalho do(a) assistente social na assistência estudantil deve ser compreendido como um campo de mediações no qual se expressam as contradições entre a ampliação do direito à Educação Superior e os limites estruturais das políticas sociais no contexto do capitalismo dependente brasileiro. Longe de se reduzir a uma prática meramente administrativa, o exercício profissional nesse campo revela disputas em torno da direção social da política de permanência estudantil e das possibilidades de afirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social no interior das instituições públicas, apesar das dificuldades enfrentadas para a afirmação e materialização dos direitos dos (as) trabalhadores (as) elencadas no Código de Ética Profissional do Serviço Social.

Cita-se que o reordenamento e a expansão do Ensino Superior não ocorre sem as devidas disponibilidades orçamentárias oriundas do Estado, os quais contam com três determinantes, quais sejam: a reestruturação produtiva, o ideário neoliberal e a implementação das políticas públicas brasileiras, apontamos ao logo desta tese, que, o acesso à universidade pública é fator indispensável para a efetivação da educação enquanto direito social.

Dessa forma, a almejada “democratização” que permitiu o acesso de pessoas de “baixa renda” por meio das políticas de cotas, contemplando a questão das etnias: pretos, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, trans e travestis, as provenientes de escolas públicas, é ação primordial para a concretização desse direito social.

De acordo com dados demonstrados neste trabalho, chegou-se à conclusão de que houve a expansão do Ensino Público Superior devido a inclusão de alunos de baixa renda nos *campi* da capital e interior. Isso foi possível por meio das políticas de ações afirmativas, todavia, muitos discentes entram pelas políticas de cotas e desistem dos cursos pelas dificuldades enfrentadas, a financeira é a preponderante, em consequência de que alguns alunos não conseguem se manter nos cursos até as suas diplomações.

Em um cenário promissor, a assistência estudantil veio ao encontro dos alunos que apresentam dificuldades de origem financeira e também de outras formas de dificuldades,

porém, a política segue uma lógica fragmentada, pontual e focalizada, que em vez de incluir todos, exclui uma grande parte de estudantes carentes financeiramente.

Ressalta-se que pelo grande quantitativo de discentes que demandam para a assistência estudantil da Proaes/UFPA e com o pequeno quantitativo de auxílios (demanda x auxílios), dificilmente um discente que se encontre com renda familiar *per capita* de 1 (um) salário mínimo receberá auxílio financeiro da Proaes/UFPA, mesmo com as ações realizadas pelas assistentes sociais com o intuito de canalizar os auxílios para os mais carentes. O estudo empreendido a respeito da operacionalização da assistência estudantil, realizada por assistentes sociais, permitiu discorrer a respeito do ponto de partida e onde se quer chegar, os quais foram expressos ao longo das seções desta tese que direcionam para algumas aproximações conclusivas.

Advoga-se que a síntese que se buscou construir, neste trabalho, sobre o trabalho das assistentes sociais em uma política que é direcionada para a garantia de direitos para discentes em situação de vulnerabilidade – buscando compreender e trazendo para a discussão várias análises sobre a Educação Superior, a universidade pública federal, a assistência estudantil em universidade pública federal – não tem caráter conclusivo final.

Há um processo contínuo na atualização das diretrizes para a assistência estudantil enquanto política inserida na Educação Superior que conduz a efetivação de direitos para estudantes em situação de vulnerabilidade, voltada para a educação universal e indivisível, como prerrogativa da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os governos vêm estabelecendo variado conjunto de políticas afirmativas que preveem vagas para o acesso ao Ensino Superior, sejam elas na forma de cotas: quilombolas, indígenas, pessoa com deficiência-PcD, populações tradicionais, imigrantes, refugiados, asilados, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas, estrangeiros, dos programas de expansão como o programa universidade para todos-Prouni, de reestruturação o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de financiamento o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Sistema de Seleção Unificada (SISU), entre outros, o qual é entendido como política de proteção social.

Nesse sentido, como a assistência estudantil procura atender as necessidades de discentes vulneráveis, entende-se que a assistência estudantil pode ser compreendida como um conjunto de ações afirmativas, quando as ações são realizadas no sentido de manter os discentes nas universidades federais até suas diplomações. Em um período muito recente sobre a história da assistência estudantil, essa foi formalizada como política de educação, a qual encontra-se alicerçada no discurso do enfrentamento das desigualdades sociais para atender “[...] estudantes

regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio” (Art. 1º, § 1º da Lei 14.914), que passou a garantir legalmente o direito de acesso e permanência dos discentes nas IFES.

O trabalho realizado pelas assistentes sociais na Proaes/UFPA rompe e conserva algumas concepções e formas de operacionalização da assistência estudantil como um direito, no entendimento da necessidade de reconhecer a importância dessa política para as IFES, como mecanismo de ação para o avanço do direito à educação plena, em uma perspectiva universal, indivisível e fundamental, que se sobreponha ao entendimento de investimento, que não se detenha à manutenção e à sobrevivência dos estudantes em condições de risco socioeconômico, sendo colocado o grande desafio da formulação de políticas públicas no sentido do reconhecimento e do fortalecimento da cidadania.

Os dados interpretados e registrados, ao longo deste trabalho, assim como, os caminhos traçados na construção desta tese constituem possibilidades de manutenção, adequação e/ou modificação para o trabalho, realizado pelas assistentes sociais na Proaes/UFPA, as análises permitem estabelecer algumas proposições para serem utilizadas pela Proaes/UFPA, dentre elas, observa-se que a política de assistência estudantil necessita de mais aporte financeiro para a garantia de que mais discentes em situações de vulnerabilidades sejam contemplados com os auxílios financeiros, os programas e os serviços.

Sugere-se a constituição da equipe mínima para o desenvolvimento das atividades nos diversos *campi* onde não houver: assistente social, pedagogo (a) e o (a) psicólogo (a), terapeuta ocupacional, nutricionista, intérpretes de Libras, audiodescritores, revisores braille, transcritores braille, haja vista, a Proaes/UFPA de Belém, desenvolver serviços operacionalizados pela maioria desses profissionais.

Deve-se observar os serviços realizados na Proaes/UFPA para que os discentes tenham suporte financeiro e operacional para finalizar a sua Graduação com êxito, colocando em prática o preconizado no Art. 6º da Constituição Federal que versa sobre os direitos sociais, entre eles: a educação, a assistência estudantil e a saúde, a serem contempladas a física e a mental.

Esta pesquisa mostrou que o quadro de trabalhadores (as) contratados (as) é maior que os (as) servidores públicos concursados (as), o que pode comprometer a continuidade dos trabalhos desenvolvidos por uma equipe fragilizada. A ampliação do quadro de técnicos (as) administrativos e de outros profissionais, é necessária e urgente, para atender aos alunos provenientes da expansão universitária para o trato das questões referentes as análises sociais e dos serviços de forma mais abrangente, mencionamos que existe a necessidade de a realização

de concursos públicos para o aumento de servidores concursados, para que os trabalhos desenvolvidos pela equipe para os discentes tenham continuidade nas ações.

Propõe-se a ampliação dos programas, auxílios e serviços da assistência estudantil direcionados para a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade nesta universidade pública federal. Conclui-se também que a Política de Assistência Estudantil, inserida no processo de efetivação de direitos para discentes da UFPA, enfrenta muitos desafios para cumprir com o seu real objetivo, porque, situa-se justamente nos limites estabelecidos pelo próprio Estado de Direito, operacionalizada sob os ditames institucionais com muitos desafios a serem enfrentados para consolidar e ampliar os direitos aos discentes da UFPA.

As origens das Políticas Públicas, enquanto estratégia do Estado, refletem um processo de mediação para acalmar a animosidade de classes com interesses conflitivos; logo, o poder do Estado torna-se um centro estratégico para a acumulação do capital e torna-se uma barreira ao intervir na luta de classes. Nessa conjuntura, os problemas sociais são institucionalizados e admitidos como problemas de ordem política pública.

A propagação da questão social refere-se às múltiplas expressões da desigualdade, causadas pela existência da pobreza e da exploração que surgem das contradições entre capital e trabalho, advindas concretamente da realidade social que, para serem resolvidas, necessitam de um reconhecimento do Estado político, de tratamento jurídico institucional e/ou de uma política pública, também de um dispositivo político legal que trate o problema social.

Nesse campo, os problemas sociais são admitidos enquanto problemas de ordem política, o Estado faz parte da dialética de uma totalidade complexa, nela inserida a exclusão social, decorrente da exploração e da dominação, estruturante da vida das pessoas e coletividades. Assim, a inclusão e a exclusão social, como parte de uma dialética, são entendidas conjuntamente porque representam a aparência de uma realidade concreta.

A compreensão desse par dialético, é intrínseco a análise do sistema capitalista e do conjunto das determinações das relações sociais, como ocorrem as relações sociais de produção e as formas políticas por elas estabelecidas. O Estado, por meio da concessão de alguns direitos e de Políticas Públicas, escamoteia a sua funcionalidade, como parte da reprodução da sociedade capitalista, pela via da ideologia da neutralidade, organiza sua estratégia política centrada em criar uma falsa aparência da realidade no discurso de cidadania e democracia, desde a existência da sociedade civil, a igualdade nunca foi mais do que uma estéril ficção da lei.

Na manipulação das lutas e conquistas dos movimentos sociais pela precária e parcial emancipação cidadã, por meio das políticas compensatórias, de afirmação, de reconhecimento de direitos, via de regra, o mundo das políticas públicas de inclusão, torna-se evidente, na ação

do Estado, o caráter e a real funcionalidade das políticas públicas, na atualidade, em tempos de crises cada vez mais frequentes.

Entende-se que diante da lei somos todos iguais, todavia, a igualdade não é realmente mais do que uma quimera – conformai-vos com a igualdade relativa – propagando a ideia de defesa e igualdade entre as classes que compõem a sociedade, apenas perante a jurisdição das leis, assegura-se, por meio de normalizações e de políticas estatais, que as relações capitalistas se reproduzam, favorecendo as relações sociais adequadas ao seu modo de produção, produzindo, organizando e (re)definindo sempre que necessário a estrutura espaço-territorial adequada a expansão do capitalismo, sufocando e contendo pessoas. Mas, quando possível, exterminando de todas as formas as manifestações de resistência e de luta, o Estado garante a plena reprodução ampliada do capital, a acumulação de riqueza e a desigualdade social.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Edna Maria Coimbra de. **O serviço social na educação profissional e tecnológica: as particularidades do exercício profissional dos/as assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação**. 2017. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/1795>. Acesso em: 13 out. 2025.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais**. O Serviço Social e a política de Educação. Belo Horizonte: [s.n.], 2005.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço social: trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- AMARO, Sarita. **Serviço social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (Andifes). **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, 2008. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (Andifes). **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**, 2011. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf. Acesso em: 02 jul. 2025.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (Andifes). **Plano nacional de assistência estudantil**, 2016. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/plano-nacional-de-assistc3aancia-estudantil-da-andifes3.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (Andifes). **I pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES**, 2021. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/I-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO; UNICEF. **A intersectorialidade da assistência social brasileira**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos/a-intersectorialidade-da-assistencia-social-brasileira.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.
- ANANIAS, Danielle Lima Menezes. **Análise do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil da universidade federal de Sergipe**. 2018. 167f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14009/2/DANIELLE_LIMA_MENEZES_ANANIAS.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

- ANTUNES, Isa Cristina Barbosa; SILVA, Rafael Oliveira; BANDEIRA, Tainá Silva. A reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de nível superior. SIMPÓSIO SOBRE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, [s.l.], [s.d.]. **Anais eletrônicos...** [S.l.]: Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [s.d.]. Disponível em:
<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%C1RIA%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%C7%D5ES%20NAS%20INSTITUI%C7%D5ES%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- ANTUNES, Ricardo. **¿Adiós al trabajo?:** ensayo sobre las metamorfoses y la centralidade del mundo del trabajo. São Paulo: Cortez, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus do trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. Campinas: Cortez, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARRUDA, Pedro Lara de. **A intersectorialidade da assistência social brasileira**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos/a-intersectorialidade-da-assistencia-social-brasileira.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2025.
- ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz. **Direito à educação e diálogo entre poderes.** 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Cadernos, nº 5:** A produção do conhecimento e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996).** Rio de Janeiro: ABEPSS, nov. 1996.
- BIDARRA, Zelimar Soares. Pactuar a intersectorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 99, p. 483-497, fev. 2009. Disponível em:
https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_administracao/concursos/intersectorialidade.pdf. Acesso em: 27 fev. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 39-64. (Coleção Ciências Sociais da Educação).
- BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 65-70. (Coleção Ciências Sociais da Educação).
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 71-80. (Coleção Ciências Sociais da Educação).

BONETI, Lindomar Wessler. Educação e Movimentos Sociais hoje. In: JESINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (org.). **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas: Alínea, 2007.

BRASIL. Código de Ética do(a) Assistente Social. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2020.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Serviço social na educação**, 2001. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **GT de educação: subsídios para o debate sobre o serviço social na educação**, 2011. Disponível em: <https://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. 3 série, Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2012.

BRASIL. **Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957**. Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3252-27-agosto-1957-354707-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 5 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Brasília, DF, Presidência da República [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 6 dez. 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Brasília, DF: Presidência da República, 16 jul. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Brasília, DF: Presidência da República, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 2 abr. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, DF, 1º maio 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm#:~:text=DEL5452&text=Aprova%20a%20Consolida%C3%A7%C3%A3o%20das%20Leis%20do%20Trabalho. Acesso em: 04 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962**. Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, sobre o exercício da profissão de assistente social. Brasília, DF, Presidência

da República [1962]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-994-15-maio-1962-351749-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.** Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1889-13-junho-1953-366870-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 5 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957.** Cria a Universidade do Pará e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3191.htm. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Brasília, DF, Presidência da República [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, Presidência da República [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 03 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972.** Institui em caráter nacional, o Programa “Bolsa Trabalho”. Brasília, DF, Presidência da República [1972]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 abr. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 02 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, Presidência da República [1961]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964.** Dispõe sobre a vedação aos órgãos de imprensa a publicação de notícias falsas. Brasília, DF, Presidência da República [1964]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=%C3%89%20vedada%20aos%20%C3%B3rg%C3%A3os%20de,aus%C3%A2ncias%20coletivas%20aos%20trabalhos%20escolares>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979.** Dispõe sobre as Normas Gerais de Direito Previdenciário. Brasília, DF, Presidência da República [1979]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6680.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985.** Dispõe sobre as condições de trabalho e previdência social. Brasília, DF, Presidência da República [1985]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7395.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social. Brasília, DF, Presidência da República [1993]. Disponível em: L8662. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em: 3 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.** Dispõe sobre a jornada de trabalho do assistente social. Brasília, DF, Presidência da República [2010]. Disponível em: L12317. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República [2014]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília, DF, Presidência da República [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF, Presidência da República [2024]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887-publicacaooriginal-172283-pl.html>. Acesso em: 2 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, Presidência da República [2007]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 04 nov. 2023.

CARVALHO, Cristiana Queiroz Leite. **A assistência estudantil no Ensino Superior:** uma análise sobre as políticas de permanência das universidades públicas federais. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/15982/1/Dissertacao%20Cristiana%20Queiroz%20Leite%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL. **Lei nº 8.662/93.** 10. ed. Disponível em: L8662. Acesso em: 14 fev. 2025.

CONCEIÇÃO, Eracele do Carmo. **Um estudo sobre a implementação e concepção da Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade – PINAE no Ensino Superior da Universidade Federal do Pará – UFPA.** 2022. 180 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em:

<https://ppgss.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/682-2022-egressos-mestrado>. Acesso em: 13 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do assistente social**. Brasília: CFESS, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições privativas do/da assistente social em questão**. Brasília, DF: CFESS, 2020. v. 2.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS nº 493/2006**. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/noticia/view/37>. Acesso em: 5 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução nº 557, de 15 de setembro de 2009**. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos e opiniões técnicas. Disponível em: [Resolucao_CFESS_557-2009.pdf](#). Acesso em: 5 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução nº 582, de 1º de julho de 2010**. Consolidação das resoluções do conjunto CFESS/CRESS. Disponível em: Resolução CFESS nº 582 de 01/07/2010. Acesso em: 5 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF: CFESS, 2012. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais).

BAHIA, **Declaração da Bahia**. I Seminário Nacional de Reforma Universitária. Salvador, maio de 1961. Disponível em: https://toaz.info/doc-view-3#google_vignette. Acesso em: 5 dez. 2024.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1963.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmvbwX/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mai. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. [S.l.]: eBooksBrasil, 1999. Disponível em: <http://www.jahr.org>. Acesso em: 13 out. 2025.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJCmLSPfp8r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1973.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lenin**: a história em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES EM ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (Fonaprace), 2016. Disponível em: http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/1_fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-25-anos3.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES EM ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (Fonaprace). **Projeto e organização**: revista comemorativa 25 anos – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE (Gestão 2011/2012), 2012. Disponível em: http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/1_fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-25-anos3.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES EM ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (Fonaprace). **Pesquisa do perfil sócio-econômico e cultural do estudante de graduação das IFES brasileiras**, 1996. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/I-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2023.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES EM ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (Fonaprace), 1987. Disponível em: [http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/sobre/#:~:text=Criado%20em%20outubro%20de%201987,\(IES\)%20p%C3%BAblicas%20do%20Brasil](http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/sobre/#:~:text=Criado%20em%20outubro%20de%201987,(IES)%20p%C3%BAblicas%20do%20Brasil). Acesso em: 11 jun. 2025.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx (1843-44: as origens da ontologia do ser social)**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Tradução de Luciana do Rego Monteiro. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo y lebertad**. Madrid-México-Buenos Aires-Pamplona: Ed. Rialp, S. A., 1966.

FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. Apêndice: manuscritos econômicos e filosóficos de Karl Marx. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere 22**. Tradução de IGS – Brasil. International Gramsci Society - Brasil (IGS-Brasil), Gestão 2022-2024.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. Disponível em:

<https://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2025.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 8. ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 1-31, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40.ed. São Paulo: Cortez. 400 p. ISBN 978-85-249-1706-6. 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/536951559/Relacoes-Sociais-e-Servico-Social-No-Brasil-Marilda-Villela-Iamamoto>. Acesso em: 31 out. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 8. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Pará]: CELATS, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, [S.l.], n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/536951559/Relacoes-Sociais-e-Servico-Social-No-Brasil-Marilda-Villela-Iamamoto>. Acesso em: 31 out. 2025.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na Educação Superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 abr. 2025.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toribio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KONOPKA, Gisela. **Serviço social de grupo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>. Acesso em: 13 out. 2025.

LIMA, Maria Helena de Almeida. **Serviço social e sociedade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social vol. I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2025.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Eliana Bolorino Carneiro. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. In: SILVA, Marcela Mary José (org.). **Serviço social na educação: teoria e prática**. Campinas: Papel Social, 2012. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/d4swh/pdf/martins-9788539302437.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

MARX, Karl. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Karl Marx e Friedrich Engels - Textos 3**. São Paulo: Edições Sociais, 1977. p. 300-303. Originalmente publicado em alemão, 1859.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. [S.l.]: Editorial Grijalbo, 1977.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A Dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 14-22.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro III. O processo global da produção capitalista**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. **Outubro**, n. 4, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2024.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Estudos Socioeconômicos. **Serviço social**: desafios sociais e competências profissionais. [S.l.: s.n.], [20--]. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8B11wB4614LYr7zq15a4.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves. Política social e intersectorialidade: consensos teóricos e desafios práticos. **Ser Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 200-220, jan./jun. 2009. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12708/11110. Acesso em: 26 fev. 2025.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia de. **Teoria geral da administração**. 3. ed. São Paulo: CENGAGE: Learning, 2017.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *Temporalis-Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, p. 1-88, jan./jun. 2001.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do serviço social**, 1999. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticipolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>. Acesso em: 18 maio 2024.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 5-20, nov. 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NILSON, Lucia Helena. **Intersetorialidade e contextos territoriais**, 2009. Disponível em: 0000012175.pdf. Acesso em: 14 fev. 2025.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PINTO, Simone; GOUVÊA, Guaracira. Mediação: significações, usos e contextos. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 16, n. 02, p. 53-70, maio/ago. 2014.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Movimento estudantil e Ensino Superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60**. 2014. 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29072015-141646/publico/2014_FlaviaDeAngelisSantana_VOrig.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

SANTOS, Cláudia Priscila Chupel dos. **A assistência estudantil brasileira e a ação social portuguesa nas universidades públicas: do conhecimento à prática informada em Serviço Social (2010 a 2015)**. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16232/4/phd_claudia_chupel_santos.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

SCHUTZ, Fernanda; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate. **Revista de Serviço Social e Direitos**, Pelotas, v. 16, n. 1, p. 59–75, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/337>. Acesso em: 13 out. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SILVA, Chistiane Pimentel e. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 34- 51, jan./abr. 2019.

SILVA, Derick Luan Ferro da; CONCEIÇÃO, Eracele do Carmo; NASCIMENTO, Patrícia Teodoro de Souza. Política de assistência estudantil como mecanismo de ação afirmativa no âmbito das instituições de Ensino Superior público. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS-JOINNP, 10., 2021, São Luiz. **Anais eletrônicos [...]**. São Luiz: UFMA, 2021. p. 1-15. Disponível em: [trabalho_submissaoId_1093_1093612e341009772.pdf](trabalho_submissaoId_1093_1093612e341009772.pdf). Acesso em: 13 out. 2025.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Marcela Mary José da (org.). **Serviço social na educação: teoria e prática**. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2014.

SILVA, Maria Luiza Lameira da. **Serviço social de comunidade: numa visão de práxis**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Maria Ozanira da. **Formação profissional do assistente social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Paula Nunes de Oliveira. **O trabalho do assistente social na viabilização do acesso à assistência estudantil na universidade federal da Bahia**. 2022. 197 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35956/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Paula%20Nunes.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Histórico e Estrutura**. Portal da UFPA. Belém, s/d Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/universidade>. Acesso em: 13 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA - PDI 2016-2025**. Belém, PA: UFPA, s/d. Disponível em: <https://proplan.ufpa.br/index.php/pdi-da-ufpa>. Acesso em: 13 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento. **PDU da PROPLAN 2022-2025**. Proplan, s/d. Disponível em: <https://proplan.ufpa.br/index.php/pdu-da-proplan>. Acesso em: 04 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento. **PGO 2022**. Disponível em: https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/diplan/pgo/02_anexo1_detalhamento_por_unidades_pi.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento. **PGO 2023**. Disponível em: https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/diplan/pgo/02_anexo1_detalhamento_por_unidades_pi.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento. **PGO 2024**. Disponível em: https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/diplan/pgo/02_anexo1_detalhamento_por_unidades_pi.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Superintendência de Assistência Estudantil. **Programas da Superintendência de Assistência Estudantil/PROAES**. Belém: PROAES/UFPA, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Regimento Geral**. Belém: UFPA, s/d. Disponível em: https://portal.ufpa.br/images/docs/regimento_geral.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução nº 763, de 20 de outubro de 2017**. Disponível em: <https://www.saest.ufpa.br/documentos/resolucao/763CONSUN.PDF>. Acesso em: 05 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução nº 828, de 23 de março de 2021**. Aprova a política institucional de assistência e de acessibilidade estudantil - PINAE. Belém, PA, 23 mar. 2021. Disponível em: https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2021/828%20Aprova%20a%20politica%20institucional%20de%20assistencia%20e%20de%20acessibilidade%20estudantil%20-%20PINAE.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução nº 884, de 17 de dezembro de 2024**. Disponível em: https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2024/884%20Aprova%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pr%C3%B3-Reitoria%20de%20Assistencia%20e%20Acessibilidade%20Estudantil%20da%20UFPA.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. **Relatório Anual de Atividades Exercícios**. Belém: PROAES/UFPA, 2022. Disponível em: <https://www.PROAES.ufpa.br/documentos/relatorio/rel.2022.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento. **UFPA em Números 2020**. Proplan, s/d. Disponível em: <https://proplan.ufpa.br/index.php/documentos-diavi/68-diretorias/dinfi/171-ufpa-em-numeros>. Acesso em: 14 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento. **UFPA em Números 2021**. Proplan, s/d. Disponível em: <https://proplan.ufpa.br/index.php/documentos-diavi/68-diretorias/dinfi/171-ufpa-em-numeros>. Acesso em: 14 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento. **UFPA em Números 2022**. Proplan, s/d. Disponível em: <https://proplan.ufpa.br/index.php/documentos-diavi/68-diretorias/dinfi/171-ufpa-em-numeros>. Acesso em: 14 jun. 2025.

VALIENSE, Karina Vitória Cassimiro. **UNE: a história e a importância da União Nacional dos Estudantes**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/une-a-historia-e-a-importancia-da-uniao-nacional-dos-estudantes#:~:text=Ent%C3%A3o%2C%20o%20Conselho%20Nacional%20de,comp%C3%B4s%20o%20hino%20da%20>. Acesso em: 11 jun. 2025.

VIEIRA, Priscila Lysik; CASTRO, Regina Celi Alvarenga de Moura. Permanência com êxito acadêmico contribuição da política de assistência estudantil da UFPA, Campus Altamira. **Rv. Exitus**, Santarém, v. 9, n. 3, p. 87-115, jul./set. 2019.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; PAZ, Rosangela Dias O. da. Intersetorialidade nas Políticas Públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 137, p. 7-13, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DPfFVvJzjDFYSzB9NWWHv7z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2025.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Mario Moraes. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2019.

WIKIPÉDIA. **Socioeconomia**. Wikipedia, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Socioeconomia>. Acesso em: 13 out. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4RNYGqckdySpPrJ6cTmsBSQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2025.

ZANOLLA, Silvia Rosa da Silva. O conceito de mediação em Vigotski e Adorno. **Psicologia & Sociedade**, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 486–494, fev. 2012. Disponível em: Scielo. Acesso em: 13 out. 2025.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: “O Trabalho do (a) Assistente Social e suas contribuições para a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pará”, tendo como orientador o Professor Dr. Gilmar Pereira da Silva e co-orientador o Professor Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe cause nenhum prejuízo ou penalidade. O objetivo deste estudo é analisar o processo de trabalho do assistente social no âmbito da Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (Proaes) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder algumas perguntas, as quais serão encaminhadas por meio de questionário objetivo. Não haverá risco algum na sua participação, e os benefícios relacionados ao seu consentimento são a possibilidade de colaborar no aprofundamento sobre as particularidades do trabalho do assistente social na Universidade Federal do Pará e sobre as controvérsias que repercutem no cotidiano profissional do Serviço Social, e, ainda, contribuir com o debate acadêmico sobre o exercício desta profissão na Educação Superior. Tudo o que for questionado aqui será utilizado para a pesquisa; seu nome poderá ser revelado, porém, tudo o que for dito não irá interferir de forma alguma no seu atendimento no local onde trabalha.

Asseguramos o sigilo sobre sua participação, caso assim prefira, e os dados não serão divulgados de forma a possibilitar a identificação de qualquer pessoa que venha a contribuir com este estudo.

Abaixo, você deverá responder se o seu nome poderá ser utilizado na tese. Você receberá uma cópia deste termo, na qual consta o telefone e o endereço da instituição responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, agora ou a qualquer momento. Também poderá perguntar diretamente à Eracele do Carmo Conceição, pelo e-mail eracele@ufpa.br ou pelo telefone (91) 98042-7516. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), e a outra será fornecida ao(a) participante. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco (5) anos, e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo à legislação brasileira (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “O Trabalho do (a) Assistente Social e suas contribuições para a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pará” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de autorizar a participação se assim o desejar. Declaro que concordo com a minha participação na pesquisa, recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

O seu nome pode ser utilizado nesta pesquisa?

Sim ()

Não ()

Belém, _____, de _____ de 2025.

Assinatura do Participante

Pesquisadora: Eracele do Carmo Conceição

Nome da Pesquisadora: Eracele do Carmo Conceição, Endereço: Rua Augusto Corrêa 01, Guamá. CEP: 66075110/ Belém-PA. Fone: 3201- 7716, Email: eracele@ufpa.br
Orientador: Profº. Dr. Gilmar Pereira da Silva
COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA
Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS/UFPA). Rua Augusto Corrêa, Nº 1. Faculdade de Enfermagem do ICS - Sala 13 - *Campus* Universitário, Bairro: Guamá. CEP: 66.075-110 - Belém-Pará. Tel: (91) 3201-7735. E-mail: cepccs@ufpa.br

APÊNDICE B – Questionário de Pesquisa com os (as) Assistentes Sociais da Proaes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

Esta pesquisa, intitulada “O Trabalho do (a) Assistente Social e suas contribuições para a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pará”, tem como objetivo analisar o trabalho profissional do(a) assistente social no âmbito da Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (Proaes) da Universidade Federal do Pará (UFPA), concatenada ao projeto ético-político profissional. Nesse sentido, convidamos você a participar dessa pesquisa, na perspectiva de contribuirmos para o debate a respeito do tema proposto, assim como para maior compreensão a respeito do fazer profissional.

Entendemos que a expansão da Educação Superior no Brasil tem possibilitado a ampliação do espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social. Isso reforça a necessidade de analisarmos o trabalho desenvolvido por esses profissionais, entendendo que as mediações realizadas por eles no contexto institucional podem garantir direitos sociais.

Com o pensamento e na perspectiva de contribuir com o debate e as reflexões referentes a essa questão, assumimos o compromisso de compartilhar os resultados obtidos com esta pesquisa com os interessados no assunto e com os participantes envolvidos. Por fim, estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Eracele do Carmo Conceição
Telefones: (91) 3223-4034, (91) 980427516.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

1. PERFIL DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS

1.1- Qual foi a instituição de sua formação em Serviço Social? Pública ou Privada?

1.2 - Possui pós-graduação? Caso positivo, em quê? _____

1.3-Você se identifica com que sexo? _____

1.4-Há quanto tempo atua como Assistente Social na Assistência Estudantil? _____

1.5-Qual o seu tipo de vinculação profissional com a UFPA? _____

1.6-Possui participação política e/ou social em movimentos sociais ou outros? _____

1.7-Participou de evento da categoria ou na área da educação nos últimos 5 anos? _____

2. CARACTERIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA Proaes

2.1-Em sua atuação profissional, você utiliza quais instrumentais? _____

2.2-O Serviço Social na assistência estudantil, possui um plano de ação sistematizado?

Comente _____

2.3-Quais as principais demandas na assistência estudantil para o Serviço Social? _____

2.4- O(a) assistente social realiza trabalho em equipe ou multiprofissional/intersectorial?

2.5- Como se dá a organização do trabalho da equipe de Assistentes Sociais no planejamento das atividades e operacionalização dos serviços? _____

2.6- A operacionalização da Assistência Estudantil é realizada de acordo com as orientações

estabelecidas na Pnaes e Pinae? _____

2.7- Você considera como o trabalho do(a) Assistente Social na Proaes? Inovador, propositivo, tecnicista, militante, pedagógico, emancipador, pragmático funcional ou outro tipo de trabalho? Justifique sua resposta. _____

2.8-Os(as) Assistentes Sociais participam do planejamento institucional? _____

2.9-Em relação aos recursos destinados à Assistência Estudantil, o(a) Assistente Social participa da distribuição, da gestão, da execução, ou não tem participação nos planejamentos para a destinação dos recursos? _____

3. ANÁLISES DO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPA

3.1-A Proaes/UFPA disponibiliza os instrumentos físicos tais como: computadores, impressoras, telefones e os virtuais como os *softwares*, aplicativos adequados para a realização dos trabalhos? _____

3.2-Existem dificuldades para a realização dos trabalhos? _____

3.3-Caso existam dificuldades para a realização dos trabalhos, existem possibilidades de intervenção profissional para a solução dos problemas? _____

3.4-Como você analisa o impacto de seu trabalho na Política de Educação Superior? _____

3.5-Em sua atuação profissional consulta algum tipo de documento para a fundamentação dos seus serviços? Em caso positivo, quais? _____

3.6-Existem obstáculos/dificuldades para a materialização do projeto-ético-político do Serviço Social na Proaes? _____

3.7-O(a) Assistente Social possui autonomia para a realização de seu trabalho? Caso negativo, isso impacta na realização do mesmo?_____

4. ENTRAVES OU POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL

4.1-Em sua concepção, quais são os principais problemas que afetam os trabalhos do(a) Assistente Social nessa política?_____

4.2-Em seu entendimento, quais são os impactos proporcionados pelo(a) assistente social na viabilização de direitos a estudantes em situações de vulnerabilidades?_____

4.3-Quais são os objetivos da Proaes no atendimento dos discentes em situações de vulnerabilidades sociais?_____

4.4-Quais são as condições e os recursos da instituição para o alcance dos objetivos da Proaes?_____

4.5-Os auxílios financeiros e serviços atendem a demanda dos discentes em situações de vulnerabilidades?_____

4.6-A instituição fornece os recursos materiais e equipamentos suficientes e em boas condições para a realização de seu trabalho?_____

4.7-Caso a resposta do item anterior for negativa, você considera que a falta ou o fornecimento inadequado dos equipamentos de alguma forma impacta em seu trabalho? Como?_____

5. ENTENDIMENTO SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS

5.1-Como você compreende a política educacional no Brasil?_____

5.2-Qual é o seu entendimento sobre a política de assistência estudantil na Proaes?_____

5.3-Existem particularidades da política de assistência ao estudante no âmbito da Proaes?_____

5.4-Em meio a uma conjuntura tão adversa para a efetivação das políticas sociais, como você conceitua o processo de operacionalização da Pnaes/Pinae na UFPA?_____

5.5-Em sua concepção, qual a representatividade do Serviço Social na Política de Educação?

6. ANÁLISES SOBRE AS LEIS DE REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

6.1-Qual o seu nível de conhecimento sobre as diretrizes curriculares para a formação do serviço social?

- ☐ desconhece
- ☐ apenas leu na Graduação
- ☐ estudou profundamente
- ☐ estudou e debateu

6.2-Nível de conhecimento da Lei nº 8.662/93, de Regulamentação da Profissão.

- ☐ desconhece
- ☐ apenas leu na Graduação
- ☐ estudou profundamente
- ☐ estudou e debateu

6.3-Você conhece o Código de Ética de 1993?

- ☐ desconhece
- ☐ apenas leu na Graduação
- ☐ estudou profundamente
- ☐ estudou e debateu

6.4- Quanto à Resolução CFESS nº 493/2006, a qual dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, você?

- ☐ desconhece
- ☐ apenas leu na Graduação
- ☐ estudou profundamente
- ☐ estudou e debateu